Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.346 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2024

Secretário admite que PEC do quinquênio irá gerar um desarranjo fiscal

Ceron: país não pode ter retrocesso na área fiscal

O secretário afirmou que o Brasil tem muito espaço para reduzir a Selic, mas o Banco Central só poderá avançar no ciclo de corte se houver reformas econômicas

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, pontuou na quinta-feira, 18, que o Brasil não tem condições para enfrentar retrocessos na área fiscal, pontuadas por ele como "renúncia de receitas e aumentos dos gastos". "É preciso que os poderes tenham consciência, todo o Executivo e demais Poderes", alertou o secretário, ao acrescentar que um retrocesso na área fiscal neste momento irá "penalizar toda a população" que pagará via aumento da inflação que "corrói a renda". O secretário afirmou que o Brasil tem muito espaço para reduzir a taxa básica de juros, a Selic, mas que o Banco Central só poderá avançar no ciclo de corte se houver reformas econômicas e diálogo entre os Poderes capazes de dar segurança ao afrouxamento da política monetária. "É importante que as sinalizações sejam corretas e bastantes claras, no sentido de ser irretratável com a recuperação fiscal do país", reforçou Ceron. O secretário disse que as ações com potencial para aumentar os gastos públicos em tramitação no Congresso são motivo de preocupação. Ele afirmou compreender os pedidos "meritórios" por parte da sociedade e do Congresso para investimentos em determinadas áreas, mas pontuou que o governo não tem espaço para renúncia de receitas ou ampliação de gastos públicos na atual situação fiscal. **PÁGINA 2**

DÍVIDAS

MPF arquiva investigação de crimes tributários

O Ministério Público Federal pode arquivar investigações sobre crimes de descaminho e contra a ordem tributária - previstos na Lei nº 8.137/90 -, quando a soma da dívida com a Fazenda Nacional não for superior a R$ 20 mil. Esse é o novo texto do Enunciado nº 49 da Câmara Criminal do MPF. **PÁGINA 6**

ESTALEIROS

Agência Petrobras

O INSTITUTO BRASILEIRO DO PETRÓLEO MAPEOU 48 ESTALEIROS e constatou que pelo menos seis estão desativados e nove estão ativos, mas atualmente não têm demanda de projetos navais. Entre os estaleiros ativos, mas sem demanda atualmente, estão os dois maiores do país: Ensea-da, na Bahia, e o Atlântico Sul, em Pernambuco. Segundo o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a empresa, sendo a principal operadora petrolífera no país, tem uma responsabilidade como o pilar principal da demanda naval no Brasil. **PÁGINA 3**

TRABALHO

Vendas da Danone caem para 6,7 bilhões de euros

A Danone informou na quinta-feira, 18, que registrou vendas de 6,789 bilhões de euros (cerca de US$ 7,225 bilhões) no primeiro trimestre deste ano. Em uma base comparável, as vendas da empresa recuaram 2,5%. O segmento de Nutrição Especializada viu a receita subir 1,9%. **PÁGINA 4**

TRABALHO

Governo lança campanha de prevenção de acidentes

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, lançou a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2024 (Canpat). A mobilização tem o objetivo conscientizar empresas e trabalhadores sobre a importância da segurança e da saúde no ambiente de trabalho. **PÁGINA 4**

ISRAEL

EUA anunciam sanções ao Irã, em resposta a ataque

O governo dos Estados Unidos impôs na quinta-feira, 18, sanções contra o Irã, em resposta ao ataque "sem precedentes" realizado pelo país contra Israel, neste fim de semana. O presidente Joe Biden reafirmou sua defesa de Israel e disse que os norte-americanos "ajudaram a derrotar este ataque". **PÁGINA 5**

SIGILO

O PRESIDENTE DO STF, LUÍS ROBERTO BARROSO, DISSE QUE NÃO HÁ "PROBLEMA NENHUM" na divulgação de documentos da Corte por deputados dos EUA. "Isso é um problema interno dos EUA". **PÁGINA 6**

EMBRAER

Táxi aéreo será lançado no Brasil dentro de dois anos

A empresa aeroespacial brasileira Eve Air Mobility espera ter sua primeira aeronave nos céus já em 2026. Falando no palco do Web Summit Rio, o presidente e CEO da Embraer-X, Daniel Moczydlower disse que a empresa já anunciou a linha de montagem e a primeira fábrica. **PÁGINA 8**

TOKEN.COM

Gelderman: criptografia pode mudar o mundo

O CEO da Token.com, Mel Gelderman, disse que os reguladores estão impedindo que a criptomoeda mude o mundo, sobrecarregando as economias. Falando no palco do Web Summit Rio, ele disse que a tecnologia que criou em sua indústria tem potencial para tornar qualquer ideia ou negócio investível. **PÁGINA B14**

IBOVESPA 124.196,18 ↑ 0,02%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
TOTVS ON NM	27.76	+2.47%	+0.67
ASSAI ON NM	13.180	+2.65%	+0.340
ALPARGATAS PN N1	8.50	+1.80%	+0.15
IRBBRASIL REON NM	39.58	+1.44%	+0.56
SABESP ON NM	82.77	+1.63%	+1.33

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
CVC BRASIL ON NM	1.80	−4.26%	−0.08
AZUL PN N2	10.07	−3.82%	−0.40
CASAS BAHIA ON NM	6.200	−4.17%	−0.270
MRV ON NM	6.42	−3.31%	−0.22
LWSA ON NM	4.87	−3.18%	−0.16

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	39.85	+0.18%	+0.07
VALE ON NM	62.34	+0.37%	+0.23
ITAUUNIBANCOPN N1	31.73	+0.13%	+0.04
SABESP ON NM	82.77	+1.63%	+1.33
BRADESCO PN N1	13.77	−0.43%	−0.06

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.775,38	+0,058%
S&P 500	5.011,12	-0,22%
NASDAQ	15.601,50	-0,52%
DAX 30	17.837,40	+0,38%
FTSE 100	7.877,05	+0,37%
IBEX 35	10.765,00	+1,23%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
5,249	5,250	↑ 0,12%	0,006	0,006	↓ -0,50%	5,587	5,587	↓ -0,15%	6,527	6,531	↑ 0,17%	R$ 403,66	2.380,23

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

RENÚNCIA

Ceron admite que Brasil não pode enfrentar retrocessos na área fiscal

O secretário disse compreender os pedidos "meritórios" por parte do Congresso para investimentos em determinadas áreas, mas pontuou que o governo não tem espaço para renúncia de receitas

Valter Campanato - Agência Brasil

Ceron frisou que o governo tem um compromisso "irretratável" com a área fiscal do país e apontou que novas medidas de cunho fiscal estão sendo analisadas

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, pontuou na quinta-feira, 18, que o Brasil não tem condições para enfrentar retrocessos na área fiscal, pontuadas por ele como "renúncia de receitas e aumentos dos gastos".

"É preciso que os poderes tenham consciência, todo o Executivo e demais Poderes", alertou o secretário, ao acrescentar que um retrocesso na área fiscal neste momento irá "penalizar toda a população" que pagará via aumento da inflação que "corrói a renda".

Ceron ainda frisou que o governo tem um compromisso "irretratável" com a área fiscal do País e apontou que novas medidas de cunho fiscal para lançamento em "momento oportuno" estão sendo analisadas.

O secretário afirmou que o Brasil tem muito espaço para reduzir a taxa básica de juros, a Selic, mas que o Banco Central só poderá avançar no ciclo de corte se houver reformas econômicas e diálogo entre os Poderes capazes de dar segurança ao afrouxamento da política monetária. "É importante que as sinalizações sejam corretas e bastantes claras, no sentido de ser irretratável com a recuperação fiscal do país", reforçou Ceron.

Como exemplo de sua preocupação, ele citou as mudanças no regime previdenciário decorrente da desoneração da folha de pagamentos dos municípios.

"Não dá para ter retrocesso e precisamos avançar. A questão da Previdência é gravíssima, nós tivemos muito esforços para avançar com o regime de Previdência. Isso será discutido no Judiciário, mas preocupa enormemente", acrescentou Ceron.

O secretário disse que as ações com potencial para aumentar os gastos públicos em tramitação no Congresso são motivo de preocupação. Ele disse compreender os pedidos "meritórios" por parte da sociedade e do Congresso para investimentos em determinadas áreas, mas pontuou que o governo não tem espaço para renúncia de receitas ou ampliação de gastos públicos na atual situação fiscal.

Ceron ainda frisou que o governo tem um compromisso "irretratável" com a área fiscal do país e apontou que novas medidas de cunho fiscal para lançamento em "momento oportuno" estão sendo analisadas.

Na avaliação do secretário do Tesouro Nacional, eventuais medidas que possam ser tomadas no ambiente doméstico e internacional e que conduzam para uma piora fiscal do Brasil podem conduzir o Banco Central a "outro tipo de postura na condução da Selic".

"Os próximos eventos contam na Selic, sejam no ambiente internacional, que está bastante estressado por causa dos juros americanos e da possibilidade de postergação do ciclo de relaxamento da política monetária, quanto também no cenário doméstico".

Ceron ainda complementou sua observação sobre os juros, dizendo que medidas que foram discutidas no Brasil e "que podem ter um impacto negativo" tendem a gerar mais impacto sobre o câmbio, elevar ainda mais a incerteza e consequentemente forçar o BC a ter outro tipo de postura em relação à política monetária, que no momento está num ciclo de afrouxamento.

A avaliação do secretário ocorre após o presidente do BC, Roberto Campos Neto, indicar na quarta-feira que o aumento da incerteza no cenário econômico "talvez signifique taxas de juros altas por mais tempo".

Após a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio na quarta-feira, 17, impondo uma derrota ao governo e fazendo avançar no Congresso uma pauta que dificulta o ajuste nas contas públicas, o secretário do Tesouro Nacional, afirmou que o custo estimado da proposta será de R$ 40 bilhões e irá gerar um "desarranjo fiscal no país".

Ceron disse que absorver o aumento nos gastos que seria gerado pela PEC "é muito complexo de absorver no Orçamento".

A visão do secretário é compartilhada por membros da equipe da Fazenda que apontam que a PEC vai "desancorar as expectativas" em função da ampliação de despesas de forma permanente.

A chamada PEC do Quinquênio contempla magistrados, procuradores e promotores tanto da ativa como aposentados e pensionistas.

A proposta institui o pagamento de um Adicional por Tempo de Serviço (ATS) de 5% do salário das carreiras a cada cinco anos, até o limite de 30%. O texto agora segue para o Senado.

DESPESA FIXA

Consultoria da Câmara prevê déficit zero nas contas públicas só em 2028

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara prevê que o País atingirá o déficit primário zero nas contas públicas apenas em 2028. Essa é a conclusão de técnicos que analisaram os dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado ao Congresso na segunda-feira, 15. A projeção contrasta com a promessa do Ministério da Fazenda de zerar o rombo ainda neste ano.

O próprio Tesouro Nacional previu, em março, que sem medidas adicionais para elevar a arrecadação o governo não conseguiria cumprir as metas de 2025 e 2026. Caso isso ocorra, pelas regras do arcabouço, o limite de despesas só poderia crescer em 2027 e 2028 a uma proporção de 50% do avanço da receita - em vez de 70% da regra original. Além disso, gatilhos adicionais seriam acionados, como a proibição de aumento de salários no funcionalismo público.

No PLDO, o governo já reduziu a meta fiscal de 2025 de um superávit de 0,50% para déficit zero, o mesmo objetivo de 2024. A meta é de superávit de 0,25% em 2026, de 0,50% em 2027 e de 1,0% em 2028. Na projeção da Conof, por outro lado, o resultado primário será de -0,50% neste ano e no próximo, de -0,40% em 2026, de -0,20% em 2027 e déficit zero em 2028.

A capacidade do chefe da equipe econômica, Fernando Haddad, de zerar o saldo negativo entre receitas e despesas este ano foi questionada pelo mercado financeiro e por parte da classe política desde quando foi anunciada no ano passado junto com o arcabouço fiscal.

Haddad aposta no aumento de receitas para equilibrar as contas públicas e conseguiu aprovar em 2023 uma série de medidas nesse sentido, como a taxação de fundos dos super-ricos e em paraísos fiscais, mas tem encontrado mais resistência do Congresso este ano em relação ao fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), da desoneração de 17 setores da economia e do regime especial de previdência dos municípios.

Os técnicos da Conof avaliam que as previsões para a receita primária no PLDO estão otimistas e "consistentemente acima das projeções de fontes independentes". "Assim, dada a elevada rigidez do gasto primário, caso o bom desempenho esperado para as receitas não se concretize, anteveem-se resultados primários efetivos mais modestos, ao longo do período, o que pode comprometer a trajetória de estabilização da dívida pública", diz nota divulgada pela consultoria.

A Conof também avalia que faltou no PLDO potenciais despesas obrigatórias com novos fundos que serão criados a partir da reforma tributária sobre o consumo, que ainda está pendente de regulamentação. Esses fundos começam com R$ 8 bilhões em 2025 e chegam a R$ 60 bilhões a partir de 2043. "A criação de tais fundos, que ocorrerá a partir da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, representa a materialização de risco não desprezível para o cumprimento das metas fiscais", afirma a nota.

Diário Comercial
Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*
Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

Acesse nossa edição digital:

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: **www.diariocomercial.com.br**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

ORIENTAÇÃO

Prates reconhece que 15 estaleiros estão desativados ou sem demanda

O presidente da Petrobras afirmou que a indústria naval não é uma indústria antiquada e a empresa vai vamos continuar precisando de barcos de apoio para as usinas eólicas offshore

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), lançado na quinta-feira (18), mapeou 48 estaleiros brasileiros. A constatação é que pelo menos seis estão desativados e nove estão ativos, mas atualmente não têm demanda de projetos navais.

Entre os estaleiros ativos, mas sem demanda atualmente, estão os dois maiores do país: Enseada, na Bahia, e o Atlântico Sul, em Pernambuco. Juntos, os dois têm capacidade para processar mais de 200 mil toneladas de aço por ano, ou seja, 40% da capacidade instalada na indústria naval brasileira.

Outro estaleiro de grande porte que está sem demanda é o QGI, no Rio Grande do Norte. Outro, o Brasa, no Rio de Janeiro, encontra-se desativado, segundo o IBP.

A Petrobras participou da produção do levantamento. Segundo o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a empresa, sendo a principal operadora petrolífera no país, tem uma responsabilidade como o pilar principal da demanda naval no Brasil.

"A indústria naval não é uma indústria antiquada, superada. Ela tem ciclos novos, que se renovam. Além do petróleo, vamos continuar precisando de barcos de apoio para as usinas eólicas offshore, para transporte de passageiros, logística", disse Prates. "Temos que deixar de colocar esse rótulo de que resgatar essa indústria é coisa antiquada, com cheiro de mofo."

O mapeamento mostra que cinco estaleiros atendem a projetos da Petrobras, inclusive quatro dos 13 grandes mapeados pelo levantamento. Prates citou como exemplo a produção de módulos das plataformas P78, P80 e P83, na Brasfels, no Rio de Janeiro; da P79, no EBR, no Rio Grande do Sul; e da P82, no Jurong Aracruz, no Espírito Santo.

"Temos expectativas para a construção, em breve, da P84 e da P85. Essas - junto com a P82 e P83 - são as maiores já construídas pela Petrobras com capacidade de produção de 225 mil barris/dia", disse o presidente da estatal.

Segundo ele, há ainda projetos de embarcações de apoio que serão contratadas em breve pela Petrobras. Somente este ano, serão 34 contratações, sendo 24 já anunciadas neste mês. Dez serão anunciadas até o fim do ano.

Agência Brasil

Prates: "a indústria naval tem ciclos novos, que se renovam. Temos que deixar de colocar esse rótulo de que resgatar essa indústria é coisa antiquada"

No evento, ele também defendeu que o governo crie um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Mar, para estimular a indústria naval.

"É preciso que governo, as entidades financeiras, Fundo de Marinha Mercante, todos participem desse processo também de financiamento dessa indústria. Uma demanda bem mapeada, contratos com agente extremamente sólido, com dinheiro garantido para investimento. Tudo isso não deveria ser difícil ter financiamento", disse Prates.

O presidente da Petrobras disse ainda que a decisão sobre dividendos extraordinários, que deflagrou a última crise da companhia, está nas mãos do Conselho de Administração (CA) e que o governo federal vai orientar seus representantes a este respeito. Ainda assim, questionado por jornalistas, ele admitiu à possibilidade de que o governo leve uma proposta de pagamento diretamente à assembleia de acionistas do dia 25 de abril, sem que isso passe pelo CA.

Prates, que é conselheiro indicado pela União, disse não ter tratado do assunto com o governo em sua viagem à Brasília nessa semana, e afirmou que a proposta da diretoria para dividendos já estava no conselho contando com "respaldo técnico".

Perguntado sobre rumores de que o assunto chegou a ser reenviado à companhia para nova análise, ele demonstrou estranhamento e se limitou a dizer que está evitando comentar rumores. Inicialmente, portanto, o presidente da Petrobras se referia à primeira proposta, de pagar 50% dos proventos extraordinários, enviada ao colegiado ainda antes da decisão pela retenção, que fez as ações da estatal despencarem no início de março.

Em 7 de março, a maioria do CA da Petrobras decidiu reter R$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários apurados no exercício de 2023, à contragosto de Prates, que propunha o pagamento de metade do valor e se absteve de votar, e dos representantes minoritários, que votaram pelo pagamento integral.

As últimas semanas têm sido de negociações sobre o tema na Esplanada dos Ministérios. Segundo fontes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem defendido pagamento de fração maior, até para ajudar nas contas do governo, que fica com 36,6%

Do outro lado, os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defenderiam porcentual menor, na casa dos 30%.

A Petrobras informou na quinta-feira que assinou com a China National Chemical Energy Company (CNCEC) um protocolo de intenções abrangendo diversas áreas, com destaque para energias renováveis e transição energética.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa destaca que a parceria também prevê a avaliação de potenciais acordos comerciais nas áreas de exploração de petróleo; produção de fertilizantes a partir de gás natural e outras fontes; desenvolvimento da produção; refino; biorrefino e petroquímica; engenharia, construção e serviços; além de pesquisa, desenvolvimento e Inovação.

Segundo a empresa, o acordo terá duração de dois anos e será imediatamente ativado com a análise conjunta de ativos de fertilizantes e petroquímica.

VENDAS MENORES

Nokia surpreende com lucro de 438 milhões de euros no 1º trimestre

A multinacional finlandesa Nokia registrou vendas líquidas de 4,667 bilhões de euros no primeiro trimestre de 2024, representando queda de 20% ante igual período do ano passado. O resultado ficou aquém da projeção de analistas ouvidos pela FactSet, de 4,95 bilhões de euros.

Já o lucro líquido avançou para 438 milhões de euros no trimestre, ante 289 milhões de euros no mesmo intervalo de 2023. Em termos ajustados, o lucro por ação entre janeiro e março foi de 0,09 euro, superando o consenso da FactSet, de 0,07 euro.

Pekka Lundmark, presidente e CEO da empresa, disse que, como esperado, a fraqueza contínua do mercado levou a um declínio anual de 19% em moeda constante nas vendas líquidas no primeiro trimestre. No entanto, a Nokia teve uma melhoria contínua na entrada de encomendas, o que significa que o segundo semestre deve ser mais forte.

"Impulsionados pelos acordos de licenciamento de patentes assinados na Nokia Technologies, atingimos uma margem operacional comparável de 12,8% no primeiro trimestre, em comparação com 8,2% no ano anterior. Também geramos quase 1 bilhão de euros em fluxo de caixa livre no trimestre, o que representa um desempenho muito forte."

Lundmark disse que está satisfeito que a melhoria na entrada de pedidos em infraestrutura de rede no final do ano passado continuou no primeiro trimestre, com um crescimento ano a ano, o que levou a um aumento adicional na carteira de pedidos.

"As perspectivas para as Redes Fixas para 2024 melhoraram, o que é um sinal importante, uma vez que este mercado muitas vezes recupera primeiro. Contudo, acreditamos que a recuperação nas Redes Ópticas poderá demorar um pouco mais. Embora estejamos conscientes do ambiente económico mais amplo, considerando a força contínua na entrada de encomendas, esperamos que a Infraestrutura de Rede regresse ao crescimento das vendas líquidas durante todo o ano de 2024, com um desempenho mais forte no segundo semestre."

As redes móveis foram impactadas por níveis particularmente baixos de gastos na América do Norte e na Índia, o que levou a um declínio nas vendas líquidas de 37% no primeiro trimestre em moeda constante. Foi previsto um ritmo mais lento de gastos na Índia após a rápida implantação do 5G observada no primeiro semestre de 2023, e as expectativas para a Índia para o ano inteiro permanecem inalteradas. Globalmente, a empresa que o primeiro trimestre marque o ponto mais baixo da procura, com a atividade se recuperando progressivamente durante o resto de 2024, consistente com uma sazonalidade mais normal. "Vimos uma força significativa na margem bruta de 42% no trimestre, o que representa uma melhoria sólida em relação aos 34% do trimestre do ano anterior. Aproximadamente metade desta melhoria esteve relacionada com a melhoria do mix regional e de produtos, enquanto o restante se deveu ao custo indireto de vendas excepcionalmente baixo."

Divulgação

Pekka Lundmark disse que, como esperado, a fraqueza contínua do mercado levou a um declínio anual de 19% nas vendas

Os serviços de nuvem e rede tiveram um início de ano suave, relacionado ao ambiente de gastos desafiador. "No entanto, estamos vendo uma melhora no recebimento de pedidos e na dinâmica do pipeline. É importante ressaltar que também estamos fazendo bons progressos com nossa plataforma Network as Code. Esta plataforma permite que as operadoras monetizem seus investimentos em 5G, criando novos fluxos de receita ao oferecer aos desenvolvedores acesso API avançado à rede. Temos agora um total de 11 operadores inscritos na plataforma e muitos mais em discussões ativas."

A Nokia Technologies teve um início de ano muito forte, pois concluiu uma série de acordos de licenciamento pendentes no trimestre. Isto significou que a taxa anual de vendas líquidas de licenciamento melhorou dos 0,9 a 1,0 mil milhões de euros que tinha no quarto trimestre para aproximadamente 1,3 mil milhões de euros no primeiro trimestre. Além do aumento da taxa de execução, a empresa teve mais de 400 milhões de euros em vendas líquidas de recuperação no trimestre. "Concluímos agora nosso ciclo de renovação de licenciamento de smartphones sem grandes renovações previstas para alguns anos. Isto significa que a Nokia Technologies entrou num período de estabilidade. A empresa irá agora concentrar os seus recursos na expansão em novas áreas de crescimento, com o próximo objetivo de aumentar a nossa taxa anual de vendas líquidas de licenciamento para 1,4 a 1,5 milhões de euros a médio prazo."

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

NUTRIÇÃO

Vendas da Danone caem 2,5% e atingem 6,7 bilhões de euros

No segmento de leite à base de plantas essenciais (EDP), as vendas líquidas recuaram 7,8% no primeiro trimestre do ano, para 3,474 bilhões de euros

A Danone, empresa francesa do setor de laticínios, informou na quinta-feira, 18, que registrou vendas de 6,789 bilhões de euros (cerca de US$ 7,225 bilhões) no primeiro trimestre deste ano. Em uma base comparável, as vendas da empresa recuaram 2,5% ante o reportado nos três primeiros meses de 2023, de 6,962 bilhões de euros.

Analistas esperavam vendas de 6,695 bilhões de euros. O crescimento orgânico das vendas foi de 4,1% e os ganhos no volume avançaram 1,2%.

No segmento de leite à base de plantas essenciais (EDP), as vendas líquidas recuaram 7,8% no primeiro trimestre do ano ante 2023, para 3,474 bilhões de euros.

O segmento de Nutrição Especializada viu a receita subir 1,9%, para 2,183 bilhão de euros. Enquanto isso, a Divisão de Águas da Danone também teve alta de 7,6%, para 1,132 bilhão de euros.

Em relatório, a companhia destacou que um dos fatores que pesaram sobre as vendas foi a desconsolidação da EDP Rússia a partir de julho de 2023.

A empresa classificou, em relatório, que este foi um começo de ano bom em um cenário desafiador. A Danone destacou o aumento nas vendas na Europa, América do Norte, China, Norte da Ásia e Oceania, América Latina e outras partes do mundo.

Divulgação

Fábrica: a Danone confirmou o guidance de crescimento de vendas comparável entre 3% e 5% com melhoria moderada na margem operacional recorrente

"Num ambiente que continua a ser desafiador, continuamos a fazer bons progressos na nossa agenda de transformação", disse o CEO, Antoine de Saint-Affrique.

Para o acumulado do ano fiscal, a Danone confirmou o guidance de crescimento de vendas comparável entre 3% e 5% com melhoria moderada na margem operacional recorrente. "Estamos confiantes de que 2024 será outro ano em que entregaremos o nosso modelo de criação de valor", declarou o CEO.

Analistas da Bernstein destacaram em comentário que as vendas do primeiro trimestre da Danone superaram as expectativas, com quase todo o desempenho superior vindo de sua região China/Norte da Ásia e sua divisão de águas.

Eles acrescentaram que o desempenho do negócio parece estável, mas falta crescimento de volume nos principais negócios. A Bernstein disse, ainda, que a empresa pode enfrentar ventos contrários nas margens nos próximos anos se a inflação permanecer alta por mais tempo.

Para a Jefferies, o tom da atualização dos executivos para o primeiro trimestre foi confiante, pois o grupo "forneceu evidências de que tudo vai conforme o planejado, apoiado pelo desempenho positivo em áreas-chave".

Eles destacam que os volumes de vendas de EDP estavam em linha com o trimestre anterior, excluindo contratempos. Analistas afirmaram que, apesar da pequena falha, o volume de EDP foi suficientemente bom e permanece no cerne da nova estratégia da Danone. Eles também esperam uma movimentação em direção a aquisições, em vez de recompras de ações, para intensificar áreas de fraqueza durante 2024.

Em nota, analistas do Barclays disseram que a empresa francesa fez comentários positivos sobre os primeiros sinais de melhoria em seu portfólio à base de plantas nos EUA e a força de seu portfólio de cremes de café no país. Além disso, eles afirmaram que não foi surpreendente a Danone confirmar sua orientação. "Continuamos gostando do caso de investimento 'composto' da Danone e do alto nível de reinvestimento", acrescentaram.

Já a Davy Research destacou os bons progressos da companhia em suas categorias, destacando os volumes de EDP em linha com o trimestre anterior quando excluído contratempos, como a interrupção dos embarques europeus e o licenciamento do negócio de leite no Brasil. Em comentário, analistas reforçaram que o negócio de EDP na Europa apresenta melhorias sequenciais e que a dinâmica continua no negócio de nutrição especializada da China. "A atualização dá um tom construtivo ao crescimento no próximo ano", disseram.

MODERNIZAÇÃO

Governo lança nova campanha de prevenção de acidentes do trabalho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, lançou na quinta-feira (18), em Brasília, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2024 (Canpat) com o tema Segurança em Máquinas e Equipamentos. A mobilização tem o objetivo conscientizar empresas e trabalhadores sobre a importância da segurança e da saúde no ambiente de trabalho.

Durante a solenidade, Marinho defendeu a modernização dos parques produtivos, onde existem maquinários envelhecidos e sucateados, com apoio de financiamentos de bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil (BB) e debate com as confederações das empresas.

"Se é verdade que máquinas e equipamentos estão provocando, na escala de acidentes, a maioria deles, alguma coisa está errada lá nas plantas industriais. Se a gente não atacar esse processo, não há campanha nem sensibilização que resolva se o equipamento está inadequado", disse,

O ministro do Trabalho e Emprego apresentou outro desafio, a conscientização do trabalhador para o uso de equipamentos de segurança e de proteção individual (EPI). "Vemos situações onde o próprio operador tira a proteção porque acha que está atrapalhando a produtividade e quer produzir mais. Isso é uma aberração, essa ausência de consciência da sua própria proteção", alertou.

O coordenador da bancada dos trabalhadores na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Washington Santos, lembrou de trabalhadores com sequelas e daqueles que perderam a vida devido a acidentes ocupacionais. "Nós não temos vida de videogame. Quando se está na fábrica, na construção, na indústria, se acontecer alguma coisa, não há volta. Vacilou? Morre!", resumiu.

A Canpat ocorre até dezembro em todo país, com a realização de eventos públicos nos estados para sensibilização de trabalhadores e empregadores sobre os cuidados com a segurança, fortalecendo a cultura de prevenção de acidentes e doenças do trabalho no Brasil.

Dados divulgados pelo MTE em 2023 revelam que, em 2022, o número total de acidentes de trabalho no Brasil foi de 612,9 mil, o que resulta na média de 69 acidentes por hora ou 1,15 acidente por minuto. No ano passado, do total de acidentes, 2.538 resultaram em mortes de trabalhadores e quase 19 mil incapacitações permanentes. No caso dos trabalhadores formais incapacitados, esses recebem o benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em 2013, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou que o mundo perde 4% do Produto Interno Bruto (PIB) em decorrência de acidentes e doenças do trabalho. No Brasil, com base no PIB do ano de 2022, a estimativa apresentada pelo MTE é de que os prejuízos gerados pelos acidentes de trabalho podem ter alcançado a cifra de R$ 396 bilhões, com custos e perdas para empregados, empresas, poder público e a sociedade em geral.

PELO MUNDO

TRAJES RELIGIOSOS EM DOCUMENTOS OFICIAIS

por
Suelen Escariz

Suellen Escariz
Advogada e Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra

UMA DECISÃO DO SUPREMO Tribunal Federal gerou grande repercussão essa semana. Em discussão, o direito à liberdade religiosa e a segurança pública, consistente na situação prática da possibilidade de utilização de vestimentas relacionadas à religião para fotos de documentos oficiais.

A QUESTÃO COMEÇOU através de uma Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal, a partir da representação de uma freira da Congregação das Irmãs de Santa Marcelina, que foi impedida de utilizar o seu hábito religioso na foto que fez para renovar sua Carteira Nacional de Habilitação.

CONSIDERANDO QUE NOS documentos anteriores, a mesma freira havia utilizado o traje para as respectivas fotos, o Ministério Público Federal ajuizou a ação sob o argumento de que não era razoável a exigência do Detran-PR, uma vez que não se trata de mero acessório estético, mas sim um traje que faz parte da identidade das freiras.

EXIGIR A RETIRADA DO TRAJE, portanto, caracteriza uma afronta à capacidade de autodeterminação das pessoas. A União recorreu ao STF, com fundamento no fato de que a prática religiosa não pode impedir a exigência de uma obrigação que é imposta a todos os cidadãos.

O STF SE POSICIONOU no sentido de que a prática religiosa deve ser incentivada, uma vez que ocupa espaço importante na vida das pessoas. O Ministro Barroso defendeu que diante da liberdade religiosa em tensão com a segurança pública, manifesta-se no sentido da proporcionalidade, entendendo o impedimento ao uso de trajes religiosos em fotos oficiais como um exagero, uma medida desnecessária e excessiva.

COMPREENDENDO QUE o uso do traje não impede a identificação da fisionomia do indivíduo, o que não representaria problemas relacionados à segurança pública, uma vez que garantida a adequada identificação.

O ENTENDIMENTO DA CORTE foi: "É constitucional a utilização de acessórios ou vestimentas relacionadas à crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível."

A RESSALVA QUANTO À hipótese de manutenção do rosto visível tem papel importante, principalmente quando observados exemplos de países europeus sobre a temática. Vale lembrar a lei francesa que proibia o uso de véu islâmico, especialmente nos modelos que cobriam o rosto, tendo sido ultrapassada a componente religiosa e diante da possibilidade real de atingimento da segurança pública.

PONTO PARA O QUAL O Ministro Dino, do STF, também chamou a atenção, haja vista que a possibilidade de usar vestimentas tradicionais, com propósito deturpado e com a real intenção criminosa também poderá caracterizar uma problemática de segurança pública.

ASSIM QUE A PONDERAÇÃO de direitos fundamentais deve ser realizada de forma despida de preconceitos, mas com consciência social, buscando a convivência pacífica em todos os sentidos.

INSTAGRAM: @SUELLENESCARIZ

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PUNIÇÕES

EUA anunciam sanções ao Irã, em resposta a ataque a Israel

Biden disse que os EUA miram agora novas sanções e controles sobre as exportações do Irã e punição para líderes conectadas à Guarda Revolucionária islâmica

O governo dos Estados Unidos impôs na manhã de quinta-feira, 18, sanções contra o Irã, em resposta ao ataque "sem precedentes" realizado pelo país contra Israel, neste fim de semana. Em comunicado, o presidente Joe Biden reafirmou sua defesa de Israel e disse que os norte-americanos "ajudaram a derrotar este ataque".

Biden disse que os EUA miram agora novas sanções e controles sobre as exportações do Irã. A punição mira líderes e entidades conectadas à Guarda Revolucionária islâmica, ao Ministério da Defesa do país e ao programa de mísseis e drones do governo de Teerã.

O presidente dos EUA afirmou que discutiu com os líderes do G7 na manhã de quinta o compromisso de "agir coletivamente para elevar a pressão econômica sobre o Irã". E acrescenta que aliados devem emitir sanções e medidas adicionais para restringir os programas militares do país persa.

Biden lembrou que, durante seu governo, os EUA impuseram sanções contra mais de 600 indivíduos e entidades, incluindo o Irã e aliados dele, como o Hamas, o Hezbollah e os Houthis, e acrescenta que manterá essa pressão.

O presidente dos EUA ainda reforça o compromisso com a segurança do Irã e diz que "não hesitaremos em adotar todas as ações necessárias para tornar vocês responsáveis", referindo-se aos autores do mais recente ataque iraniano.

Em outro comunicado, o Tesouro americano detalha os alvos das ações, 16 indivíduos e duas entidades, com vínculos com os programas de drones do Irã, por exemplo. O setor siderúrgico do Irã também foi punido, e a nota lembra que ele gera bilhões de dólares ao país anualmente, sobretudo com a exportação de aço.

Os ministros das Relações Exteriores do G7 emitiram uma nota conjunta condenando o ataque do Irã a Israel no fim de semana e assegurando uma coordenação para medidas futuras para diminuir a capacidade armamentista iraniana, sem esclarecer quais. Segundo o documento, emitido após uma reunião entre os ministros, o G7 também pretende reduzir ainda mais as receitas de energia da Rússia, no contexto da invasão à Ucrânia.

"Continuaremos a desenvolver medidas para impedir que a Rússia adquira materiais, tecnologia e equipamentos avançados para a sua base industrial militar", diz o comunicado.

Os representantes do G7 ainda demonstraram preocupação com os riscos geopolíticos do Oriente Médio, que poderão afetar o comércio, as cadeias de abastecimento e os preços das matérias-primas.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, alertou que o Oriente Médio está à beira do abismo, durante sessão do Conselho de Segurança que abordou a crise na região.

Além dos impactos humanitários dos ataques contínuos em Gaza, o líder das Nações Unidas ressaltou a escalada da violência na Cisjordânia, a instabilidade na Linha Azul, na fronteira entre Israel e Líbano e os conflitos no Mar Vermelho.

O secretário-geral reforçou que o objetivo continua sendo uma solução de dois Estados, com Israel e Palestina "vivendo lado a lado em paz e segurança, com Jerusalém como a capital, com base nas resoluções da ONU, no direito internacional e em acordos anteriores".

Guterres explicou que isso significa "o fim da ocupação e o estabelecimento de um Estado Palestino totalmente independente, democrático, contíguo, viável e soberano, com Gaza como parte integrante".

Reuters

Biden afirmou que discutiu com os líderes do G7 o compromisso de agir para elevar a pressão econômica sobre o Irã

Para ele, a comunidade internacional tem a responsabilidade e a obrigação moral de ajudar a tornar isso realidade. O chefe da ONU adiciona que essa é "a condição prévia essencial para aliviar as tensões em toda a região e fora dela".

O Conselho de Segurança deve votar uma resolução pelo reconhecimento do Estado da Palestina como membro das Nações Unidas.

O secretário-geral da ONU avaliou que "nenhuma das escaladas recentes pode ser vista isoladamente". Para ele, isso torna ainda mais importante apoiar os esforços para encontrar paz duradoura entre Israel e um Estado palestino "totalmente independente, viável e soberano". Ele afirmou que o fim dos combates em Gaza reduziria as tensões em toda a região.

Guterres acredita que a incapacidade de progredir em direção a uma solução de dois Estados só aumentará a volatilidade e o risco para centenas de milhões de pessoas em toda a região. Ele fez um apelo aos governos envolvidos para que usem sua influência para promover a construção de confiança, a segurança mútua e a paz regional.

Quanto à situação na Cisjordânia, onde há relatos dos aumentos de violência, ele pediu a Israel que adote medidas imediatas e responsabilize os autores desses ataques. Além disso, Guterres destacou que, como potência ocupante, Israel deve proteger a população palestina na região contra ataques, violência e intimidação.

JUROS

Bolsas da Europa fecham em alta, a espera do BCE

As bolsas da Europa fecharam em alta na quinta-feira, 18, ampliando ganhos da sessão anterior, em dia na qual são apoiadas por perspectivas para a política monetária do Banco Central Europeu (BCE). Além disso, prossegue a temporada de balanço, com divulgações de importantes empresas. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,32%, a 500,11 pontos.

O vice-presidente do BCE, Luis de Guindos, sinalizou, em discurso no Parlamento Europeu, que a instituição poderá cortar juros em junho se houver mais evidências de que a inflação da zona do euro está caminhando para a meta oficial de 2% de forma sustentável.

O também integrante do conselho do BCE François Villeroy de Galhau afirmou que, a menos que haja uma grande surpresa, a autoridade vai baixar as taxas. "Estamos cada vez mais confiantes na trajetória de desinflação da zona euro", disse à CNBC. Em Frankfurt, o DAX subiu 0,45%, a 17.850,81 pontos. Em Paris, o CAC 40 teve alta de 0,52%, a 8.023,26. Em Milão, o FTSE MIB subiu 0,74%, a 33.881,50 pontos.

A agenda de quinta-feira traz a participação de autoridades do BCE, do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) em eventos ao longo do dia.

Em Londres, o FTSE 100 subiu 0,37%, a 7.877,05 pontos. A maior alta entre os índices foi em Lisboa, onde o BCP subiu 5,99%, em dia que anunciou que pretende distribuir metade ou mais dos lucros pelos acionistas nos próximos anos. O PSI 20 avançou 1,50%, a 6.327,70 pontos. Em Madri, o Ibex35 teve alta de 1,23%, a 10.765,00 pontos.

O Bank of America (BofA) lembra que os futuros apontam para o primeiro corte do BCE em junho e do Fed em novembro ou dezembro, o que representa um dólar mais forte. "Descobrimos que ações de energia, telecomunicações, Noruega, Reino Unido e cheap value tendem a apresentar desempenho superior quando o índice DXY está subindo e são exibidos de forma atraente na atual fase", aponta. Do lado da dívida, embora 36% da dívida total das grandes empresas vença em 2024, as suas receitas são globais e as suas porcentagens de cobertura permanecem elevadas, pontua.

Da temporada europeia de balanços trimestrais, o da ABB agradou, e a ação da empresa suíça de tecnologia industrial saltou 6,26%% em Zurique. Já os resultados da Nokia decepcionaram, e o papel da multinacional finlandesa - que atua em infraestrutura de telecomunicações - caiu 2,22% em Helsinque.

As bolsas da Ásia e do Pacífico fecharam majoritariamente em alta na quinta-feira, 18, com algumas delas interrompendo uma sequência de perdas recentes em meio à demanda por barganhas, apesar do fraco desempenho de Wall Street na quarta-feira.

Liderando ganhos na região asiática, o índice sul-coreano Kospi avançou 1,95% em Seul, a 2.634,70 pontos, depois de acumular perdas por quatro sessões consecutivas, o japonês Nikkei subiu 0,31% em Tóquio, a 38.079,70 pontos, após três pregões negativos, o Hang Seng teve alta de 0,82% em Hong Kong, a 16 385,87 pontos, e o Taiex registrou ganho de 0,43% em Taiwan, a 20.301,20 pontos.

Tanto em Tóquio quanto em Seul, predominou a busca por ações que ficaram mais baratas na recente onda de liquidação.

Na China continental, os mercados ficaram perto da estabilidade e sem direção única, após os robustos ganhos da quarta-feira.

LIQUIDEZ

BC chinês mantém o tom cauteloso de relaxamento

O banco central da China, conhecido como PBoC, demonstrou prudência em relação à adoção de estímulos monetários em ampla escala após dados recentes mostrarem um arrefecimento na liberação de empréstimos bancários, sinalizando que é improvável que vá reduzir taxas juros no curto prazo, uma vez que sua prioridade é estabilizar o yuan.

Autoridades do PBoC mantiveram um tom cauteloso sobre a possibilidade de injetar grandes volumes de liquidez na economia, com o argumento de não ser o caso de "quanto mais, melhor". Também prometeram fazer melhor uso dos empréstimos existentes e evitar que recursos fiquem parados nos bancos, segundo artigo publicado no principal jornal do Partido Comunista chinês, o People's Daily.

Mais recursos serão destinados a empresas com alto grau de eficiência que necessitem de mais financiamento, segundo o chefe do departamento de política monetária do PBoC, Zou Lan, que falou a repórteres na quinta-feira. Ele prometeu que a prioridade do PBoC será aperfeiçoar a qualidade e eficiência do crédito, em vez de focar o volume disponível.

Não houve menção à compra de títulos do tesouro, uma ferramenta raramente utilizada pelo PBoC. Um recente livro sobre discursos políticos do presidente chinês, Xi Jinping, havia deflagrado especulação sobre se o BC chinês poderia recorrer a títulos do tesouro em operações no mercado aberto com o intuito de impulsionar a liquidez de forma agressiva. Vários economistas, porém, consideram que isso é improvável, visto que a China ainda tem espaço para relaxar a política monetária de maneira mais tradicional.

A recente fraqueza do yuan também complica a situação. Embora juros menores pudessem ajudar a economia, também poderiam aumentar a pressão sobre a moeda chinesa.

A taxa de câmbio do yuan deve ser principalmente determinada pelas forças de mercado, mas a China está disposta a agir para garantir a estabilidade da sua moeda e corrigir movimentos unilaterais, reiterou o PBoC na quinta-feira.

DESASTRE

Vulcão em erupção na Indonésia provoca alertas para tsunami

Equipes de emergência trabalhavam na quinta-feira, 18, para retirar milhares de pessoas de uma área remota da Indonésia após o centro de vulcanologia do país emitir o alerta de mais alto nível para o Monte Ruang, indicando uma erupção ativa. Um aeroporto foi fechado e um alerta de risco de tsunami, pela queda de rochas vulcânicas no mar, foi emitido.

Localizado no norte do país, o vulcão começou a expelir lava e cinzas na noite de terça-feira, 16, e a atividade vulcânica registrada pelo Centro de Vulcanologia e Mitigação de Desastres Geológico na quarta-feira, 17, com cinco grandes erupções, obrigou as autoridades a elevar o nível de alerta ao máximo.

O vulcão prosseguia em atividade na quinta-feira, soprando uma fumaça branco-acinzentada 500 metros acima do pico. Como consequência, o aeroporto internacional Sam Ratulangi, na cidade de Manado, a 100 km de distância, foi fechado porque "a propagação de cinza vulcânica poderia colocar em perigo a segurança dos voos", informou em um comunicado Ambar Suryoko, diretor da agência aeroportuária regional.

As autoridades se esforçavam para retirar 11 mil habitantes da área próxima ao vulcão, incluindo alguns da ilha remota de Tagulandang, que tem quase 20 mil moradores. "A estrada está coberta de matéria vulcânica", disse à AFP por telefone Ikram Al Ulah, integrante das equipes de emergência, que está no porto de Tagulandang.

Alguns moradores começaram a abandonar região por conta própria durante a noite, com medo da erupção. "Durante a noite (de quarta-feira), algumas pessoas saíram por conta própria, mas sem uma ordem devido à erupção do vulcão e à queda das pedras", disse Jandry Paendong, da agência local de busca e resgate.

Os socorristas tentam retirar os moradores em barcos e também tiveram de transferir 17 detentos da penitenciária da ilha de Tagulandang.

O centro de vulcanologia da Indonésia alertou para a possibilidade de parte do vulcão colapsar no mar e causar um tsunami. Uma zona de exclusão ao redor da cratera de seis quilômetros foi determinada pelas autoridades.

"A comunidade da ilha de Tagulandang, em particular as pessoas que residem perto da praia, devem permanecer alerta à possível queda de rochas incandescentes (...) e tsunamis provocados pela queda de material do vulcão no mar", declarou Hendra Gunawan, diretor da Agência de Vulcanologia da Indonésia.

Em 2018, a cratera do vulcão indonésio Anak Krakatoa sofreu um colapso e caiu no mar durante uma erupção, perdendo cerca de 75% do seu volume e desencadeando um poderoso tsunami que matou mais de 400 pessoas e deixou milhares de feridos. Uma erupção de 1871 no Monte Ruang também desencadeou um tsunami.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

Diário Comercial
Sexta-feira, 19 de abril de 2024

CENSURA

Barroso: divulgação de dados sigilosos é problema dos EUA

Os documentos não reproduzem a íntegra das decisões devidamente fundamentadas que justificaram a medida e que foram assinadas por Moraes

Antonio Augusto - SCO - STF

Barroso disse que não há "problema nenhum" na divulgação de documentos da Corte por deputados dos EUA. "Isso é um problema interno dos Estados Unidos"

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse na quinta-feira, 18, que não há "problema nenhum" na divulgação de documentos da Corte por deputados dos EUA. "Isso é um problema interno dos Estados Unidos", afirmou. Ele respondeu a um questionamento de jornalistas após a abertura de exposição na sede do Supremo.

O STF divulgou nota para esclarecer que os documentos sigilosos vazados pela ala do Partido Republicano na Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos EUA são apenas os ofícios enviados às plataformas. Os documentos pedem a remoção dos perfis. Os documentos, segundo o STF, não reproduzem a íntegra das decisões devidamente fundamentadas que justificaram a medida e que foram assinadas por Moraes.

"Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação", diz um comunicado divulgado à imprensa pela Secretaria de Comunicação do tribunal.

A ala republicana da Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos EUA divulgou um relatório sobre a suposta "censura do governo brasileiro" ao X (antigo Twitter) e a outras redes sociais, como Facebook e Instagram. O documento inclui 88 decisões do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinando a retirada de perfis das plataformas. Muitas delas foram tomadas pelo ministro Alexandre de Moraes em processos que tramitam sob sigilo no STF. A reportagem procurou o STF para comentários, mas não obteve resposta até o fechamento deste texto.

Segundo um comunicado de imprensa divulgado pelo grupo, o relatório inclui "cópias de 28 decisões em inglês e português exaradas pelo ministro Alexandre de Moraes e destinadas à X Corp"; outras 23 decisões de Moraes "para as quais a X Corp não possui uma tradução em inglês" e ainda 37 decisões do TSE. Alexandre de Moraes é o presidente do TSE desde agosto de 2022.

Segundo os deputados do Partido Republicano, o relatório "expõe a campanha de censura do Brasil e apresenta um estudo de caso surpreendente de como um governo pode justificar a censura em nome do combate ao chamado 'discurso de ódio' e à 'subversão' da 'ordem'".

Ainda de acordo com os representantes republicanos, o "governo brasileiro" estaria "tentando forçar o X e outras empresas de redes sociais a censurar mais de 300 contas, incluindo as de Jair Messias Bolsonaro, a do senador Marcos do Val (Podemos-ES), e Paulo Figueiredo, jornalista brasileiro". No entanto, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) continua com seus perfis ativos nas principais redes sociais.

Alguns dos perfis derrubados por ordem de Alexandre de Moraes já são conhecidos. É o caso de perfis ligados ao empresário Luciano Hang, das Lojas Havan; dos blogueiros Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio; do ex-deputado federal cassado Daniel Silveira; e do youtuber Monark; além do ex-deputado federal Roberto Jefferson.

Nos casos acima, a acusação é a de que eles teriam divulgado versões falsas sobre fraudes nas urnas, promovido ataques contra o STF e defendido até mesmo a edição de um novo AI-5, instrumento de supressão de garantias individuais durante a ditadura militar - caso de Silveira.

Outros, como os jornalistas Bernardo Kuster e Paulo Figueiredo, foram acusados de incentivar os apoiadores de Jair Bolsonaro a "romperem a normalidade democrática". No dia 8 de janeiro de 2023, centenas de bolsonaristas depredaram as sedes do Congresso, do STF e o Palácio do Planalto, em Brasília.

Vários dos perfis derrubados pelas decisões de Alexandre de Moraes não parecem pertencer a figuras públicas. Numa das decisões, do dia 14 de dezembro de 2023, Moraes determina a remoção dos perfis @NsmNews e @canedocando no Twitter.

A decisão foi tomada no âmbito da Petição 9935, que tramita em sigilo no STF. "Senhor diretor, informo que uma decisão foi tomada no âmbito do processo confidencial acima, para cumprimento imediato, nos seguintes termos", diz um trecho.

O mesmo texto se repete em dezenas de decisões, com prazo de duas horas para remoção dos perfis e multa diária de R$ 100 mil. O texto padronizado também pede o envio dos dados de registro das contas para o STF, bem como a preservação do conteúdo postado pelos usuários - ou seja, que ele seja conservado para consulta posterior.

"Tendo em conta a natureza confidencial destes processos, devem ser tomadas as medidas necessárias para mantê-los (em sigilo). Sem mais delongas, aproveito a oportunidade para renovar minhas expressões de elevada estima e consideração", diz o trecho final das decisões.

As decisões de Alexandre de Moraes pela desativação das contas foram tomadas ao longo dos últimos quatro anos no âmbito das investigações sobre milícias digitais e no chamado inquérito das fake news, que investiga ações orquestradas nas redes para disseminar informações falsas e discurso de ódio, com o objetivo de minar as instituições e a democracia.

A divulgação das decisões judiciais determinando a remoção dos conteúdos por parte dos congressistas dos EUA ocorre após o dono da X Corp, o multibilionário Elon Musk, prometer divulgar ordens de Alexandre de Moraes contra perfis em sua rede social. "Em breve, o X publicará tudo o que é exigido por Alexandre de Moraes e como essas solicitações violam a legislação brasileira", disse o bilionário no começo deste mês.

No último dia 6, Musk utilizou o X para acusar Moraes de infringir a Constituição brasileira e promover a censura em decisões judiciais. No dia seguinte, o bilionário disse que Moraes deveria renunciar à sua cadeira na Corte ou sofrer um impeachment.

Em resposta, o ministro incluiu o empresário como investigado no inquérito das milícias digitais por "dolosa instrumentalização" do X.

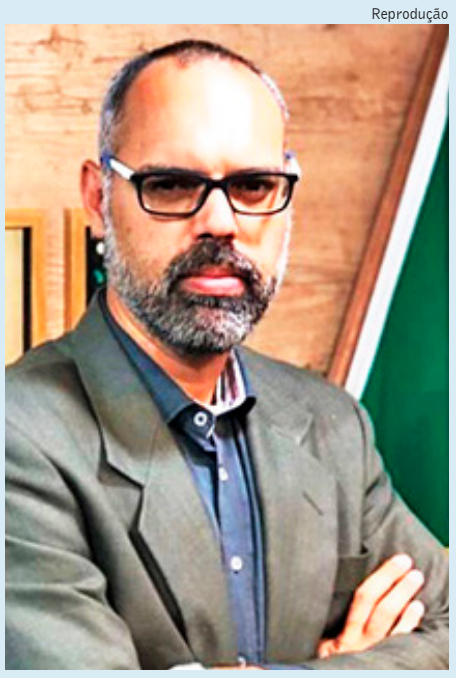
O bilionário reagiu, chamando Moraes de "ditador" e afirmando que ele teria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "na coleira".

Na segunda-feira, 15, Musk voltou a atacar o magistrado, afirmando que ele exige que a sua rede social viole as leis brasileiras. Em uma nota, o X alegou ter sido forçado, por decisões judiciais, a bloquear determinadas contas populares e que não sabe os motivos pelos quais as ordens de bloqueio foram emitidas.

AMEAÇAS

Allan dos Santos divulgou o número de Moraes em live

Reprodução



Allan divulgou o número do ministro do STF

O blogueiro de extrema direita Allan dos Santos teve acesso ao número de celular do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em meados de novembro de 2022, e tentou ligar para o magistrado com o objetivo de intimidá-lo durante uma transmissão ao vivo para os seus seguidores nas redes sociais. O registro consta de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinada pelo juiz auxiliar da Presidência Marco Antonio Martin Vargas, onde Moraes exerce o cargo de presidente.

As informações integram a lista de documentos vazados, por deputados do partido Republicano dos Estados Unidos que integram a Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes.

O despacho ainda cita que Allan divulgou intencionalmente o número do ministro durante a tentativa de contatá-lo. O ocorrido foi identificado pela Assessoria de Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE. O relatório do caso cita que a divulgação dos dados de Moraes "resultou no recebimento de diversas ligações e mensagens de cunho ofensivo e ameaçador, colocando em risco a segurança pessoal do ministro e de sua família".

"A partir dos fatos relatados, verifica-se o compartilhamento irregular de dados pessoais com a finalidade inequívoca de transferir, para a pessoa do ministro presidente, os ataques institucionais com base em desinformação que afetam a integridade do processo eleitoral, com o objetivo mediato de fomentar protestos antidemocráticos que visam à ocorrência de ruptura constitucional, mediante intervenção federal ou militar", afirmou o juiz Martin Vargas no despacho.

A exposição dos atos de Allan veio acompanhada de uma ordem para que a rede social Instagram removesse, no prazo máximo de duas horas, o perfil criado pelo blogueiro para realizar a live, sob pena de multa de R$ 150 mil. Também foi determinado que o X (antigo Twitter) removesse a publicação de uma conta que transmitiu os ataques ao ministro.

Consta no documento que o relator do processo era o próprio ministro Moraes e que a parte interessada na decisão seria o TSE - ou seja, o magistrado teria instruído o processo do qual foi vítima. Além disso, a decisão partiu de um de seus juízes auxiliares no gabinete da Presidência do TSE. A decisão está incluída no rol de documentos sigilosos divulgados por parlamentares norte-americanos na esteira do conflito entre Moraes e o bilionário dono da plataforma X, Elon Musk.

De acordo com o STF, os documentos divulgados pelos deputados dos EUA não são as decisões fundamentadas que determinaram a retirada de conteúdos ou perfis, mas sim os ofícios enviados às plataformas para cumprimento da decisão. "Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação", informou o Supremo, em nota.

EXECUÇÃO FISCAL

MP arquivará investigação de crimes tributários

O Ministério Público Federal pode arquivar investigações sobre crimes de descaminho e contra a ordem tributária - previstos na Lei nº 8.137/90 -, quando a soma da dívida com a Fazenda Nacional não for superior a R$ 20 mil. Esse é o novo texto do Enunciado nº 49 da Câmara Criminal do MPF.

O texto foi revisto na sessão do colegiado realizada na segunda-feira, 15. É uma orientação a todos os procuradores do país. As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República.

A Câmara Criminal considerou o valor mínimo fixado nas Portarias do Ministério da Fazenda nº 75/2012 e 130/2012 para que seja dado início a um processo de cobrança - execução fiscal.

A Procuradoria informou que o texto original do enunciado foi atualizado para retirar a ressalva que impedia o arquivamento caso ficasse comprovada a conduta reiterada do investigado na mesma modalidade criminosa, ocorrida em períodos de até cinco anos.

Segundo a Procuradoria, a medida 'busca atender os princípios da eficiência, da efetividade e da utilidade da persecução penal'.

A mudança ocorreu após a Câmara Criminal homologar arquivamento promovido por um procurador da República em primeira instância no âmbito de uma investigação de descaminho (desvio de mercadoria para driblar impostos).

Neste caso, 'após a atuação reiterada do investigado', o total de débitos tributários era inferior a R$ 15 mil, valor que fica abaixo do limite estabelecido pelas Portarias do Ministério da Fazenda.

O procurador aplicou o princípio da insignificância, que pode ser adotado em condutas classificadas de 'pequena gravidade' - quando o dano é tão insignificante que não compensa acionar o sistema de Justiça para aplicar punição. O juiz, no entanto, discordou da decisão em razão da 'conduta reiterada'.

No parecer em que votou pela homologação do arquivamento, o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, relator da matéria na Câmara Criminal do MPF, destaca que, 'conforme a lei vigente e precedentes já estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça', a conduta reiterada não impede, por si só, que a insignificância seja reconhecida. Para ele, o princípio pode ser aplicado na análise do caso concreto, desde que a medida seja socialmente recomendada.

O subprocurador anotou que a Lei nº 10.522/2002 determina que, para atingir o limite de R$ 20 mil necessário para motivar processo de execução fiscal, a Fazenda pode reunir todos os débitos existentes e cobrá-los de uma só vez, independente de reiteração ou habitualidade delitiva.

Se o valor não chegar a R$ 20 mil, não há interesse fiscal na execução do crédito. O colegiado homologou o arquivamento do caso e alterou o Enunciado nº 49.

É cabível o arquivamento de investigações referentes ao crime de descaminho e aos crimes contra a ordem tributária previstos na Lei nº 8.137/90, quando a soma dos débitos à Fazenda Nacional não for superior a R$ 20.000,00, limite fixado nas Portarias MF 75/2012 e 130/2012 para o início do interesse fiscal, em conformidade com os postulados da eficiência, da efetividade e da utilidade.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PROTESTO

Bolsonaro diz que país está perto de uma ditadura e pede ato no Rio

O ato na orla de Copacabana, que servirá para Bolsonaro se defender das investigações sobre a suposta tentativa de golpe de Estado, terá como novo elemento as críticas de Musk ao Supremo

Divulgação

Manifestação em Copacabana: "vamos fazer o nosso ato pacífico, em defesa da democracia. Sem cartazes, sem qualquer faixa. Vamos lá, fazer essa manifestação que, novamente, servirá para uma fotografia"

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que o País está "perto de uma ditadura" e que o ato no Rio neste domingo, 21, será em "defesa da democracia". Em vídeo publicado na quinta-feira, 18, o ex-chefe do Executivo pediu aos apoiadores que não levem faixas e cartazes na manifestação, mesma conduta que adotou no evento realizado em São Paulo, em fevereiro.

O ato na orla de Copacabana, que servirá para Bolsonaro se defender das investigações sobre a suposta tentativa de golpe de Estado, terá como novo elemento as críticas do empresário Elon Musk ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sem citar o relatório divulgado na quarta-feira, 17, por deputados republicanos da Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos sobre "suposta censura do governo brasileiro" a redes sociais, Bolsonaro afirmou que a proposta é fazer uma defesa da liberdade de expressão.

"Vamos fazer o nosso ato pacífico, em defesa da democracia. Sem cartazes, sem qualquer faixa. Vamos lá, fazer essa manifestação que, novamente, servirá para uma fotografia para o mundo e nós discutirmos aí, realmente, o nosso Estado Democrático de Direito", afirmou o ex-presidente em um vídeo publicado pelo pastor evangélico Silas Malafaia, um dos organizadores da manifestação, no X.

Também com apelos para que os apoiadores não levassem faixas "contra quem quer que seja", Bolsonaro convocou os seus apoiadores para se reunir na Avenida Paulista, no dia 25 de fevereiro. Centenas de milhares de bolsonaristas atenderam ao chamado na ocasião. No ato, Bolsonaro minimizou as provas obtidas pela investigação da PF e defendeu anistia aos vândalos presos pelos atos do 8 de Janeiro.

Em atos anteriores convocados pelo ex-presidente, tornou-se comum o surgimento de faixas pedindo intervenção federal e atacando ministros do Supremo.

A manifestação convocada por Bolsonaro já tem a presença confirmada de parlamentares e governadores aliados do ex-presidente. Entre os políticos que estarão em Copacabana, estão o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), e o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), pré-candidato à prefeitura da capital fluminense.

Também são aguardados membros do clã Bolsonaro, como a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o vereador do Rio Carlos Bolsonaro (PL), que recentemente se filiou ao partido do ex-presidente. Silas Malafaia, que fez um pronunciamento com ataques ao STF para os apoiadores do ex-presidente no ato realizado na Paulista, vai discursar novamente.

MERCADO DE BETS

Apostas online só poderão ser pagas por PIX ou transferências

Divulgação

As apostas deverão ser pagas e não poderão ser feitas com cartões de crédito

O governo definiu as regras para pagamentos de prêmios e de apostas esportivas de quota fixa, o chamado mercado bet. Criada em 2018, pela Lei 13.756, a modalidade lotérica que reúne eventos virtuais e reais vem sendo regulamentada desde o ano passado.

De acordo com portaria do Ministério da Fazenda publicada na quinta-feira (18), no Diário Oficial da União, as apostas deverão ser prontamente pagas e não poderão ser feitas com cartões de crédito, boletos de pagamento, ou pagamentos com intermediário nem com dinheiro, cheque ou criptomoedas. Dessa forma, as transações financeiras do mercado de bets foram restritas às operações diretas entre contas autorizadas pelo Banco Central.

Os prêmios devem ser pagos em um prazo de 120 minutos, após o fim do evento que gerou as apostas, por meio de uma contra transacional, ou seja, criada pelo operador do mercado de bets, em um banco autorizado, exclusivamente, para receber os aportes das apostas e separada do patrimônio do operador. A conta manterá o valor do prêmio até a transferência ao vencedor da aposta, que só poderá acessar o valor por meio da conta bancária cadastrada no momento da aposta.

A cada encerramento de uma sessão de apostas, o operador fará a apuração dos prêmios e do valor de sua remuneração, conforme o previsto na lei, e deverá garantir a premiação, mesmo que haja saldo insuficiente na conta transacional. As regras permitem que o saldo dessas contas pode ser aplicado em títulos públicos federais.

Além disso, os operadores de bets deverão manter uma reserva financeira mínima de R$ 5 milhões, também na forma de títulos públicos federais, fora das contas transacionais e também das contas próprias para prevenir caso de falência.

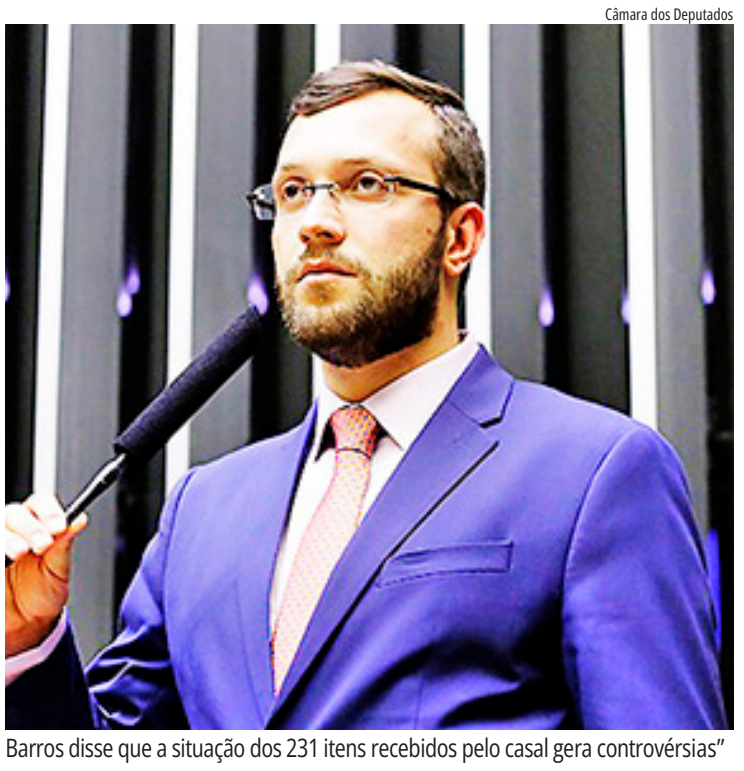
Em dezembro de 2023, a proposta apresentada pelo governo ao Congresso Nacional para complementar as regras do mercado de bets foi aprovada e a Lei 14.790 trouxe mais detalhes para a legislação já existente. Entre as novidades, um artigo que veda a operação de agentes privados não autorizados.

A publicação estabelece o prazo de seis meses, a contar da data de publicação de regulamento específico da recém-criada Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda sobre o assunto, para que os agentes não autorizados regularizem a situação. De acordo com o calendário divulgado pelo órgão, essas normas devem ser publicadas ainda neste mês de abril.

VIAGENS

Líder da oposição quer a lista de presentes recebidos por Lula e Janja

Câmara dos Deputados



Barros disse que a situação dos 231 itens recebidos pelo casal gera controvérsias"

O deputado federal Filipe Barros (PL-PR), líder da oposição na Câmara dos Deputados, solicitou acesso à lista de presentes recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pela primeira-dama Rosângela Lula da Silva (PT) durante as viagens internacionais e nacionais realizadas por eles. O parlamentar argumenta que a situação dos 231 itens recebidos pelo casal do primeiro dia do mandato até 2 de maio de 2023 "gera controvérsias".

O requerimento de acesso aos dados, protocolado na quarta-feira, 17, solicita ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo (PT), além da lista detalhada de presentes recebidos entre o início do mandato de Lula e o dia 16 de abril de 2024, informações sobre o encaminhamento dado aos itens e os valores gastos com alimentação durante as viagens do presidente.

Segundo Barros, as "mais de 15 viagens" de Lula não proporcionaram "efeitos positivos para o Brasil até o momento", o que justifica o pedido de "fiscalização" que tem como objetivo o "esclarecimento da situação". Ainda, o deputado menciona a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de auditar o recebimento dos bens dados a Lula em 2023, antes do fim da gestão do mandatário.

Os presentes recebidos pelo presidente são catalogados pela Diretoria de Documentação Histórica, que faz parte do gabinete da Presidência. Em junho de 2023, o órgão admitiu que a lista contendo os bens dados a Lula, sendo 63 deles internacionais, poderia estar incompleta.

No caso das joias que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentou trazer ilegalmente para o País, diversos servidores foram mobilizados para impedir justamente esta etapa do cadastro. O colar, anel, relógio e o par de brincos de diamantes avaliados em R$ 16,5 milhões eram um presente do príncipe da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman al Saud, e foram apreendidas no aeroporto de Guarulhos quando Bolsonaro e a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro, voltaram da viagem.

A fim de liberar os presentes, o ex-presidente atuou pessoalmente e ainda acionou três ministérios para forçar a liberação dos itens que estavam na mochila de um militar, assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque Ao todo, foram oito tentativas para que Bolsonaro ficasse com as joias.

A revelação gerou tanto impacto que, em junho do ano passado, Janja e Lula cancelaram um jantar com o príncipe em Paris para evitar a má repercussão causada pelo encontro.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

TESTE DE SOLO

CEO da Embraer-X diz que viagens de táxi aéreo serão lançadas no Brasil

Daniel expressou confiança de que o Brasil sairá vencedor, já que a Eve é a única startup deste mercado, que é apoiada por uma empresa muito forte com mais de 50 anos de engenharia

Divulgação

Daniel Moczydlower: "o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui uma estrutura nacional própria, que suporta a gestão do tráfego aéreo"

A empresaaeroespacial brasileira Eve Air Mobility – uma subsidiária independente da brasileira multinacional aeroespacial Embraer – espera ter sua primeira aeronave nos céus já em 2026.

Falando no palco do Web Summit Rio, o presidente e CEO da Embraer-X, Daniel Moczydlower disse que a empresa já anunciou a linha de montagem e a primeira fábrica.

"Vai ser na cidade de Taubaté. Até o final de 2026, teremos testes de solo suficientes, dados de testes de voo e dados de túnel de vento que podemos fornecer à agência a ANAC - Autoridade Brasileira – para que possam verificar se tudo está funcionando de acordo com seus padrões. Eles podem nos dar o selo e então todos nós podemos começar a aproveitar o voo", disse.

Os comentários de Daniel ocorrem no momento em que a corrida aeroespacial urbana esquenta entre empresas dos EUA, China, Médio Oriente e América Latina.

Daniel expressou confiança de que o Brasil sairá vencedor: "Somos a única startup deste mercado que é apoiada por uma empresa muito forte com mais de 50 anos de engenharia, experiência e conhecimento como certificar aeronaves para transportar passageiros civis com segurança. Então, nossa previsão é que muitas empresas que estão tentando chegar lá não terão sucesso, e isso é a regra natural do jogo. Eles serão adquiridos ou abandonados ao longo do caminho."

Segundo ele, o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui uma estrutura nacional própria, tecnologia para o software de missão crítica que suporta a gestão do tráfego aéreo. "Esse software foi desenvolvido por empresa criada pela Força Aérea Brasileira, posteriormente adquirida pela Embraer [e] ... está trabalhando em conjunto com a Eve Air Mobility para desenvolver a próxima geração de software de gerenciamento de tráfego aéreo. Já anunciamos isso. Isso é uma notícia muito recente também. O produto se chamará Vector. Então Vector é o produto da Eve, que será marketing global e permitirá aos países administrar o espaço aéreo de uma forma muito segura, para permitir a introdução dos eVTOLs, porque sem uma tecnologia como essa, você seria limitado ao que os helicópteros podem fazer hoje."

Os comentários de Daniel foram feitos como parte de uma discussão mais ampla sobre a indústria aeroespacial brasileira no Web Summit Rio, onde mais de 34 mil pessoas se reuniram para discutir as questões mais urgentes em torno da tecnologia e para fazer conexões significativas que moldará o futuro.

Também presente no evento, a cofundadora da AuthentifyIT e membro do conselho da UNESCO's Impact - Conselho Empresarial para IA e ESG – alertou as empresas para considerarem os limites do uso dos dados das pessoas ao empregar sistemas de IA.

Enfatizando a necessidade crítica de transparência e ética em startups orientadas por IA, Bianca disse que "se a sua startup está olhando dados e aproveitando dados, modelos, esteja pronto para dizer às pessoas como. E se você acha que isso é IA e você tem uma IA prática, procure contratar alguém que fale sobre ética que atenda aos limites do uso de dados das pessoas."

Ela acredita que as startups são apanhadas pela emoção de dizer 'eu sou IA', assim como foi emocionante dizer 'tenho APIs' e 'sou um "inserto aqui"... seguros, fintech...'.

Bianca também abordou equívocos comuns na indústria em relação às capacidades de AI, alertando contra superestimar o estado atual da tecnologia. "Todos vocês estão usando as palavras, mas, muitas vezes, com isso, surgem conceitos errados. E muitas coisas lá fora não existem realmente IA."

REGISTRO EMPRESARIAL

Minas encerra trimestre com alta de 5,94% em aberturas

O estado de Minas Gerais encerrou o primeiro trimestre de 2024 com alta de 5,94% no número de empresas abertas em todo o Estado, na comparação com o mesmo período do ano passado. Foram 23.444 novos empreendimentos formalizados de janeiro a março deste ano, 1.314 a mais que o volume verificado nos três primeiros meses de 2023, que foi de 22.130.

Os dados são da Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg), autarquia responsável pelos registros de abertura, alteração e extinção de atos empresariais no Estado.

O melhor desempenho do trimestre, proporcionalmente, foi registrado em fevereiro, com alta de 21,24% na abertura de empresas, na comparação com o mesmo mês de 2023. Pelo mesmo critério, janeiro teve saldo positivo de 6,43%, enquanto março apresentou oscilação de –6,06%.

Em números absolutos, neste ano, foram abertas 7.766 empresas em janeiro, 7.745 em fevereiro e 7.933 em março. No ano passado, foram 7.297 em janeiro, 6.388 em fevereiro e 8.445 em março.

Por atividade econômica, o setor industrial foi o que registrou a maior alta, proporcionalmente, com elevação de 7,44% no período comparado. Foram 1.170 novos empreendimentos industriais de janeiro a março deste ano contra 1.089 nos três primeiros meses de 2023.

No setor de serviços, a alta foi de 6,29%, com a abertura de 16.965 novas empresas no primeiro trimestre deste ano, contra 15.961 do mesmo período de 2023.

O setor do comércio teve aumento de 4,49%, ao formalizar 5.309 novos negócios nos três primeiros meses deste ano contra 5.081 nos mesmos meses de 2023.

Encerramentos

Em relação aos encerramentos, 15.534 empresas fecharam as portas no primeiro trimestre do ano, uma variação de 16,69% em relação ao período comparado de 2023, quando foram verificadas 13.311 baixas. O aumento nas extinções foi puxado pelos números de janeiro (4.710), fevereiro (5.477) e março (5.347).

Ainda assim, conforme os dados da Jucemg, o número de extinções se verifica bem abaixo do número de constituições em todo o período. Em janeiro, a diferença entre aberturas e encerramentos foi de 3.056 empresas, enquanto em fevereiro foi de 2.268 e, em março, de 2.586 empresas.

"Como mostram os dados da Jucemg, nos últimos anos, o número de empresas que abrem em Minas Gerais vem sempre batendo o número de empresas que fecham. É o que se verifica também agora, em 2024, evidenciando a força econômica do Estado", afirma Patricia Vinte.

Ranking regional

No acumulado do ano, as regiões que mais abriram novos negócios em proporção foram: Noroeste (18,53%), Triângulo Mineiro (11,38%), Sul de Minas (11,25%), Rio Doce (9,91%) e Centro-Oeste (6,31%). Em sequência, aparecem: Alto Paranaíba (6,08%), Central (4,56%), Jequitinhonha/Mucuri (4,13%), Zona da Mata (3,92%).

Reprodução Instagram Fenaju

O presidente do CDL Rio, Carlos Monjardim, e o presidente da Jucerja, Sérgio Romay, durante assinatura

Jucerja e CDL Rio assinam acordo de cooperação técnica

A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) e a Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro – SPC Rio (CDL Carioca) assinaram, na quarta-feira (17), acordo de cooperação técnica.

Com o convênio, a Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro terá acesso aos dados das empresas do município do Rio de Janeiro registradas na Junta Comercial.

Com isso, o CDL Carioca poderá oferecer soluções de crédito e cadastro para as empresas, colaborando para a geração de emprego e renda e fomentando a atividade empresarial e o ambiente de negócios.

O termo foi assinado pelo presidente da Jucerja, Sergio Romay, e pelo presidente da CDL Carioca, Carlos Monjardim. O Assessor da Presidência William Rocha e o Superintendente do SPC Rio, Wanderlei Silva, assinaram como testemunhas.

Empreendedores

A Jucerja, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ), está implementando Centros de Atendimento ao Empreendedor (CAE) no estado.

O primeiro centro será inaugurado dia 24 de abril em Campo Grande, na Zona Oeste da capital fluminense. O CAE de Campo Grande fica na Avenida Cesário de Melo, 3006, Loja 211-A, Campo Grande.

Treinamento

Os Agentes de Integração Comunitária (AIC) do Projeto Aprendiz do Sucesso receberam um treinamento na última terça-feira (16), na sede da Jucerja. Vinte e quatro agentes de 24 núcleos estiveram presentes e conheceram o funcionamento do programa. Os agentes farão as inscrições dos participantes e serão responsáveis pelos núcleos.

O Aprendiz do Sucesso é um projeto de responsabilidade social da JUCERJA, em parceria com o IBAM, que visa capacitar jovens de baixa renda ao empreendedorismo. Ao todo, até mil jovens entre 18 e 29 anos serão preparados para montar seu próprio negócio.

Juceal reduz em 48h o tempo médio para processos empresariais

A Junta Comercial do Estado de Alagoas (Juceal) conseguiu, em dois meses, reduzir o tempo médio para andamento de processos colegiados em 48h16. A melhora de tempo decorreu após a autarquia responsável pelo registro de empresas desvincular os processos colegiados de turmas específicas e criar uma turma extra para análise dos documentos.

A média de andamento para processos colegiados em 2023 foi de 117h03. Esse tempo considera desde o momento em que o cliente protocola o processo até a adição à pauta, a análise por parte dos vogais e a disponibilização do processo para o solicitante, seja com exigência para correção, seja com autenticação.

Em abril, dois meses após a desvinculação às turmas, houve a redução de 41,23% quando comparada à média de 2023. Neste mês, o andamento interno dos processos colegiados atingiu a marca 68h47 de média.

"Pensamos em ações pontuais que teriam um impacto muito grande de retorno para os empresários, os advogados, os contadores e outros profissionais. Os processos singulares são mais ágeis, mas os colegiados, que são mais complexos, antes poderiam durar semanas por uma burocracia excessiva. Internamente nos setores houve uma organização e o processo agora é mais rápido e permanece com a mesma segurança jurídica de sempre", salientou o presidente da Juceal, Ricardo Dória.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração | Prumo: A Prumo avançou significativamente em 2023 na estratégia de negócios de desenvolver o Porto do Açu como a melhor plataforma para acomodar o desenvolvimento e a instalação de projetos de baixo carbono e transição energética do país. O ano tem como marco para a companhia a assinatura de acordo com a Mingyang Smart Energy, para desenvolver uma planta fotovoltaica que ocupará uma área de 371,66 hectares no Porto do Açu, equivalente a cerca de 372 campos oficiais de futebol e com capacidade instalada de 220 MWp. Ainda em renováveis, destacamos a audiência pública para licenciar uma área de 1 milhão de metros quadrados para a instalação de um hub de produção de hidrogênio e derivados de carbono, como amônia verde, no Porto do Açu. O diferencial possibilitará atração ainda maior de companhias globais para o Açu, visando a instalação de plantas e ocupação da retroárea. Para hidrogênio de baixo carbono, foram anunciados Memorandos de Entendimentos com Equinor, SPIC Brasil e Comerc Energia, que seguem em fase de estudo de viabilidade. A Prumo também anunciou acordos para eólica offshore, em memorandos com EDF Renewables. Corio, TotalEnergies, Neoenergia e Ocean Winds. Entre as subsidiárias, 2023 foi um ano marcado por ótimos resultados. Na Porto do Açu Operações (PDA), o Terminal Multicargas quadruplicou sua capacidade estática de armazenamento. Também foi o divulgado o contrato com a Refinaria Sal Cisne, para rota regular de cabotagem entre Rio Grande do Norte e o Açu. Ainda em agrobusiness, foram anunciadas parcerias com Geo Biogás, para estudo de planta de biometano; e com a Toyo Setal, para atrair investidores para uma futura fábrica de fertilizantes azuis e verdes, com capacidade para 1,38 milhão de toneladas de ureia e 781,5 mil toneladas de amônia por ano. O grande marco da PDA certamente foi a assinatura do contrato com a Petrobras para pré-descomissionamento sustentável de três plataformas de produção, que deve se transformar em um hub para este serviço no país. Com a Vale, fizemos a primeira movimentação de briquete verde, produto inovador que pode reduzir em 10% as emissões da siderurgia. Também com a gigante de mineração, celebramos a assinatura de um MOU para o futuro hub de metálicos, que será o indutor da descarbonização do aço no Brasil e também poderá auxiliar empresas globais nas metas de carbono zero. A Vast superou a Petrobras como terminal com maior movimentação de óleo cru neste ano no Brasil e registrou recorde de operações em 2023: foram 215, um aumento de 29,5% no número de operações. Além disso, outro projeto que avançou durante o ano de 2023 foi o de aquisição de participação societária da empresa Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu Ltda. ("TECMA") junto à NFX, pendentes algumas condições precedentes para a conclusão do deal. Ferroport segue como o 4º mais importante terminal de minério de ferro do país, com 150 milhões de toneladas embarcadas desde o início das operações, em 2014. Em 2023, firmou acordo com a Anglo American para reuso de água de uso industrial para viabilizar no Açu o maior hub de hidrogênio de baixo carbono do país. Com um extraordinário crescimento de 65% na receita, a Dome apresentou recorde mensal de 85 atracações em agosto/2023 e anunciou a sua entrada no mercado de descomissionamento de linhas submarinas com parceiros do setor de O&G. Por sua vez, a NFX apresentou o maior resultado de sua história, com um EBITDA acima de R$80 milhões e média recorde de mais de 20 mil m³ de venda de MGO por mês. A Reserva Caruara completou um ano de inauguração com números impressionantes: mais de 22 mil visitantes, parcerias com 180 instituições de ensino e 70 programações especiais e mais de um milhão de filhotes da tartaruga *Caretta caretta* devolvidos ao mar. Para 2024, a Prumo conduz sua estratégia avançando em contratos com players de porte mundial, sobretudo em renováveis, foco da companhia para os próximos anos. Seguindo a estratégia global traçada pelos acionistas da holding, o Porto do Açu se estrutura para ser o principal porto-indústria da transição energética no Brasil e abrigar um ecossistema com integração de negócios. A expectativa é que, até o final desta década, os projetos de baixo carbono estejam implementados, sendo um dos poucos portos no mundo com industrialização fóssil e renovável atuando concomitantemente, alavancando a infraestrutura portuária competitiva, os insumos disponíveis e a conectividade logística e de energia, potenciais que reunidos fazem do Açu a plataforma para acelerar a descarbonização das cadeias industriais, especialmente as *hard-to-abate*, como siderurgia. Há oportunidade única para atrair indústrias para o Porto do Açu, com a criação de clusters industriais e cadeias de valor integradas, que irão alavancar o desenvolvimento socioeconômico do país, conciliando crescimento econômico e preservação da natureza.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	126.633	271.538	451.981	437.639
Títulos e valores mobiliários	6	13.043	48.258	399.613	484.598
Caixa restrito	6	34.715	36.840	83.713	290.307
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	151.563	308.044
Clientes	8	-	-	164.219	139.742
Contas a receber com partes relacionadas	19	4.527	1.815	6.105	17.139
Impostos a recuperar	9	15.371	7.871	34.706	49.285
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	75	430	69.502	28.802
Dividendos a receber	19	33.075	-	58.139	21.100
Outras contas a receber		1.726	68.263	34.504	82.553
Total do ativo circulante		**229.165**	**435.015**	**1.454.045**	**1.859.209**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	2.745.731	3.074.592
Depósitos bancários vinculados	7	-	-	193.839	187.411
Clientes	8	-	-	113.183	88.371
Contas a receber com partes relacionadas	19	-	-	47.549	24.183
Mútuos com partes relacionadas	19	50.604	44.974	143.209	127.048
Debêntures	13	-	-	654.809	659.393
Créditos com terceiros	14	-	-	68.682	70.031
Depósitos restituíveis	11	-	-	50.430	58.760
Depósitos judiciais	12	363	450	13.130	12.254
Impostos a recuperar	9	3.640	2.647	7.012	4.651
Impostos diferidos	10	-	-	183	372
Outros		1.535	1.535	3.706	2.749
Investimentos					
Participações societárias	15	405.633	564.294	1.417.378	1.561.307
Propriedade para investimento	16	-	-	529.817	529.817
Imobilizado	17	2.560	2.747	4.071.636	4.309.362
Intangível	18	2.067	2.952	57.704	67.166
Direito de uso	25	1.444	859	76.563	40.300
Total do ativo não circulante		**467.846**	**620.458**	**10.194.561**	**10.817.767**
Total do ativo		**697.011**	**1.055.473**	**11.648.606**	**12.676.976**

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	20	3.817	7.655	101.490	74.904
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	-	-	942.482	746.426
Passivo de arrendamento	25	2.481	1.667	13.019	6.027
Salários e encargos a pagar		29.198	27.111	84.230	70.525
Contas a pagar com partes relacionadas	19	20	8	14.186	13.849
Adiantamento de clientes		-	-	4.453	460
Impostos e contribuições a recolher	23	5.513	8.426	32.491	23.861
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23	-	-	73.449	16.108
Derivativos - hedge	34	-	-	876	324
Outras contas a pagar		-	-	1	1
Total do passivo circulante		**41.029**	**44.867**	**1.266.677**	**952.485**
Não circulante					
Fornecedores	20	-	-	-	152
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	-	-	12.130.486	12.961.517
Passivos de arrendamento	25	-	246	71.370	39.124
Mútuo com partes relacionadas	19	2.129.088	2.181.338	1.117.102	1.203.954
Obrigações com terceiros		-	-	-	19.880
Impostos e contribuições a recolher	23	62.806	64.848	75.164	64.848
Provisão para contingências	24	-	-	13.870	13.260
Provisão para perda de investimentos	15	2.019.720	1.904.652	119.471	122.732
Impostos diferidos	10	-	-	247.503	193.647
Outras contas a pagar		-	-	11.182	484
Total do passivo não circulante		**4.211.614**	**4.151.084**	**13.786.148**	**14.619.598**
Patrimônio líquido					
Capital social	26	3.292.821	3.292.821	3.292.821	3.292.821
Reservas de capital		(728.726)	(728.726)	(728.726)	(728.726)
Outros resultados abrangentes		838.702	804.794	838.702	804.794
Prejuízos acumulados		(6.958.429)	(6.509.367)	(6.961.539)	(6.519.723)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**(3.555.632)**	**(3.140.478)**	**(3.558.742)**	**(3.150.834)**
Participação de acionistas não controladores		-	-	154.523	255.727
Total do patrimônio líquido		**(3.555.632)**	**(3.140.478)**	**(3.404.219)**	**(2.895.107)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**697.011**	**1.055.473**	**11.648.606**	**12.676.976**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida de serviços	29	-	-	1.431.517	1.048.373
Custo dos serviços prestados	30	-	-	(776.408)	(620.111)
Lucro bruto		**-**	**-**	**655.109**	**428.262**
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	31	(98.080)	(92.402)	(295.829)	(265.261)
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6,7,8	49	(72)	(7.281)	233
Reversão da provisão de perdas de depósitos restituíveis	11	-	-	(159)	4.389
Outras receitas		-	14	2.538	8.662
Outras despesas		-	(58)	(11.956)	(5.445)
Resultado antes do resultado financeiro.		**(98.031)**	**(92.518)**	**342.422**	**170.840**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	32	135.131	181.104	1.091.951	1.087.802
Despesas financeiras	32	(7.457)	(22.029)	(1.887.858)	(1.889.167)
		127.674	**159.075**	**(795.907)**	**(801.365)**
Resultado de equivalência patrimonial	15	(478.834)	(583.714)	70.928	64.479
Resultado antes dos impostos		**(449.191)**	**(517.157)**	**(382.557)**	**(566.046)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(74.342)	(16.489)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	129	-	(64.182)	3.141
Prejuízo líquido do exercício		**(449.062)**	**(517.157)**	**(521.081)**	**(579.394)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(449.062)	(517.157)	(441.794)	(513.464)
Acionistas não controladores		-	-	(79.287)	(65.930)
Prejuízo líquido do exercício		**(449.062)**	**(517.157)**	**(521.081)**	**(579.394)**
Resultado por ação					
Prejuízo líquido por ação ordinária – básico e diluído (em R$)	28	(1,19426)	(1,37536)	(1,17493)	(1,36553)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(449.062)**	**(517.157)**	**(521.081)**	**(579.394)**
Outros resultados abrangentes de operações continuadas				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (líquidos de impostos):				
Ajustes acumulados de conversão	47.630	(24.105)	47.630	(203.903)
Ganho/perda na operação de *hedge*	(3.026)	1.368	(3.026)	(4.384)
Ganho na variação percentual em investida na GNA	-	-	-	2.314
Perda na variação percentual em investida na PDA	(10.696)	1	(10.696)	(7.660)
Efeito na emissão de ações sem valor nominal na Vast	-	-	-	(22.182)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(415.154)**	**(539.893)**	**(487.173)**	**(815.209)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(415.154)	(539.893)	(407.886)	(749.279)
Acionistas não controladores	-	-	(79.287)	(65.930)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(449.191)	(517.157)	(382.557)	(566.046)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Amortização de direito de uso	1.204	1.193	15.715	4.671
Depreciação e amortização	1.430	1.420	264.344	252.632
Baixa do imobilizado	-	32	7.281	18.938
Resultado de equivalência patrimonial	478.834	583.714	(70.928)	(64.479)
Variação cambial, monetária e juros	(92.955)	(159.626)	594.378	1.185.028
Amortização do custo de transação	-	-	66.881	107.673
Provisão (reversão) para perda de depósitos restituíveis	-	-	159	(4.389)
Provisão (reversão) para perda - recebíveis	(49)	72	-	8.612
Reversão ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(13.725)
Provisão para bônus	23.257	31.420	63.061	61.298
Provisão (reversão) para contingências	-	-	115	(257)
(Aumento) redução em clientes - receita linear	-	-	(32.947)	(34.104)
	(37.470)	**(58.932)**	**525.502**	**955.852**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	-	-	(16.342)	(9.145)
Depósitos restituíveis	-	-	8.330	(16)
Depósitos judiciais	-	-	(876)	(811)
Impostos a recuperar	(8.493)	(4.044)	(28.482)	(2.846)
Créditos com terceiros	-	-	10.174	(8.671)
Outros valores a receber	66.538	3.273	38.136	20.270
Fornecedores	(3.839)	(2.899)	26.434	13.018
Partes relacionadas - contas a receber	(2.712)	481	(12.332)	7.142
Adiantamento de clientes	-	-	3.993	(18.185)
Impostos e contribuições a recolher	(4.955)	(961)	153.773	24.096
Partes relacionadas - contas a pagar	12	7	(337)	3.937
Salários e férias a pagar	(21.170)	(37.930)	(46.652)	(60.117)
Outras contas a pagar	-	-	-	(12.682)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	(77.486)	(13.018)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**(12.089)**	**(101.005)**	**583.835**	**898.824**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(357)	(258)	(160.807)	(84.594)
Aquisição de ativo intangível	-	(306)	(1.660)	(2.504)
Propriedade para investimentos	-	-	-	(2.867)
Redução de capital em controlada	-	62.441	-	-
Recompra de ações – grupo GNA	55.307	116.830	(29.634)	(64.264)
Redução de capital em controlada por acionista não controlador	-	-	-	(20.735)
Títulos e valores mobiliários	35.215	(15.683)	413.846	(2.998.759)
Aumento de capital em controlada	(258.292)	(862.248)	(72.901)	-
Bônus de subscrição Açu Trucked	-	-	10.542	(1.303.010)
Dividendos recebidos	-	-	246.069	185.547
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	34.602	890.214	-	74.098
Caixa líquido proveniente da (usado nas) atividades de investimento	**(133.525)**	**190.990**	**405.455**	**(4.217.088)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital em controlada por acionista não controlador	-	-	-	2.960
Caixa restrito	2.125	(3.377)	206.594	(238.506)
Passivo de arrendamento	(1.416)	(1.388)	(22.995)	(2.996)
Depósitos bancários vinculados	-	-	150.053	(178.432)
Juros pagos	-	-	(1.097.803)	(961.812)
Custo de transação com terceiros	-	-	-	(252.935)
Hedge	-	-	(13.729)	(3.376)
Empréstimos obtidos com terceiros	-	-	-	6.409.786
Empréstimos liquidados com terceiros	-	-	(203.396)	(1.302.611)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**709**	**4.765**	**(981.276)**	**3.472.078**
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(144.905)**	**85.220**	**8.014**	**153.814**
No início do exercício	271.538	186.318	437.639	305.567
No fim do exercício	126.633	271.538	451.981	437.639
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(6.328)	21.742
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(144.905)**	**85.220**	**8.014**	**153.814**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

	Reserva de Capital					Outros resultados abrangentes									
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Gastos com emissão de ações	Perda na incorporação reversa de ações de controlada	Reserva de capital reflexa Ferroport	Bônus de subscrição Siemens-reflexa	Ganho/(perda) na variação percentual em investida	Ajuste de avaliação patrimonial /pela perda de controle	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Outros	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**-**	**125.182**	**13.231**	**539.512**	**836**	**361.848**	**(5.992.210)**	**(1.360.314)**	**(14.059)**	**(1.374.373)**	**518.066**	**(856.307)**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(517.157)	(517.157)	3.693	(513.464)	(65.930)	(579.394)
Incorporação reversa de controlada	-	-	-	-	(1.124.252)	-	-	-	-	-	-	(1.124.252)	-	(1.124.252)	(27.729)	(1.151.981)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(203.903)	-	(203.903)	-	(203.903)	(90.011)	(293.914)
Efeito da emissão de ações sem valor nominal na Vast	-	-	-	-	97.060	-	-	(22.182)	-	-	-	74.878	-	74.878	-	74.878
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.384)	-	-	(4.384)	-	(4.384)	(2.346)	(6.730)
Redução de capital da Oiltanking	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.735)	(20.735)
Perda na variação percentual na investida PDA	-	-	-	-	-	-	-	(7.660)	-	-	-	(7.660)	-	(7.660)	7.660	-
Aporte de acionista não controlador do Grupo GNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.960	2.960
Ganho na variação percentual na investida GNA Holdco	-	-	-	-	-	-	-	-	2.314	-	-	2.314	-	2.314	(2.314)	-
Recompra de ações - Grupo GNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.261)	(64.261)
Ajuste diferido e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	367	377
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**(1.027.192)**	**125.182**	**13.231**	**509.670**	**(1.234)**	**157.945**	**(6.509.367)**	**(3.140.478)**	**(10.356)**	**(3.150.834)**	**255.727**	**(2.895.107)**
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**(1.027.192)**	**125.182**	**13.231**	**509.670**	**(1.234)**	**157.945**	**(6.509.367)**	**(3.140.478)**	**(10.356)**	**(3.150.834)**	**255.727**	**(2.895.107)**
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(449.062)	(449.062)	7.268	(441.794)	(79.287)	(521.081)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.630	-	47.630	-	47.630	140	47.770
Recompra de ações - Grupo GNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.986)	(30.986)
Perda na variação percentual na investida PDA	-	-	-	-	-	-	-	(10.696)	-	-	-	(10.696)	-	(10.696)	10.696	-
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.026)	-	-	(3.026)	-	(3.026)	(1.297)	(4.323)
Ajuste diferido e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)	(470)	378
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.292.821**	**266.974**	**63.336**	**(31.844)**	**(1.027.192)**	**125.182**	**13.231**	**498.974**	**(4.260)**	**205.575**	**(6.958.429)**	**(3.555.632)**	**(3.110)**	**(3.558.742)**	**154.523**	**(3.404.219)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

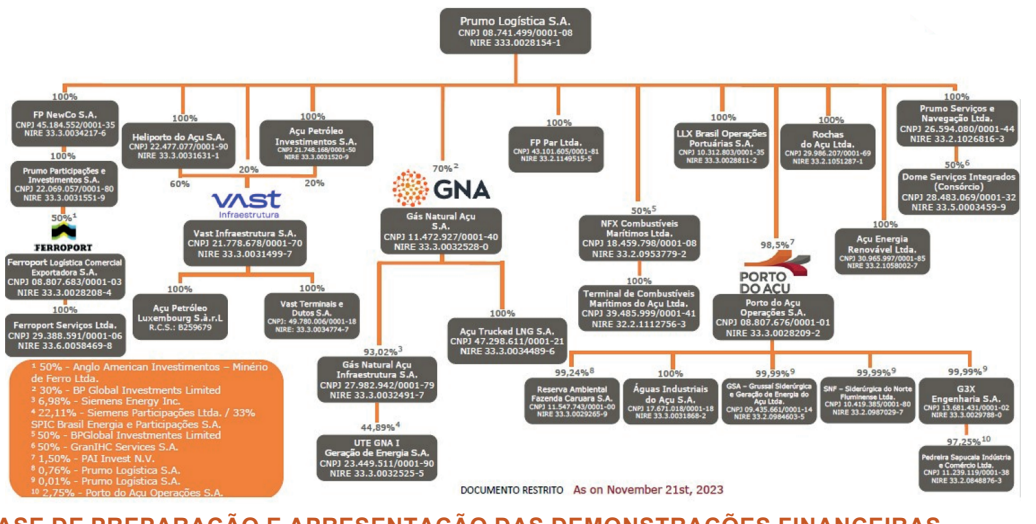
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Prumo Logística S.A. ("Prumo" ou "Companhia") foi constituída em 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. A Companhia atualmente desenvolve suas operações através das controladas Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu"), Vast Infraestrutura S.A. ("Vast"), Gás Natural Açu S.A. ("GNA Holdco"), Gás Natural Açu Infraestrtura S.A. ("GNA Infra"), UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I"), da controlada indireta em conjunto ("empreendimento controlado em conjunto") Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport"), do Consórcio Dome Serviços Integrados e do empreendimento controlado em conjunto NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX"). Em 31 de dezembro de 2023, o valor patrimonial consolidado da Companhia é negativo em R$9,05 por ação (R$7,91 em 31 de dezembro de 2022), apresentando prejuízo consolidado no período de R$521.081 (prejuízo consolidado de R$579.394 em 31 de dezembro de 2022) e capital circulante consolidado positivo de R$187.368 (positivo em R$906.724 em 31 de dezembro de 2022). A Administração continua empenhada na busca de outras formas de obtenção de recursos para a continuidade da realização dos planos de negócios da Companhia. **Porto do Açu:** O Porto do Açu segue sendo premiado pelas boas práticas ambientais e operacionais. Em 2023 conquistou a 7ª posição no Ranking 100 Open Startups, na categoria Transporte e Logística e entre as Top 19 companhias, em Middle Market, ficando à frente de diversas empresas de tecnologia que olham diretamente para inovação. O prêmio anual é publicado desde 2016 e destaca as startups mais atraentes para o mercado corporativo e as corporações líderes em open *innovation* com startups. Também foi formalizada a adesão ao Movimento Conexão Circular, promovido pelo Pacto Global, durante participação no "Side-Event SDGS in Brazil" (*Sustainable Development Goals*), na sede da ONU, em Nova Iorque. O Porto do Açu foi o primeiro do setor a aderir ao Movimento, se juntando a outras companhias globais com atividades no país que estabeleceram o acordo com o Pacto Global. Pelo documento, o Açu reforça seus compromissos com modelo de negócios circulares com objetivos claros até 2030, evoluindo ainda mais no uso eficiente de recursos naturais e redução do desperdício, com objetivo de eliminar de forma efetiva resíduos para o meio ambiente. O Terminal Multicargas (T-MULT) atingiu ano passado novo recorde, com movimentação de 2,1 milhão de toneladas. Em 2023, novas soluções logísticas também foram implementadas e houve aumento de 33% (*) de novas cargas movimentadas em comparação a 2022. Desde o início das atividades em 2016, o T-MULT já registrou crescimento anual médio de 43% e o acumulado de 8 milhões de toneladas (*) e 51 clientes no portfólio (*), sendo sete destes novos no ano de 2023. (*) informação não auditada. **Vast Infraestrutura S.A.:** A Vast Infraestrutura S.A. tem por objeto a prestação de serviços logísticos de transbordo de petróleo ("double-banking transshipment"), que ocorre quando os navios estão atracados no píer, para o transporte de carga líquida. O terminal da Companhia possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, tem capacidade para receber até navios exportadores tipo Very Large Crude Carrier ("VLCC") e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O referido terminal ("T-Oil"), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão de barris de óleo por dia. Em 2023, a Vast constituiu, como única acionista, a Vast Terminais e Dutos S.A. ("Vast Dutos"). A Vast Terminais e Dutos S.A. foi criada para desenvolver projetos e não possui atividades operacionais. Em setembro de 2023, a Vast realizou aumento de capital na Vast Dutos no valor de R$ 175.151 por meio de um pagamento restrito, conforme condições previstas na Indenture do Bond de janeiro de 2022. A Vast utilizou recursos mantidos no fundo cambial (títulos e valores mobiliários) para realizar o aumento de capital na Vast Dutos, o qual foi reconhecido como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial consolidado. *Futuras Aquisições:* A Vast Infraestrutura avançou no processo de aquisição de 100% das quotas sociais da empresa Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu Ltda. ("TECMA"). Em dez/23, foi assinado contrato que estabeleceu todos os termos e condições para a compra e venda das quotas da TECMA. Como consequência, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela da transação em uma conta *escrow*. Vale ressaltar que o *closing* da operação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Em que pese uma das condições precedentes - a aprovação da operação pelo CADE - ter sido cumprida em 02/01/2024, este evento não basta para a consecução do *closing*, o qual está condicionado à implementação de outras condições precedentes que seguem pendentes. **Grupo GNA:** A controlada em conjunto indireta UTE GNA I Geração de Energia S.A I ("UTE GNA I") opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A UTE GNA I faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica da controlada em conjunto indireta UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV (*), entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16 de setembro de 2021. Após início da operação comercial em setembro de 2021, a UTE GNA I permaneceu em despacho até a primeira quinzena de fevereiro de 2022, período no qual a ONS solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN, especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N. Desde janeiro de 2021 a UTE GNA I passou a contar com um novo acionista em sua estrutura societária, a empresa SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"). Com a entrada da SPIC e diluição da participação societária da GNA Infra na UTE GNA I de 67% para 45%, constatou-se, de acordo com as normas contábeis, que houve a perda de controle da GNA Infra sobre sua investida. Pelos motivos citados, a GNA Infra passa a ter o controle compartilhado com os restantes acionistas. Desta forma, após a perda de controle, o investimento da GNA Infra na UTE GNA I foi reavaliado a valor justo da transação. No acordo dos acionistas, existem termos contratuais que estabelecem opção de compra para a SPIC e opção de venda para os restantes acionistas (GNA Infra e Siemens Par), exercível entre 12 meses e 36 meses após o início de operação comercial, para a SPIC tornar-se detentora de 100% das ações da UTE GNA I. No exercício dessas opções, a transação será executada a valor justo através de avaliação realizada por avaliador independente. Nesses termos são estabelecidas condições precedentes para o fechamento, incluindo aprovação/*waiver* dos credores e reorganizações que, com base na experiência passada, levariam em torno de 6 meses para serem obtidas/realizadas. Não há evidências para o reconhecimento contábil dessas opções. A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") - parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a UTE GNA I, em 17 de novembro de 2017. A UTE GNA I segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Companhia pagou, em 07 de março de 2022 e 11 de março de 2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29 de julho de 2022 a UTE GNA I propôs procedimento arbitral contra a bp Gás Marketing ltd. ("bpGM") com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. Por fim, em 01 de março de 2023 a UTE GNA I apresentou suas alegações iniciais ao Tribunal Arbitral, em 14 de junho de 2023 a bpGM apresentou sua defesa, e por fim, em 01 de dezembro de 2023 a UTE GNA I apresentou sua réplica A GNA HoldCo, trabalha no desenvolvimento de novos projetos, com o intuito de participar em futuros leilões de energia, de modo a viabilizar a implantação de outros empreendimentos. **Ferroport:** Em 2023, foi embarcado 24.040 mil toneladas de minério de ferros, em 145 navios (em 2022, 21.380 mil toneladas, em 144 navios) (*). (*) informação não auditada. Em 29 de dezembro de 2022, a empresa assinou um contrato com o Grupo Ômega Energia para garantir o fornecimento de energia por 20 anos, a partir de janeiro de 2024, com o objetivo de assegurar operações a longo prazo, energia sustentável e redução de custos. Em julho de 2023, a Ferroport adquiriu parte das ações ordinárias da SPE (Sociedade de Propósito Específico) Ômega Desenvolvimento de Energia 4 S.A.

3. EMPRESAS DO GRUPO PRUMO

	País	Participação acionária 31/12/2023	Participação acionária 31/12/2022
Controladas diretas			
Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu") (a)	Brasil	98,05%	98,37%
LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil")	Brasil	100,00%	100,00%
NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("NFX") (b)	Brasil	50,00%	50,00%
Vast Infraestrutura S.A. ("Vast") (f)	Brasil	20,00%	20,00%
Gás Natural Açu S.A. ("GNA") (c)	Brasil	70,00%	70,00%
Heliporto do Açu S.A. ("Heliporto")	Brasil	100,00%	100,00%
Açu Petróleo Investimentos S.A. ("Açu Investimentos")	Brasil	100,00%	100,00%
Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("Prumo Navegação")	Brasil	100,00%	100,00%
Rochas do Açu Ltda. ("Rochas do Açu")	Brasil	100,00%	100,00%
GNA Comercializadora de Energia Ltda. ("GNA III")	Brasil	-	50%
Açu Energia Renovável Ltda. ("Açu Energia")	Brasil	100,00%	100,00%
FP Par Ltda.	Brasil	100%	100%
FP Newco S.A.	Brasil	100%	100%
Controladas indiretas			
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (d)	Brasil	50,00%	50,00%
Vast Infraestrutura S.A. ("Vast") (e)	Brasil	80,00%	80,00%
Açu Petróleo Luxembourg S.A.R.L ("AP Lux") (e)	Brasil	80,00%	80,00%
Vast Terminais e Dutos S.A. (Vast Terminais)	Brasil	80,00%	-
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açu Ltda. ("GSA")	Brasil	99,24%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A.("Reserva Ambiental Caruara") (f)	Brasil	99,20%	99,20%
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Pedreira Sapucaia Ind. e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%
Águas Industriais do Açu S.A. ("antiga EBN") ("Águas Industriais")	Brasil	100,00%	100,00%
SNF - Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%
UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I")	Brasil	44,89%	44,89%
Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("GNA Infra")	Brasil	93,02%	93,02%
Açu Trucked LNG S.A.	Brasil	100,00%	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Prumo	Brasil	99,99%	99,99%
Dome Serviços Integrados ("Dome") (g)	Brasil	50,00%	50,00%
Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumo Participações")	Brasil	100,00%	100,00%
Ferroport Serviços Ltda	Brasil	100,00%	100,00%
Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu Ltda	Brasil	100,00%	100,00%

(a) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 1,50% do Port of Antwerp International NV ("PAI"); (b) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela BP Global Investment Limited ("BP"), detendo cada acionista 50% das ações; (c) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 30% da BP Global Investment Limited; (d) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo Participações e pela Anglo American, detendo cada acionista 50% das ações; (e) As ações remanescentes na Vast foram distribuídas de tal forma que a Heliporto ficasse com 60%, Açu Petróleo Investimentos e Prumo Logística com 20% cada. A razão social da Açu Petróleo S.A. foi alterada para Vast Infraestrutura S.A.; (f) Empreendimento controlado em conjunto pela Porto do Açu, com participação de 0,76% da Prumo; (g) O Consórcio Dome é constituído pelas empresas Prumo Serviços e Navegação Ltda. e GranIHC Services., com participações iguais de 50%.



4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem os ativos diferidos da controlada Porto do Açu e do empreendimento controlado em conjunto Ferroport, que terminarão de ser amortizados em 2025 e 2024, respectivamente, refletidos na controladora por equivalência patrimonial. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecida em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS. A amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecida no resultado do exercício pelas subsidiárias e por consequência por equivalência patrimonial na controladora. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. A Administração da Prumo avaliou e então concluiu que não existe incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação. Em 15 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. b) Base de preparação: As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustada para refletir (i) valor justo por meio do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, com a exceção do Grupo Vast, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos, incertezas relacionadas a premissas e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 03 - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida; • Nota explicativa 08: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa 10 - reconhecimento de ativo fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos ficais possam ser utilizados; • Nota explicativa 15 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; • Nota explicativa 17 - teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperável, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa 25 - prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário: e) Base de consolidação: **e.1 Perda de controle:** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e passa a reconhecer o resultado das operações dessa antiga controlada pelo método de equivalência patrimonial a partir do mês em que ocorre a perda de controle, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada ao seu valor justo na data em que há a perda de controle. A Companhia utilizou como base o CPC 36 (R3) B99 e ICPC 09 (R2) e reclassificou para resultado do período os de ganhos reconhecidos até a data da perda de controle, anteriormente classificados como outros resultados abrangentes. **e.2 Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **e.3 Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário: a) Base de consolidação: (i) Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Participação de acionista não-controladores: A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da controlada. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Quando classificadas como entidades controladas em conjunto, existem acordos contratuais que permitem à Companhia controle compartilhado da entidade e dão ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. (iv) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b) Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, Real, das entidades do Grupo Prumo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico, em moeda estrangeira, e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses, títulos adquiridos com a intenção de manter o papel até o vencimento ou investimentos para negociação encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários. O Caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AAA, baseado nas agências S&P, Moodys e Fitch. O *impairment* estimado no caixa e equivalente de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O caixa e os equivalentes de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. d) Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros: Ao ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Companhia reconhece inicialmente os recebíveis e os títulos de dívida emitidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão, para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a Custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumento de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. iii. Instrumentos financeiros: A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. *Hedges* de fluxo de caixa: O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("*forward points*") é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumul

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Prumo e suas subsidiárias concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. f) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta, • Outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar, e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. g) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. h) Propriedade para investimento: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento. i) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Na avaliação do valor recuperável, a Companhia mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC Industrial Hub/T-Mult, conforme CPC 01, e identificou a melhora do ambiente macroeconômico, com a perspectiva de medidas benéficas na esfera dos negócios, corroborado pela assinatura de novos contratos, como o de locação de área para instalação das térmicas da GNA. *Ativos financeiros não-derivativos:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e - ativos de contrato. A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas ("*forward-looking*"). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em uma situação normal; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. j) Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos. k) Benefícios a empregados: *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *Transações de pagamento baseado em ações:* Em 7 de maio de 2018, a Prumo passou a ser uma Companhia fechada, conforme nota explicativa nº 1. Foi constituído e aprovado pelo Conselho de Administração o novo plano em substituição ao anterior, o *Phantom Options,* conforme mencionado na nota explicativa nº 21. l) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. m) Receita operacional: A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS15 a partir de 2018, e de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle- em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. As principais receitas do Grupo são provenientes de: (i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento: A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado. (ii) Serviços portuários: Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado. Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo usando o método da porcentagem de conclusão. (iii) Serviços de transbordo de petróleo: Trata-se do processo de transferência de petróleo entre navios. As receitas são contratos de obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo "obrigação de performance", no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente. Todos os contratos, com exceção da Petrobras, possuem cláusulas de *take-or-pay*, com variação do número de operações para cada contrato. As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido. A Vast Infraestrutura, reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking* físicas, as obrigações de performance são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de performance, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada. n) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. o) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. p) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do quociente entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação. q) Informação por segmento: Os resultados por segmentos que são relatados à Diretoria da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido. s) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações contábeis	Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants	1° de janeiro de 2024
* Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	1° de janeiro de 2024
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	1° de janeiro de 2024
Alterações ao CPC 02/IAS 21	Ausência de conversibilidade	1° de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

Com base na avaliação da administração, essas novas normas não afetam materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CAIXA RESTRITO

a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	17.499	70.035	66.129	121.411
Equivalentes de caixa				
CDBs	109.186	201.605	366.323	258.828
Operações compromissadas	-	-	19.617	57.529
	109.186	**201.605**	**385.940**	**316.357**
Provisão de perda estimada (-)	(52)	(102)	(88)	(129)
	109.134	**201.503**	**385.852**	**316.228**
	126.633	**271.538**	**451.981**	**437.639**

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósitos bancários (CDB's) e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos (a)	13.043	48.258	13.043	48.258
FI cambial (b)	-	-	179.801	269.226
Notas promissórias vinculadas a crédito (c)	-	-	2.952.500	3.241.706
	13.043	**48.258**	**3.145.344**	**3.559.190**
Circulante	13.043	48.258	399.613	484.598
Não circulante	-	-	2.745.731	3.074.592

(a) Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo. (b) O Fundo de Investimento Cambial é administrado junto ao Banco BNP Paribas. A Companhia designou os investimentos deste fundo porque representam investimentos que a Companhia pretende manter em um prazo superior a 90 dias para fins estratégicos. Sua classificação financeira é valor justo por meio do resultado. Por sua vez, seus ganhos e perdas impactam o resultado da Companhia. Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas. (c) A AP Lux utilizou os recursos emitidos pela cédula de crédito vinculada ("CLN") junto aos bancos Itaú e Santander para internalizar os recursos e financiamentos com a Vast., por meio de operação vinculada no Brasil. Os bancos Itaú e Santander utilizaram os recursos que lhes foram cedidos pela Companhia, por meio dos instrumentos Nota de Crédito à Exportação (NCE) e Debênture Cambial com Itaú e Santander, conforme nota explicativa nº 16 - Empréstimos, Financiamentos e debêntures. Essa cédula de crédito vinculada não obriga os bancos a utilizarem recursos próprios para efetuar qualquer liquidação dos valores dos investimentos, portanto, para a liquidação dos investimentos é necessário o pagamento por meio do instrumento Notas de Crédito à Exportação ("NCE") e debêntures cambiais. **c) Caixa restrito**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa restrito	34.715	36.840	83.713	290.307
	34.715	**36.840**	**83.713**	**290.307**

O caixa restrito consiste em montantes depositados em conta bancária no percentual de 25% (15% em 31 de dezembro de 2022) sobre os recursos recebidos pela Porto do Açu, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, firmado junto aos credores da Porto do Açu. Esses recursos serão utilizados como "Garantia" ao referido empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). O CDB da Prumo no valor de R$34.715 (R$36.840 em 31 de dezembro de 2022) junto aos Banco ABC Brasil não está disponível para utilização imediata, devido ao contrato de garantia de carta de crédito com o banco emissor.

7. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Porto do Açu (a)	3.410	3.344
GSA	12	23
Vast (b)	190.450	184.157
Prumo Participações (c)	151.521	143.288
GNA Infra (d)	4	160.689
FP Newco	22	**3.999**
	345.419	**495.500**
Provisão de perda esperada - DV	(17)	(45)
	345.402	**495.455**
Circulante	151.563	308.044
Não circulante	193.839	187.411

(a) Os recursos de titularidade da Porto do Açu, depositados na conta do Banco Santander, consistem em obrigações de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso nº 03/2014; (b) Os depósitos vinculados da Vast se referem a recursos mantidos em dólar em contas no exterior. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia, de acordo com as condições do financiamento; (c) A Prumo Participações possui duas contas reserva referentes ao contrato de financiamento: A Conta Reserva do Serviço da Dívida ("DSRA"), que possui o valor de 6 meses de pagamento do principal mínimo acrescido do juro devido do período; e a Conta Reserva de Pagamento Alvo ("TARA"), que é preenchida com o valor que exceder o montante devido para cada data de pagamento; e (d) Em 20 de abril de 2023 houve a conversão do depósito bancário vinculado em conversão de caixa e equivalente de caixa, onde o montante de R$ 72.901 foi utilizado pela Infra para aumento de capital na UTE GNA I, e o saldo residual foi aplicado para pagamento de recompra de ações da Infra a seus acionistas.

8. CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito real de superfície (a)	135.244	115.013
Serviços portuários (b)	37.605	19.332
Serviços de transbordo de petróleo (c)	104.367	93.526
Outros	1.407	983
	278.623	**228.854**
Provisão de perdas estimadas (-)	(1.221)	(741)
	277.402	**228.113**
Circulante	164.219	139.742
Não circulante	113.183	88.371

(a) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: GNA II, Technip, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Oceanpact, NFX, VIX Logística, Minas Gusa, Mills. (b) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas, soltas, cargas de projetos de granéis sólidos, pesagem e serviços de recepção; e (c) Serviços de transbordo de petróleo referente à subsidiária Vast.

A Controlada Porto do Açu S.A. possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens: - Demonstrações financeiras; - Rating do Serasa. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia continua avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre serviços ("ISS")	7	7	165	61
Imposto sobre circulação de mercadorias ("ICMS")	-	-	1.220	1.383
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	15.167	7.666	34.250	28.956
CSLL retida na fonte ("CSRF")	-	-	36	44
Imposto de renda retido sobre mútuo	3.636	2.642	3.636	2.642
Crédito não cumulativo ("PIS")	-	-	881	4.046
Crédito não cumulativo ("COFINS")	-	-	209	15.587
Outros	201	203	1.321	1.217
	19.011	**10.518**	**41.718**	**53.936**
Circulante	15.371	7.871	34.706	49.285
Não circulante	3.640	2.647	7.012	4.651
IRPJ e CSLL a Recuperar				
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	**75**	**430**	**69.502**	**28.802**
Circulante	75	430	69.502	28.802

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos de R$183 e passivos de R$247.503, totalizam o valor líquido de (R$247.320) em 31 de dezembro de 2023 (R$(193.275) em 31 de dezembro de 2022), têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	95.053	88.925	1.686.554	1.471.317
Base negativa de contribuição social	40.983	35.602	615.446	534.292
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	-	-	7.318	15.124
Provisão para PLR	-	-	7.815	5.682
Juros Capitalizados	-	-	(12.848)	-
Provisão para perda em investimentos	-	-	7.116	7.116
Provisão para perda estimada créditos	-	-	16.228	15.900
Provisão outras taxas	-	-	2.665	2.666
Diferimento Receita Linear	-	-	(42.882)	-
Diferimento do PIS e COFINS - Receita Linear	-	-	3.966	-
Provisão variação cambial	-	-	(136.057)	(65.818)
Provisão (reversão) perda s/imobilizado	-	-	25.060	29.188
Provisão contingências	-	-	662	460
Apropriação Crédito PIS e COFINS	-	-	16.704	17.093
Diferença de Taxa de Depreciação	-	-	(13.832)	(12.461)
Perda com operações de renda variável	-	-	4.814	2.708
Outros	4.403	4.403	15.224	8.970
Total de créditos fiscais diferidos ativos	140.439	128.930	2.203.953	2.032.237
IR diferido não reconhecido (b)	(140.439)	(128.930)	(2.203.770)	(2.031.865)
Total de impostos diferidos ativos reconhecidos	**-**	**-**	**183**	**372**
Imposto diferido passivo				
Diferença temporária - GNA Infra	-	-	(24.726)	(24.726)
Diferença de base passiva - Vast	-	-	(203.648)	(168.921)
Variação cambial FP Newco	-	-	(19.129)	
Total de impostos diferidos passivos	**-**	**-**	**(247.503)**	**(193.647)**
Total de impostos diferidos	**-**	**-**	**(247.320)**	**(193.275)**

(a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem. (b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa consolidado, do montante de R$(2.161.291), sendo que: Prumo no valor de R$(130.927), Porto do Açu R$(1.668.708), Prumo Participações R$(238.945), Açu Petróleo Investimentos R$(144.467), e outras em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros e outros.

13. DEBÊNTURES OSX

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R$734.677 dada as seguintes condições:

	Data de emissão:	Data Vencimento (**):	Taxa de juros (a. A):	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Debêntures - 4ª série (*)	08/01/2015	08/01/2055	CDI	723.716	723.716
DIP - 3ª série (*)	15/01/2016	15/01/2036	CDI + 2%	10.961	10.961
Subtotal das Debêntures:				**734.677**	**734.677**
(-) Provisão para perda estimada				(46.031)	(45.541)
Total das Debêntures:				**688.646**	**689.136**
Direito real de superfície (não contabilizado) (vi)				(33.837)	(29.743)
Total:				**654.809**	**659.393**

(*) As Debêntures - 3ª Série tem vencimento em 10 anos, prorrogáveis pelo mesmo período e as Debêntures - 4ª Série tem vencimento em 20 anos, prorrogáveis pelo mesmo período. (**) Data de vencimento considerando a possível prorrogação das debêntures.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é composto por: (i) R$642.301 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 646.886 em 31 de dezembro de 2022) relativos aos custos de construção do canal do terminal T2; (ii) R$10.961 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R$12.507 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos à linha de transmissão; (iv) R$32.117 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 31.626 em 31 de dezembro de 2022) referentes à cessão do direito real de superfície referente ao período de agosto de 2013 até julho de 2014, (v) R$2.954 em 31 de dezembro de 2022 e 2023 relativos aos custos de licenciamento e (vi) R$33.837 (R$ 29.743 em 31 de dezembro de 2022) referentes à cessão do direito real de superfície devidos a partir de agosto de 2014 até julho de 2015, porém, não contabilizados por não atender plenamente os critérios de reconhecimento de receita (CPC 47/IFRS15), dado à improbabilidade de benefícios econômicos futuro associados a essa transação. Do montante total de Debêntures, a Administração da Porto do Açu constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R$46.031 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 45.541 em 31 de dezembro de 2022), conforme detalha o quadro da nota explicativa acima. Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total dos créditos reconhecidos como Debêntures 3ª e 4ª série, não foram contabilizados, até a data base, por não atenderem aos critérios do CPC 25, o montante de juros remuneratórios de R$ 865.055 (R$680.003 em 31 de dezembro de 2022). Caso, eventualmente, a OSX não honre com o contrato de Debêntures, os montantes descritos nos itens (i) e (iii) serão agregados ao Ativo Imobilizado e "Propriedade para Investimento", respectivamente, e deverão ser futuramente avaliados com base norma contábil CPC 01 para verificar sua eventual recuperabilidade. Detalhes divulgados na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado - Teste de *Impairment*.

14. CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS

a. Créditos com terceiros:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Créditos de Remoc (*)	68.682	64.668
Crédito - Adiantamento contratual	8.550	8.550
Total de créditos:	**77.232**	**73.218**
(-) Provisão para perda estimada	(8.550)	(3.203)
Outros créditos	-	16
	68.682	**70.031**

(*) Referente a obras do entorno. Caso a OSX não honre tais pagamentos, o montante será agregado integralmente ao custo do Ativo Imobilizado "Canal T2" e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações, conforme norma contábil CPC 01 e detalhes divulgados na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado - Teste de *Impairment*.

b. Outros valores a receber - OSX:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito de uso	420.301	350.043
Total dos créditos:	**420.301**	**350.043**
Direito real de superfície (não contabilizado)	(420.301)	(350.043)
Total:	**-**	**-**

Considerando que em Dezembro de 2012 a Porto do Açu e OSX celebraram um Instrumento Particular para Cessão Onerosa do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície ("Contrato de Cessão"); que em Novembro de 2013 a OSX pediu recuperação judicial, tendo seu plano aprovado, o qual determinava, dentre outras medidas, a suspensão da exigibilidade das contraprestações até Dezembro de 2016; que antes do final do período de carência determinado no plano de recuperação judicial, ambas as partes celebraram novo acordo que suspendia por mais 2 anos a exigibilidade das parcelas posteriores àquelas que foram subscritas em debêntures, ou seja, às parcelas devidas a partir de 2015; e que em setembro de 2018, a Porto do Açu celebrou junto ao Grupo OSX o termo de compromisso e Standstill, o qual estabelecia a suspensão da exigibilidade da cobrança referente às contraprestações enquanto estivesse em vigor, a Porto do Açu notificou o Grupo OSX, em 13 de outubro de 2023, sobre a não renovação do Standstill, o encerrando em 19 de outubro de 2023. Em ato contínuo, a Porto do Açu notificou extrajudicialmente, a OSX, em 23 de outubro de 2023, solicitando que até o dia 30 de outubro de 2023 fosse efetuado o pagamento das Contraprestações vencidas referentes ao período de agosto de 2015 a setembro de 2023, no valor total de R$ 403.359. No último dia do prazo concedido pela Porto do Açu para pagamento, o Grupo OSX propôs a tutela de urgência cautelar como medida preparatória a novo pedido de recuperação judicial e o Juízo da 3ª Vara Empresarial deferiu o pedido liminar formulado para suspender, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, (i) "a exigibilidade das obrigações pecuniárias cobradas em face do Grupo OSX, em especial aquela cobrada pela PDA"; (ii) "os efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a rescisão de contratos por inadimplemento de dívidas sujeitas a esta medida ou por ajuizamento de procedimentos concursais de restruturação de passivos, inclusive recuperação judicial"; e (iii) "os efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já negociadas, inclusive no que se refere às Debêntures da série ímpar emitidas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial…". Além dos valores apresentados na notificação de cobrança enviada pela Porto do Açu, no total de R$ 403.359 (agosto/2015 a setembro/2023), existem as parcelas de outubro, novembro e dezembro de 2023 (R$16.942), totalizando o saldo devedor de R$420.301, sendo esse montante não reconhecido como receita nas Demonstrações Financeiras, por não atender todos os requisitos estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15). O Grupo OSX e os seus principais credores, dentre eles a Porto do Açu, seguem em negociações no âmbito da mediação, de modo que a decisão supramencionada segue surtindo plenos efeitos, com a suspensão dos meios de cobrança. **c. Obrigações com terceiros:** Após análise minuciosa de documentação histórica sobre o tema, a Controladora baixou o valor de R$19.880 (o mesmo de 31 de dezembro de 2022), por entender que este não seria devido.

15. INVESTIMENTOS

a) Participações societárias:

31 de dezembro de 2023													
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Opções de compras de ações	Ágio na emissão de ações	Reserva de lucros	Ganho (perda) na variação percentual	Ganho (perda) na variação cambial	Resultado acumulado
Porto do Açu	98,05%	4.385.484	4.909.917	5.550.012	(640.095)	4.385.484	225.400	1.369	-	20.125	104	-	(5.272.577)
LLX Brasil	100,00%	104.780	860	3	857	104.780	-	-	-	-	-	-	(103.923)
FP Newco	100,00%	90	618.470	654.607	(36.137)	-	-	-	-	(58.843)	-	-	22.706
NFX	50,00%	73.430	651.870	519.638	132.232	77.965	-	-	-	-	-	-	54.267
Vast	20,00%	447.042	5.433.317	6.061.036	(627.719)	110.915	-	-	(1.124.252)	105.057	-	280.561	-
Açu Petróleo Investimentos	100,00%	898	6.757	722.313	(715.556)	898	8	-	(224.850)	655	(132.092)	56.979	(417.154)
GNA	70,00%	367.377	472.624	20.718	451.906	630.440	-	-	377.866	-		(5.663)	(550.736)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	106.703	84.548	22.155	14.915	-	-	-	457	-	-	6.783
Heliporto	100,00%	353.881	19.636	393.427	(373.791)	353.881	12	-	(674.551)	4.970	(16.634)	(105.024)	63.555
Rochas do Açu	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
FP Par Ltda	100,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GNA Comercializadora	50,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Açu Energia	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2022													
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Opções de compras de ações	Ágio na emissão de ações	Reserva de lucros	Ganho/perda na variação percentual	Ganho/perda na variação cambial	Resultado acumulado
Porto do Açu	98,37%	3.330.614	5.117.317	5.436.186	(318.869)	3.753.207	599.407	1.369	-	20.139	96	-	(4.693.087)
LLX Brasil	100,00%	104.780	840	-	840	104.780	-	-	-	-	-	-	(103.940)
FP Newco	100,00%	90	586.176	757.074	(170.898)	-	-	-	(58.843)	-	-	-	(112.055)
NFX	50,00%	73.430	542.921	465.750	77.171	155.930	-	-	-	-	-	-	(78.759)
Vast	20,00%	447.042	5.767.581	6.530.269	(762.688)	110.915	-	-	(1.124.252)	18.203	-	232.931	-
Açu Petróleo Investimentos	100,00%	898	231	678.966	(678.735)	898	-	-	(224.850)	654	(132.092)	47.453	(370.798)
GNA	70,00%	367.377	734.273	5.629	728.644	630.440	-	-	460.485	-	(30.985)	29.644	(360.940)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	71.083	56.442	14.641	14.915	-	-	-	-	-	-	(274)
Heliporto	100,00%	416.323	15	454.778	(454.763)	353.881	-	-	(674.551)	1.534	(16.634)	(133.601)	14.608
Rochas do Açu	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
FP Par Ltda	100,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GNA Comercializadora	50,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Açu Energia	99,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-

b) Movimentações - Controladora

Controladas diretas	31/12/2022	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda variação percentual	Ganho/perda pela variação cambial-reflexa	Lucro não realizado	Dividendos	Outros	Provisão para perda em investimentos	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Porto do Açu	-	632.277	(374.007)	(10.695)	-	-	-	-	323.243	(570.818)	-
LLX Brasil	840	-	-	-	-	-	-	-	-	17	857
Prumo Participações	-	-	-	-	-	3.339	-	-	(3.339)	-	-
NFX	38.585	-	-	-	-	-	-	-	-	27.531	66.116
Vast	-	-	-	-	9.526	-	(6.508)	-	(25.935)	22.917	-
Açu Petróleo Investimentos	-	-	8	-	9.526	-	-	-	36.814	(46.348)	-
Gás Natural	510.055	(55.307)	-	-	-	-	-	(5.553)	-	(132.857)	316.338
Heliporto	-	-	12	-	28.580	-	(16.200)	-	(81.108)	68.716	-
Prumo Serviço de Navegação	14.639	-	-	-	-	-	(2.170)	-	-	9.682	22.151
FP Newco	-	-	-	-	-	-	(7.568)	-	(134.761)	142.329	-
Outros	175	-	-	-	-	-	-	(2)	1	(3)	171
	564.294	**576.970**	**(373.987)**	**(10.695)**	**47.632**	**3.339**	**(32.446)**	**(5.555)**	**114.915**	**(478.834)**	**405.633**

Controladas diretas	31/12/2021	Aumento (redução) de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda variação percentual	Ganho/perda pela variação cambial-reflexa	Lucro não realizado	Transferência de participação societária	Outros	Provisão para perda em investimentos	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Porto do Açu	-	422.593	439.655	(7.660)	-	-	-	-	(224.684)	(629.904)	-
LLX Brasil	800	-	-	-	-	-	-	-	-	40	840
Prumo Participações	-	-	-	-	-	3.282	-	-	(285.377)	282.095	-
NFX	37.006	-	-	-	-	-	-	-	-	1.579	38.585
Vast	-	-	-	97.061	(31.073)	-	(224.850)	-	151.321	7.541	-
Açu Petróleo Investimentos	-	-	-	(5.545)	(43.194)	-	(224.850)	-	325.216	(51.627)	-
Gás Natural (i)	733.686	(116.830)	-	-	-	-	-	(2.071)	-	(104.730)	510.055
Heliporto	413.839	(62.441)	-	(16.637)	(129.581)	-	(674.552)	-	454.596	14.776	-
Prumo Serviço de Navegação	6.059	-	-	-	-	-	-	-	-	8.580	14.639
FP Newco	-	-	-	-	-	-	-	-	112.055	(112.055)	-
Outros	181	-	-	-	-	-	-	-	1	(7)	175
	1.191.571	**243.322**	**439.655**	**67.219**	**(203.848)**	**3.282**	**(1.124.252)**	**(2.071)**	**533.128**	**(583.712)**	**564.294**

(i) Na AGE de 01 de julho de 2022, foi convencionado o cancelamento de até 110.105 de ações pelo preço de ação de R$ 3,530269, onde no exercício de 2022 foram canceladas 1.970 ações, respectivas à participação da Prumo, que totalizam R$ 172.137, pagas no exercício de 2022 e 2023. Estas ações canceladas eram referentes ao caixa disponível, AFAC e Mútuo com a UTE GNA II. Esta parcela foi integralmente reduzida na linha de reserva de capital, onde o capital social não foi alterado. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de participações societárias consolidado é de R$1.417.378 (R$1.561.307 em 31 de dezembro de 2022). O valor consolidado em investimentos é composto da seguinte maneira: 1) R$66.116 (R$38.585 em 31 de dezembro de 2022) se referem à participação da Prumo na empresa NFX; 2) R$973.212 (R$1.006.574 em 31 de dezembro de 2022) se referem à participação na Ferroport, sendo R$970.836 referentes ao investimento direto da Prumo Participações e R$(388) se referem ao aluguel da Ferroport com a Reserva Caruara não eliminado na Porto Açu; 3) R$378.047 (R$516.141 em 31 de dezembro de 2022) é referente a participação indireta da Prumo na GNA I; e 4) R$3 (R$7 em 31 de dezembro de 2022) é referente a outros investimentos.

• **Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ('*impairment*'):** De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente se há indicativos de desvalorização e verifica potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis de cada uma de suas UGCs. São elas: - Administração de Retroárea (Industrial Hub & T-Mult); - *T-Óil*; - T-Gás; e - Portuário. A Companhia considera suas atividades portuárias, sendo elas, arrendamento de área ("*land lease*"), movimentação de cargas (granéis, carga de projeto, cargas cobertas) e atracação de navios como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult. Na data base da avaliação a Companhia utilizou o valor em uso por UGC tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 22 anos; • Taxa de desconto efetiva "rolling WACC" que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2023 foi de 10,17% a.a. a 13,51% a.a. em termos nominais (de 10,07% a.a. a 11,74% a.a em 2022), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital ("Rolling WACC"); e • Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,5% a.a. (3,25% em 2022). Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos "5Y Plan" e no planejamento de longo prazo da empresa. O 5Y Plan da companhia é um exercício financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números. Após os primeiros 5 anos de fluxo, é utilizado as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado internamente, porém, com menos detalhes devido a longevidade do fluxo analisado. Esses dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da companhia. O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível, diferido, propriedades para investimento, direito de arrendamento, debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros). Em 31 de dezembro de 2023, após revisão do teste de Impairment, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de uma nova provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult. O saldo de provisão de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 é de R$62.747 (R$62.747 em 31 de dezembro de 2022). Esta condição de não recuperabilidade permanece em 31 de dezembro de 2023 para estes ativos. • **Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes - UGC T-Gás:** Em decorrência do voto no STF pela constitucionalidade da contribuição FEEF/FOT, a GNA Infra investida direta da Companhia procedeu avaliação de recuperabilidade do seu investimento na controlada em conjunto UTE GNA I em 30 de setembro de 2023. Na data base da avaliação a GNA Infra utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos e externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 21 anos e 3 meses; • Taxa de desconto efetiva - considerando o custo médio ponderado de capital "WACC" de 8,59% em 2023 (rolling WACC). O WACC deriva de um custo de capital próprio efetivo "ke" de 12,17% em 2023 (rolling ke) e um custo de capital de terceiros, após desconto de impostos "kd" de 7,07% em 2023 (rolling kd). O Custo de capital próprio, por sua vez, foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos "Unlevere Beta". A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada. Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da UTE GNA I. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da UTE GNA I onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da UTE GNA I considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044. Em 31 de dezembro de 2023, a GNA HoldCo não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UTE GNA I e dos investimentos da GNA Infra.

16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Porto do Açu	450.006	450.006
GSA Grussaí	31.695	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.219	5.219
SNF Siderúrgica	42.897	42.897
	529.817	**529.817**

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação. Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais. As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R$1.824.456 equivalente a *1.959 mil m²* da área total (R$1.749.633 em 31 de dezembro de 2022 equivalente a *1.964 mil m²* da área total).

17. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 assim se apresenta:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prumo	2.560	2.747
Porto do Açu	2.604.964	2.677.846
Reserva Ambiental Caruara	16.394	16.022
Pedreira Sapucaia	462	462
Vast	1.394.536	1.588.165
GNA	31.643	7.414
GNA Infra	856	878
Águas Industriais	7.535	7.742
Prumo Navegação	12.686	8.086
	4.071.636	**4.309.362**

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamento	Outros	Total
Taxa anual de depreciação	**3,37%**		**5,32%**	**10,19%**			**10,54%**	
Saldo em 31/12/2022	**3.642.147**	**207.052**	**214.111**	**161.066**	**79.534**	**1.363**	**4.089**	**4.309.362**
Adição	943	-	4.154	6.878	147.865	(234)	1.201	160.807
Transferência	59.172	-	42.467	2.360	(103.999)	-	-	-
Baixa (*)	(19.880)	-	(988)	(117)	(8.133)	-	(21)	(29.139)
Efeito de conversão	(91.450)	(8.644)	(496)	(7.444)	(3.887)	-	(146)	(112.067)
Depreciação	(201.882)	-	(16.216)	(38.184)	-	-	(1.045)	(257.327)
Saldo em 31/12/2023	**3.389.050**	**198.408**	**243.032**	**124.559**	**111.380**	**1.129**	**4.078**	**4.071.636**
Custo	4.641.892	198.408	355.673	390.504	111.380	1.129	13.335	5.712.321
Depreciação acumulada	(1.252.842)	-	(112.641)	(265.945)	-	-	(9.257)	(1.640.685)
Saldo em 31/12/2023	**3.389.050**	**198.408**	**243.032**	**124.559**	**111.380**	**1.129**	**4.078**	**4.071.636**

(*) Baixa de R$19.880 referente aos custos da obra do entorno "Gastos comuns", contrato entre Porto do Açu e OSX, anteriormente contabilizado como custo direto de imobilizado, partindo do pressuposto de sua responsabilidade com a OSX referente ao contrato ora citado. Detalhes nota explicativa nº 12 Debêntures.

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitoriase instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamento	Outros	Total
Taxa anual de depreciação	**3,37%**		**5,32%**	**10,19%**			**10,54%**	
Saldo em 31/12/2021	**3.901.535**	**215.382**	**215.882**	**198.765**	**59.913**	**1.127**	**3.116**	**4.595.720**
Adição	209	-	853	13.711	67.359	236	2.225	84.593
Transferência	28.764	-	15.805	1.392	(46.046)	-	1	(84)
Baixa	-	-	(1.359)	(3.103)	(6)	-	(180)	(4.648)
Efeito de conversão	(133.632)	(8.330)	(557)	(20.027)	(1.686)	-	(231)	(164.463)
Depreciação	(154.729)	-	(16.513)	(29.672)	-	-	(842)	(201.756)
Saldo em 31/12/2022	**3.642.147**	**207.052**	**214.111**	**161.066**	**79.534**	**1.363**	**4.089**	**4.309.362**
Custo	4.766.426	207.052	314.374	403.842	79.534	1.363	12.804	5.785.395
Depreciação acumulada	(1.124.279)	-	(100.263)	(242.776)	-	-	(8.715)	(1.476.033)
Saldo em 31/12/2022	**3.642.147**	**207.052**	**214.111**	**161.066**	**79.534**	**1.363**	**4.089**	**4.309.362**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

Obras em andamento: Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção é composto, essencialmente, por obras de infraestrutura geral no valor de R$19.321 (R$25.196 em 31 de dezembro de 2022). Redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo imobilizado.

18. INTANGÍVEL

	Consolidado				
Custo	**Direito de acesso**	**Licença de uso de software**	**Implantação de sistemas**	**Outros**	**Total**
Taxa anual de amortização	**3,54%**	**20,00%**	**-**	**-**	**-**
Saldo em 31/12/2022	**75.145**	**23.237**	**524**	**423**	**99.329**
Adição	-	1.440	220	-	1.660
Baixa	-	(136)	(18)	-	(154)
Efeito de conversão	(5.421)	(225)	(24)	(6)	(5.676)
Saldo em 31/12/2023	**69.724**	**24.316**	**702**	**417**	**95.159**
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2022	**(19.770)**	**(12.393)**	**-**	**-**	**(32.163)**
Adição	(5.659)	(1.235)	-	-	(6.894)
Baixa	9	-	-	10	19
Efeito de conversão	1.505	78	-	-	1.583
Saldo em 31/12/2023	**(23.915)**	**(13.550)**	**-**	**10**	**(37.455)**
Total Intangível líquido	**45.809**	**10.766**	**702**	**427**	**57.704**

	Consolidado				
Custo	**Direito de acesso**	**Licença de uso de software**	**Implantação de sistemas**	**Outros**	**Total**
Taxa anual de amortização	**3,54%**	**20%**	**-**	**-**	
Saldo em 31/12/2021	**80.370**	**20.689**	**765**	**408**	**102.232**
Adição	-	1.987	517	-	2.504
Baixa		(40)	-	-	(40)
Transferência		250	(261)	-	(11)
Provisão		-	-	-	-
Efeito de conversão	(5.225)	351	(497)	15	(5.356)
Saldo em 31/12/2022	**75.145**	**23.237**	**524**	**423**	**99.329**
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021	**(18.192)**	**(9.588)**	**-**	**-**	**(27.780)**
Adição	(2.758)	(2.855)	-	-	(5.613)
Baixa	-	7	-	-	7
Efeito de conversão	1.180	43	-	-	1.223
Saldo em 31/12/2022	**(19.770)**	**(12.393)**	**-**	**-**	**(32.163)**
Total Intangível líquido	**55.375**	**10.844**	**524**	**423**	**67.166**

• Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis: O montante dos intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* mencionados na nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

19. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e controladas em conjunto, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cessão do direito real de superfície				
NFX Combustíveis Marítimos	-	-	295	295
UTE GNA I	-	-	46.768	24.183
	-	**-**	**47.063**	**24.478**
Serviços portuários				
NFX Combustíveis Marítimos	-	-	25	-
UTE GNA I	-	-	3.052	2.564
	-	**-**	**3.077**	**2.564**
Nota de débito				
Nota de débito - Vast	6	254	-	-
Nota de débito - GNA I (a)	6	-	372	3.138
Nota de débito - GNA II (a)	-	-	354	378
Nota de débito - Ferroport	22	-	22	10.655
Nota de débito - PDA	1.670	1456	-	-
Nota de débito - Prumo Participações	52	52	-	-
Nota de débito - Outros	2.771	53	2.766	109
	4.527	**1.815**	**3.514**	**14.280**
Total contas a receber	**4.527**	**1.815**	**53.654**	**41.322**
Circulante	4.527	1.815	6.105	17.139
Não circulante	-	-	47.549	24.183
Mútuos				
Mútuos - NFX	50.604	44.974	50.604	44.974
Mútuos - GNA I	-	-	92.605	82.074
	50.604	**44.974**	**143.209**	**127.048**
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	50.604	44.974	143.209	127.048
Dividendos a receber				
Ferroport	-	-	58.139	21.100
Vast Infraestrutura	6.545	-	-	-
FP Newco	7.568	-	-	-
Heliporto	16.792	-	-	-
Prumo Serviços de navegação	2.170	-	-	-
Total dividendos a receber	**33.075**	**-**	**58.139**	**21.100**

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA.

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Notas de débito				
Nota de débito a pagar - Ferroport	4	-	10.840	10.664
Nota de débito a pagar - Antuérpia	-	-	905	1.846
Nota de débito a pagar - Porto do Açu	1	5	208	-
Nota de débito a pagar - GNA I	-	-	1.366	672
Nota de débito a pagar - Vast	15	-	-	-
Nota de débito a pagar - EIG	-	3	-	667
Nota de débito a pagar - Outros	-	-	867	-
Total contas a pagar com partes relacionadas	**20**	**8**	**14.186**	**13.849**
Mútuo				
EIG Global Energy Partners (a)	1.117.102	1.203.954	1.117.102	1.203.954
Prumo Participações (d)	153.792	153.791	-	-
FP Newco (b)	544.139	544.140	-	-
Vast Infraestrutura (c)	314.055	279.453	-	-
Total mútuos com partes relacionadas	**2.129.088**	**2.181.338**	**1.117.102**	**1.203.954**

(a) Mais detalhes na nota explicativa nota nº 34 - Instrumento Financeiro e gerenciamento de riscos; (b) Em 10 de julho de 2022 a FP Newco, subsidiária integral da Prumo, realizou mútuo no valor de R$544.139, sem juros e com prazo de vencimento indefinido, conforme nota explicativa nº 34 - Instrumento Financeiro; (c) Em 14 de julho de 2023 a Vast realizou um contrato de mútuo no valor de R$34.602 com a Prumo. Em 2022, a Vast realizou mútuo com a Prumo no valor de R$279.453, sem juros e com prazo de vencimento indefinido, conforme nota explicativa nº 34 - Instrumento Financeiro; e (d) Em 2022 a Prumo Participações subsidiária integral da Prumo, realizou dois mútuos que totalizaram o valor de 153.792 sem juros e com prazo de vencimento indefinido, conforme nota explicativa nº 34 - Instrumento Financeiro.

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

			31/12/2023			31/12/2022
	Empresa	**Vencimento**	**Principal**	**Juros e atualização monetária**	**Total**	**Total**
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	Porto do Açu	15/07/2033	1.034.457	78.290	1.112.747	1.126.880
(-) Custo de transação (i)	Porto do Açu		(54.544)	-	(54.544)	(61.782)
BNDES (Repassadores) (ii)	Porto do Açu	15/07/2033	2.302.198	79.485	2.381.683	2.384.353
(-) Custo de transação (ii)	Porto do Açu		(121.419)	-	(121.419)	(137.531)
Debêntures (iii)	Porto do Açu	15/07/2033	2.054.810	63.611	2.118.421	2.040.789
(-) Custo de transação (iii)	Porto do Açu		(17.049)	-	(17.049)	(19.311)
Subordinated Loan (iv)	FP Newco	30/06/2027	532.543	31.478	564.021	607.474
(-) Custo de transação (iv)	FP Newco		(24.630)	-	(24.630)	(31.151)
Senior Secured Bonds (v)	Prumo Participações	31/12/2031	1.381.230	51.796	1.433.026	1.585.613
(-) Custo de transação (v)	Prumo Participações		(61.480)	-	(61.480)	(76.182)
Debenture Santander (ix)	Vast Infraestrutura	10/07/2035	1.188.076	44.938	1.233.014	1.367.934
NCE Itau (x)	Vast Infraestrutura	10/07/2035	1.663.308	58.984	1.722.292	1.922.939
Bonds 144A/RegS (xi)	AP Lux	13/07/2035	2.851.388	99.799	2.951.187	3.193.891
(-) Custo de transação (xi)	AP Lux		(166.412)	-	(166.412)	(200.021)
Banco ABC (xii)	PSN	19/06/2023	2.097	14	2.111	4.048
			12.564.573	**508.395**	**13.072.968**	**13.707.943**
Circulante			434.087	508.395	942.482	746.426
Não circulante			12.130.486	-	12.130.486	12.961.517

Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas informações dos fluxos de caixa.
As subsidiárias da Prumo possuem financiamentos específicos para captação de recursos com intuito de desenvolvimento de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2023 o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 11,76% ao ano e em dólares é Dólar + 8,19%. **Porto do Açu** - itens i ao iii: (i), (ii) e (iii) Em 16 de janeiro de 2023 a Companhia realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R$ 18.196 e R$ 224.225 respectivamente, além do pagamento de R$ 3.287 de amortização extraordinária referentes a eventos de liquidez ocorridos em dezembro de 2022. Em 17 de julho de 2023 a Companhia realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R$ 18.319 e R$ 301.949 respectivamente, além do pagamento de R$ 10.407 de amortização extraordinária referentes a eventos de liquidez ocorridos em junho de 2023. **FP Newco** - item iv: Em 5 de janeiro de 2023, a FP Newco efetuou o pagamento de juros ao *Subordinated Loan*, no montante de R$ 27.694. Em 5 de julho de 2023, a FP Newco efetuou o pagamento de juros ao *Subordinated Loan*, no montante de R$ 38.666. **Prumo Participações** - item v: O cronograma de amortização de principal no contrato apresenta percentuais de pagamentos mínimos (*Legal*) e permite pagamentos acima do percentual estabelecido (*Target*), de forma a antecipar o pagamento da curva de amortização (Legal) antecipando o cronograma da dívida. Em 30 de junho de 2023, a empresa efetuou o pagamento de R$ 10.178 de principal e R$ 51.914 de juros, para a conta de pagamento. Em 29 de dezembro de 2023, a empresa enviou os recursos o pagamento de R$ 48.094 de principal e R$ 51,975 de juros, para a conta de pagamento. Devido ao feriado bancário neste dia, a compensação foi efetuada no dia 2 de janeiro de 2024. Como a empresa vem efetuando pagamentos de principal acima do cronograma de amortização legal, tal feito já fez com que a empresa antecipasse o cumprimento das obrigações legais do cronograma em 12 meses. **Vast Infraestrutura** - itens vi ao viii: **Debêntures Santander** (vi): No dia 10 de janeiro de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 8.012 e juros de R$ 52.523. No dia 10 de julho de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 14.958 e juros de R$ 48.094. **NCE Itau** (vii): No dia 10 de janeiro de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 11.346 e juros de R$ 69.519. No dia 10 de julho de 2023, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 20.941 e juros de R$ 63.657. ***Bonds* 144ª/RegS - AP Lux** (viii): No dia 13 de janeiro de 2023, a AP Lux efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 19.450 e juros de R$ 119.176. No dia 13 de julho de 2023, a AP Lux efetuou o pagamento de amortização de principal de R$ 35.898 e juros de R$ 109.126. **Prumo Serviços e Navegação (PSN)** - item (ix): Ao longo do ano de 2023, a empresa efetuou o pagamento de 12 prestações de principal, no valor total de R$ 3.871 e de juros no valor total de R$ 1.197. Destes valores, 50% são consolidados pela PSN, de acordo com a estrutura do consórcio. **Garantias prestadas a favor dos empréstimos: Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu:** A Prumo é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A.R.L, a EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu: • Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R$ 3.494.430 em 31 de dezembro de 2023 (R$3.511.232 em 31 de dezembro de 2022); e • Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R$ 2.118.422 em 31 de dezembro de 2023 (R$2.040.789 em 31 de dezembro de 2022). Além das garantias supracitadas, o pacote de garantias conta com as seguintes garantias reais, elencadas a seguir: **As garantias prestadas pela Porto do Açu:** As garantias prestadas pela companhia em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander ("Repassadores"), são as seguintes: (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara; (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo; (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu; (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos; (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças; (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis; (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas; (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios; (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio); (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara); (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e (xii) *Commitment for Additional Funding* (Compromisso para Financiamento Adicional). Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açu. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nos documentos de financiamento acima citados. A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures. Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento. **As garantias prestadas pela FP Newco:** Sob o contrato de dívida subordinada são: (i) Alienação fiduciária das ações da Prumo Participações pertencentes à FP Newco. **As garantias prestadas pela Prumo Participações:** Sob os contratos de dívida sênior são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Ferroport pertencentes à Prumo Participações; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da Prumo Participações pertencentes à controladora Prumo; (iii) Alienação Fiduciária do Mútuo entre Prumo e Ferroport; e (iv) Alienação Fiduciária das Contas e Direitos Creditórios. **As garantias prestadas pela Vast Infraestrutura:** Em favor da AP Lux, com relação aos *Bonds* 144A/RegS são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Vast Infraestrutura; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Vast Infraestrutura; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas; e (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de *"Offtake"* relevantes da Vast Infraestrutura. **As garantias prestadas pela Dome:** (i) Alienação Fiduciária do contrato com a Technip. **Cláusulas restritivas (*Covenants*):** A Prumo Logística é responsável pelos *covenants* financeiros dos contratos de dívida de longo prazo da Porto do Açu, conforme tabela abaixo. A Porto do Açu deixou de ter *covenants* financeiros como condição de default.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida /EBITDA	**6,5x**	**6,0x**	**5,5x**	**5,0x**	**4,5x**	**4,0x**	**3,5x**	**3,5x**	**3,5x**
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	**1,3x**	**1,3x**	**1,5x**	**1,5x**	**2,0x**	**2,0x**	**2,0x**	**2,0x**	**2,0x**
ICSD	**1,2x**	**1,2x**	**1,2x**	**1,2x**	**1,2x**	**1,2x**	**1,2x**	**1,2x**	**1,2x**

Sendo: "Dívida Líquida": Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debentures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos, valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração. "EBITDA": Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial. "Despesas Financeiras Líquidas": Despesas financeiras totais menos receitas financeiras totais. "ICSD": Caixa Disponível para o Serviço da Dívida / Serviço da Dívida. "Caixa Disponível para o Serviço da Dívida": EBITDA acrescido dos recursos recebidos pela Prumo por meio de suas subsidiárias menos o imposto de renda e os investimentos em imobilizado. "Serviço da Dívida": Somatório do pagamento de juros e amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas financeiras; e Os *Covenants* Financeiros da Prumo serão calculados por meio de uma consolidação proforma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Companhia em cada uma destas sociedades. Eventos de vencimento antecipado automático e não automático: Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açu ou do Interveniente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniente Garantidor do Porto do Açu. A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interveniente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Prumo. Obrigações adicionais do Interveniente Garantidor e do Emissor: Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuo dentro do limite de R$4.000 anuais. O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios. **Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	Controladora					
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa	
	31/12/2022	**Captação / (Liquidação)**	**Juros Pagos**	**Adição de Custos de Transação**	**Juros, Atualização monetária e Variação cambial**	**Custo de transação**	**31/12/2023**
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	2.181.338	34.602	-	-	(86.852)	-	2.129.088

	Consolidado						
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa		
	31/12/2022	**Captação / (Liquidação)**	**Juros Pagos**	**Adição de Custos de Transação**	**Juros, Atualização monetária e Variação cambial**	**Custo de transação**	**31/12/2023**
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	1.203.954	-	-	-	(86.852)	-	1.117.102
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	13.707.943	(203.396)	(1.097.803)	-	599.343	66.881	13.072.968
	14.911.897	**(203.396)**	**(1.097.803)**	**-**	**512.491**	**66.881**	**14.190.070**

	Controladora						
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa		
	31/12/2021	**Captação / (Liquidação)**	**Juros Pagos**	**Adição de Custos de Transação**	**Juros, Variação monetária e cambial**	**Custo de transação**	**30/09/2022**
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	1.374.838	840.215	-	-	(40.127)	-	2.174.926

	Consolidado						
		Fluxo de caixa			Efeito não caixa		
	31/12/2021	**Captação (Liquidação)**	**Juros Pagos**	**Adição do Custos de Transação**	**Juros, Variação monetária e cambial**	**Amortização e custo de transação**	**30/09/2022**
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	1.287.668	-	-	-	(40.127)	-	1.247.541
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	8.176.685	4.314.312	(961.361)	(256.302)	1.026.797	1.398.884	13.699.015
	9.464.353	**4.314.312**	**(961.361)**	**(256.302)**	**986.670**	**1.398.884**	**14.946.556**

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ISS	3	5	2.814	2.211
PIS/COFINS	2.779	7.272	14.470	16.546
ICMS	-	-	313	45
IRRF (*)	65.442	65.801	79.432	67.850
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	91	187	1.462	854
INSS de terceiros	4	9	482	574
IOF	-	-	-	629
IPTU	-	-	8.669	-
Outros	-	-	13	-
	68.319	**73.274**	**107.655**	**88.709**
Circulante	5.513	8.426	32.491	23.861
Não circulante	62.806	64.848	75.164	64.848
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**-**	**-**	**73.449**	**16.108**

(*) "A Prumo registrou, em 2015, créditos de IRRF no valor de R$75.016, que foram parcialmente compensados com outros tributos federais (valor atualizado R$35.414) e o saldo foi objeto de pedido de restituição (valor atualizado R$66.987). Em setembro de 2020, a Prumo ajuizou ação para que fosse reconhecido o direito ao crédito e o prognóstico para 31 de dezembro de 2023 foi classificado como possível." Em 21 de fevereiro de 2024, foi proferida sentença em 1ª instância julgando procedentes os pedidos da Prumo para o fim de declarar a higidez dos créditos da cia, bem como declarar nulas as cobranças que resultaram nas Certidões de Dívida Ativa.
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(449.191)	(517.157)	(382.557)	(566.046)
Resultado das empresas que não contribuíram para despesa do IRPJ e CSLL	-	-	593.318	438.603
Prejuízo ajustado	**(449.191)**	**(517.157)**	**210.761**	**(127.443)**
Alíquota nominal (34%)	152.725	175.833	(71.659)	43.331
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Ajustes Fiscais (diferenças temporárias e permanentes)	(142.808)	(174.528)	(95.485)	(58.805)
Créditos fiscais - Prejuízo fiscal e base negativa	(9.788)	(1.305)	28.620	2.603
Lucro presumido		-		(477)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**129**	**-**	**(138.524)**	**(13.348)**
Alíquota efetiva	0,03%	0,00%	-36,21%	-2,36%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(74.342)	(16.489)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	129	-	(64.182)	3.141
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**129**	**-**	**(138.524)**	**(13.348)**

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 31 de dezembro de 2023, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

25. DIREITO DE USO / PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A IFRS 16 - *Leases* introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado								
	2022	**Adições**	**Transferência**	**Amortização**	**Pagamentos**	**Juros apropriados**	**Variação**	**Eliminação**	**2023**
Ativos									
Ativo direito de uso	40.300	52.141	-	(15.099)	-	-	(82)	(697)	76.563
Total do ativo	**40.300**	**52.141**	**-**	**(15.099)**	**-**	**-**	**(82)**	**(697)**	**76.563**
Passivos									
Passivo arrendamento	10.196	13.461	20.232	-	(22.995)	-	-	(185)	20.709
(-) Ajuste a valor presente	(4.169)	(5.522)	(9.824)	(616)	-	12.315	-	126	(7.690)
Passivo arrendamento CP	**6.027**	**7.939**	**10.408**	**(616)**	**(22.995)**	**12.315**	**-**	**(59)**	**13.019**
Passivo arrendamento	66.145	79.035	(20.232)	-	-	-	-	(1.355)	123.593
(-) Ajuste a valor presente	(27.021)	(35.027)	9.824	-	-	-	-	1	(52.223)
Passivo arrendamento LP	**39.124**	**44.008**	**(10.408)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.354)**	**71.370**
Total do passivo	**45.151**	**51.947**	**-**	**(616)**	**(22.995)**	**12.315**	**-**	**(1.413)**	**84.389**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PRUMO
LOGÍSTICA GLOBAL

Prumo Logística S.A - Companhia Fechada
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08

	2021	Adições	Transferência	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	Variação Cambial	Eliminação	2022
Ativos									
Ativo direito de uso	30.751	25.476	-	(5.642)	-	-	(23)	(10.262)	40.300
Total do ativo	**30.751**	**25.476**	**-**	**(5.642)**	**-**	**-**	**(23)**	**(10.262)**	**40.300**
Passivos									
Passivo arrendamento	7.282	5.350	8.629	-	(9.951)	-	-	(1.114)	10.196
(-) Ajuste a valor presente	(1.378)	(2.251)	(7.612)	-	-	6.138	-	934	(4.169)
Passivo arrendamento CP	**5.904**	**3.099**	**1.017**	**-**	**(9.951)**	**6.138**	**-**	**(180)**	**6.027**
Passivo arrendamento	53.144	43.133	(10.018)	-	-	-	-	(20.114)	66.145
(-) Ajuste a valor presente	(24.526)	(20.756)	7.611	-	-	(1)	-	10.651	(27.021)
Passivo arrendamento LP	**28.618**	**22.377**	**(2.407)**	**-**	**-**	**(1)**	**-**	**(9.463)**	**39.124**
Total do passivo	**34.522**	**25.476**	**(1.390)**	**-**	**(9.951)**	**6.137**	**-**	**(9.643)**	**45.151**

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2023 Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	31/12/2022 Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações	350.054	93,10	350.054	93,10
9 West Finance S.à.r.l.	25.963	6,90	25.963	6,90
	376.017	100,00	376.017	100,00

b) Outros resultados abrangentes: Em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos outros resultados abrangentes o montante de R$ 42.095, sendo que, incluem os efeitos acumulados de conversão decorrentes de investimento na controlada Vast, cuja moeda funcional é o dólar, tendo registrado um ganho de R$ 47.630 e reconhecimento do *hedge* via equivalência no valor de (R$3.026) e efeito na variação percentual da investida PdA de (R$10.696).

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Prumo Logística: No âmbito do plano estratégico da Porto do Açu, o qual visa a otimização do fluxo de caixa, aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, a Porto do Açu iniciou, no começo de 2023, as negociações com bancos credores para alterar o prazo de pagamentos e certas condições dos atuais contratos de financiamento ("Dívida Original"). Desta forma, as partes celebraram, em 12 de janeiro de 2024 (anterior ao vencimento da parcela de amortização em 15 de janeiro de 2024), um acordo de *Standstill* até 15 de março para a conclusão do processo. Conceitualmente, teremos uma parcela significativa da dívida atual da Porto do Açu migrando para a Prumo, sua controladora, e uma parcela, menor que a atual, que a Porto do Açu consegue pagar com a sua própria geração de caixa advinda das receitas atuais. A Prumo e a Porto do Açu assinaram os documentos relacionados ao reperfilamento da Dívida Original, que consistirá em uma nova emissão de debêntures pela Prumo e em uma emissão de debêntures securitizadas com lastro de direitos creditórios cedidos pela Porto do Açu com emissão pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As debêntures securitizadas emitidas pela Virgo serão emitidas em três séries, no valor total, em reais mil, de até R$ 781.561 sendo duas séries remuneradas a CDI + 3% a.a. e uma série remunerada a IPCA + 6,9717% a.a., com fluxo de pagamentos mensal de abril de 2024 a junho de 2038. As debêntures da Prumo serão emitidas em nove séries no valor total de até R$ 5.183.493 (cinco bilhões, cento e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais), sendo seis séries remuneradas a CDI + 3% a.a. e três séries remuneradas a IPCA + 6,9717% a.a. O fluxo de pagamentos consiste em uma curva esculpida, com pagamentos de juros em janeiro de 2026 e em janeiro 2028 e pagamentos de principal e juros semestrais de janeiro de 2029 a janeiro de 2032. **Porto do Açu: • Empréstimos e Financiamentos:** No âmbito do plano estratégico da Porto do Açu, o qual visa a otimização do fluxo de caixa, aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, conforme detalhes da nota explicativa de Continuidade Operacional, a Companhia iniciou, no começo de 2023, as negociações com bancos credores para o reperfilamento dos atuais contratos de financiamento conforme abordado nos parágrafos anteriores desta Nota Explicativa. **• Fato Relevante - OSX:** Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX apresentou um segundo pedido de recuperação judicial, em que a Porto do Açu figura na qualidade de credor. Outras frentes judiciais e arbitrais entre Porto do Açu e Grupo OSX foram iniciadas e seguem em curso. Apesar dos novos andamentos, o cenário atual não reflete qualquer alteração das Demonstrações Financeiras da Companhia. A Porto do Açu ressalta, ainda, que esses movimentos não afetam as operações do porto e de seus clientes. **Vast Infraestrutura: • Pagamento Semestral de Títulos:** Em 16 de janeiro de 2024 a subsidiária efetuou o quarto pagamento semestral de títulos de dívida de US$ 29.238 em conformidade com o contrato de empréstimo. Este pagamento incluiu a terceira amortização do valor principal, em linha com o cronograma de pagamentos previsto através da curva target. **• Novos negócios:** Em janeiro de 2024 foi publicado em Diário Oficial da União a aprovação pelo CADE da aquisição de 100% das quotas da TECMA pela Vast Infraestrutura, estando a efetivação desta transação ainda condicionada à implementação de outras condições precedentes que seguem pendentes até a data deste relatório. **GNA: • Capital de giro - UTE GNA I:** Em 03 de janeiro de 2024 a UTE GNA I obteve a título de capital de giro do banco ABC o montante de R$ 150.000 com o vencimento para janeiro de 2025.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Robert Blair Thomas - **Presidente**
Flavio Valle - **Vice-Presidente**
Ricardo Faria Paes - **Conselheiro**
Jorge Marques de Toledo Camargo - **Conselheiro**
Ieda Gomes Yell - **Conselheira**
Franklin Lee Feder - **Conselheiro**

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Rogério Sekeff Zampronha
Diretor Presidente

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Econômico-Financeiro e Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Vice-Presidente Executivo

Eduardo Quartarone Campos
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Jurídico

Angela Serpa Caldeira e Silva
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretora de Capital Humano

Eduardo Ferreira Kantz
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor de Meio-Ambiente, Sustentabilidade, Governança e Relações Institucionais

Mauro Lourenço de Andrade
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor de Desenvolvimento de Negócio

Leticia Nabuco Villa-Forte
Diretora sem designação específica, com atribuição de Diretora Econômico-Financeira Adjunta

Mariana Coutinho
Gerente Controladoria e Fiscal

Camila Araujo
Contadora / CRC-RJ 121980-O7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O relatório de opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras consolidadas completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Intenational Accounting Standards Board (IASB) da Prumo Logística S.A. foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 15 de março de 2023, sem modificações. A integra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida.

www.prumologistica.com.br

SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS
CNPJ nº 44.019.198/0001-20 - NIRE 33300270256

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17 de novembro de 2023, lavrada na forma sumária: **1. Data, hora e local:** 17 de novembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social, na Rua da Glória, 122, salas 701 e 702, Glória, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.241-180. **2. Presença:** Fração superior a 97% dos acionistas titulares do Capital Social com direito a voto e fração superior a 65% de acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, o Diretor Presidente, **Sr. Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão**, brasileiro, casado, empresário; Diretora, **Sra. Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão**, brasileira, viúva, empresária; Diretora Técnica, **Sr.ª Celina Maria Lins**, brasileira, divorciada, atuária; Diretor Administrativo Financeiro**, Sr. Marcelo Domingues Salustiano,** brasileiro, casado, engenheiro e Diretor de Controles Internos, **Sr. Deul José Pereira**, brasileiro, casado, auditor. Constatado o não comparecimento dos Auditores Independentes, sendo dispensada sua presença pela totalidade dos acionistas presentes, conforme disposições dos §§ 1º e 2º do art. 134, da Lei 6.404/76. **3. Representação:** A Sinaf Participações S.A., CNPJ 12.315.814/0001-02, acionista presente é representada por sua procuradora Rosângela Lourenço dos Santos, constituída há menos de 01 (um) ano. **4. Instalação e Composição de Mesa**: Marcelo Domingues Salustiano, Presidente e Rosângela Lourenço dos Santos, Secretária. **5. Publicações:** 1) Edital de convocação para realização da Assembleia Geral Extraordinária, marcada para o dia 17 de novembro de 2023, publicado nas edições dos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2023, do Jornal Diário Comercial, veículo de circulação no Estado do Rio de Janeiro, em sua forma digital e no mesmo dia, no mesmo veículo, em sua forma impressa, no Segundo Caderno - Publicidade Legal nas folhas B6, B2 e B1, respectivamente. **6. Ordem do dia:** Alterar o estatuto social para: **a)** Atender à Resolução CNSP nº 431/2021, com a indicação do Diretor Técnico responsável pelo cumprimento do disposto na resolução em comento. **b)** Alterar as atribuições dos Diretores para melhor refletir o atendimento às disposições legais. **c**) Declarar que a Companhia, pertencente ao grupo S3 (Segmento 3), não participará do Compartilhamento de Informações (Open Insurance), nos termos da Resolução CNSP nº 415/2021. **7. Deliberações: a)** Em atendimento à Resolução CNSP nº 431/2021, foi deliberada a indicação da Diretora Técnica responsável pelo cumprimento do disposto na resolução em comento. **b)** Em razão da deliberação aprovada acima, para melhor refletir o atendimento às disposições legais, foi alterado o artigo 18 dos estatutos sociais. **c)** Declara que a companhia pertencente ao grupo S3 (Segmento 3), não participará do Compartilhamento de Informações (Open Insurance), nos termos da Resolução CNSP nº 415/2021. Em razão das deliberações acima, foi dado uma nova redação ao artigo 18 do Estatuto Social: "***Artigo 18*** *- Compete, privativamente: I - Ao* ***Diretor Presidente****: a) manter a coordenação entre a Diretoria e Assembleia Geral; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, votando e tendo voto de qualidade em caso de empate; c) dirigir a elaboração do planejamento geral da sociedade e as relações externas; d) cumprir e fazer cumprir fielmente o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as normas legais em vigor; e) a responsabilidade pelos controles específicos para prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a prevenção e coação do financiamento ao terrorismo, nos termos da* ***Circular SUSEP nº 612/2020*** *e* ***234/2003****, bem como pelo cumprimento do disposto na* ***Lei nº 9.613/98*** *e* ***Lei nº 12.683/2012****; II - Ao* ***Diretor Vice-Presidente****: a) substituir o Diretor Presidente nos casos de falta ou impedimento do Diretor Presidente; b) o exercício da Presidência quando não for eleito o Diretor Presidente pela Assembleia Geral; III - Ao* ***Diretor Administrativo Financeiro****: a) a responsabilidade administrativa e financeira da sociedade, cabendo-lhe a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetos sociais -* ***Circular SUSEP nº 234/2003****; b) a responsabilidade pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente -* ***Resolução CNSP nº 432/2021****; c) substituir o Diretor Técnico em suas faltas e impedimentos; IV - Ao* ***Diretor Técnico****: a) a responsabilidade pelas Relações com a SUSEP, cabendo-lhe responder pelo relacionamento com a Autarquia, nos termos da* ***Circular SUSEP nº 234/2003****; b) a responsabilidade pelas atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundo -* ***Resolução CNSP nº 432/2021****; c) a responsabilidade pelo registro de apólices e endossos emitidos e cosseguros aceitos, nos termos da* ***Resolução CNSP nº 143/2021****; d) o registro das operações de seguros, nos termos da* ***Resolução CNSP nº 383/2020****; e) a responsabilidade pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados* ***Resolução CNSP nº 431/2021****. V - Ao* ***Diretor de Controles Internos****: a) orientar e supervisionar: i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, na forma da legislação em vigor; e ii) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos; b) prover as Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, na forma da legislação em vigor; e c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: i) riscos novos ou emergentes; ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; iii) ações relativas à gestão de riscos; e iv) deficiências relativas ao Sistema de Controles Internos e à Estrutura de Gestão de Riscos e seu respectivo saneamento; d) responsável pelos controles internos nos termos da* ***Resolução CNSP 416/2021*** *e controles específicos para prevenção contra fraudes; e) responsável pelo cumprimento da política institucional de conduta, nos termos da* ***Resolução CNSP nº 382/2020****; VI - Aos* ***Diretores sem designação específica*** *caberá atuação nas áreas designadas pela Assembleia Geral que os eleger, cabendo-lhes ainda substituir o Diretor com designação específica nas suas faltas e impedimentos, desde que suas atribuições não conflitem com o que prescreve a legislação".* **8. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período, não tendo nenhum acionista requerido o seu funcionamento. **9. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta Ata. **10. Impedimento de voto:** Deixaram de votar nas diversas deliberações os legalmente impedidos. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrando-se no livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2023. **MESA: Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos -** Secretária. **ADMINISTRADORES: Pedro Cláudio de M. Bocayuva Bulcão -** Diretor Presidente; **Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão -** Diretora Vice-Presidente; **Celina Maria Lins -** Diretora Técnica; **Marcelo Domingues Salustiano -** Diretor Administrativo Financeiro; **Deul José Pereira -** Diretor de Controles Internos. **ACIONISTA: Sinaf Participações S.A. Rosângela Lourenço dos Santos -** OAB/RJ nº 121.530 - Procuradora. **DECLARAÇÃO:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente **Rosângela Lourenço dos Santos -** Secretária. **Estatuto Social. CAPÍTULO I - Da denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social. Artigo 1º** - A **SINAF Previdencial Cia. de Seguros** é uma sociedade seguradora do ramo de seguros de pessoas, que se regerá pelo presente estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A sociedade tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **§ Primeiro** - A sociedade terá sua área de atuação no Estado do Rio de Janeiro. **§ Segundo** - A critério da Diretoria, poderá a sociedade abrir ou extinguir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte dos Estados previstos no parágrafo primeiro deste artigo, respeitadas as prescrições legais. **Artigo 3º** - A sociedade tem por objeto social operar em seguros de pessoas, assim como em planos de pecúlio e rendas de previdência privada aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - Do Capital e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de R$ 36.808.022,66 (trinta e seis milhões, oitocentos e oito mil, vinte e dois reais e sessenta e seis centavos) representado por 1.779.369.614 (um bilhão, setecentos e setenta e nove milhões, trezentos e sessenta e nove mil e seiscentos e quatorze) ações nominativas, no valor de R$ 20,69 (vinte reais e sessenta e nove centavos) por mil ações, sendo 1.615.451.529 (um bilhão, seiscentos e quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias e 163.918.085 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e dezoito mil e oitenta e cinco) ações preferenciais, inconversíveis de uma espécie em outra. **§ Primeiro** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ Segundo** - A ação é indivisível em relação à Sociedade, sendo certo que, quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§ Terceiro** - A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações, cautelas e/ou certificados de ações, os quais, da mesma forma que as ações, serão sempre assinados por dois Diretores. **CAPÍTULO III - Da Assembleia Geral. Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos três meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais, obedecidas as prescrições legais. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por aquele que o substituir, e será dirigida por um Presidente escolhido pelos acionistas, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 8º** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seus representantes legais, ou por procurador, desde que o instrumento de mandato tenha sido depositado na sede social até 72 (setenta e duas) horas antes da data de sua realização. **Artigo 9º** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um quarto do capital social com direito a voto; em segunda convocação com qualquer número. **CAPÍTULO IV - Da Administração. Artigo 10º** - A administração da sociedade compete à Diretoria. **Artigo 11** - O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 3 (três) anos, admitida a reeleição, dispensados os Diretores da prestação de garantia da gestão. **Parágrafo Único** - Os membros da Diretoria terão remuneração mensal, que será fixada anualmente pela Assembleia Geral, de modo global ou individualizado, observadas as prescrições legais. **Da Diretoria. Artigo 12** - A Diretoria será composta de 2 (dois) a 8 (oito) membros, acionistas ou não, sendo designados Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Técnico, Diretor de Controles Internos, e os demais diretores, sem qualquer designação específica. **§ Primeiro** - Poderão ser nomeados para os cargos de Diretores pessoas naturais residentes no País. Aos membros da Diretoria é vedado, sob pena de perda do mandato, desempenhar funções estranhas às atividades da sociedade que, a juízo da Assembleia Geral, conflitem com os interesses da sociedade. **§ Segundo** - O número de diretores será fixado pela Assembleia Geral, que, inclusive, poderá não eleger o Diretor Presidente, caso em que o Diretor Vice-Presidente acumulará suas funções. **§ Terceiro** - O prazo de gestão da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Artigo 13** - Nos casos de impedimento ou faltas ocasionais do Diretor Presidente, será ele substituído pelo Diretor Vice-Presidente, que atuará sem prejuízo de suas demais atribuições; e na falta ou impedimento do Diretor Vice-Presidente ou Administrativo Financeiro ou Diretor Técnico ou Diretor de Controles Internos serão eles substituídos, por qualquer diretor eleito sem designação específica. **Artigo 14** - Em caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral proverá o cargo vago, e o substituto eleito exercerá o mandato pelo prazo que caberia ao substituído. **Artigo 15** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, e somente deliberará com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo Único** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão; no caso de empate, o Diretor Presidente, ou aquele que o substituir, usará o voto de qualidade. **Artigo 16** - Compete à Diretoria: a) executar os planos e programas aprovados pela Assembleia Geral; b) executar a política de produção, técnica, administrativa e financeira; c) admitir ou demitir funcionários e representantes, fixando-lhes a remuneração; d) elaborar e acompanhar o orçamento da sociedade; e) deliberar sobre a instalação ou extinção de filiais, agências, sucursais, escritórios e representações da sociedade; f) elaborar o relatório anual e as demonstrações financeiras da sociedade e a proposta de distribuição de lucros líquidos do exercício, para o fim de serem submetidos à Assembleia Geral; g) além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica, também, investida de todos os poderes para a contratação de empréstimos em instituições financeiras, podendo para tanto dar em garantia bens imóveis, móveis e semoventes, mediante hipotecas ou outras garantias reais; adquirir, onerar e alienar bens móveis e imóveis. **Parágrafo Único**. São de responsabilidade da diretoria da sociedade: I - definir as atividades e os níveis de controle para todos os negócios; II - estabelecer os objetivos dos mecanismos de controle e seus procedimentos; III - verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos procedimentos definidos; IV - avaliar continuamente os diversos tipos de riscos associados às atividades da sociedade; V - acompanhar e implementar a política de conformidade de procedimentos, com base na legislação aplicável, revendo-a semestralmente; VI - implantar política de prevenção contra fraudes; e VII - implantar política de subscrição de risco. **Artigo 17** - A sociedade considerar-se-á obrigada quando representada: a) Conjuntamente por 2 (dois) diretores; b) Conjuntamente por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, na extensão dos poderes que houverem sido outorgados; ou c) Conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, na extensão dos poderes que houverem sido outorgados. **§ Primeiro** - Dependerá da assinatura do Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor o ato que importar em: a) Alienação, aquisição e gravame de bens imóveis; b) Prestação de garantias em favor de terceiros, desde que no interesse da Sociedade; c) Obrigação e/ou liberação de operações ativas e passivas quando o valor envolvido for superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). **§ Segundo -** Os instrumentos de mandato outorgados pela Sociedade deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano e vedarão o substabelecimento total ou parcial. **§ Terceiro** - Na emissão de duplicatas e respectivos endossos para cobrança, nas aplicações e resgates de investimentos, bem como no endosso de cheques e de ordens de pagamento para depósito em Banco em conta da Sociedade, será suficiente a assinatura de um único Diretor ou Procurador. **Artigo 18** - Compete, privativamente: I - Ao **Diretor Presidente**: a) manter a coordenação entre a Diretoria e Assembleia Geral; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, votando e tendo voto de qualidade em caso de empate; c) dirigir a elaboração do planejamento geral da sociedade e as relações externas; d) cumprir e fazer cumprir fielmente o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as normas legais em vigor; e) a responsabilidade pelos controles específicos para prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a prevenção e coação do financiamento ao terrorismo, nos termos da **Circular SUSEP nº 612/2020** e **234/2003**, bem como pelo cumprimento do disposto na **Lei nº 9.613/98** e **Lei nº 12.683/2012**; II - Ao **Diretor Vice-Presidente**: a) substituir o Diretor Presidente nos casos de falta ou impedimento do Diretor Presidente; b) o exercício da Presidência quando não for eleito o Diretor Presidente pela Assembleia Geral; III - Ao **Diretor Administrativo Financeiro**: a) a responsabilidade administrativa e financeira da sociedade, cabendo-lhe a supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetos sociais - **Circular SUSEP nº 234/2003**; b) a responsabilidade pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria independente - **Resolução CNSP nº 432/2021**; c) substituir o Diretor Técnico em suas faltas e impedimentos; IV - Ao **Diretor Técnico**: a) a responsabilidade pelas Relações com a SUSEP, cabendo-lhe responder pelo relacionamento com a Autarquia, nos termos da **Circular SUSEP nº 234/2003**; b) a responsabilidade pelas atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundo - **Resolução CNSP nº 432/2021**; c) a responsabilidade pelo registro de apólices e endossos emitidos e cosseguros aceitos, nos termos da **Resolução CNSP nº 143/2021**; d) o registro das operações de seguros, nos termos da **Resolução CNSP nº 383/2020**; *e) a responsabilidade pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados* ***Resolução CNSP nº 431/2021***. V - Ao **Diretor de Controles Internos**: a) orientar e supervisionar: i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, na forma da legislação em vigor; e ii) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos; b) prover as Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, na forma da legislação em vigor; e c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: i) riscos novos ou emergentes; ii) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; iii) ações relativas à gestão de riscos; e iv) deficiências relativas ao Sistema de Controles Internos e à Estrutura de Gestão de Riscos e seu respectivo saneamento; d) responsável pelos controles internos nos termos da **Resolução CNSP 416/2021** e controles específicos para prevenção contra fraudes; e) responsável pelo cumprimento da política institucional de conduta, nos termos da **Resolução CNSP nº 382/2020**; VI - Aos **Diretores sem designação específica** caberá atuação nas áreas designadas pela Assembleia Geral que os eleger, cabendo-lhes ainda substituir o Diretor com designação específica nas suas faltas e impedimentos, desde que suas atribuições não conflitem com o que prescreve a legislação. **CAPÍTULO V - Do Conselho Fiscal. Artigo 19** - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, na conformidade legal. **Artigo 20** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ Primeiro** - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **§ Segundo** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **CAPÍTULO VI - Do exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Aplicações. Artigo 21** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único -** Poderá a sociedade levantar balanços intermediários, na forma da lei. **Artigo 22** - No fim de cada exercício serão elaboradas, com observância das prescrições legais, as seguintes demonstrações financeiras: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Exercício; c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados; d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. **§ Primeiro** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **§ Segundo** - Do lucro líquido do exercício, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; b) Constituição de Reservas para contingências, na forma autorizada em lei; c) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, a título de dividendos aos acionistas, observado o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário, da Assembleia Geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado. **§ Terceiro** - Com o objetivo de compensar eventual diminuição de lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral, poderá, por proposta da Diretoria, constituir reserva nos termos do artigo 196 e parágrafos, da Lei 6.404 de 15.12.1976, e, bem assim, constituir a reserva de que trata o artigo 197 da mesma lei. **§ Quarto** - Por voto favorável da unanimidade dos acionistas presentes, a Assembleia Geral poderá decidir pela distribuição de dividendo inferior àquele previsto no parágrafo 2º, letra "c" deste artigo, ou a retenção de todo o lucro. **§ Quinto** - No exercício em que for distribuído aos acionistas o dividendo mínimo de que trata este artigo (letra "c" do § 2º), poderá ser atribuída aos administradores participação nos lucros da sociedade, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos mesmos ou 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, que será rateado entre eles segundo proposto pelo Diretor Presidente. **§ Sexto** - A Assembleia Geral decidirá sobre o destino do saldo dos lucros remanescentes, os quais poderão ser total ou parcialmente distribuídos, como dividendos suplementares aos acionistas, ou atribuídos a reserva especial para futuro aumento de capital. **§ Sétimo** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão e reverterão em benefício da sociedade. **CAPÍTULO VII - Da Liquidação da Sociedade. Artigo 23** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1.967. **CAPÍTULO VIII - Das Disposições Transitórias. Artigo 24** - O presente Estatuto passará a vigorar imediatamente, observadas as prescrições legais. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2023. **MESA: Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos -** Secretária. **ADMINISTRADORES: Pedro Cláudio de M. Bocayuva Bulcão -** Diretor Presidente; **Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão -** Diretora Vice-Presidente; **Celina Maria Lins -** Diretora Técnica; **Marcelo Domingues Salustiano -** Diretor Administrativo Financeiro; **Deul José Pereira -** Diretor de Controles Internos. **ACIONISTA: SINAF Participações S.A. Rosângela Lourenço dos Santos -** OAB/RJ nº 121.530 - Procuradora. **DECLARAÇÃO:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Marcelo Domingues Salustiano -** Presidente; **Rosângela Lourenço dos Santos** - Secretária. Jucerja nº 6141441 em 20/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

Águas Industriais do Açu S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ nº 17.671.018/0001-18

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, **1. Mensagem da Administração:** A Administração da Águas Industriais do Açu S.A. ("Águas Industriais" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **2. Agradecimentos:** A Administração da Águas Industriais agradece aos Senhores, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2023. Ficamos à disposição dos Senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2024. A Administração.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.835	5.852
Clientes	5	863	874
Clientes – partes relacionadas	5 e 8	55	53
Impostos a recuperar	6	1.219	1.512
Despesas antecipadas		44	22
Outros valores a receber		43	3
		8.059	**8.316**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	7	639	581
Impostos diferidos	9	59	91
Imobilizado	10	7.534	7.742
Intangível	11	20	27
Direito de uso	12	27.321	27.027
		35.573	**35.468**
Total do ativo		**43.632**	**43.784**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		235	268
Salários e encargos a pagar		260	207
Partes relacionadas – contas a pagar	8	411	329
Dividendos a pagar		345	634
Passivo de arrendamento	12	514	442
Impostos e contribuições a recolher	13	1.182	1.545
Outras obrigações	12	4	3
		2.951	**3.427**
Não circulante			
Passivo de arrendamento	12	29.352	28.232
		29.352	**28.232**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		9.737	9.737
Reserva de Lucro		1.592	2.388
Total do patrimônio líquido		**11.329**	**12.125**
Total do passivo e patrimônio líquido		**43.632**	**43.784**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucro (Prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**9.641**	**96**	**351**	**1.082**	**-**	**11.170**
Aumento de capital	96	(96)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.671	2.671
Reserva legal	-	-	134	-	(134)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(634)	(634)
Dividendos adicionais propostos pagos ref. ao resultado de 2021	-	-	-	(1.082)	-	(1.082)
Dividendos adicionais propostos ref. ao resultado de 2022	-	-	-	1.903	(1.903)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.737**	**-**	**485**	**1.903**	**-**	**12.125**
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.452	1.452
Dividendos adicionais propostos pagos ref. ao resultado de 2022	-	-	-	(1.903)	-	(1.903)
Reserva legal	-	-	72	-	(72)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(344)	(344)
Dividendos adicionais propostos ref. ao resultado de 2023	-	-	-	1.035	(1.035)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.737**	**-**	**558**	**1.035**	**-**	**11.330**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto operacional: Águas Industriais do Açu S.A. ("Águas Industriais" ou "Companhia"), anteriormente denominada EBN – LLX Empresa Brasileira de Navegação Ltda., foi constituída em 20 de março de 2012, com objetivo captação, adução, reservação, tratamento e purificação, e distribuição de água para fins industriais e serviços relacionados e de participar em outras sociedades. **2. Licenças e autorizações:** Licenças ou autorizações obtidas até 31 de dezembro de 2023:

Empresa	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Águas Industriais	Outorga que autoriza a captação de água no poço T2-5. Objeto detalhado: "extração de água bruta em um poço tubular, com as finalidades de uso consumo e higiene humana, uso industrial (operações portuárias, instalações industriais e equipamentos, sistema de resfriamento, fornecimento a embarcações, sistema de aspersão de cargas), construção civil e limpeza de dependências, na Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, na quantidade e sob as condições constantes deste documento, sujeitos à cobrança, na forma prevista na Lei Estadual nº 4.247/03, em consonância com o § 1º do art. 27 da Lei Estadual nº 3.239/99. Número CNARH: 33.0.0289908/20 Ponto: Poço T2-5 Código de interferência: 1119684 Vazão máxima instantânea: 95,0 m³/h Vazão média: 95,0 m³/h Volume máximo diário: 1.900,0 m³/dia Tempo: 20 h/d Período: 30 d/mês Coordenadas geográficas: Lat. 21° 52' 33,0" S e Long. 41° 2' 0,7" O DATUM: SIRGAS2000 Lançamento informativo: Volume máximo diário de 78,32 m³ realizado em um canal de navegação artificial conectado diretamente ao mar, denominado pelo requerente de Canal do terminal 2."	OUT Nº IN010339	08/10/2021	08/10/2026

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e Principais políticas contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas tomando como base as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A autorização para a conclusão desta demonstração financeira foi concedida pelos Diretores da Companhia em 20 de março de 2024. As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Companhia. b) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas quando aplicável para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas 13 - Reconhecimento de receita: se a receita de serviços de fornecimento de água é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas 9 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. e) Mudanças nas principais políticas contábeis: (i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou novas normas, estejam elas já emitidas e ainda não aplicáveis ou ainda não adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Não se identifica qualquer impacto nas demonstrações financeiras sobre novas normas vindouras. f) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, abaixo descritas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(i) Caixa e equivalentes caixa:** Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **(ii) Contas a receber:** Para o contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível. **(iii) Instrumentos financeiros:** *a) Classificação instrumentos financeiros:* Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado; instrumento financeiro mensurados pelo custo amortizado; e instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. - Custo amortizado: São ativos financeiros: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Determinação do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. *b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(iv) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **(v) Intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. **(vi) Benefícios a empregados:** *a. Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(vii) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(viii) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **(ix) Receita operacional:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 – Receitas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. **(x) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. **(xi) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	281	1.005
Aplicações financeiras	5.555	4.848
	5.836	**5.853**
Provisão de perdas estimadas	(1)	(1)
	5.835	**5.852**

5. Clientes

	2023	2022
Fornecimento de água (Partes relacionadas – nota 8)	55	53
Fornecimento de água	878	1.008
	933	**1.061**
Provisão de perdas estimadas	(15)	(134)
	918	**927**

6. Impostos a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	99	79
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	1.122	1.433
	1.221	**1.512**

7. Depósitos Judiciais: Realização de deposito judicial referente a Ação Cível no qual a Águas Industriais do Açu é parte integrante do processo, somando um montante de R$ 639 em 30 de dezembro de 2023 (R$ 581 em 31 de dezembro de 2022).

Depósitos judiciais

	2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	2023
Cível	581	-	-	58	639
	581	**-**	**-**	**58**	**639**

8. Partes relacionadas

	Contas a receber	
	2023	2022
Fornecimento de água:		
UTE GNA I	-	36
Porto do Açu	55	17
	55	**53**

	Contas a pagar	
	2023	2022
Notas de débito:		
Porto do Açu	406	328
Prumo	5	-
	411	**328**

	Receitas	
	2023	2022
UTE GNA I	545	747
Porto do Açu	671	1.597
	1.216	**2.344**

9. Impostos diferidos: A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	2023	2022
Imposto diferido ativo		
Provisão para PLR	54	45
Provisão para perdas estimadas	5	46
Total de impostos diferidos	**59**	**91**

10. Imobilizado

	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Móveis e utensílios	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a.)	**2,63%**	**14,17%**		**17,22%**	
Saldo em 01/01/2022	**6.798**	**715**	**330**	**13**	**7.856**
Adição	58	180	-	1	239
Transferência	330	-	(330)	-	-
Depreciação	(238)	(113)	-	(3)	(354)
Saldo em 31/12/2022	**6.948**	**782**	**-**	**11**	**7.741**
Adição	87	82	-	-	169
Depreciação	(243)	(132)	-	(1)	(376)
Saldo em 31/12/2023	**6.792**	**732**	**-**	**10**	**7.534**
Custo	7.343	1.219	-	15	8.577
Depreciação acumulada	(551)	(487)	-	(5)	(1.043)
Saldo em 31/12/2023	**6.792**	**732**	**-**	**10**	**7.534**

11. Intangível

	Licença de uso de software	Implantação de sistemas	Total
Taxa estimada de amortização (a.a.)	20%	-	-
Saldo em 01/01/2022	**31**	**11**	**42**
Baixa	-	(11)	(11)
Amortização	(4)	-	**(4)**
Saldo em 31/12/2022	**27**	**-**	**27**
Baixa	(16)	-	**(16)**
Baixa de amortização	9	-	**9**
Saldo em 31/12/2023	**20**	**-**	**20**
Custo	20	-	**20**
Amortização acumulada	-	-	**-**
Saldo em 31/12/2023	**20**	**-**	**20**

12. Direito de Uso / Passivo de Arrendamento: A norma contábil IFRS 16 – Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia não possui contratos como arrendadora. No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A movimentação em 2023 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo (*):

	Saldo em 2022	Adições	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo em 2023
Ativos:							
Terrenos	27.027	1.660	(1.366)	-	-	-	27.321
Total do Ativo	**27.027**	**1.660**	**(1.366)**	**-**	**-**	**-**	**27.321**
Passivos:							
Terrenos	3.198	185	-	3.383	(3.383)	-	3.383
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	(2.756)	(160)	-	(2.869)	-	2.916	(2.869)
Passivo arrendamento CP	**442**	**25**	**-**	**514**	**(3.383)**	**2.916**	**514**
Terrenos	63.952	3.702		(3.383)	-	-	64.271
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	(35.720)	(2.068)		2.869	-	-	(34.919)
Passivo arrendamento LP	**28.232**	**1.634**		**(514)**	**-**	**-**	**29.362**
Total do Passivo	**28.232**	**1.634**	**-**	**-**	**(3.383)**	**2.916**	**29.866**
Resultado							
Amortização – Terrenos	-	-	(1.366)	-	-	-	(1.366)
PIS / COFINS sobre amortização	-	-	119	-	-	-	119
Despesa de juros – Terrenos	-	-	-	-	-	(2.916)	(2.916)
PIS / COFINS sobre juros	-	-	-	-	-	194	194
Resultado arrendamento	**-**	**-**	**(1.247)**	**-**	**-**	**(2.722)**	**(3.969)**

(*) Taxa de desconto utilizada 10,12%. Refere-se a contrato de cessão direito real de superfície em que a controladora Porto do Açu cede terreno para a Subsidiária Águas Industriais pelo prazo de 25 anos.

13. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
PIS/COFINS	40	55
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	10	12
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	1.118	1.469
PIS / COFINS/ CSLL – Ret.	10	5
INSS retido na fonte	1	4
ISS retido de terceiros	3	-
	1.182	**1.545**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.602**	**4.094**
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	(885)	(1.392)
Ajustes para derivar a alíquota efetiva:		
Outras adições permanentes	(308)	(55)
Ajuste adicional de IRPJ	43	24
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**(1.150)**	**(1.423)**
Alíquota efetiva	(44,20%)	(35,89%)
Corrente	(1.119)	(1.469)
Diferido	(31)	46
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**(1.150)**	**(1.423)**

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital da Companhia está representado por 9.736.904 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Dividendos** As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício social de 2023 foram gerados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 344 e foram propostos dividendos adicionais no valor de R$ 1.035, a serem pagos em exercícios subsequentes. Referente ao exercício social de 2022 foram gerados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 634 e foram propostos dividendos adicionais no valor de R$ 1.903, que foram pagos ao longo de 2023. **c) Reservas de Lucro:** Formada majoritariamente por Reserva Legal, que é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da lei 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No encerramento do exercício social de 2023 foi calculado e registrado Reserva Legal no montante de R$ 73. **15. Receita líquida de serviços:** Os contratos da Companhia estão relacionados ao fornecimento de água. Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

	2023	2022
Receita bruta		
Fornecimento de água	10.327	8.763
Fornecimento de água - partes relacionadas	1.216	2.843
Total receita bruta	**11.543**	**11.606**
Imposto sobre receita (Pis/Cofins)	(1.041)	(1.093)
Receita líquida	**10.502**	**10.513**

16. Custo sobre o serviço prestado: A Companhia apresenta os custos operacionais, como se segue:

	2023	2022
Salários e encargos	(1.064)	(969)
Serviços de terceiros	(1.851)	(1.681)
Aluguéis e arrendamentos	(102)	(99)
Depreciação e amortização	(378)	(352)
Amortização direito de uso – nota nº 12	(1.247)	(1.016)
Seguros diversos	(31)	(28)
Custos diversos	(582)	31
	(5.255)	**(4.114)**

17. Despesas administrativas: A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

	2023	2022
Despesas Gastos compartilhados	(303)	(376)
Serviço de terceiros	(190)	(103)
Impostos e taxas	(6)	(6)
Depreciação e amortização	(1)	(3)
Despesas diversas	(28)	(32)
	(528)	**(520)**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras		
Despesa financeira arrendamento – nota nº 12	(2.721)	(2.574)
Outras despesas financeiras	(36)	(86)
	(2.757)	**(2.660)**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	381	852
Juros ativos	147	100
	528	**952**
Resultado financeiro líquido	**(2.229)**	**(1.708)**

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ati-

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Nota	2023	2022
Receita líquida de serviços	15	10.502	10.513
Custo sobre o serviço prestado	16	(5.255)	(4.114)
Lucro bruto		**5.247**	**6.399**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	17	(528)	(520)
Provisão para perdas sobre recebíveis		120	(112)
Outras despesas e receitas		(8)	35
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**4.831**	**5.802**
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		528	952
Despesas financeiras		(2.757)	(2.660)
		(2.229)	**(1.708)**
Resultado antes dos impostos		**2.602**	**4.094**
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(1.119)	(1.469)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(31)	46
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**1.452**	**2.671**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	2023	2022
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	1.452	2.671
Total dos resultados abrangentes do exercício	**1.452**	**2.671**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**1.452**	**2.671**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Provisão para IRPJ de CSLL	(1.119)	(1.469)
IRPJ e CSLL diferidos	(31)	46
Depreciação e amortização	367	355
Amortização direito de uso	1.366	1.312
Juros apropriados	2.916	2.575
Baixa de imobilizado	16	11
Provisão (reversão) para perda sobre recebíveis	120	(112)
	5.087	**5.389**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Clientes	11	380
Partes relacionadas – contas a receber e a pagar	81	(1.469)
Impostos a recuperar	324	(292)
Depósitos Judiciais	(58)	(36)
Despesas antecipadas	(22)	3
Salários e encargos a pagar	53	30
Fornecedores	(33)	97
Impostos e contribuições a recolher	756	1.923
Outros	(200)	266
Caixa líquido proveniente das (usado) atividades operacionais	**5.999**	**3.040**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(169)	(238)
Caixa líquido proveniente das (usado) atividades de investimento	**(169)**	**(238)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	(3.383)	(4.085)
Passivo de arrendamento	(2.537)	(1.443)
Dividendos pagos	73	134
Caixa líquido proveniente das (usado) atividades de financiamento	**(5.847)**	**(5.394)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(17)**	**(2.592)**
Aumento do caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	5.852	8.444
No fim do exercício	5.835	5.852
	(17)	**(2.592)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

Águas Industriais do Açu S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ nº 17.671.018/0001-18

vos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. As contas da Companhia possuem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto prazo. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

	Categoria / Mensuração	Nível	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Ativos						
Caixa e bancos	custo amortizado	Nível 2	281	281	1.005	1.005
Aplicações financeiras	custo amortizado	Nível 2	5.555	5.554	4.848	4.848
Clientes	custo amortizado	Nível 2	878	863	1.008	874
Clientes partes relacionadas	custo amortizado	Nível 2	55	55	53	53
			6.769	**6.753**	**6.914**	**6.780**
Passivos						
Fornecedores	custo amortizado	Nível 2	235	235	268	268
Outros passivos financeiros	custo amortizado	Nível 2	411	411	328	328
Passivo de arrendamentos	custo amortizado	Nível 2	29.866	29.866	28.674	28.674
			30.512	**30.512**	**29.270**	**29.270**

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. (Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Objetivos e estratégias de gerenciamento de risco:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detém contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. · **Risco de Crédito:** O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portifólio. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. · **Risco de Liquidez:** A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	235	-	-	-	-	**235**
Passivo de arrendamento	251	263	566	3.817	24.969	**29.866**
Outros valores a pagar	1.791	-	-	-	-	**1.791**
Total por faixa de prazo	**2.277**	**263**	**566**	**3.817**	**24.969**	**31.892**

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	268	-	-	-	-	**268**
Passivo de arrendamento	215	226	444	1.817	25.971	**28.673**
Outros valores a pagar	2.389	-	-	-	-	**2.389**
Total por faixa de prazo	**2.872**	**226**	**444**	**1.817**	**25.971**	**31.330**

21. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2023	2022
Riscos operacionais (Danos materiais)	13.160	13.160
Responsabilidade Civil (Danos a terceiros)	10.000	10.000
Lucros cessantes	3.000	3.500
	26.160	**26.660**

Composição da Diretoria

Eugênio Leite de Figueiredo - Diretor Presidente
Marcelo Chaladovsky - Diretor Financeiro
Vinicius Patel Ventura da Silva - Diretor
Mariana Assunção de Moraes Mansur - Diretora
João Paulo Araujo Braz - Diretor

Evando José Cazemiro Teixeira
Coordenador de Controladoria -Contador CRC RJ 117381/O-5

G3X Engenharia S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ nº 13.681.431/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, **1. Mensagem da Administração:** A Administração da G3X Engenharia S.A. ("G3X" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **2. Agradecimentos:** A Administração da G3X agradece aos Senhores, ao governo federal, aos governos estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2023. Ficamos à disposição dos Senhores para elucidar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2024. **A Administração.**

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	12	43	63
		10	**12**	**43**	**63**
Não circulante					
Investimentos	5	10	33	-	-
Imobilizado	6	-	-	462	462
Intangíveis		-	15	-	20
		10	**48**	**462**	**482**
Total do Ativo		**20**	**60**	**505**	**545**
Passivo					
Não circulante					
Outros passivos		-	1	484	485
		-	**1**	**484**	**485**
Patrimônio líquido	7				
Capital social		38.791	38.746	38.791	38.746
Reserva de capital		127	151	127	151
Prejuízos acumulados		(38.898)	(38.838)	(38.898)	(38.838)
Total do patrimônio líquido		**20**	**59**	**20**	**59**
Participação de acionistas minoritários		-	-	1	1
Total do patrimônio líquido		**20**	**59**	**21**	**60**
Total do Passivo		**20**	**60**	**505**	**545**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	8	(21)	(17)	(38)	(48)
Outras despesas e receitas		(15)	-	(21)	-
Resultado antes das despesas(receitas) financeiras líquidas e impostos		**(36)**	**(17)**	**(59)**	**(48)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		-	-	-	1
Despesas financeiras		-	-	-	(1)
		-	**-**	**-**	**-**
Resultado de equivalência patrimonial		**(23)**	**(30)**	**-**	**-**
Resultado antes dos impostos		**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(59)	(47)	(59)	(48)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(59)	(47)	(59)	(48)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(59)**	**(47)**	**(59)**	**(48)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Consolidado	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido - Controladora	Participação de acionistas não minoritários	Total do Patrimônio Líquido - Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**38.746**	**-**	**127**	**(38.791)**	**92**	**-**	**82**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(47)	(47)	-	(47)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	25	-	-	25	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.746**	**25**	**127**	**(38.838)**	**60**	**-**	**60**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(60)	(60)	-	(60)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20	-	-	20	-	20
Integralização de capital	45	(45)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**38.791**	**-**	**127**	**(38.898)**	**20**	**-**	**20**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(59)	(46)	(60)	(46)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Baixa de ativos intangíveis	15	-	21	10
Resultado de equivalência patrimonial	23	30	-	-
Outras obrigações	-	-	-	2
	(21)	**(16)**	**(39)**	**(36)**
(Aumento) redução de ativos e passivos				
Fornecedores	(1)	-	(1)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(22)**	**-**	**(40)**	**(36)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital por acionista minoritário	20	25	20	25
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**20**	**25**	**20**	**25**
Aumento do caixa e equivalente de caixa	**(2)**	**9**	**(20)**	**(11)**
No início do exercício	12	3	63	74
No fim do exercício	10	12	43	63
	(2)	**9**	**(20)**	**(11)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras empresas e na Pedreira Sapucaia Indústria e Comercio Ltda. ("Pedreira Sapucaia"), utilizando-a na exploração de pedras, que inicialmente, foram utilizadas na construção do Porto do Açu, além da indústria da construção civil, construção de usina hidrelétrica, prestação de serviços de engenharia consultiva, contratação na concessão de serviços públicos, entre outros. **2. Licenças e autorizações**

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016

(*) Licenças em processo de renovação. Prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo, prevista na Lei Complementar nº 140/2011. **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e Principais políticas contábeis:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas tomando como base as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A autorização para a conclusão desta demonstração financeira foi concedida pelos Diretores da Companhia em 20 de abril de 2024. As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Companhia. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas quando aplicável para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal. e) Mudanças nas principais políticas contábeis: (i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou novas normas, estejam elas já emitidas e ainda não aplicáveis ou ainda não adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Não se identifica qualquer impacto nas demonstrações financeiras sobre novas normas vindouras. **- CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos:** A Companhia adotou a aplicação inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019 sobre estas demonstrações financeiras e não gerou impacto. f) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, abaixo descritas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **(ii) Instrumentos financeiros:** *a) Classificação instrumentos financeiros:* Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado; instrumento financeiro mensurados pelo custo amortizado; e instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **- Custo amortizado:** São ativos financeiros: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **- Determinação do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **iii) Investimentos:** O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. **iv) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **v) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. **vi) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **vii) Demais ativos, passivos circulantes e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. i**x) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. **x) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	10	12	43	63
	10	**12**	**43**	**63**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

5. Investimentos

Participações societárias

		31 de dezembro de 2023						
Controlada direta	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
Pedreira Sapucaia	97,25%	21.699	494	484	10	17.850	-	-	(17.840)
		31 de dezembro de 2022							
Controlada direta	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
Pedreira Sapucaia	97,25%	21.699	518	484	34	17.850	-	-	(17.715)

Movimentações – Controladora

Controlada direta	2022	Equivalência patrimonial	Perda por variação patrimonial	2023
Pedreira Sapucaia	44	(23)	-	21
Controlada direta	**2021**	**Equivalência patrimonial**	**Perda por variação patrimonial**	**2022**
Pedreira Sapucaia	74	(30)	-	44

6. Imobilizado: A seguir a composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Líquido 2023	Líquido 2022
Terrenos	N/A	462	462
		462	**462**

7. Patrimônio líquido: a) Capital social (*Em Reais*): O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 38.790.635.50 (trinta e oito milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), dividido em 38.790.635 (trinta e oito milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reserva de Capital: A controladora Porto do Açu investiu, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), no ano de 2023, o montante de R$20.000. Tal aporte é irrevogável e irretratável, e conversível na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo de AFAC (Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R$25.000), irrevogáveis e irretratáveis, além de conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Durante o exercício social de 2023 foram integralizados R$ 45.000, convertidas na quantidade de ações correspondentes e seguindo o seu valor nominal. **8. Despesas gerais e administrativas:** A Companhia apresenta as despesas administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Serviço de terceiros	-	-	(13)	(22)
Publicação	(21)	(15)	(21)	(15)
Despesas diversas	-	(2)	(4)	(11)
	(21)	**(17)**	**(38)**	**(48)**

9. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. Devido ao método escolhido de transição as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir o novo requerimento. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. As contas da Companhia possuem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto prazo. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

	Nota	Categoria / Mensuração	Nível	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Ativos							
Caixa e bancos	4	custo amortizado	Nível 2	43	43	63	63
Total				**43**	**43**	**63**	**63**

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. (Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detém contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. • **Risco de Crédito:** O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada credor. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portifólio. • **Risco de Liquidez:** A Companhia e sua controlada monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa suficiente e capacidade de liquidar posições de mercado.

Composição da Diretoria

Eugênio Leite de Figueiredo - Diretor Presidente
Marcelo Chaladovsky - Diretor Financeiro
Vinícius Patel Ventura da Silva - Diretor
Mariana Assunção de Moraes Mansur - Diretor
João Paulo Araújo Braz - Diretor

Evando José Cazemiro Teixeira
Coordenador de Controladoria - Contador CRC RJ 117381/O-5

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

RESERVA AMBIENTAL FAZENDA CARUARA S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ 11.547.743/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, **1. Mensagem da Administração:** A Administração da Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Caruara" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **2. Agradecimentos:** A Administração da Reserva Caruara agradece aos Senhores, ao governo federal, aos governos estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela contribuição, dedicação e confiança ao longo de 2023. Ficamos à disposição dos Senhores para elucidar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2024. A Administração.

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	165	328
Clientes	7	94	22
Clientes - Partes Relacionadas	7 e 8	390	391
Imposto a recuperar	9	482	-
Adiantamento a fornecedores		13	50
		1.145	**791**
Não circulante			
Propriedade para investimento	10	5.219	5.219
Imobilizado	11	16.395	16.022
Intangível	12	-	15
Direito de uso	13	30	-
		21.644	**21.256**
Total do ativo		**22.788**	**22.047**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		595	772
Impostos e contribuições a recolher	14	58	171
Partes relacionadas - contas a pagar	8	448	416
Passivo de arrendamento	13	31	-
		1.132	**1.359**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		23.546	21.596
Reservas de lucros		243	243
Adiantamento para futuro aumento de capital		500	1.000
Prejuízos acumulados		(2.633)	(2.151)
		21.656	**20.688**
Total do passivo		**22.788**	**22.047**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	Reserva legal	Lucro / (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**21.002**	**243**	**(1.338)**	**371**	**20.279**
Aumento de capital	594	-	-	-	594
Resultado do período	-	-	(813)	-	(813)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	629	629
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.596**	**243**	**(2.151)**	**1.000**	**20.688**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.450	1.450
Aumento de capital	1.950	-	-	(1.950)	-
Resultado do período	-	-	(482)	-	(482)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**23.546**	**243**	**(2.633)**	**500**	**21.656**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	16	4.849	4.300
Custos dos serviços prestados	17	(5.402)	(4.348)
Lucro bruto		**(553)**	**(48)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(177)	(328)
Outras despesas e receitas		235	11
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**(495)**	**(365)**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		24	31
Despesas financeiras		(11)	(2)
Resultado antes dos impostos		**(482)**	**(336)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	-	(477)
Lucro do exercício		**(482)**	**(813)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Lucro do exercício	(482)	(813)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(482)**	**(813)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	(482)	(336)
Provisão para IPRJ e CSLL	-	(477)
Depreciação/Amortização	321	65
Amortização do direito de uso	94	-
Juros apropriados	8	-
Baixa de imobilizado	15	-
Provisão (reversão) para perdas de recebíveis	(6)	-
	47	**(748)**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Clientes	(73)	40
Contas a receber (a pagar) com partes relacionadas	72	(173)
Impostos a recuperar	(482)	2
Fornecedores	(177)	(531)
Impostos e contribuições a recolher	(113)	70
Outros	4	(192)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(816)**	**(1.532)**
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(697)	(2.245)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(697)**	**(2.245)**
Fluxo de caixa das atividades financiamentos		
Aumento de capital líquido	-	594
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.450	629
Passivo de arrendamento	(100)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**1.350**	**1.223**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(163)**	**(2.554)**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	328	2.882
No fim do exercício	165	328
	(163)	**(2.554)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Caruara" ou "Companhia"), anteriormente denominada Porto do Açu Siderurgia S.A., foi adquirida pelas controladoras Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu") e Prumo Logística S.A. ("Prumo") em 9 de abril de 2010 com objetivo de promover ações de proteção do ecossistema da região do Porto do Açu. Suas atividades consistem basicamente em prestação de serviços de recomposição florestal, constituição e manutenção de servidão florestal ou comercialização de cotas de reserva florestal, realização de pesquisa cientifica, recepção e monitoramento de fauna e flora, ação de educação ambiental, realização de ecoturismo, desenvolvimento de atividades socioeconômicas sustentáveis, conservação de recursos naturais, desenvolvimento de quaisquer outras atividades correlatas e afins relacionadas a implantação do Plano de Manejo da RPPN Caruara e que possam direta ou indiretamente interessar às finalidades da companhia e participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista e a representação de sociedades nacionais ou estrangeiras. Em 2013 a empresa iniciou atividade de locação de área para fins de projeto de recuperação ambiental de vegetação e em 2014 iniciou a comercialização de mudas para o plantio.

2. Licenças e autorizações:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Reserva Ambiental	Licença Prévia e de Instalação que autoriza a localização e implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável da RPPN Caruara.	LPI nº IN009339	16/06/2021	16/06/2023

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e Principais políticas contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas tomando como base as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A autorização para a conclusão desta demonstração financeira foi concedida pelos Diretores da Companhia em 20 de abril de 2024. As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Companhia. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas quando aplicável para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*Impairment*") de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: e) Mudanças nas principais políticas contábeis: (i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou novas normas, estejam elas já emitidas e ainda não aplicáveis ou ainda não adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Não se identifica qualquer impacto nas demonstrações financeiras sobre novas normas vindouras. f) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, abaixo descritas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. i) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante de R$165 (R$328 em 31 de dezembro de 2022). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA. A provisão de perda estimada foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. ii) Instrumentos financeiros: *a) Classificação instrumentos financeiros:* Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado; instrumento financeiro mensurados pelo custo amortizado; e instrumento financeiro mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **- Custo amortizado:** São ativos financeiros: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São ativos financeiros mantidos: (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Atualmente a Reserva Ambiental não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. **- Valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Atualmente a Reserva Ambiental não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. Determinação do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. iii) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*Impairment*) acumulada se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: O custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. iv) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. v) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. vi) Demais ativos, passivos circulantes e não circulante: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. vii) Receita operacional: De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. As principais receitas da Companhia são provenientes de: (i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento: A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado. (ii) Receita Serviços Ambientais: A receita de serviços ambientais decorrente de conservação "recomposição" dos ecossistemas de restingas e vegetação típicas da região é reconhecida ao resultado por competência a partir da existência do fato gerador, ou seja, a prestação de serviço. viii) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. ix) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	165	328
	165	**328**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.**5. Clientes:**

	2023	2022
Clientes	95	22
Clientes - Partes Relacionadas	399	393
Total de Clientes	**494**	**415**
Provisão para perda estimadas	(10)	(2)
Total de clientes - líquido	**484**	**413**

6. Partes relacionadas

	Contas a receber	
	2023	2022
UTE GNA I	44	54
Porto do Açu	355	339
Total:	**399**	**393**

	Contas a pagar	
	2023	2022
Porto do Açu	448	416
Total:	**448**	**416**

	Receitas com partes relacionadas	
	2023	2022
Cessão do direito real da superfície:		
UTE GNA I	261	277
VAST Infraestrutura	1.586	1.303
Porto do Açu	1.375	715
Receita Total - cessão do direito real da superfície	**3.222**	**2.295**
Serviços ambientais		
UTE GNA I	229	336
VAST Infraestrutura	91	394
Porto do Açu	634	1.204
Receita total - serviços ambientais	**954**	**1.934**
Organização de programas turísticos		
UTE GNA I	-	5
Receita total - organização de programas turísticos	**-**	**5**
Total geral de receitas com partes relacionadas	**4.176**	**4.234**

7. Impostos a recuperar:

	2023	2022
Imposto sobre serviços ("ISS")	2	2
Programa de integração social ("PIS")	42	42
Contribuição p/ o financiamento da seguridade social ("COFINS")	192	192
Outros (a)	246	246
	482	**482**
Circulante	482	482
Não circulante	-	-

(a) Em 2023, registrado no curto prazo refere-se a créditos oriundos favorável transitado em julgado.

8. Propriedades para Investimento: O valor de R$5.219 em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é referente à parcela do terreno Fazenda Caruara, pertencente à Reserva Caruara. A Companhia aluga esta área para plantio de mudas (recomposição florestal). **9. Imobilizado:**

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	**-**	**4,54%**	**10,00%**	**20,00%**	**16,00%**	**15,68%**	**-**	**-**	
Saldo em 1º/01/2022	**9.223**	**-**	**2**	**3**	**15**	**-**	**4.599**	**-**	**13.842**
Adição	-	131	69	122	102	18	1.914	-	2.356
Baixa	-	-	-	-	-	-	(109)	-	(109)
Transferência	-	6.338	-	-	-	-	(6.338)	-	-
Depreciação	-	(43)	(1)	(18)	(2)	(3)	-	-	(67)
Saldo em 31/12/2023	**9.223**	**6.426**	**70**	**107**	**115**	**15**	**66**	**-**	**16.022**
Adição	-	50	29	22	4	22	91	480	698
Transferência	-	157	-	-	-	-	(157)	-	-
Depreciação	-	(267)	(9)	(25)	(19)	(5)	-	-	(325)
Saldo em 31/12/2023	**9.223**	**6.366**	**90**	**104**	**100**	**32**	**-**	**480**	**16.395**
									-
Custo	9.223	6.676	97	147	126	40	-	480	16.789
Depreciação acumulada	-	(310)	(7)	(43)	(26)	(8)	-	-	(394)
Saldo em 31/12/2023	**9.223**	**6.366**	**90**	**104**	**100**	**32**	**-**	**480**	**16.395**

10. Intangível

	Custo	
	2023	2022
Licença de uso de software	-	15

11. Direito de Uso / Passivo de Arrendamento: A norma contábil IFRS 16 - Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia não possui contratos como arrendadora. No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A movimentação em 2023 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Taxa incremental anual (%)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo em 31/12/2023
Ativos:									
Máquinas e equipamentos		-	122	2	(94)	-	-	-	30
Total do Ativo		**-**	**122**	**2**	**(94)**	**-**	**-**	**-**	**30**
Passivos:									
Máquinas e equipamentos		-	75	2	-	56	(100)	-	33
(-) Encargos financeiros a transcorrer	7,69%	-	(7)	-	-	(3)	-	8	(2)
Passivo arrendamento CP		**-**	**68**	**2**	**-**	**53**	**(100)**	**8**	**31**
Máquinas e equipamentos		-	56	-	-	(56)	-	-	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer	7,69%	-	(3)	-	-	3	-	-	-
Passivo arrendamento LP		**-**	**53**	**-**	**-**	**(53)**	**-**	**-**	**-**
Total do Passivo		**-**	**121**	**2**	**-**	**-**	**(100)**	**8**	**31**
Resultado									
Amortização		-	-	-	(94)	-	-	-	(94)
Despesa de juros		-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Resultado arrendamento		**-**	**-**	**-**	**(94)**	**-**	**-**	**(8)**	**(102)**

12. Impostos e contribuições a recolher: Os impostos e contribuições a recolher são apresentados no quadro a seguir:

	2023	2022
ISS	10	9
PIS/COFINS	-	9
ICMS	-	4
IRRF	4	3
PIS/COFINS/CSLL - Ret.	12	12
IRPJ/CSLL	-	99
INSS de Terceiros	32	34
OUTROS	-	-
	58	**171**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(481)	(336)
Prejuízo líquido ajustado	(481)	**(336)**
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	164	-
Ajustes para derivar a alíquota efetiva		
Diferenças Permanentes	(10)	-
Créditos fiscais não reconhecidos - Diferenças Temporárias	(2)	-
Créditos fiscais não reconhecidos - Prej. Fiscal e Base Negativa CSLL	(152)	-
IR/CSLL (Lucro Presumido e Adicional 10%) *(a)*	-	(477)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**(477)**
Alíquota efetiva	**-**	**142%**
IR e CSL Corrente *(a)*	-	(477)
IR e CSL Diferido	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**-**

(a) Até o ano de 2022 a RAFC apurava o IRPJ e a CSLL pelo regime do Lucro Presumido e em 2023 a sociedade passou a apurar pelo regime do Lucro Real. Nesse sentido, os anos de 2022 e 2023 não podem ser comparados pela mesma estrutura de apresentação. A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34% a.a. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	2023	2022
Imposto diferido ativo		
Prejuízos fiscais	111	-
Base negativa de contribuição social	39	-
PDD	2	-
Outros	-	-
Total de créditos fiscais diferidos ativos	**152**	**-**
Provisão para realização		
IR diferido não reconhecido - *Valuation allowance (a)*	(152)	-
Total de impostos diferidos	**-**	**-**

(a) Trata-se de provisão para não realização do IRPJ e CSLL diferidos em função de, em 31 de Dezembro de 2023, os critérios de avaliação da probabilidade de que haverá disponibilidade de lucro tributável futuro não terem sido atingidos. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia está representado por 23.546 (21.596 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, sem valor nominal. Pelas reuniões de Assembleia Geral Extraordinária de: • Em 30 de janeiro de 2023, foi realizado o aumento de capital da Companhia, pela Porto do Açu, mediante a emissão de 1.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1 (um real) por ação pelo valor total do preço de emissão de R$ 1.000.000 destinados à conta de capital social da Companhia, mediante uso de adiantamento para futuro aumento de capital; • Em 21 de dezembro de 2023, foi realizado o aumento de capital da Companhia, pela Porto do Açu, mediante a emissão de 950.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1 (um real) por ação pelo valor total do preço de emissão de R$ 950.000 destinados à conta de capital social da Companhia, mediante uso de adiantamento para futuro aumento de capital; b) Adiantamento para futuro aumento de capital: A controladora Porto do Açu investiu, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), no ano de 2023, o montante de R$1.450.000. Tal aporte é irrevogável e irretratável, e conversível na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de AFAC é de R$500.000 (R$1.000.000 em 31 de dezembro de 2022), irrevogáveis e irretratáveis, além de conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal. Durante o exercício social de 2023 foram integralizados R$ 1.950.000, convertidas na quantidade de ações correspondentes e seguindo o seu valor nominal. c) Dividendos: As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

RESERVA AMBIENTAL FAZENDA CARUARA S.A.

(Companhia Fechada)
CNPJ 11.547.743/0001-00

vista o prejuízo apurado. d) Reserva Legal: É constituída à razão de 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **14. Receita líquida:** Os contratos da Companhia estão relacionados a prestação de serviços ambientais. Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 2 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

Receitas com clientes	**2023**	**2022**
Vendas de mudas	19	11
Serviços ambientais	714	66
Aluguéis	476	202
Total de receitas com clientes	1.209	279
Receitas com partes relacionadas		
Serviços ambientais	953	1.934
Aluguéis	3.223	2.295
Outros	-	5
Total de receitas com partes relacionadas	**4.176**	**4.234**
Deduções sobre receitas brutas	(536)	(213)
Receita líquida	**4.849**	**4.300**

15. Custo do serviço prestado	**2023**	**2022**
Serviços de terceiros	(4.663)	(3.651)
Aluguéis	(123)	(74)
Depreciação e Amortização	(296)	(46)
Impostos e taxas	(23)	(2)
Publicidade	(184)	(110)
Custos diversos	(113)	(465)
	(5.402)	**(4.348)**

16. Despesas gerais e administrativas	**2023**	**2022**
Serviços de terceiros	(98)	(48)
Impostos e taxas	(14)	(13)
Depreciação	(27)	(19)
Publicidade	(19)	(296)
Indenizações	(4)	58
Despesas diversas	(15)	(10)
	(177)	**(328)**

17. Resultado financeiro	**2023**	**2022**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	13	25
Outras receitas financeiras	11	6
	24	**31**
Despesas financeiras		
Despesas com arrendamentos financeiros	(8)	-
Despesas bancárias	(3)	(2)
	(11)	**(2)**
Resultado financeiro líquido	**13**	**29**

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 2 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis. Devido ao método escolhido de transição as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir o novo requerimento. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. As contas da Companhia possuem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto prazo. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

			2023		**2022**	
Ativos	**Categoria / Mensuração**	**Nível**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e bancos	custo amortizado	Nível 2	165	165	328	328
Clientes	custo amortizado	Nível 2	95	95	22	22
Clientes - Partes Relacionadas	custo amortizado	Nível 2	399	389	391	391
			659	**649**	**741**	**741**
Passivos						
Fornecedores	custo amortizado	Nível 2	1.075	1.075	772	772
Outros passivos financeiros	custo amortizado	Nível 2	448	448	416	416
Passivos de arrendamento	custo amortizado	Nível 2	31	31	-	-
			1.554	**1.554**	**1.188**	**1.188**

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. (Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detém contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **• Risco de Crédito:** O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portifólio. A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de recebimento de 30 dias para nossos clientes. As exposições em cada risco de crédito foram segmentadas por tipo de recebíveis. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos exercícios. As taxas de perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. **• Risco de Liquidez:** A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Total**
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	1.075	-	-	-	-	**1.075**
Passivos de arrendamentos	-	31	-	-	-	-	**31**
Outras contas a pagar	-	448	-	-	-	-	**448**
Total por faixa de prazo	**-**	**1.554**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.554**

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Total**
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	722	-	-	-	-	**722**
Outras contas a pagar	-	416	-	-	-	-	**416**
Total por faixa de prazo	**-**	**1.138**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.138**

19. Cobertura de seguros	**2023**	**2022**
Risco operacional	7	-
Responsabilidade civil	4	-
Resultado financeiro líquido	**11**	**-**

Composição da Diretoria

Eugênio Leite de Figueiredo - Diretor Presidente
Marcelo Chaladovsky - Diretor Financeiro
Vinícius Patel Ventura da Silva - Diretor
Mariana Assunção de Moraes Mansur - Diretor
João Paulo Araújo Braz - Diretor
Evando José Cazemiro Teixeira - Coordenador de Controladoria
Contador CRC RJ 117381/O-5

CULTURA INGLESA IDIOMAS S.A.

CNPJ 17.855.050/0001-53

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**4.867**	6.118
Contas a receber de terceiros	**6.811**	5.143
Contas a receber com partes relacionadas	**335**	329
Despesas antecipadas	**1.738**	2.957
Tributos a recuperar	**1.895**	1.917
Outros ativos	**705**	423
Total do circulante	**16.351**	16.887
Não circulante		
Depósitos judiciais	**827**	15.079
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**12.461**	13.249
Investimentos	**1.495**	1.952
Imobilizado	**10.744**	15.432
Intangível	**51.497**	53.375
Ativo de direito de uso	**37.640**	55.806
Total do não circulante	**114.664**	154.893
Total do ativo	**131.015**	171.780

Passivo	**2023**	**2022**
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	**25.531**	59.353
Contas a pagar a terceiros	**3.797**	3.405
Passivo de arrendamento	**16.647**	17.241
Obrigações sociais e gratificações a pagar	**6.269**	11.046
Obrigações tributárias	**2.024**	2.081
Adiantamentos de clientes	**4.225**	4.991
Outros	**287**	326
Total do circulante	**58.780**	98.443
Não circulante		
Passivo de arrendamento	**39.330**	56.515
Provisão para contingências	**773**	14.671
Provisão para benefício de assistência médica	**13.746**	8.981
Total do não circulante	**53.849**	80.167
Patrimônio líquido		
Capital social	**146.770**	78.770
Adiantamento para futuro aumento de capital	**10.000**	12.500
Resultados abrangentes	**(9.078)**	(5.209)
Prejuízos acumulados	**(129.306)**	(92.891)
Total do patrimônio líquido	**18.386**	(6.830)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**131.015**	171.780

Thomaz Fernando Sugimoto - CPF 261.758.898-00 - Diretor
Luis Augusto Tiburcio - CRC SP 198979/0-5 - Responsável Técnico

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	**2022**
Receita operacional líquida	**116.186**	134.803
Custo dos serviços prestados	**(49.412)**	(47.955)
Lucro bruto	**66.774**	86.848
Receitas e (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(90.951)**	(102.534)
Resultado de equivalência patrimonial	**(456)**	(422)
Outras	**13**	1.605
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	**(24.620)**	(14.503)
Despesas financeiras	**(12.552)**	(20.774)
Receitas financeiras	**1.545**	1.927
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(35.627)**	(33.350)
Imposto de renda e contribuição social	**(788)**	44
Prejuízo do exercício	**(36.415)**	(33.306)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	**2022**
Prejuízo do exercício	**(36.415)**	(33.306)
Benefício pós emprego efeito atuarial	**(3.869)**	(5.209)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(40.284)**	(38.515)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	**AFAC**	**Resultados Abrangentes**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.801	18.000	–	(59.585)	(16.784)
Adiantamento para aumento de capital	–	48.469	–	–	48.469
Integralização de capital social	53.969	(53.969)	–	–	–
Benefício pós emprego efeito atuarial	–	–	(5.209)	–	(5.209)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(33.306)	(33.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	78.770	12.500	(5.209)	(92.891)	(6.830)
Adiantamento para aumento de capital	**–**	**65.500**	**–**	**–**	**65.500**
Integralização de capital social	**68.000**	**(68.000)**	**–**	**–**	**–**
Beneficio pós emprego efeito atuarial	**–**	**–**	**(3.869)**	**–**	**(3.869)**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**(36.415)**	**(36.415)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**146.770**	**10.000**	**(9.078)**	**(129.306)**	**18.386**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do imposto de renda e contribuição social	**2023**	**2022**
	(35.627)	**(33.350)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	**7.147**	9.587
Depreciação de direito de uso de arrendamento	**15.273**	11.200
Baixas de imobilizado e intangível	**(570)**	10.279
Equivalência patrimonial	**457**	422
Provisão para devedores duvidosos	**2.625**	(385)
Provisão para contingências	**517**	55
Encargos financeiros sobre financiamentos	**6.670**	11.130
Juros sobre arrendamentos	**3.885**	6.593
Provisão para benefício de assistência médica	**896**	232
Variação em ativos e passivos		
Contas a receber	**(4.293)**	(1.068)
Despesas antecipadas	**1.219**	902
Depósitos judiciais	**(163)**	(1.209)
Outros ativos	**(260)**	(500)
Créditos e débitos com controladas	**(6)**	(184)
Adiantamento de clientes	**(766)**	(543)
Contas a pagar	**392**	(585)
Obrigações sociais e fiscais	**(4.834)**	3.062
Outros passivos	**(39)**	133
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(7.477)**	15.771
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	**(582)**	(6.221)
Dividendos recebidos	**–**	1.065
Caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimentos	**(582)**	(5.156)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	**(40.492)**	(45.258)
Amortização de arrendamentos	**(18.200)**	(20.158)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**65.500**	48.469
Dividendos antecipados	**–**	(770)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**6.808**	(17.717)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(1.251)**	(7.102)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**6.118**	13.220
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.867**	6.118
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(1.251)**	(7.102)

EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA (TRADING COMPANY) - CACEX DG 3/002
Sede: Rio de Janeiro-RJ - Rua Visconde de Piraja Nº 608 - Sala 803 - C.G.C. 33.334.608/0001-01
Filiais: Londrina-PR, Mirassol-SP, Varginha-MG, Rondonópolis-MT.

inter-continental de café s.a.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Administração da Companhia em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de V.Sas., o Relatório de Atividades desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, assim como as respectivas demonstrações financeiras (em reais). Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024.

Alain Robert Danon Assa - Diretor

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

ATIVO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE	**70.576.777,28**	**53.057.369,63**
Caixa e equivalentes de caixa	66.946.758,51	49.870.049,82
Estoque	29.722,38	29.722,38
Contas a Receber	153.958,46	153.958,46
Tributos a recuperar	3.395.991,92	2.947.704,85
Adiantamentos	50.346,01	55.934,12
NÃO CIRCULANTE	**16.812.327,80**	**32.770.828,26**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**130.536,78**	**127.367,64**
Depósitos Judiciais	130.536,78	127.367,64
Investimentos	**7.569.889,54**	**15.247.763,78**
Imobilizado	**9.111.901,48**	**17.395.696,84**
TOTAL DO ATIVO	**87.389.105,08**	**85.828.197,89**

PASSIVO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE	**7.647.571,85**	**490.914,43**
Fornecedores	741,79	741,79
Obrigações tributárias	130.921,39	125.989,02
Imposto de renda e contribuição social a pagar	58.589,61	77.957,73
Obrigações trabalhistas e sociais	177.993,43	187.853,19
Dividendos Propostos	7.180.952,93	–
Emprestimos e Financiamentos	94.753,55	94.753,55
Provisão para contingências	3.619,15	3.619,15
NÃO CIRCULANTE	**–**	**–**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**79.741.533,23**	**85.337.283,46**
Capital Social	64.255.135,58	91.185.763,20
Reservas de Lucros	15.460.092,77	21.082.147,88
Prejuízos Acumulados	–	(26.930.627,62)
Resultado abrangente (CTA)	26.304,88	–
TOTAL DO PASSIVO	**87.389.105,08**	**85.828.197,89**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

	Capital	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros a Realizar**	**Prejuízos Acumulados**	**Resultado Abrangente (CTA)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**91.185.763,20**	**6.275.974,76**	**14.520.044,40**	**(32.367.073,29)**	**–**	**79.614.709,07**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	5.722.574,39	–	5.722.574,39
Reserva Legal	–	286.128,72	–	(286.128,72)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**91.185.763,20**	**6.562.103,48**	**14.520.044,40**	**(26.930.627,62)**	**–**	**85.337.283,46**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	7.558.897,82	–	7.558.897,82
Redução de Capital Social	(26.930.627,62)	–	–	26.930.627,62	–	–
Reversão de Reserva de Lucro a Realizar	–	–	(6.000.000,00)	6.000.000,00	–	–
Reserva Legal	–	377.944,89	–	(377.944,89)	–	–
Dividendos Pagos	–	–	–	(6.000.000,00)	–	(6.000.000,00)
Dividendos Propostos	–	–	–	(7.180.952,93)	–	(7.180.952,93)
Resultado Abrangente (CTA)	–	–	–	–	26.304,88	26.304,88
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**64.255.135,58**	**6.940.048,37**	**8.520.044,40**	**–**	**26.304,88**	**79.741.533,23**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

	2023	**2022**
Fluxos de caixa das atividade operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	7.558.897,82	5.722.574,39
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e Amortização	688.595,29	694.106,30
Crédito com Depreciação	(63.695,08)	(64.204,80)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.704.179,12	(3.347.268,31)
Variação Cambial Líquida sobre Investimentos	–	965.548,38
	15.887.977,15	**3.970.755,96**
Redução (Aumento) nos Ativos Operacionais		
Tributos a recuperar	(384.591,99)	256.544,18
Depósitos Judiciais	(3.169,14)	–
Contas a Receber	5.588,11	2.500,00
	(382.173,02)	**259.044,18**
Redução (Aumento) nos Passivos Operacionais		
Obrigações tributárias	(14.435,75)	55.747,06
Obrigações trabalhistas	(9.859,76)	42.499,24
	(24.295,51)	**98.246,30**
Caixa Líquido Gerado nas Operações	**15.481.508,62**	**4.328.046,44**
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**15.481.508,62**	**4.328.046,44**
Fluxo de Caixa da Atividades de Investimentos		
Baixa do Imobilizado	7.595.200,07	–
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	**7.595.200,07**	**–**
Fluxo de Caixa da Atividades de Financiamentos		
Pagamentos de Dividendos	(6.000.000,00)	–
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamentos	**(6.000.000,00)**	**–**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	**17.076.708,69**	**4.328.046,44**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	**49.870.049,82**	**45.542.003,38**
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	**66.946.758,51**	**49.870.049,82**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

	2023	**2022**
Receita Bruta de Vendas e Serviços Prestados	**–**	**–**
Venda de Mercadorias	–	–
Deduções da Receita Bruta de Vendas e Serviços Prestados	**–**	**–**
Devoluções s/ Receita de Vendas	–	–
Tributos Incidentes s/ Receita de Vendas	–	–
Receita Líquida	**–**	**–**
Custos das Vendas e dos Serviços Prestados	**–**	**–**
Custos das mercadorias vendidas	–	–
Lucro Bruto	**–**	**–**
Receitas (Despesas) Operacionais	**2.226.506,79**	**2.165.380,76**
Despesas gerais e administrativas	(557.088,55)	(402.943,53)
Remunerações, enc. sociais e benefícios	(2.558.918,80)	(2.136.173,46)
Serviços contratados	(962.556,99)	(802.387,54)
Depreciação e amortização	(624.900,21)	(629.901,50)
Impostos taxas e contribuições	(25.930,31)	(26.372,40)
Outras receitas (despesas) operacionais	14.660.080,77	2.815.890,88
Resultado de equivalência patrimonial	(7.704.179,12)	3.347.268,31
Resultado Financeiro Líquido	**6.448.864,37**	**4.566.969,40**
Receitas Financeiras	6.533.450,71	5.668.194,88
Despesas Financeiras	(84.586,34)	(1.101.225,48)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.675.371,16**	**6.732.350,16**
Contribuição Social	(301.890,00)	(273.646,52)
Imposto de Renda	(814.583,34)	(736.129,25)
Lucro Líquido do Exercício	**7.558.897,82**	**5.722.574,39**
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	**271,071**	**271,071**
Lucro por quota do capital social no fim do exercício	**27,98**	**21,11**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

1. Informações gerais : A Inter-Continental de Café S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo principal a compra, venda e exportação de produtos primários, especialmente de café, no mercado nacional e internacional, direta ou indiretamente, inclusive nas bolsas de mercadorias no Brasil e no exterior. A Sociedade tem sede na Rua Visconde de Pirajá nº 608 - Sala 803, Rio de Janeiro, RJ - CEP 22.410-002. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizado pela diretoria em 18 de abril de 2024. **2 - Resumo das principais políticas contábeis**: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 - Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **3 - Patrimônio líquido : (i) Capital social** - O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 271.071.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **(ii) Dividendos mínimos obrigatórios** - Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **4 - Demais observações** - o complemento da notas explicativas estarão a disposição dos acionistas na sede da companhia.

ALAIN ROBERT DANON ASSA - Diretor - CPF 946.679.857-04 **MARCEL STEINBERG - Diretor - CPF 087.399.637-21**
VICENTE PINHEIRO DE LIMA - Contador CRC 1SP 290.166/O-0 - CPF 308.944.718-56

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

GRAN SERVICES S.A.

CNPJ nº 11.010.481/0001-32 - NIRE 333.0032410-1

Ata da Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 15 de Abril de 2024

1. Local e Data da Reunião: No dia 15 de abril de 2024, às 11h, na sede da Gran Services S.A. ("Companhia") localizada na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, na estrada Hidelbrando Alves Barbosa, s/nº, km 6, Bairro Parque Aeroporto, CEP 27.963-506. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do Parágrafo Sétimo do artigo 9° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Miguel de Almeida Gradin; Secretária: Clarice Silveira Dias Garcia. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre (a) nos termos do artigo 9º, §8º (ii), do estatuto social da Companhia, a celebração pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do "Instrumento de Transação", entre o Fundo de Investimento em Direitos Credítórios Não Padronizados Options, inscrito no CNPJ nº 29.010.636/0001-4, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Options II, inscrito no CNPJ nº 33.360.335/0001-70, a Graal Participações S.A., inscrita no CNPJ nº 14.826.903/0001-30, a Cirrus Energy B.V., inscrita na Câmara de Comércio da Holanda sob o nº 863160761, Bernardo Afonso de Almeida Gradin, inscrito no CPF sob o nº 316.183.245-00, e Miguel de Almeida Gradin, inscrito no CPF sob o nº 454.867.945-68 ("instrumento de Transação") e (b) nos termos do artigo 9º, § 8º, (xiii) do estatuto social da Companhia, no contexto da Ia (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para colocação privada, da Companhia ("Emissão"), a ser realizada pela Companhia nos termos e condições previstos no *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Gran Services S.A."* ("Escritura de Emissão"), deliberar sobre a autorização para outorga e constituição, pela Companhia em favor do(s) titular(es) das debêntures da Emissão ("Debenturista(s)") nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406/2002 e do artigo 66-B da Lei nº 4.728/1965, da Cessão Fiduciária Petrobras e da Cessão Fiduciária Equinor (conforme definidas abaixo) pela Companhia em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem qualquer restrição ou ressalva, os membros do Conselho de Administração da Companhia resolvem: **5.1** Nos termos do artigo 9º, § 8º, (ii) do estatuto social da Companhia, **aprovar,** celebração pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Instrumento de Transação; e **5.2** Nos termos do artigo 9°, § 8º, (xiii), do estatuto social da Companhia, **aprovar,** sujeita à ratificação pela Assembleia Geral da Companhia, a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), de cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela **Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras,** sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01 ("Petrobras"). decorrentes do contrato nº 5900.0126126.23.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia, em 15 de janeiro de 2024, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas e para fornecedores de bens ("Contrato Petrobras 1"); (ii) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Petrobras, decorrentes do contrato nº 5900.0122775.22.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia em 23 de dezembro de 2022, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas com fornecimento de partes e peças ("Contrato Petrobras 2") e, em conjunto com Contrato Petrobras 1, os ("Contratos Petrobras"); e (iii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão da conta vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário ("Conta Vinculada Petrobras"), incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos depositados na Conta Vinculada Petrobras ou que venham a ser nela depositados; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito, existentes ou futuros, com origem ou destino na Conta Vinculada Petrobras; e (3) as aplicações, existentes ou futuras, realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada Petrobras, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Petrobras"). A Cessão Fiduciária Petrobras será constituída mediante os respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. Adicionalmente, nos termos do artigo 9º, § 8º, (xiii), do estatuto social da Companhia, aprovar, sujeita à ratificação da Assembleia Geral da Companhia e à implementação das Condições Suspensivas Equinor descritas abaixo, a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), de cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Equinor Brasil Energia Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 04.028.583/0001-10 ("Equinor"), decorrentes do contrato n° 4600026065, celebrado entre a Equinor e a Companhia, em 23 de maio de 2022, para prestação de serviços de manutenção e modificação para o campo de Peregrino; e (ii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão conta vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário a ser constituída quando da implementação das Condições Suspensivas Equinor (conforme descritas abaixo) ("Conta Vinculada Equinor"), incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos que venham a ser depositados na Conta Vinculada Equinor; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito com origem ou destino na Conta Vinculada Equinor; e (3) as aplicações a serem realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada Equinor, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Equinor"). A Cessão Fiduciária Equinor será constituída mediante o respectivo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária Equinor"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. Adicionalmente, a obrigação de constituição da Cessão Fiduciária Equinor está sujeita à implementação das seguintes condições suspensivas cumulativas; (i) extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da Caixa Econômica Federal, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04 ("CEF"); e (ii) que, quando da extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da CEF, haja saldo devedor superior a 40% (quarenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão ("Condições Suspensivas Equinor"). Para fins de clareza, o Contrato de Cessão Fiduciária Equinor será celebrado entre as respectivas partes signatárias desde já, mas sua eficácia e a eficácia da Cessão Fiduciária Equinor ficarão condicionadas à verificação cumulativa das 2 (duas) Condições Suspensivas Equinor aqui descritas, de modo que a Cessão Fiduciária Equinor somente será efetivamente eficaz após a verificação cumulativas das 2 (duas) Condições Suspensivas Equinor aqui descritas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A., que lida e conferida, foi aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Todos os termos e expressões grafados em maiúsculo na presente ata e não expressamente aqui definidos terão o significado atribuído a tais termos e expressões na Escritura de Emissão. Macaé, 15 de abril de 2024. Mesa: **Miguel de Almeida Gradin -** Presidente; **Clarice Silveira Dias Garcia -** Secretária. **Membros de Conselho de Administração: Miguel de Almeida Gradin; Mario Augusto Silva; Philippe Lamoure. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: Gran Services S.A. NIRE: 333.0032410-1. Protocolo: 2024/00342772-6. Data do protocolo: 17/04/2024. Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o número 00006192278. **Gabriel Oliveira de Souza Voi -** Secretário-Geral.

VIAÇÃO ACARI S/A.
CNPJ: 33.197.120/0001-80.

CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em assembleia geral ordinária, conjuntamente, no dia **29/04/2024**, ás 9:30 horas em 1º convocação com a totalidade dos acionista, em nossa sede social na Rua Miguel Rangel, 493, Cascadura, RJ, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) destinação do resultado do exercício; c) eleição da diretoria e a fixação de seus honorários; d) assuntos gerais. Informamos que documentos a que se refere o art. 133 da lei 6404/76, encontram-se a disposição dos senhores acionistas na sede da sociedade. Rio Janeiro, 17 de Abril de 2024 – A Diretoria.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 17.765.891/0001-70
NIRE 33.3.0030675-7 - *Companhia Fechada*

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os acionistas do **GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.** ("**Companhia**"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 8 de maio de 2024, às 10 horas ("**Assembleia**"), na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de discutirem e deliberarem sobre: (i) a retificação do *caput* do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, com a sua consequente consolidação e homologação; e (ii) a ratificação de todas as deliberações tomadas em Assembleias Gerais da Companhia realizadas no período entre 16 de fevereiro de 2024 e a data de realização da Assembleia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

LIGHT S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME nº 03.378.521/0001-75
NIRE 33.3.0026.316-1
Companhia Aberta

Certidão da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração ("Conselho") da Light S.A. - Em Recuperação Judicial "Light" ou ("Companhia"), realizada em 23 de fevereiro de 2024, lavrada sob a forma de Sumário dos Fatos. 1. Data, horário e local: Em 23 de fevereiro de 2024, às 18 horas, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Hélio Calixto da Costa, Presidente do Conselho de Administração, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, Pedro de Moraes Borba, Raphael Manhães Martins, Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira, e Yuiti Matsuo Lopes. Como convidados, mas sem participar das votações, o Diretor-Presidente, Alexandre Nogueira Ferreira, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rodrigo Tostes Solon de Pontes, o Diretor de Administração e de Gente e Gestão, Carlos Vinicius de Sá Roriz, os representantes do Escritório de Advocacia Barbosa, Müssnich, Aragão ("BMA"), Conrado de Castro Stievani e Eduardo G. Wanderley, do Escritório Wald, Antunes, Vita e Blattner Advogados, Eduardo Cezar Chad, a representante da Consultoria BR Partners, Fabiana Balducci e o Assistente Jurídico, Igor Martins Mesquita, escolhido para secretariar a mesa. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia e reunião devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração que decidiram que a ata será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. **4. Mesa: Presidente:** Hélio Calixto da Costa. **Secretário:** Igor Martins Mesquita. **5. Ordem do dia e Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: a) Consignar que, inicialmente, os Diretores presentes, em conjunto com os assessores externos da Companhia, apresentaram os principais termos e condições propostos para o Plano de Recuperação Judicial Modificativo da Companhia, conforme material de apoio disponibilizado aos Conselheiros e devidamente arquivado no Portal de Governança. b) Depois de esclarecidos os questionamentos suscitados e à luz do material apresentado, o Conselho de Administração decidiu aprovar, por unanimidade, com o registro de abstenção de voto do Conselheiro Raphael Manhães Martins, os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial Modificativo e a sua apresentação nos autos do processo de Recuperação Judicial da Companhia, em curso perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"). c) O Conselho de Administração decidiu, ainda, por unanimidade, com o registro de abstenção de voto do Conselheiro Raphael Manhães Martins, autorizar a Diretoria da Companhia ("Diretoria") a tomar as providências e praticar todos os atos necessários com relação à efetivação da matéria aprovada, bem como autorizar que a Diretoria continue mantendo contatos e discussões com credores e demais *stakeholders*, envidando esforços para que sejam concluídas negociações com vistas ao equacionamento do endividamento da Companhia sujeito à Recuperação Judicial, podendo praticar todos os atos em todas as jurisdições nas quais tais medidas sejam necessárias, incluindo a divulgação da deliberação ora tomada ao Mercado, nos termos da legislação em vigor, sendo certo que serão observados os trâmites e procedimentos societários aplicáveis para a eventual adoção de quaisquer medidas que, nos termos do Estatuto Social da Companhia, requeiram aprovação prévia específica do Conselho de Administração. Certificamos que a presente certidão é cópia fiel da ata da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. - em Recuperação Judicial – realizada em 23 de fevereiro de 2024, às 18 horas, por videoconferência. **Igor Martins Mesquita** - Secretário da Mesa. **Arquivado na Jucerja nº 6133625 em 15/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral**.

LIGHT S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME Nº 03.378.521/0001-75
NIRE Nº 33.3.0026.316-1
Capital Aberto

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração ("Conselho") da Light S.A. - Em Recuperação Judicial ("Light" ou "Companhia"), realizada em 30 de janeiro de 2024, lavrada sob a forma de Sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 30 de janeiro de 2024, às 10 horas, realizada na Sede da Companhia, localizada na Avenida Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002 ("Sede") e por videoconferência, sendo considerada realizada na Sede, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia ("Reunião"). **2. Presentes:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Hélio Calixto da Costa, Presidente do Conselho de Administração, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Abel Alves Rochinha (somente nos itens 7.1 a 7.10), Hélio Paulo Ferraz, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, Pedro de Moraes Borba, Raphael Manhães Martins (por videoconferência), Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira (por videoconferência) e Yuiti Matsuo Lopes. Compareceram, também, como convidados, sem, contudo, participarem das votações, o *Chief Executive Officer* (CEO), Alexandre Nogueira Ferreira, o *Chief Operating Officer* (COO), Carlos Vinícius de Sá Roriz, o Diretor de Distribuição Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão, o *Controller*, Vicente Cortes de Carvalho, o Consultor Financeiro, Gustavo Nasser Moreira, a advogada, Renata Yamada Bürkle, o Assistente Jurídico Sênior, Igor Martins Mesquita e a *Governance Officer*, Paula Regina Novello Cury, convidada para secretariar a Mesa. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Convocação da reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2024, nos termos do art. 10 do Estatuto Social e devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. O Conselho, por unanimidade, decidiu que a ata será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. **4. Mesa: Presidente:** Hélio Calixto da Costa; **Secretária:** Paula Regina Novello Cury. **7. Assuntos Deliberativos Tratados: 7.2. Alteração na Diretoria Executiva da Companhia e das suas Subsidiárias - Diretoria Financeira e de Relações com Investidores: 7.2.1. Eleição do Sr. Rodrigo Tostes Solon de Pontes para o Cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Light S.A.:** Com a recomendação do CPG, o Conselho de Administração, por unanimidade, elegeu o Sr. Rodrigo Tostes Solon de Pontes, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da carteira de identidade nº 103.681.490, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o n° 706.348.079-0, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002, para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2024, para o cumprimento restante do mandato a encerrar-se em 31 de agosto de 2024. **7.4. Alteração na Diretoria Executiva da Companhia - Diretor sem designação específica - função Jurídica Tributária e Estratégica: 7.4.3.Eleição da Diretora sem designação específica para exercer as funções Jurídica Tributária e Estratégica:** Com a recomendação do CPG, o Conselho de Administração, por unanimidade, elegeu a Sra. Renata Yamada Bürkle, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 126.009, expedida pela OAB/RJ, e inscrita no CPF/ME sob o n° 090.618.417-71, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002, para o cargo de Diretora sem designação específica, que exercerá a função de Diretora Jurídica Tributária e Estratégica, para o cumprimento restante do mandato a encerrar-se em 31 de agosto de 2024. Declaro que o presente é um extrato da ata da reunião ordinária do Conselho de Administração da Light S.A.- Em Recuperação Judicial, realizada no dia 30.01.2024, às 10 horas, na Sede da Companhia**.** Paula Regina Novello Cury - Secretária da Mesa. **Arquivado na Jucerja nº 6109024 em 01/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral**.

A Associação de Arteterapia do Rio de Janeiro informa que está aberta por um mês, a partir da data de publicação deste edital, a inscrição e apresentação de chapas a se candidatarem para a gestão do triênio de 01 de maio de 2024 até 30 de abril de 2027, e apresenta a chapa I, formada pelos arteterapeutas listados abaixo:
DIRETORIA EXECUTIVA - PRESIDENTE: Cristiane Gerolis de Moraes - AARJ 704/0316; VICE PRESIDENTE: Paulo Cezar Correa Antunes - AARJ 717/0516. **DIRETORIA ADMINISTRATIVA -** TITULAR: Vera de Freitas Guimarães - AARJ 809/0717; ADJUNTA: Cristiane de Oliveira Silva - AARJ 0834/1017. **DIRETORIA FINANCEIRA -** TITULAR: Bruna Estrella Philippini Reis Lima - AARJ 617/0714; ADJUNTA: Márcia Regina Souza Costa - AARJ 413/0309. **DIRETORIA ACADÊMICA -** TITULAR: Angela Helena Philippini - AARJ 003/0399; ADJUNTA: Marcia Santos Lima de Vasconcelos - AARJ 0170/0305. **DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO:** TITULAR: Daniele Spada Tavares - AARJ 803/0717; ADJUNTA: Rosiara Pereira Cavalcanti - AARJ 0496/1210. **COMISSÕES TÉCNICAS: Comissão de Eventos:** 1. Marcelo Adão dos Santos - AARJ 0693/1015; 2. Cátia Regina Gomes Braga - AARJ 1041/0221; SUPLENTE: Jacqueline dos Santos Lima Telles - AARJ 0668/0415. **Comissão de Ética:** 1. Alex Leão Flores Xavier - AARJ 0508/0511; 2. Angela Corga Cardinot - AARJ 0854/0218; 3. Romulo Lopez Baldez - AARJ 1245/0523; SUPLENTE: Renato Gil Amaral - AARJ 0716/0516. **CONSELHO FISCAL:** 1. Adélia Azevedo dos Santos - AARJ 0805/0717; 2. Maria de Betânia da Gama Malcher Farias - AARJ 932/0319; 3. Jussara Gomes da Costa - AARJ 0596/1013; SUPLENTE: Ana Lucia Novaes de Assis - AARJ 1035/1220.
A eleição será realizada no dia 25 de maio de 2024, sábado, de forma presencial, das 10 às 16h, na Rua Hadock Lobo, 369 - auditório (andar P) do Edifício Premier Center - Tijuca - Rio de Janeiro-RJ onde os integrantes da Comissão Eleitoral receberão os votos. Para participar da votação os associados deverão indicar seu número de registro AARJ e estarem adimplentes com as anuidades até o ano de 2023.
COMISSÃO ELEITORAL: 1. Helayne da Costa Coelho - AARJ 1000/0320; 2. Nívea Pereira de Freitas - AARJ 0707/0416; 3. Bartira Reis Cezar - AARJ 1229/1122. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPRESAS FERROVIÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

Edital de Convocação da Assembléia Geral Extraordinária. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Empresas Ferroviários do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições Estatutárias, convoca os Trabalhadores da CBTU-RJ, para Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25 de Abril de 2024, na Av. Passos nº 91, 9º Andar, às 14h primeira chamada e 14:30 com qualquer quórum para ordem do dia: 1- Acordo Coletivo Especial - ACE. Paulo de Tarso Pessanha Ferreira - Presidente.

LIGHT S.A. - Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 03.378.521/0001-75
NIRE 33.3.0026.316-1

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração ("Conselho") da Light S.A. – Em recuperação judicial ("Light" ou "Companhia"), realizada em 09 de janeiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 09 de janeiro de 2024, às 20h30, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia ("Reunião"). **2. Presentes:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Hélio Calixto da Costa, Presidente do Conselho de Administração, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, Pedro de Moraes Borba, Raphael Manhães Martins, Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira e Yuiti Matsuo Lopes. Compareceu, também, a Secretária Executiva do Conselho de Administração, Ana Cristina Fonseca dos Santos, convidada e escolhida para secretariar a mesa. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia e reunião devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração que decidiram que a ata será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. **4. Mesa: Presidente:** Hélio Calixto da Costa; **Secretária:** Ana Cristina Fonseca dos Santos. **5. Ordem do dia: Assuntos deliberativos:** (i) Alteração na composição das Diretorias Executivas da Light, Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") e Light Energia S.A. ("Light Energia"); e (ii) Outros assuntos de interesse do Conselho de Administração. **6. Abertura dos Trabalhos:** O Presidente da Mesa, Sr. Hélio Calixto da Costa, abriu os trabalhos relatando sobre a ordem do dia. **7. Assuntos Deliberativo Tratados: 7.1. Alteração na composição das Diretorias Executivas da Light S.A.; Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Energia S.A.:** Considerando o recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração, nesta data, da carta de renúncia do Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla do cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, e nos demais cargos ocupados no Grupo Light, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, o seguinte: (i) Aprovar a eleição do Sr. Alexandre Nogueira Ferreira como Diretor de Relações com Investidores interino da Companhia, com efeitos a partir da presente data; (ii) Aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos representantes da Companhia: na Reunião do Conselho de Administração da Light SESA no sentido de eleger o Sr. Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão como Diretor de Relações com Investidores interino da Light SESA; e (iii) Aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos representantes da Companhia na Reunião do Conselho de Administração da Light Energia no sentido de eleger o Sr. Carlos Vinícius de Sá Roriz como Diretor de Relações com Investidores interino da Light Energia; Os Conselheiros autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações ora tomadas, bem como a divulgação de Fato Relevante, informando os acionistas e o mercado sobre as alterações na Diretoria Executiva da Companhia. Declaro que o presente é um extrato da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 09 de janeiro de 2024, às 20h30min, realizada mediante videoconferência. **Ana Cristina Fonseca dos Santos -** Secretária da reunião. **Arquivado na Jucerja nº 6089689 em 20/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - secretário geral**.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL
CNPJ/MF 33.127.002/0001-03 - NIRE 33.3.0033600-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL** ("Companhia") para, com base no disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, participar da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, às 16:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** exame das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** proposta de constituição da reserva legal; **(iii)** proposta de distribuição de dividendos, incluindo a parcela de juros sobre capital próprio; **(iv)** proposta de destinação do saldo do lucro líquido do exercício de 2023; e **(v)** fixação da remuneração anual e global da administração para o ano calendário de 2024. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretenderem participar da AGO por meio da Plataforma Zoom deverão enviar à Companhia (por meio dos e-mails a.baroncini@norsul.com , rodrigo.cuesta@norsul.com fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com), com antecedência mínima de 48h em relação ao horário marcado para o início da AGO, ou seja, até às 16:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na respectiva AGO, observado o disposto na regulamentação aplicável. Os acionistas que se fizerem representar por procurador, deverão enviar cópia digitalizada dos instrumentos de mandato, acompanhados do documento de identificação do mandatário com foto e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários à outorga do mandato, aos e-mails acima indicados, com a mesma antecedência acima mencionada. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, a Companhia enviará ao acionista as instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGO. Informações Gerais: A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Zoom. A AGO será integralmente gravada. As imagens e áudios assim obtidos poderão ser utilizados com a finalidade de identificar os acionistas presentes à AGO e computar os votos proferidos em relação a cada uma das deliberações. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia, previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas que desejarem ter acesso aos documentos relativos à AGO por meio digital poderão solicitá-los aos e-mails: a.baroncini@norsul.com, rodrigo.cuesta@norsul.com e fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com, devendo indicar um e-mail para que lhe sejam enviados tais documentos.

Luciano Puccini Medeiros
Presidente do Conselho de Administração

AUTO VIAÇÃO ABC S.A.
CNPJ/MF: 31.694.813/0001-52 - NIRE: 33.3.0028789-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Viação ABC S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 136, Alcântara, CEP: 24.730-590 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.
CNPJ/MF: 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Ônibus Alcântara S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 04 de abril de 2024, na pág. B5; e 05 de abril de 2024, na pág. B4, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 04 de abril de 2024, na pág. 24; e 05 de abril de 2024, na pág. 8. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMAN

FARMOQUÍMICA S.A.

CNPJ 33.349.473/0001-58

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações de Resultado Abrangentes, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. RJ, 19/04/2024. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.403	2.004
Contas a receber de clientes	11.312	10.288
Estoques	142.663	188.922
Impostos a recuperar	12.117	5.004
Instrumentos financeiros derivativos	–	829
Créditos com partes relacionadas	50.818	101.246
Despesas antecipadas	418	151
Outros ativos	2.993	2.858
Total do ativo circulante	**221.724**	**311.302**
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais	7.032	5.850
Créditos com partes relacionadas	5.288	–
Impostos a recuperar	26.165	36.620
Impostos diferidos	8.613	6.600
	47.098	**49.070**
Investimento	8.792	8.792
Imobilizado	110.535	105.662
Direito de uso	1.431	60.485
Intangível	64.480	1.097
Total do ativo não circulante	**232.336**	**225.106**
TOTAL DO ATIVO	**454.060**	**536.408**
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	77.707	127.299
Obrigações sociais	12.265	13.888
Impostos, taxas e contribuições	1.192	1.205
Empréstimos e financiamentos	60.084	58.871
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.241
Passivos de arrendamento	691	1.010
Dividendos e JCP a pagar	4.661	4.505
Débito com partes relacionadas	6.356	5.021
Outras Obrigações	833	1.436
Provisão de contas a pagar	1.148	2.863
Total do passivo circulante	**164.937**	**217.339**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	400	8.463
Passivos de arrendamento	919	266
Contas a pagar	–	400
Provisão para riscos	6.911	7.234
Total do passivo não circulante	**8.230**	**16.363**
TOTAL DO PASSIVO	**173.167**	**233.702**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	156.731	156.731
Reserva de capital	7.307	7.307
Reservas de lucros	116.855	138.668
Total patrimônio líquido	**280.893**	**302.706**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**454.060**	**536.408**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	590.948	600.523
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(523.215)	(517.014)
LUCRO BRUTO	67.733	83.509
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas com vendas	(23.289)	(18.281)
Despesas gerais e administrativas	(11.451)	(9.934)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.843	(14.166)
	(32.897)	(42.381)
LUCRO ANTES DO RESULTADO		
FINANCEIRO	34.836	41.128
RESULTADO FINANCEIRO	(8.661)	(10.010)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26.175	31.118
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(8.563)	(12.438)
Diferidos	2.013	287
	(6.550)	(12.151)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**19.625**	**18.967**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.625	18.967
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**19.625**	**18.967**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R$)

			Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva subvenção	Reservas para expansão	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**156.731**	**7.307**	**24.682**	**10.370**	**127.982**	**–**	**327.072**
Lucro líquido do período:	–	–	–	–	–	18.967	18.967
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de lucros	–	–	948	–	13.514	(14.462)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(38.827)	(4.505)	(43.332)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**156.731**	**7.307**	**25.630**	**10.370**	**102.669**	**–**	**302.707**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	19.625	19.625
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de lucros	–	–	981	–	13.983	(14.964)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(36.777)	(4.661)	(41.438)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**156.731**	**7.307**	**26.611**	**10.370**	**79.875**	**–**	**280.894**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	26.175	31.117
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	20.363	22.048
Depreciação Arrendamento	937	1.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	178	(380)
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	1.120	6.022
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	5.255	(3.792)
Provisão para riscos	(323)	668
Provisão para participação no resultado	(641)	2.265
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	9.327	2.691
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(1.202)	15.152
Estoques	41.004	(51.805)
Impostos a recuperar	1.329	(655)
Crédito com partes relacionadas	–	30.096
Despesas antecipadas	(268)	334
Depósitos judiciais	(1.182)	(1.308)
Outros ativos	45.835	1.158
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(51.306)	51.591
Obrigações sociais	(982)	2.461
Impostos, taxas e contribuições	3.839	(6.389)
Passivo de arrendamento	1.561	108
Outras obrigações	(1.332)	(3.196)
	99.687	**99.396**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(8.979)	(2.236)
Juros sobre arrendamentos pagos	(144)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.402)	(15.054)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**80.163**	**82.106**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(16.294)	(16.591)
Pagamento pela aquisição de intangível	(14.057)	(9.983)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(30.351)**	**(26.574)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos	100.000	47.895
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(108.048)	(60.152)
Pagamento de arrendamento	(1.083)	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(41.282)	(43.687)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(50.413)**	**(55.944)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(601)**	**(412)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.004	2.416
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.403	2.004
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(601)**	**(412)**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Diretor VP Industrial: Carlos Alexander Guimarães Moreira.
Contador: Renato de Oliveira Caetano - CRC-RJ 092331/O-7.

COLORTEL S/A SISTEMAS ELETRÔNICOS

CNPJ 42.183.442/0001-60

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Apresentamos a V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demostrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2023 (R$)	2022 (R$)
Ativo		
Circulante	14.093.902	26.810.128
Disponibilidades	1.073.107	16.129.196
Contas a Receber de Clientes	6.430.753	5.097.606
Estoques	5.768.994	5.003.607
Impostos a Recuperar	281.466	198.415
Outros Valores a Receber	539.583	381.304
Ativo Não Circulante	47.534.681	44.536.689
Investimentos	4.312.462	6.304.811
Imobilizado	43.222.219	38.231.878
Total do Ativo	61.628.583	71.346.817
	2023 (R$)	**2022 (R$)**
Passivo		
Circulante	15.323.962	14.592.970
Empréstimos e Financiamentos	20.705	127.291
Obrigações Fiscais a Recolher	2.027.761	1.991.695
Fornecedores	7.135.093	4.881.238
Fornecedores Locação - CPC06/IFRS16	3.305.746	2.985.158
Contas a Pagar	2.834.658	1.973.694
Dividendos a Pagar	–	2.633.893
Passivo Não Circulante	3.305.473	6.285.596
Empréstimos e Financiamentos	–	112.919
Fornecedores Locação - CPC06/IFRS16	2.205.473	4.779.641
Recursos de Soc.Ligadas e Controladas	1.100.000	1.393.036
Patrimônio Líquido	42.999.147	50.468.251
Capital Social	42.500.000	31.000.000
Reservas de Capital	–	503.216
Reserva de Lucros	499.147	20.912.884
Ações em Tesouraria	–	(1.947.848)
Total do Passivo	61.628.583	71.346.817

NOTAS EXPLICATIVAS

1) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme a Lei 6.404/76, Lei 11.638/07; 2) O resultado é apurado segundo o regime de competência de exercícios; 3) A depreciação é calculada pelo método linear em função do tempo de vida útil dos bens; 4) Os investimentos relevantes foram avaliados pelo método de Equivalência Patrimonial; 5) O Capital Social subscrito e integralizado, no valor de R$ 42.500.000,00 está representado por 4.186.373 ações ordinárias e 723.667 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não concedem direito a voto.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2023 (R$)	2022 (R$)
Resultado Operacional Bruto	53.071.944	49.404.484
Receita Bruta	84.598.753	80.898.091
Deduções de Vendas	(8.642.532)	(10.445.562)
Custo dos Bens Locados e Produtos Vendidos	(10.423.482)	(10.222.306)
Custo de Depreciação e Amortização	(12.460.795)	(10.825.739)
Despesas Operacionais	(41.647.864)	(39.729.890)
Despesas de Pessoal	25.092.758	21.920.350
Encargos e Contribuições Sociais	5.388.599	4.722.603
Despesas com Prestação de Serviços	4.432.665	3.564.766
Depreciação e Amortização	1.827.349	186.570
Despesas Tributárias	1.353.688	869.687
Despesas de Marketing	441.890	495.089
Outras Despesas Administrativas	3.110.916	7.970.825
Resultado Financeiro	82.188	1.511.368
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(763.926)	2.668.010
Lucro Operacional	10.742.342	13.853.971
Resultado Não Operacional	1.291.236	2.178.693
Lucro do Exercício antes dos Impostos	12.033.578	16.032.665
Provisão Imposto de Renda e Cont. Social	(4.362.179)	(4.604.167)
Lucro Líquido do Exercício	7.671.399	11.428.497
Lucro Líquido do Exercício por Ação	R$1,56	R$2,26
Quantidade de Ações do Capital Social	4.910.040	5.059.873

MATEUS SILVA ARAÚJO ORSINI - Presidente - CPF.: 122.297.626-99
CAMILO SILVÉRIO DOS REIS
Contador - CRC/RJ 054.154/O-5 - CPF.: 758.538.417-34

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2023 (R$)	2022 (R$)
Lucro do exercício	7.671.399	11.428.497
Despesas que não afetam o caixa:		
Encargos Financeiros s/ Financiamentos	(106.586)	(42.246)
Result. Part. Coligadas e Controladas	(3.620.102)	(2.459.791)
Depreciação	19.095.906	11.011.813
Lucro Ajustado	23.040.617	19.938.274
Variações nos ativos e passivos		
Redução de Contas a Receber de Clientes	(1.333.147)	3.435.393
Aumento dos Estoques	(765.387)	(923.291)
Redução de valores a receber	(158.279)	45.924
Redução de Impostos a Recuperar	(83.051)	836.374
Aumento de Fornecedores	2.574.442	2.893.114
Aumento de Obrigações Fiscais	36.065	526.005
Redução do Contas a Pagar	860.964	(480.888)
Pagamento de Lucros e Dividendos	(17.774.396)	(24.139.845)
Aumento de Outras Obrigações	(2.980.122)	1.104.952
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	(6.569)
Total	(19.622.911)	(16.708.831)
Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais	3.417.706	3.229.442
Aquisição de Imobilizado	(24.359.259)	(26.408.033)
Redução de Imobilizado (baixa)	274.422	4.570.725
Redução de investimento	5.611.041	15.650.000
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimento	(18.473.796)	(6.187.308)
Caixa Gerado no Período	(15.056.090)	(2.957.866)
Saldo Inicial de Disponibilidades	16.129.196	19.087.062
Saldo Final de Disponibilidades	1.073.107	16.129.196
Variação do Caixa no período	(15.056.090)	(2.957.866)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

			Patrimônio Líquido			
	Capital Subscrito	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**31.000.000**	**503.216**	**–**	**12.618.058**	**(1.947.848)**	**42.173.426**
Distribuição de Dividendos	–	–	–	(3.127.103)	–	(3.127.103)
Constituição da Reserva	–	–	–	571.425	–	571.425
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	(6.569)	–	(6.569)
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	10.857.073	–	10.857.073
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**31.000.000**	**503.216**	**–**	**20.912.884**	**(1.947.848)**	**50.468.251**
Cancelamento de Ações em Tesouraria	–	(503.216)	–	(1.444.632)	1.947.848	–
Aumento de Capital	11.500.000	–	–	(11.500.000)	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	–	(15.140.503)	–	(15.140.503)
Constituição da Reserva	–	–	–	383.570	–	383.570
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	7.287.829	–	7.287.829
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**42.500.000**	**–**	**–**	**499.147**	**–**	**42.999.147**

ALTO PAINEIRAS-CORCOVADO ARTES E LANCHES S/A

CNPJ Nº 42.967.599/0001-87

Relatório da Administração: Srs Acionistas em Conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à sua aprovação as Demonstrações Financeiras findadas em 31 de dezembro de 2023 a 2022.

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.491	922
Contas a receber de clientes	1.036	651
Estoques	531	326
Adiantamento a Terceiros	22	28
Tributos a recuperar	16	4
Despesas antecipadas e outros	3	2
Total do ativo circulante	**3.099**	**1.933**
Partes relacionadas	7	–
	7	–
Intangível	128	494
Total do ativo não circulante	**135**	**494**
Total do ativo	**3.234**	**2.427**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	793	563
Obrigações sociais a recolher	463	312
Tributos a recolher	512	248
Repasse a realizar	80	70
	1.848	1.193
Total do passivo	**1.848**	**1.193**
Capital social	1.000	1.000
Reservas	386	234
Total do patrimônio líquido	**1.386**	**1.234**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.234**	**2.427**

Demonstração do Resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Operações continuadas	2023	2022
Receita bruta	16.234	9.375
Impostos diretos e devoluções	(2.746)	(1.535)
Receita Líquida	**13.488**	**7.840**
Custo das vendas	(10.130)	(6.138)
Lucro bruto	**3.358**	**1.702**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(728)	(356)
Outras receitas operacionais, líquidas	2	–
Resultado operacional	**2.632**	**1.346**
Despesas financeiras	(41)	(27)
Receitas financeiras	105	17
Despesas financeiras, líquidas	64	(10)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.696**	**1.336**
Imposto de renda e contribuição social	(943)	(477)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	1
Resultado líquido do período	**1.753**	**860**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**1.753**	860
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.753**	860

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais)

		Reserva de Lucro				
	Capital social	Legal	Investimento	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**954**	**9**	**165**	**–**	**–**	**1.128**
Integralização de capital	46	–	–	–	–	46
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	860	860
Distribuição de dividendos	–	–	(800)	–	–	(800)
Constituição de reserva legal	–	43	–	–	(43)	–
Constituição de reserva de investimento	–	–	817	–	(817)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**1.000**	**52**	**182**	**–**	**–**	**1.234**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.753	1.753
Distribuição de dividendos	–	–	(1.601)	–	–	(1.601)
Constituição de reserva legal	–	87	–	–	(87)	–
Constituição de reserva de investimento	–	–	1.666	–	(1.666)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**1.000**	**52**	**247**	**–**	**–**	**1.386**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.696	1.336
Ajustes		
Depreciação e amortização	500	296
	3.196	1.632
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(385)	(374)
Estoques	(205)	(25)
Tributos a recuperar	(12)	(3)
Outros ativos	5	129
Fornecedores	230	341
Obrigações sociais a recolher	151	258
Tributos a recolher	(33)	45
Outros passivos	10	70
Caixa proveniente das operações	2.957	2.073
Impostos de renda e contribuição social pagos	(646)	(434)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	2.311	1.639
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição em ativos intangíveis	(134)	(535)
Partes relacionadas	(7)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(141)	(535)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	46
Dividendos distribuídos aos acionistas	(1.601)	(800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.601)	(754)
Redução (geração) líquida de caixa e equivalentes de caixa	569	350
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	922	572
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.491	922

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais). **1. Informações gerais:** Na elaboração destas Demonstrações Financeiras, foram obedecidos os preceitos estabelecidos pela Lei 6.404/1976, bem como as prerrogativas estabelecidas pela legislação em vigor, além de normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC.

Pablo Ricardo de Oliveira Morbis - CEO; **Adelio Demeterko** - Dir. Operacional
Tatiane da Silva Martins - Contadora - CRC RJ 115967/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

Commit Gás S.A.

CNPJ 42.520.171/0001-91

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Mensagem da Administração: O lucro líquido de 2023 atingiu R$ 495 milhões, valor 5% inferior a 2022 normalizado, impactado pela redução de 11% vs. ano anterior no volume total ex-termo distribuído, atingindo 3,5 milhões de mil m³. Em resultados operacionais, ultrapassou a marca de 321 mil clientes, incremento de 9% vs. ano anterior, e atingiu 7.036 quilômetros de rede construída. Em outubro foi realizado a cisão com as participações das CDLs do Nordeste, criando assim a Norgás. O resultado 2022 normalizado considera o mesmo porftólio da Commit, com 9 meses de resultado as CDLs do Nordeste, assim como retirados os ganhos de capital por venda de ativos.

Balanços patrimoniais

Ativos	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	792.168	1.038.645	708.874	909.410
Contas a receber de clientes	9	111.537	122.215	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10 e 12.2	54.636	119.744	133.218	119.744
Recebíveis de partes relacionadas	10	11.921	291	13.452	789
Ativos financeiros setoriais	13	18.662	20.434	–	–
Gás pago e não retirado	14	16.945	–	–	–
IR e CS		42.084	26.498	30.652	16.715
Outros tributos a recuperar	11	2.991	3.425	–	875
Outros ativos		30.520	7.864	–	1
Ativo circulante		**1.081.464**	**1.339.116**	**886.196**	**1.047.534**
Depósitos judiciais	22.2	940	868	940	868
IR e CS diferidos	21.2	40.736	43.284	–	–
Outros tributos a recuperar	11	56.846	48.327	–	
Outros ativos financeiros		2.423	1.729	–	–
Outros ativos		6.516	2.601	4.018	2.601
Investimentos	12.1	877.964	1.261.433	1.451.330	1.864.360
Direito de uso		4.590	4.429	–	–
Imobilizado		5.776	148	–	5
Ativos de contrato	16	84.556	53.138	–	–
Intangível	15	360.163	346.861	–	–
Ativo não circulante		**1.440.510**	**1.762.818**	**1.456.288**	**1.867.834**
Total do ativo		**2.521.974**	**3.101.934**	**2.342.484**	**2.915.368**

Passivo	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fornecedores	19	67.512	77.138	6.182	884
Passivos de arrendamentos		1.033	1.821	–	–
IR e CS	21	5.122	6.280	–	1.291
Outros tributos a pagar	20	20.377	41.998	5.081	17.111
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10 e 23.2	81.273	56.525	81.273	56.525
Pagáveis a partes relacionadas	10	11.297	8.405	9.842	8.405
Salários a pagar		12.310	12.023	6.968	293
Outras contas a pagar		13.544	5.129	629	249
Passivo circulante		**212.468**	**209.319**	**109.975**	**84.758**
Passivos de arrendamentos		4.125	2.778	–	–
Provisão para processos judiciais	22.1	3.835	7.933	4.018	2.601
Passivos financeiros setoriais	13	73.055	53.895	–	–
Passivo não circulante		**81.015**	**64.606**	**4.018**	**2.601**
Patrimônio líquido	23				
Capital social		415.363	655.511	415.363	655.511
Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
Reserva de capital		560	560	560	560
Reservas de lucros		901.821	1.261.542	901.821	1.261.542
Ajuste de avaliação patrimonial		11	(340)	11	(340)
Total patrimônio líquido		**2.228.491**	**2.828.009**	**2.228.491**	**2.828.009**
Total passivo e patrimônio líquido		**2.521.974**	**3.101.934**	**2.342.484**	**2.915.368**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita operacional líquida	24	1.007.198	1.198.807	–	–
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	25	(834.383)	(1.013.729)	–	–
Resultado bruto		**172.815**	**185.078**	**–**	**–**
Despesas de vendas	25	(17.900)	(23.847)	–	–
Despesas gerais e administrativas	25	(77.910)	(47.496)	(39.443)	(39.334)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	10.872	331.816	325	336.190
Resultado operacional		**87.877**	**445.551**	**(39.118)**	**296.856**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		**87.877**	**445.551**	**(39.118)**	**296.856**
Equivalência patrimonial em investidas	12.1	357.380	366.465	463.302	506.284
Resultado da equivalência patrimonial		**357.380**	**366.465**	**463.302**	**506.284**
Receitas financeiras		105.129	88.763	88.095	41.227
Despesas financeiras		(1.762)	(755)	(236)	(2)
Variações monetárias líquidas		(2.446)	(4.485)	5.148	1.821
Resultado financeiro, líquido	27	**105.813**	**92.493**	**93.007**	**43.046**
Resultado antes do IR e da CS		**551.070**	**904.509**	**517.191**	**846.186**
IR e CS	21	**–**	**–**	**–**	**–**
Diferido		(2.548)	(17.329)	–	–
Corrente		(53.428)	(117.561)	(22.097)	(76.567)
		(55.976)	**(134.890)**	**(22.097)**	**(76.567)**
Resultado líquido do exercício		**495.094**	**769.619**	**495.094**	**769.619**
Resultado básico e diluído por ação	28	4,46	6,93	4,46	6,93

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital subscrito e integralizado	Reservas de capital: Transações de capital	Reservas de capital: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	**655.511**	**910.736**	**560**	**131.105**	**49.549**	**517.125**	**–**	**(412)**	**2.264.174**
Dividendos adicionais aprovados (AGO/E 26.04.2022)	–	–	–	–	(49.549)	–	–	–	(49.549)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	769.619	–	769.619
Resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	72	72
Destinações do lucro líquido do exercício:									
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	–	–	613.312	(613.312)	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (1,41/ação)	–	–	–	–	–	–	(156.307)	–	(156.307)
Saldo em 31/12/2022	**655.511**	**910.736**	**560**	**131.105**	**–**	**1.130.437**	**–**	**(340)**	**2.828.009**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	495.094	–	495.094
Resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	–	351	351
Realização de reserva especial (AGE 16.06.2023)	–	–	–	–	–	(500.000)	–	–	(500.000)
Transferência em cisão parcial	(240.148)	–	–	–	–	(223.543)	–	–	(463.691)
Destinações do lucro líquido do exercício:									
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	–	–	363.821	(363.821)	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (1,18/ação)	–	–	–	–	–	–	(131.273)	–	(131.273)
Saldo em 31/12/2023	**415.363**	**910.736**	**560**	**131.105**	**–**	**770.715**	**–**	**11**	**2.228.490**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro líquido do exercício		**495.094**	**769.619**	**495.094**	**769.619**
Itens que não podem ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		**351**	**72**	**351**	**72**
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	12.1	351	72	351	72
Resultado abrangente do exercício		**495.445**	**769.691**	**495.445**	**769.691**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Resultado antes do IR e CS	551.070	904.509	517.191	846.186
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial nas investidas	(357.380)	(366.465)	(463.302)	(506.284)
Depreciação e amortização	24.795	21.983	1.646	1.677
Resultado nas alienações de bens do ativo permanente	160	(337.560)	5	(337.560)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	15.163	32.706	–	–
Remuneração sobre bens da concessão indenizáveis	(242)	(29.946)	–	–
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.480	11.113	–	–
Provisão para demandas judiciais	(4.097)	(22.513)	1.417	(1.421)
Juros e variações monetárias, líquidos	1.714	(2.623)	(5.148)	(2.623)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	–	(7.284)	–	(1.610)
Provisão de bônus e participação no resultado	13.834	4.145	11.852	2.417
Perdas por Desvalorização de Ativos *(Impairment)*	–	997	–	997
	246.497	**209.062**	**63.661**	**1.779**
Variação em:				
Contas a receber de clientes	9.198	(2.366)	–	3.839
IR e CS e outros tributos, líquidos	(112.607)	(131.376)	(55.980)	(76.978)
Partes relacionadas, líquidas	(8.378)	(291)	(10.866)	(789)
Fornecedores e outros passivos financeiros	(8.807)	1.751	(4.938)	(1.009)
Salários a pagar	(14.914)	(8.588)	(5.177)	(3.793)
Gás pago e não retirado	(16.945)	–	–	–
Outros ativos e passivos, líquidos	(14.447)	(9.329)	4.312	(2.619)
	(166.900)	**(150.199)**	**(62.773)**	(81.349)
Caixa líquido gerados (utilizados) nas atividades operacionais	**79.677**	**58.863**	**888**	**(79.570)**
Atividades de investimentos				
Venda de ativos	–	785.480	–	785.480
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(72.151)	(40.212)	–	–
Aplicações financeiras e recebíveis de ativos financeiros	–	127.976	–	26.219
Dividendos recebidos	347.423	285.362	397.601	370.920
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	**275.272**	**1.158.606**	**397.601**	**1.182.619**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de principal sobre arrendamentos	(1.929)	(1.837)	–	–
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(392)	(247)	–	–
Dividendos pagos	(599.025)	(248.957)	(599.025)	(248.957)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	**(601.346)**	**(251.041)**	**(599.025)**	**(248.957)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(246.477)**	**966.428**	**(200.536)**	**854.092**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.038.645	72.217	909.410	55.318
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	792.168	1.038.645	708.874	909.410
Informação complementar				
IR e CS pagos	53.869	65.036	13.542	65.036

Transações que não envolveram caixa: A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: **(i)** Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R$ 4.834, relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento. **(ii)** Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$ 2.082 (R$4.376 em 31 de dezembro de 2022). **(iii)** Efeitos da cisão parcial dos investimentos para a Norgás S.A. no montante de R$ 445.051. **Apresentação de juros e dividendos:** Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos

Demonstrações do valor adicionado

Receitas	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receitas de distribuição de gás e outras receitas	1.202.924	1.845.623	350	337.560
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(3.080)	(11.113)	–	–
Receitas relativas à construção de ativos para uso	68.366	38.446	–	–
	1.268.210	**1.872.956**	**350**	**337.560**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo do gás e transporte	(895.573)	(1.158.618)	–	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(62.807)	(34.661)	(16.020)	(8.666)
Custos relativos à construção de ativos para uso	(68.366)	(38.446)	–	
Perda/Recuperação de valores ativos	–	(997)	–	(997)
	(1.026.746)	**(1.232.722)**	**(16.020)**	**(9.663)**
Valor adicionado bruto	**241.464**	**640.234**	**(15.670)**	**327.897**
Depreciação e amortização	(24.795)	(21.983)	(1.646)	(1.677)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**216.669**	**618.251**	**(17.316)**	**326.220**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	363.920	374.490	469.844	514.309
Receitas financeiras - inclui variações monetária, cambial e outras receitas	115.430	107.949	94.225	49.879
	479.350	**482.439**	**564.069**	**564.188**
Valor adicionado total a distribuir	**696.019**	**1.100.690**	**546.753**	**890.408**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores	**40.288**	**57.563**	**12.030**	**24.917**
Salários e participações	28.506	52.348	7.397	24.052
Benefícios	7.285	3.529	3.170	586
FGTS	4.497	1.686	1.463	279
Tributos	**156.458**	**257.642**	**38.017**	**88.724**
Federais	70.204	166.937	38.017	88.724
Estaduais	86.254	90.705	–	–
Instituições financeiras e fornecedores	**4.179**	**15.866**	**1.612**	**7.148**
Juros, variações cambiais e monetárias	1.917	14.229	1.220	6.833
Despesas de aluguéis	2.262	1.637	392	315
Acionistas	**495.094**	**769.619**	**495.094**	**769.619**
Dividendos	131.273	156.307	131.273	156.307
Resultado dos acionistas	363.821	613.312	363.821	613.312
Valor adicionado total distribuído	**696.019**	**1.100.690**	**546.753**	**890.408**

Notas explicativas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. A Companhia e suas operações: A Commit Gás S.A. (denominada "Commit" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenham as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação. Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Commit, destaca-se a controlada Necta Gás Natural S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto e coligadas) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado. **1.1. Cisão parcial:** Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial do portfólio para uma nova companhia denominada Norgás S.A. ("Norgás"). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). O montante cindido foi de R$ 18.646 referentes a Dividendos e juros sobre capital próprios a receber oriundos dos investimentos acima mencionados, R$445.045 do saldo de Investimentos (conforme nota explicativa 12.1), com as contrapartidas de R$ 240.148 do Capital social e R$ 223.543 da Reserva especial. **1.2. Impactos dos conflitos militares entre Ucrânia e Rússia:** A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, os efeitos do conflito Ucrânia x Rússia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador ARSESP e o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela portaria CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e alterado pelas portarias CSPE nº 273 de 23 de dezembro de 2003, CSPE nº 323 de 01 de setembro de 2004 e Deliberação ARSESP nº 1.205 de 18 de agosto de 2021. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 25 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.1. Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Estimativas e julgamentos relevantes:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 - Análise das perdas de crédito esperadas baseadas nas correspondentes perdas históricas; • Nota 15 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível; • Nota 21.2 - IR e CS diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota 22.2 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3.3. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Commit e de sua controlada em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Commit possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. A nota explicativa 12.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

Conselho de Administração

Antônio Simões Rodrigues Junior	Marco Francesco Patriarchi	Vitor Calazans Baroni	Guilherme Lelis Bernardo Machado	Leonardo Gadotti Filho	Tadaharu Shiroyama	Luis Carlos Veguin
Presidente do Conselho	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro

Diretoria Executiva

Renato Aparecido Fontalva	Masashi Takano	Vitor Calazans Baroni	Gustavo Capacci Renaud
Diretor Presidente	Diretor Financeiro	Diretor Corporativo	Gerente Controladoria

Contador

Bruno do Prado Castilho
CRC-RJ-102.062/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Administradores Commit Gás S.A. Rio de Janeiro - RJ - **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da **Commit Gás S.A. ("Companhia"),** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Commit Gás S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior:** As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 25 de abril de 2023, opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis. **Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/O-3

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

GRAN SERVICES S.A.

CNPJ nº 11.010.481/0001-32 - NIRE 333.0032410-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Abril de 2024

1. Local e Data da Assembleia: No dia 16 de abril de 2024, às 11h, na sede da Gran Services S.A. ("Companhia") localizada na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, na estrada Hidelbrando Alves Barbosa, s/n, km 6, Bairro Parque Aeroporto, CEP 27.963-506. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do §4° do artigo 124 da Lei n° 6.404/1976 ("Lei das S.A.") conforme se verifica pelas assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas" e apostas na ata a que se refere esta assembleia. **3. Mesa:** Presidente: Miguel de Almeida Gradin; Secretária: Clarice Silveira Dias Garcia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a realização, pela Companhia, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para colocação privada, da Companhia ("Emissão"), nos termos e condições previstos no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Gran Services S.A.*" ("Escritura de Emissão"); (ii) a ratificação e a autorização da outorga e constituição, pela Companhia em favor do(s) titular(es) das debêntures da Emissão ("Debenturista(s)") nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil") e do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965, de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos dos Contratos Petrobras (conforme definido abaixo) em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão, conforme deliberado pelo Conselho de Administração nesta data; (iii) a ratificação e a autorização da outorga e constituição, pela Companhia em favor do(s) Debenturista(s), nos termos dos artigos 125 e 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965, observadas as Condições Suspensivas Equinor (conforme definidas abaixo), de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos do Contrato Equinor (conforme definido abaixo) em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão, conforme deliberado pelo Conselho de Administração nesta data; (iv) a autorização para outorga e constituição, pelo(s) acionista(s) da Companhia, em favor do(s) Debenturista(s), nos termos do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965, do Decreto-Lei n° 911/1969, dos artigos 40 e 113, parágrafo único, da Lei das S.A., bem como com os artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão; (v) a autorização à diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e outorga e constituição das garantias, incluindo, mas não se limitando, a negociação dos termos e condições e celebração da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) e dos demais contratos e documentos necessários à implementação da Emissão e outorga e constituição das garantias; e (vi) a ratificação dos atos já praticados anteriormente à realização desta assembleia pela diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, conforme o caso, para a consecução da Emissão e outorga e constituição das garantias. **5 • Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem qualquer restrição ou ressalva, os acionistas presentes resolvem: **5.1 Aprovar** a realização, pela Companhia, da Emissão, cujas principais condições são as seguintes: **I. Data de emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de abril de 2024 ("Data de Emissão"). **II. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 130.590.000,00 (cento e trinta milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil reais), na Data de Emissão. **III. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. **IV. Quantidade:** Serão emitidas 130.590 (cento e trinta mil, quinhentos e noventa) Debêntures (as "Debêntures"). **V. Conversibilidade, Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, escriturais e nominativas, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador das Debêntures. **VI. Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A., com garantia fidejussória adicional. **VII. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). **VIII. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, à vista, por meio de boletim de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário. A totalidade das Debêntures será integralizada por meio da entrega da totalidade dos direitos creditórios detidos pelo(s) Debenturista(s) contra a Cirrus Energy B.V. ("Cirrus"), oriundos do "Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças", datado de 16 de abril de 2024. **IX. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **X. Amortização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 12 (doze) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo a 1ª (primeira) parcela devida em 15 de julho de 2024 e as demais parcelas devidas sempre no dia 15 (quinze) de cada trimestre subsequente, até a Data de Vencimento (conforme definida abaixo), conforme o cronograma de pagamento estabelecido na Escritura de Emissão (cada uma das datas de pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, uma "Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário"). **XI. Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, incidirão, a partir da Data de Emissão, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread)* de 5,0000% (cinco inteiros por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser calculada nos termos da Escritura de Emissão ("Remuneração"). **XII. Pagamento da Remuneração:** A Remuneração será paga trimestralmente, sendo o 1º (primeiro) pagamento devido em 15 de julho de 2024 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 (quinze) de cada trimestre subsequente, até a Data de Vencimento (conforme definida abaixo) (cada uma das datas de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **XIII. Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão data de vencimento em 15 de abril de 2027 ("Data de Vencimento"). **XIV. Local e Método de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia por meio do Escriturador. **XV. Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, de forma parcial ou integral, sem que qualquer multa ou prêmio seja devido em favor do(s) Debenturista(s), limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado nos termos da Escritura de Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento, na seguinte ordem: (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme estabelecido na Escritura de Emissão); e (d) da Remuneração das Debêntures devida na Data da Amortização Extraordinária Facultativa. Feitos os pagamentos relacionados nos itens (a) a (d) acima, o saldo disponível dos recursos referentes à Amortização Extraordinária Facultativa, se houver, será utilizado da seguinte forma: (x) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas na data e/ou nas datas imediatamente posteriores à data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (y) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas, em ordem cronológica inversa, desde a Data de Vencimento até a data da Amortização Extraordinária Facultativa. Na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, os valores devidos a título de Remuneração serão calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa. **XVI. Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sem que qualquer multa ou prêmio seja devido em favor do(s) Debenturista(s) ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme definido na Escritura de Emissão); (d) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definida na Escritura de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (e) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão. **XVII. Amortização Extraordinária Compulsória e Resgate Antecipado Compulsório:** Caso ocorra a Captação Extraordinária Dome (conforme definido na e nos termos da Escritura de Emissão), a Companhia deverá realizar a amortização extraordinária compulsória das Debêntures, sem que qualquer multa ou prêmio seja devido em favor do(s) Debenturista(s), em até 2 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento dos recursos oriundos da Captação Extraordinária Dome (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Amortização Extraordinária Compulsória"). A Amortização Extraordinária Compulsória será realizada mediante o pagamento, na seguinte ordem: (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme definido na Escritura de Emissão); e (d) da Remuneração das Debêntures devida na Data da Amortização Extraordinária Compulsória. Feitos os pagamentos relacionados nos itens (a) a (d) acima, o saldo disponível de recursos referentes à Amortização Extraordinária Compulsória, se houver, será utilizado da seguinte forma: (x) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas na data e/ou nas datas imediatamente posteriores à data da Amortização Extraordinária Compulsória; e (y) 50% (cinquenta por cento) de tal saldo disponível será utilizado para a amortização antecipada das parcelas de Amortização de Principal vincendas, em ordem cronológica inversa, desde a Data de Vencimento até a data da Amortização Extraordinária Compulsória. Caso os recursos oriundos da Captação Extraordinária Dome sejam suficientes para liquidar totalmente o Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), com o consequente resgate da totalidade das Debêntures, ocorrerá o resgate antecipado compulsório da totalidade das Debêntures, conforme estabelecido na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Compulsório"). O Resgate Antecipado Compulsório será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão; (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s); (d) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definida na Escritura de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Compulsório; e (e) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura. **XVIII. Bônus de Adimplência:** Desde que a Companhia, a Cirrus e os Fiadores estejam adimplentes com todas as suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias (exceto pelas Obrigações Não Pecuniárias Secundárias), previstas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme declarado pela Companhia e verificado e apurado pelo Agente Fiduciário com base nas informações que lhe tenham sido disponibilizadas, sobre o valor a ser pago ao(s) Debenturista(s), nos termos da Escritura de Emissão, em decorrência de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Compulsória, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Compulsório será concedido à Companhia um desconto, a título de bônus de adimplência, em valor fixo e certo, não sujeito a atualização monetária ou quaisquer acréscimos, nas seguintes hipóteses não cumulativas: (i) na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Compulsória, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Compulsório que, de forma isolada ou conjunta, resulte no pagamento integral do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) até 30 de dezembro de 2024 (inclusive), será aplicado um desconto de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou (ii) na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Compulsória, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Compulsório que, de forma isolada ou conjunta, resulte no pagamento integral do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) até 30 de junho de 2025 (inclusive), será aplicado um desconto de R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). **XIX. Vencimento Antecipado:** Nos termos previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência de determinados eventos ali definidos, o(s) Debenturista(s) poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o pagamento, pela Companhia, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, do somatório do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures acrescido(a) das multas eventualmente devidas nos termos da Escritura e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) dos Encargos Moratórios devidos, se houver; (c) de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses do(s) Debenturista(s) ou realizar os seus créditos, inclusive Honorários Advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) (conforme definido na Escritura de Emissão); (d) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data de cálculo em questão; e (e) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão. **XX. Garantias Reais:** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), serão constituídas as seguintes garantias reais, nos termos dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei n° 4.728/1965: (a) Alienação fiduciária de ações: alienação fiduciária sobre a totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade de Cirrus, na qualidade de única acionista da Companhia ("Alienação Fiduciária"). A Alienação Fiduciária será constituída mediante o respectivo contrato de alienação fiduciária de ações em garantia "Contrato de Alienação Fiduciária", cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e serão refletidos na Escritura de Emissão. (b) Cessão fiduciária de direitos creditórios (Contratos Petrobras): cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela **Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras,** sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o n° 33.000.167/0001-01 ("Petrobras"), decorrentes do contrato n° 5900.0126126.23.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia, em 15 de janeiro de 2024, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas e para fornecedores de bens ("Contrato Petrobras 1"); (ii) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Petrobras, decorrentes do contrato n° 5900.0122775.22.2, celebrado entre a Petrobras e a Companhia em 23 de dezembro de 2022, para prestação de serviços de manutenção e reparação em unidades de produção marítimas com fornecimento de partes e peças ("Contrato Petrobras 2") e, em conjunto com Contrato Petrobras 1, os "Contratos Petrobras"; e (iii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão da conta vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário ("Conta Vinculada"), incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos depositados na Conta Vinculada ou que venham a ser nela depositados; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito, existentes ou futuros, com origem ou destino na Conta Vinculada; e (3) as aplicações, existentes ou futuras, realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Petrobras"). A Cessão Fiduciária Petrobras será constituída mediante os respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. (c) Cessão fiduciária de direitos creditórios (Equinor): cessão fiduciária de (i) direitos creditórios, de quaisquer naturezas, principais e acessórios, performados e não performados, presentes e futuros, de titularidade da Companhia e devidos pela Equinor Brasil Energia Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o n° 04.028.583/0001- 10 ("Equinor"), decorrentes do contrato n° 4600026065, celebrado entre a Equinor e a Companhia, em 23 de maio de 2022, para prestação de serviços de manutenção e modificação para o campo de Peregrino ("Contrato Equinor"); e (ii) direitos creditórios, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), em razão Conta Vinculada de titularidade da Companhia e de movimentação exclusiva do Agente Fiduciário, incluindo (1) os direitos creditórios referentes a todos os recursos que venham a ser depositados na Conta Vinculada; (2) os direitos creditórios referentes a todos os recursos em trânsito com origem ou destino na Conta Vinculada; e (3) as aplicações a serem realizadas, de tempos em tempos, com os recursos depositados na Conta Vinculada, incluindo rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios ("Cessão Fiduciária Equinor"). A Cessão Fiduciária Equinor será constituída mediante o respectivo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária Equinor" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária Petrobras, os "Contratos de Garantia"), cujos termos e condições serão negociados entre as respectivas partes signatárias e a diretoria da Companhia, e serão refletidos na Escritura de Emissão. Adicionalmente, a eficácia da Cessão Fiduciária Equinor está sujeita à implementação das seguintes condições suspensivas cumulativas: (i) extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da Caixa Econômica Federal, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o n° 00.360.305/0001-04 ("CEF"); e (ii) que, quando da extinção da cessão fiduciária de direitos creditórios a ser constituída em favor da CEF, haja saldo devedor superior a 40% (quarenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão, ou seja, de R$ 52.236.000,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e seis mil reais) ("Condições Suspensivas Equinor"). Para fins de clareza, o Contrato de Cessão Fiduciária Equinor será celebrado entre as respectivas partes signatárias desde já, mas sua eficácia e a eficácia da Cessão Fiduciária Equinor ficarão condicionadas à verificação cumulativa das Condições Suspensivas Equinor, de modo que a Cessão Fiduciária Equinor somente será efetivamente eficaz após a verificação cumulativa das 2 (duas) Condições Suspensivas Equinor. **XXI. Garantia Fidejussória:** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), **Bernardo Afonso de Almeida Gradin,** casado em regime de separação total de bens com Adriana Meyer Barbuda Gradin, com endereço profissional na Av. Prof. Almeida Prado, 532 Prédio Bionano 50 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05508-901, inscrito no CPF sob o n° 316.183.245-00, portador da cédula de identidade RG n° 1.832.123-20, expedida pela SSP/BA ("BG"), e **Miguel de Almeida Gradin,** casado em regime de separação total de bens com Paola Mavropoulos Beekhuizen Villar Gradin, com endereço profissional na Av. Prof. Almeida Prado, 532 Prédio Bionano 50 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05508901, inscrito no CPF sob o n° 454.867.945-68, portador da cédula de identidade RG n° 1.832.125-92, expedida pela SSP/BA ("MG" e, em conjunto com BG, "Fiadores"), obrigam-se, em favor do(s) Debenturista(s), de forma irrevogável e irretratável, como fiadores e principais pagadores, solidariamente com a Companhia e entre si, das Obrigações Garantidas (conforme descrita na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão e dos artigos 818 e seguintes do Código Civil. **XXII. Condições Suspensivas da Emissão:** A eficácia da Emissão está condicionada à comprovação de implementação das seguintes condições suspensivas cumulativas: (i) celebração dos Documentos da Emissão pelas partes respectivas; (ii) arquivamento desta ata perante a Junta Comercial competente e publicação desta ata no jornal adotado pela Companhia para efetuar suas publicações, com a divulgação simultânea da íntegra da referida ata na página do referido jornal na rede mundial de computadores; (iii) registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos cartórios de títulos e documentos das cidades de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como averbação da Alienação Fiduciária no livro de registro de ações de emissão da Companhia; e (iv) registro dos Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras nos cartórios de títulos e documentos das cidades de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como constituição definitiva da trava de domicílio bancário, via Programa Progredir, nos termos do Regulamento do Programa Progredir, para o futuro pagamento de recebíveis relativos a cada um dos Contratos Petrobras objeto da Cessão Fiduciária Petrobras ("Condições Suspensivas"). As Condições Suspensivas deverão ser satisfeitas em até 90 (noventa) dias a partir da Data de Emissão ("Data Limite"). Na data em que houver o cumprimento da última das Condições Suspensivas (ou da renúncia pelo Agente Fiduciário), a Emissão se tomará plenamente válida e eficaz, sem a necessidade de qualquer formalidade adicional ("Data de Fechamento" e "Fechamento", respectivamente), devendo a Companhia comunicar tal fato ao Agente Fiduciário em 2 (dois) Dias Úteis. As Condições Suspensivas são para benefício exclusivo do(s) Debenturista(s) e só podem ser renunciadas pelo Agente Fiduciário, integral ou parcialmente, pelo envio de notificação à Companhia, a qualquer momento, a exclusivo critério do(s) Debenturista(s), que poderão, a qualquer momento, renunciar a uma ou mais Condições Suspensivas e exigir que o Fechamento ocorra, sem prejuízo do cumprimento das obrigações de fazer previstas como Condição(ões) Suspensiva(s) e que sejam renunciada(s), posteriormente ao Fechamento. Caso ocorra a renúncia pelo Agente Fiduciário à Condição Suspensiva prevista no item (iv) acima, a comprovação do registro definitivo de Conta Vinculada, via Programa Progredir, como local de pagamento exclusivo (domicílio bancário) dos recebíveis relativos a cada um dos Contratos de Cessão Fiduciária Petrobras, passará a ser considerado automaticamente uma obrigação a ser cumprida pela Companhia após o Fechamento, devendo a Companhia e os Fiadores empregarem, de boa-fé e sempre tempestivamente, todos os esforços necessários e razoáveis para que o registro definitivo mencionado sejam realizado no menor prazo possível. Se for atingida a Data Limite e houver renúncia da Condição Suspensiva prevista no item (iv) acima, deverá ser assinado, em até 3 (três) Dias Úteis do recebimento da notificação de renúncia encaminhada pelo Agente Fiduciário, um instrumento de aditamento à Escritura de Emissão para fins de modificar a frequência das Datas de Pagamento da Remuneração de juros remuneratórios das Debêntures de trimestral para mensal ("1° Aditamento à Escritura"). Na hipótese de a constituição definitiva da trava de domicílio bancário, via Programa Progredir, ocorrer após a celebração do 1º Aditamento, deverá ser assinado, em até 3 (três) Dias Úteis da confirmação da constituição definitiva da trava de domicílio bancário, um instrumento de aditamento à Escritura de Emissão para fins de modificar a frequência das Datas de Pagamento da Remuneração de juros remuneratórios das Debêntures de mensal para trimestral ("2° Aditamento à Escritura"). **XXIII. Demais Características:** As demais características das Debêntures serão especificadas na Escritura de Emissão. **5.2** Nos termos do art. 9º, §8°, item (xiii) do Estatuto Social da Companhia, **ratificar** a deliberação do Conselho de Administração da Companhia tomada nesta data, aprovando, neste ato, a outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária Petrobras, conforme descrita no item 5.1 desta ata, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5.3** Nos termos do art. 9º, §8°, item (xiii) do Estatuto Social da Companhia, **ratificar** a deliberação do Conselho de Administração da Companhia tomada nesta data, aprovando, neste ato, a outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária Equinor, conforme descrita no item 5.1 desta ata, observadas as Condições Suspensivas Equinor, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5.4** Nos termos do art. 7º, item *d*, do Estatuto Social da Companhia, **autorizar** a constituição, pelo acionista da Companhia em favor do(s) Debenturista(s), da Alienação Fiduciária sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme descrita no item 5.1 desta ata, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). **5.5 Autorizar** expressamente a diretoria da Companhia (por si ou seus procuradores), a adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou à outorga das (ou, conforme o caso, à obrigação de outorgar as) garantias fiduciárias ora aprovadas, incluindo, sem limitação, à negociação dos termos e condições (incluindo, sem limitação, os eventos de vencimento antecipado e obrigações da Companhia) e celebração da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou dos demais contratos e documentos necessários à implementação da Emissão e outorga e constituição das garantias. **5.6 Ratificar** os atos já praticados anteriormente à realização desta assembleia pela diretoria da Companhia (por si ou seus procuradores), confome o caso, para a consecução da Emissão e outorga e constituição das garantias. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A., que lida e conferida, foi aprovada e assinada pelos acionistas presentes. Todos os termos e expressões grafados em maiúsculo na presente ata e não expressamente aqui definidos terão o significado atribuído a tais termos e expressões na Escritura de Emissão. Confere com o original lavrado em livro próprio. Macaé, 16 de abril de 2024. **Mesa: Miguel de Almeida Gradin -** *Presidente;* **Clarice Silveira Dias Garcia -** *Secretária.* **Acionista: Cirrus Energy B.V. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Certifico o arquivamento em 18/04/2024 sob o nº 00006191451. Protocolo 2024/00340301-0 em 16/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

TOKEN.COM

CEO afirma que a criptografia pode mudar o mundo

O cofundador e CEO da Token.com, Mel Gelderman, disse que os reguladores estão impedindo que a criptomoeda mude o mundo, sobrecarregando as economias e criando "abundantes fortuna".

Falando no palco do Web Summit Rio, Mel disse que a tecnologia que criou em sua indústria realmente tem potencial para tornar quase qualquer ideia, conceito ou negócio investível. "Se você tem 21 anos e tem uma ideia para uma empresa de foguetes ou para um estúdio de ioga, você deve ser capaz de propor essa ideia a uma rede de pessoas e financiá-la durante a noite, se repercutir no público, certo?" "E, essencialmente, isso é realmente o que nossa indústria de criptografia quer fazer, mas eles não podem fazer isso hoje porque todos estão com medo da SEC, e isso está essencialmente impedindo o crescimento massivo da riqueza."

Os comentários de Mel ocorrem em meio a confrontos contínuos entre a indústria de criptografia e gigantes regulatórios – como a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) – que visam trazer regulamentações mais rígidas ao mercado. "Se acertarmos nos tokens, se os reguladores fizerem o seu maldito trabalho, pensaremos na nossa década agora como o início do século XXI. Passaremos a pensar na nossa época como uma época de pobreza relativa. E quando todos tivermos 80 e 90 anos, no final do século, pensaremos nisso como Nova York em 1900, com carruagens puxadas por cavalos e os primeiros carros circulando por aí, certo, e é tipo, uau, isso o tempo era real? Bem, isso é hoje", disse Mel.

"Estou no mercado de criptografia há 11 anos e realmente acredito que nossa indústria pode realmente mudar o mundo, pode transformar nossa economia do zero, e o que estamos construindo em token.com nos últimos dois anos é basicamente isso bolsa de mercado de massa da próxima geração. Não se parece em nada com Coinbase ou nada com Binance. Literalmente se parece com um feed de mídia social, como um feed de vídeo, como o TikTok e influenciadores, fundadores e mídia podem enviar vídeos sobre tokens, e então o token é marcado no vídeo e você pode comprar diretamente no vídeo."

Mel acrescentou: "olhamos para todas as exchanges em nosso espaço e elas têm muito dinheiro, mas todas lutaram para ultrapassar a marca de 100 milhões de usuários, e faz sentido quando você vê que a UX para criptografia é tão branda. Isso não mudou em quase uma década e estamos tentando realmente construir uma experiência de próxima geração para as pessoas." "Temos a oportunidade de criar muita riqueza abundante se desbloquearmos a economia simbólica para a sociedade. Porque hoje vivemos no fim da economia moderna, mas ela está a rebentar pelas costuras. Não consegue acompanhar a tecnologia exponencial, seja IA, robótica ou voos espaciais, certo? Como se tudo isso estivesse acontecendo, e nossa economia estivesse desatualizada, e os tokens estivessem aqui para mudar o jogo, mas é o regulador, atualmente, você sabe, sendo um dos grandes bloqueadores para que isso aconteça.

Mel continuou: "O que realmente esperamos ver é que os reguladores em todo o mundo entendam que esta tecnologia pode realmente turbinar as economias e tornar a vida melhor para todos". Os comentários de Mel foram feitos como parte de uma discussão mais ampla sobre o futuro do Bitcoin com o cofundador e CEO da Hashdex, Marcelo Sampaio, e a fundadora, diretora e conselheira da BitGo, Juliana Walenkamp.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

GRUPO FQM HOLDING S.A.

CNPJ 27.059.432/0001-24

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. RJ, 19/04/2024. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31/12 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	96	4	18.652	15.662
Contas a receber de clientes	–	–	473.528	464.037
Crédito com partes relacionadas	94	110	–	–
Estoques	–	–	362.023	323.393
Impostos a recuperar	–	–	30.646	50.395
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	829
Despesas antecipadas	–	–	32.393	58.453
Dividendos e JCP a receber	6.166	5.820	–	–
Outros ativos	–	–	7.793	7.035
Total do ativo circulante	**6.356**	**5.934**	**925.035**	**919.804**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Impostos a recuperar	–	–	53.864	55.281
Despesas antecipadas	–	–	15.251	938
Depósitos judiciais	–	–	11.430	7.226
Aplicação financeira	–	–	19.186	17.393
Outros ativos	–	3.223	–	3.221
Crédito com parte relacionada	9.697	–	9.697	–
Impostos diferidos	–	–	17.510	15.325
	9.697	**3.223**	**126.938**	**99.384**
Investimentos	1.553.520	1.419.985	–	–
Imobilizado	8.900	8.900	148.071	143.142
Ativos de direito de uso	–	–	43.643	8.694
Intangível	–	–	859.388	857.450
Total do ativo não circulante	**1.572.117**	**1.432.108**	**1.178.040**	**1.108.670**
TOTAL DO ATIVO	**1.578.473**	**1.438.042**	**2.103.075**	**2.028.474**
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	–	–	243.756	245.533
Obrigações sociais	–	–	40.040	45.428
Impostos, taxas e contribuições	7	12	8.493	7.097
Empréstimos e financiamentos	–	–	137.643	137.157
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	1.240
Passivos de arrendamento	–	–	13.452	8.342
Outros passivos	–	–	15.259	22.796
Contas a pagar - partes relacionadas	–	8.601	–	–
Total do passivo circulante	**7**	**8.613**	**458.643**	**467.593**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	–	–	20.044	105.169
Passivos de arrendamento	–	–	37.343	1.762
Outros passivos	–	–	400	400
Impostos, taxas e contribuições	–	–	7.392	8.490
Impostos diferidos	–	–	15.862	–
Provisão para riscos	–	–	–	15.631
Contas a pagar - partes relacionadas	15.075	–	–	–
Total do passivo não circulante	**15.075**	**–**	**81.041**	**131.452**
TOTAL DO PASSIVO	**15.082**	**8.613**	**539.684**	**599.045**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito	992.045	992.045	992.045	992.045
Capital social a integralizar	(133.657)	(185.413)	(133.657)	(185.413)
Reserva de capital	420.995	420.995	420.995	420.995
Reservas de lucros	284.008	201.802	284.008	201.802
Total patrimônio líquido	**1.563.391**	**1.429.429**	**1.563.391**	**1.429.429**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.578.473**	**1.438.042**	**2.103.075**	**2.028.474**

Demonstração do Resultado em 31/12 (Valores expressos em Milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
RECEITA LÍQUIDA	–	–	2.087.186	2.062.592
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	–	–	(1.201.358)	(1.156.133)
LUCRO BRUTO	–	–	885.828	906.459
RECEITAS (DESPESAS)				
Despesas com vendas	–	–	(550.552)	(536.655)
Despesas gerais e administrativas	–	–	(71.872)	(92.002)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.740)	(1.789)	2.168	(8.217)
Resultado de equivalência patrimonial	177.010	187.538	–	–
	175.270	185.749	(620.256)	(636.874)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	175.270	185.749	265.572	269.585
RESULTADO FINANCEIRO	1	(1)	(81.545)	(75.404)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	175.271	185.748	184.027	194.181
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	(27)	(8)	(10.032)	(24.627)
Diferidos	–	–	1.249	16.186
	(27)	(8)	(8.783)	(8.441)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**175.244**	**185.740**	**175.244**	**185.740**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12 (Valores expressos em Milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	175.244	185.740	175.244	185.740
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**175.244**	**185.740**	**175.244**	**185.740**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Diretor Presidente - Fernando Gabriel Itzaina Sanchez
Diretor VP Administrativo Financeiro - Fabio Alejandro Baimeluj
Contador - Renato de Oliveira Caetano - CRC-RJ 092331/O-7

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12 (Valores expressos em Milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	175.271	185.748	184.027	194.181
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	1.848	1.894	26.713	29.183
Depreciação arrendamento	–	–	10.464	9.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(90)	2.432
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	–	1.350	6.204
Custo residual arrendamento	–	–	1.281	–
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	–	–	11.931	(4.515)
Provisão para riscos	–	–	231	4.636
Resultado de equivalência patrimonial	(177.010)	(187.538)	–	–
Provisão (Reversão) para participação no resultado	–	–	(5.981)	10.883
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	34.331	37.211
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	–	–	(9.400)	(77.885)
Estoques	–	–	(50.561)	(19.569)
Impostos a recuperar	–	–	18.981	(11.424)
Despesas antecipadas	–	–	11.746	14.386
Depósitos judiciais	–	–	(4.204)	(1.734)
Outros ativos	(6.459)	(112)	(6.406)	1.972
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	–	–	(8.216)	38.468
Obrigações sociais	–	–	593	2.688
Impostos, taxas e contribuições	(4)	12	2.504	13.251
Passivo de arrendamento	–	–	55.376	11.288
Outras obrigações	6.475	–	(49.031)	(8.151)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**121**	**4**	**225.639**	**253.007**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	–	–	(34.271)	(36.915)
Juros sobre arrendamentos pagos	–	–	(4.220)	(1.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29)	–	(10.990)	(32.544)
Recebimento de dividendos	41.282	43.827	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**41.374**	**43.831**	**176.158**	**181.627**
Fluxo de Caixa das atividades de Investimento				
Pagamento pela aquisição de imobilizado	–	–	(17.662)	(16.896)
Pagamento pela aquisição de intangível	–	–	(17.266)	(12.519)
Caixa restrito	–	–	(1.794)	521
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(36.722)**	**(28.894)**
Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	100.000	47.896
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	–	–	(184.699)	(136.808)
Pagamento de arrendamento	–	–	(10.465)	(9.549)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(41.282)	(43.827)	(41.282)	(43.827)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(41.282)**	**(43.827)**	**(136.446)**	**(142.288)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**92**	**4**	**2.990**	**10.445**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	–	15.662	5.217
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	96	4	18.652	15.662
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**92**	**4**	**2.990**	**10.445**
Transações que não envolvem Caixa				
Aquisição de ativos de arrendamento mercantil	–	–	(45.726)	(9.330)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Reservas para Expansão	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**992.045**	**(392.028)**	**420.995**	**21.566**	**204.223**	**–**	**1.246.801**
Integralização de capital social	–	206.615	–	–	–	–	206.615
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	185.740	185.740
Destinação do lucro líquido do exercício:							
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	–	9.287	132.340	(141.627)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(165.614)	(44.113)	(209.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**992.045**	**(185.413)**	**420.995**	**30.853**	**170.949**	**–**	**1.429.429**
Integralização de capital social	–	51.756	–	–	–	–	51.756
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	175.244	175.244
Destinação do lucro líquido do exercício:							
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	–	8.762	124.861	(133.623)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(51.417)	(41.621)	(93.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**992.045**	**(133.657)**	**420.995**	**39.615**	**244.393**	**–**	**1.563.391**

DIVCOM S.A.

CNPJ 03.755.215/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas**,** em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. RJ, 19/04/2024. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial em 31/12 (Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	2023	2022
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	16.015	12.788
Contas a receber de clientes	462.197	453.732
Estoques	238.604	144.386
Impostos a recuperar	17.471	44.313
Crédito com partes relacionadas	3.649	7.650
Despesas antecipadas	31.970	58.302
Outros ativos	3.390	2.791
Total do ativo circulante	**773.296**	**723.962**
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Impostos a recuperar	27.699	18.661
Despesas antecipadas	15.251	938
Depósitos judiciais	4.363	1.376
Aplicação financeira	19.186	17.393
Créditos com partes relacionadas	13.268	–
Impostos diferidos	15.135	15.899
	94.902	**54.267**
Imobilizado	6.510	6.402
Ativos de direito de uso	42.626	8.724
Intangível	377.831	378.849
Total do ativo não circulante	**521.869**	**448.242**
TOTAL DO ATIVO	**1.295.165**	**1.172.204**
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	165.875	118.039
Obrigações sociais	27.358	31.026
Impostos, taxas e contribuições	6.980	5.511
Empréstimos e financiamentos	77.560	78.285
Passivos de arrendamento	13.359	7.923
Débito com partes relacionadas	62.797	107.898
Outros passivos	13.273	18.437
Total do passivo circulante	**367.202**	**367.119**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	20.044	96.706
Impostos, taxas e contribuições	6.754	7.780
Passivos de arrendamento	36.224	2.075
Provisão para riscos	7.679	7.112
Total do passivo não circulante	**70.701**	**113.673**
TOTAL DO PASSIVO	**437.903**	**480.792**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	147.873	147.873
Reserva de capital	25.943	27.792
Reservas de lucros	683.446	515.747
Total patrimônio líquido	**857.262**	**691.412**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.295.165**	**1.172.204**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12 (Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	167.699	178.368
Resultado Abrangente Total do Exercício	**167.699**	**178.368**

Demonstração do Resultado em 31/12 (Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	2023	2022
Receita Líquida	**2.052.285**	**1.987.760**
Custo dos Produtos Vendidos	**(1.224.860)**	**(1.162.500)**
Lucro Bruto	**827.425**	**825.260**
Receitas (Despesas)		
Despesas com vendas	(528.920)	(516.381)
Despesas gerais e administrativas	(57.934)	(68.109)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.883	(2.246)
	(584.971)	**(586.736)**
Lucro Antes do Resultado Financeiro	**242.454**	**238.524**
Resultado Financeiro	**(72.786)**	**(64.491)**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**169.668**	**174.033**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(1.205)	11.564
Diferidos	(764)	(15.899)
	(1.969)	4.335
Lucro Líquido do Exercício	**167.699**	**178.368**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12 (Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

	Capital social	Res. de capital - Res. especial de ágio	Res. de lucros - Res. de Incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**147.873**	**29.686**	**337.379**	**–**	**514.938**
Amortização reserva especial de ágio	–	(1.894)	–	–	(1.894)
Lucro líquido do exercício:	–	–	–	178.368	178.368
Destinação do lucro líquido do exercício:					
(–) Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	–	178.368	(178.368)	–
Saldos em 31/12/2022	**147.873**	**27.792**	**515.747**	**–**	**691.412**
Amortização reserva especial de ágio	–	(1.849)	–	–	(1.849)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	167.699	167.699
Destinação do lucro líquido do exercício:					
(–) Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	–	167.699	(167.699)	–
Saldos em 31/12/2023	**147.873**	**25.943**	**683.446**	**–**	**857.262**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12 (Valores expressos em Milhares de Reais - R$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	169.668	174.033
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	5.215	6.049
Depreciação arrendamento	10.108	8.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(268)	2.812
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	7
Custo residual arrendamento	1.240	–
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	6.677	(724)
Provisão para riscos	566	3.598
Provisão para participação nos resultados	(5.215)	8.450
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	28.292	34.521
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(8.197)	(93.019)
Estoques	(100.895)	29.927
Impostos a recuperar	18.568	(11.640)
Despesas antecipadas	12.019	14.049
Depósitos judiciais	(2.987)	(472)
Outros ativos	(9.867)	(1.943)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	43.112	(13.228)
Obrigações sociais	1.547	299
Impostos, taxas e contribuições	(1.268)	21.560
Passivo de arrendamento	53.703	12.027
Outras obrigações	(92.639)	(42.753)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**129.379**	**152.398**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(29.029)	(34.886)
Juros sobre arrendamentos pagos	(4.160)	(1.833)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(257)	(16.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**95.933**	**98.723**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(1.176)	(305)
Pagamento pela aquisição de intangível	(3.129)	(2.270)
Aplicação financeira - Caixa restrito	(1.792)	523
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(6.097)**	**(2.052)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(76.650)	(76.656)
Pagamento de arrendamento	(9.959)	(9.089)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(86.609)**	**(85.745)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.227**	**10.926**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.788	1.862
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.015	12.788
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.227**	**10.926**
Transações com Efeito não Caixa		
Aquisição arrendamento mercantil	(45.249)	(9.907)

Diretor Presidente - Fernando Gabriel Itzaina Sanchez; Diretor VP Administrativo Financeiro - Fabio Alejandro Baimeluj;
Contador - Renato de Oliveira Caetano - CRC-RJ 092331/O-7.

Gypsolite do Brasil S/A Indústria e Comércio de Gesso

C.N.P.J.(MF) nº 33.965.146/0001-20

Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas., na sede social, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Duque de Caxias, 31 de dezembro de 2023. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Circulante	**9.934,80**	**9.934,80**
Banco	(380,00)	(380,00)
Outros Créditos	(5.000,00)	(5.000,00)
Impostos a Recuperar	15.314,80	15.314,80
Não Circulante	**6.908.254,01**	**6.908.254,01**
Outros Créditos	231.522,31	231.522,31
Coligadas	4.646.751,04	4.646.751,04
Investimentos	2.029.980,66	2.029.980,66
Ativo Total	**6.918.188,81**	**6.918.188,81**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo/Circulante	**1.531.843,54**	**1.531.843,54**
Títulos a Pagar	140.764,15	140.764,15
Salários a Pagar	144.746,26	144.746,26
Obrigações Trabalhistas	85.811,18	85.811,18
Impostos a Recolher	1.160.521,95	1.160.521,95
Não Circulante	**28.542,63**	**19.395,63**
Coligadas	28.542,63	19.395,63
Patrimônio Líquido	**5.357.802,64**	**5.366.949,64**
Capital Social	1.070.000,00	1.070.000,00
Reserva Legal	22.583,56	22.583,56
Resultado Acumulado	4.265.219,08	4.274.366,08
Passivo Total	**6.918.188,81**	**6.918.188,81**

Demonstração de Resultado	2023	2022
Resultado Operacional	(9.147,00)	(7.099,90)
Resultado Financeiro	–	–
Resultado Operacional	**(9.147,00)**	**(7.099,90)**
Resul. ant. IRPJ e CSLL	**–**	**–**
Provisão p/CSLL		
Provisão p/IRPJ		
Resultado Líquido	**(9.147,00)**	**(7.099,90)**
Resultado por Ações	(0,01)	(0,01)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Resultado Acumulado	Saldos Finais
Saldo em 31.12.2022	1.070.000,00	22.583,56	4.274.366,08	5.366.949,64
Resultado do Exercício	–	–	(9.147,00)	(9.147,00)
Saldo em 31.12.2023	**1.070.000,00**	**22.583,56**	**4.265.219,08**	**5.357.802,64**
Resultado Acum. por ações	5,33	–	–	–

Diretoria

Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente
Eunice Melo Cruz - Diretora Administradora
Esmeralda Melo Cruz Nastari - Diretora

Contador

Élis César Dias dos Santos - Contador-CRC-1SP320051/O-9

Notas Explicativas

1 - Práticas Contábeis: As demonstrações, elaboradas conforme a Lei 6.404/76 e princípios contábeis geralmente aceitos, adota o regime de competência. Os valores realizáveis e exigíveis, com prazo de vencimento superiores a um ano, estão registrados no Não Circulante. Os estoques estão registrados pelo custo médio e o imobilizado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada linearmente, pela aplicação das taxas legais vigentes. **2 - Capital:** O capital social integralizado é representado por R$ 1.070.000,00 (Um Milhão e Setenta Mil Reais) representado por 800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

Norgás S.A.

CNPJ nº 52.583.517/0001-74

Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 - Período compreendido entre 09 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Mensagem da Administração: Norgás foi criada em outubro a partir da cisão das participações das CDLs do Nordeste provenientes do portfólio da Commit. Lucro líquido atingiu R$ 6 milhões, em seus 3 meses de existência, com volume distribuído de 297 milhões de m³ no ano e encerrou 2023 com 256 mil clientes e 3.194 quilômetros de rede construída.

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2023
Circulante		
Dividendos e JSCP a receber	4 e 7.2.1	37.934
Recebíveis de partes relacionadas	4	6.985
Ativo mantido para venda	5.4	42.875
		87.794
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Investimentos	5.2	394.160
		394.160
		481.954

Passivo	Nota	31/12/2023
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social	6.1	2.103
Outros tributos a pagar	6.1	1.584
Dividendos e JSCP a pagar	7.2.2	1.330
Pagáveis a partes relacionadas	4	8.976
		13.993
Patrimônio líquido	7	
Capital social realizado		240.148
Reservas de lucros		227.813
		467.961
		481.954

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital subscrito e integralizado	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 09 de outubro de 2023	240.148	–	–	223.543	–	463.691
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.600	5.600
Destinações do lucro líquido do exercício:						
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	280	–	3.990	(4.270)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (1,41/ação)	–	–	–	–	(1.330)	(1.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**240.148**	**280**	**–**	**227.533**	**–**	**467.961**

Demonstrações dos resultados

	Nota	31/12/2023
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	8	(6.490)
Tributárias	8	(7)
		(6.497)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		**(6.497)**
Resultado de participações em investimentos	5.2	19.179
Lucro antes dos impostos		**12.682**
Imposto de renda e contribuição social	6.2	(7.082)
Lucro líquido do exercício		**5.600**
Lucro líquido básico e diluído por ação	7.3	0,05

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	7.3	5.600
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		–
Resultado abrangente total		**5.600**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	12.682
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período:	
Resultado de participações em investidas	(19.179)
	(6.497)
Aumento (redução) de ativos e passivos	
Impostos e contribuições	(106)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(6.603)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Dividendos recebidos	6.603
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	**6.603**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	–
Informação complementar	
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.370)

Demonstração do valor adicionado

	2023
Receitas	–
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	–
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	–
Receitas relativas à construção de ativos para uso	–
	–
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.435)
Perda/Recuperação de valores ativos	–
	(4.435)
Valor adicionado bruto	**(4.435)**
Depreciação e amortização	–
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	**(4.435)**
Valor adicionado recebido em transferência	
Resultado de participações em investimentos	21.265
Receitas financeiras - inclui variações monetária, cambial e outras receitas	–
	21.265
Valor adicionado a distribuir	**16.830**
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal e administradores	
Salários e participações	1.411
Benefícios	218
FGTS	76
	1.705
Tributos	
Federais	9.480
Estaduais	–
Municipais	–
	9.480
Instituições financeiras e fornecedores	
Juros, variações cambiais e monetárias	–
Despesas de aluguéis	45
	45
Acionistas	
Dividendos	1.330
Resultado dos acionistas	4.270
Lucros retidos	**5.600**
Valor adicionado distribuído	**16.830**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. A Companhia e suas operações: A Norgás S.A. (denominada "Norgás" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenham as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação. A Companhia foi constituída em 09 de outubro de 2023, após aprovada a cisão parcial do portfólio da Commit Gás S.A. A Norgás é composta pela parcela cindida de participação societária nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), Companhia Potiguar de Gás ("POTIGÁS"), Gás de Alagoas S.A. ("ALGÁS"), Sergipe Gás S.A. ("SERGÁS") e Companhia Pernambucana de Gás ("COPERGÁS"). O seu balanço de abertura a seguir:

	09/10/2023
Ativo	
Circulante	
Dividendos e JSCP a receber	18.646
	18.646
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Investimentos	445.045
	445.045
	463.691

Passivo	09/10/2023
Patrimônio líquido	
Capital social realizado	240.148
Reservas de lucros	223.543
	463.691

1.1. Impactos dos conflitos militares entre Ucrânia e Rússia: A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, os efeitos do conflito Ucrânia x Rússia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. **2. Base de apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 25 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis. **2.1. Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Estimativas e julgamentos relevantes:** A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. **3.2.1.** Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*): Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio, são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Conselho de Administração

Nelson Roseira Gomes Neto – Presidente do Conselho
Marco Francesco Patriarchi – Conselheiro
Vitor Calazans Baroni – Conselheiro
Demétrio Antonio de Toledo Magalhães Filho – Conselheiro
Leonardo Gadotti Filho – Conselheiro
Tadaharu Shiroyama – Conselheiro
Luis Carlos Veguin – Conselheiro

Diretoria Executiva

Renato Aparecido Fontalva – Diretor Presidente
Masashi Takano – Diretor Financeiro
Vitor Calazans Baroni – Diretor Corporativo
Gustavo Capacci Renaud – Gerente Controladoria

Contador

Bruno do Prado Castilho – CRC-RJ-102.062/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Administradores da **Norgás S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Norgás S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 09 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norgás S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para compreendido entre 09 de outubro (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março 2024

BDO
BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/O-3

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

---

VIAÇÃO MAUÁ S.A.

CNPJ/MF: 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Viação Mauá S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24.467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B4; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF: 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Regata Imob Empreendimentos S.A., sociedade anônima com sede social localizada na Cidade Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias, 77, sala 1701, Centro ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF: 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Icaraí Auto Transportes S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 166, Alcântara, CEP 24.730-590 ("Companhia") que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre a alteração da sede da Companhia. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B4; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGOE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

SOCINPRO - Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais

CNPJ Nº 33.748.146/0001-79

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 39; "letra b" do Estatuto vigente, convocamos os senhores associados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 30 de abril de 2024 (terça-feira) de forma híbrida: presencial aos residentes na Cidade do Rio de Janeiro no espaço INTERAGE OFFICE, na Avenida Presidente Wilson, nº 165, 5º andar, Centro da Cidade do Rio de Janeiro e de forma virtual a quem convir pela plataforma *zoom*, cujo link é: https://us02web.zoom.us/j/8090198875?omn=83600542515, às **14h00** em primeira convocação e **14h30min** em segunda convocação, para deliberarem nos termos dos artigos 20, 22 e 34 do Estatuto Social, participando da Assembleia. Além disso, será publicado nos jornais "Diário Oficial" e "Diário Comercial" e será fixada no quadro na sede da SOCINPRO e publicada no nosso site www.socinpro.org.br, observada a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2023; 2) Apreciar e aprovar o Relatório da Diretoria do ano 2023; 3) Apreciar e aprovar o Parecer do Conselho Fiscal do exercício de 2023; 4) Destinação de Resultado no exercício de 2023; 5) Apreciar e aprovar o Balanço relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; 6) Sugerir e recomendar preços e parâmetros para a cobrança dos usuários via ECAD pela utilização dos repertórios (obras e fonogramas) dos associados. (Parágrafo 3º do Art. 98 da Lei nº 9.610/98 e Parágrafo 5º do Art. 20 do Estatuto Social); 7) Apreciar e homologar as propostas de filiações de novos titulares (Parágrafo Segundo do Art. 5º do Estatuto Social da SOCINPRO), conforme a ser lida no Ato da Assembleia Geral; 8) Apreciar e homologar o Sistema de Governança Corporativa, Plano de Cargos e Salários, remuneração do Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal; 9) Aprovar os auxílios concedidos a título de assistência social aos filiados no exercício de 2023; 10) Aprovar as Gratificações e Bonificações concedidas por resultados, *ad referendum* do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral Ordinária; 11) Ratificação da criação do Instituto SOCINPRO "Viver da Arte"; 12) Homologação da indicação do cargo honorífico de presidente de honra da SOCINPRO de Altay Velloso da Silva, em artes ALTAY VELOSO. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024. **Adonis Marcelo Ramos de Oliveira (DONY) -** Diretor-Geral.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC-RIO – CNPJ 44.520.687/0001-61 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2023/03495.01, Licença Municipal de Operação, para os galpões de abastecimento e lavagem da garagem municipal de ônibus de Deodoro.

SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ 03.612.436/0001-20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os sócios e seus representantes legais da sociedade **SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ 03.612.436/0001-20, convocados para reunião de sócios a se realizar presencialmente no dia 26 de abril de 2024, em sua sede à Av. Av. Almirante Barroso, n°. 63, sala 1901 - Centro Rio de Janeiro - RJ, às 10:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Reforma do Contrato Social; 2) Aprovação da Consolidação do novo Contrato Social; e 3) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2024 **Lawrence Randal Pebbles** - sócio administrador.

EDITAL DE CITAÇÃO Com o prazo de vinte dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Priscila Fernandes Miranda Botelho da Ponte - Juiz em exercício do Cartório da 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona à Av. Erasmo Braga, 115 Corr C/SALA 210 CEP 200.20-903, Castelo, Rio de Janeiro - RJ, Tel.: 31332375, e-mail: cap17vciv@tjrj.jus.br , tramitam os autos da Classe/Assunto Usucapião – Usucapião Ordinária – Art. 1242 Código Civil, de nº 0319437-53.2017.8.19.0001, movida por JOSEPH NEWMAN em face de CARLOS PEREIRA DUPRAT; MARIA JOSÉ LISBOA DE OLIVEIRA DUPRAT, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente edital **CITA** o réu BERNALDO GURIVITZ, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro. Aos dezessete de abril de dois mil e vinte quatro. Eu Indaiara Rosa Aragão – Estagiário – Matr. 120000041153, digitei. E eu O subscrevo.

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nilópolis

PORTARIA Nº 14 DE 01 DE ABRIL DE 2024.

O Senhor ZÉ RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Nilópolis, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor:

RESOLVE:

Nomear os Servidores Morgana Manhães, mat. 4185 e Moises Tavares da Luz, mat. 4186 no cargo de Provimento em Comissão de Assessor do Departamento Administrativo V da Câmara Municipal de Nilópolis, a partir de 01 de abril de 2024.

Câmara Municipal de Nilópolis, 01 de abril de 2024.

ZÉ RIBEIRO
PRESIDENTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

CNPJ: 32.382.742/0001-15 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores, em cumprimento as disposições legais, submetemos a apreciação e aprovação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição de V.Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	210	16.461
Contas a receber de clientes		225	-
Estoques	5	7.453	7.757
Impostos a recuperar	6	2.310	2.700
Adiantamento a fornecedores		96	237
Despesas antecipadas	7	1.313	2.540
Partes relacionadas	15	28.300	14.312
Outros créditos		11	139
Total do ativo circulante		**39.918**	**44.146**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	23	1.117	1.514
Outros créditos		70	11
Imobilizado	8	10.595	18.465
Total do ativo não circulante		**11.782**	**19.990**
TOTAL DO ATIVO		**51.700**	**64.136**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.459	10.012
Financiamentos	10	1.818	7.847
Passivo de arrendamentos	11	-	814
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	497	4.338
Impostos e contribuições a recolher	13	3.554	2.703
Adiantamentos de clientes	14	-	10.090
Partes relacionadas	15	17.952	14.875
Outras contas a pagar		83	37
Total do passivo circulante		**30.363**	**50.716**
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	10	350	2.035
Passivo de arrendamentos	11	-	11
Partes relacionadas	15	111	78
Provisões contenciosas	16	238	34
Provisões trabalhistas	17	281	1.656
Total do passivo não circulante		**980**	**3.814**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
Capital social		50	50
Retenção de lucros		20.307	9.556
Total do patrimônio líquido		**20.357**	**9.606**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**51.700**	**64.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A ("Sociedade") iniciou suas operações em 08 de janeiro de 2019, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objeto a indústria de construção civil e obras públicas ou privadas, especialmente as de caráter subterrâneo, bem como a realização de quaisquer atividades conexas ou afins com todas as indicadas. A EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A é uma subsidiaria integral da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A, sediada em Portugal. Em outubro de 2023 foi objeto de rescisão o contrato mantido com a empresa Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A, que respondia pela quase totalidade das receitas auferidas pela Sociedade. A sociedade controladora e os administradores da Sociedade têm articulado ações e promovido iniciativas no sentido de prospectar outras obras e receitas, quer junto a novos clientes ou, até mesmo, no sentido de utilizar o parque de máquinas para prestar serviços em projetos de outras empresas do grupo, de maneira a dar continuidade normal às suas atividades operacionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no curso normal do negócio, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração avalia regularmente a capacidade da Sociedade em dar continuidade às suas atividades operacionais. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Moeda funcional e de apresentação - A moeda funcional da Sociedade é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.2. Resumo das principais práticas contábeis - 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Informações adicionais sobre essas aplicações constam da nota explicativa n° 4. 2.2.2. Estoques - Os estoques de almoxarifado são apresentados pelo custo médio de aquisição. O custo médio de aquisição corresponde ao preço de compra deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável. A provisão para perdas nos estoques corresponde a estimativa de perda apurada pela sociedade. 2.2.3. Imobilizado e avaliação do valor recuperável - Registrado ao custo de aquisição ou construção e acrescido dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção de bens, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8. Custos posteriores à aquisição são capitalizados se aumentarem os futuros benefícios econômicos do ativo especifico com que se relacionam. Outros gastos que não cumprirem com essa condição são reconhecidos no resultado conforme forem incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, em especial o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes ao valor recuperável de ativos. 2.2.4. Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os outros ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. 2.2.5. Provisões - Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.6. Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, sob condições correntes de mercado, em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício. Ativos financeiros - A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou c) For um derivativo que não seja designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixo que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. (iii) Empréstimos e Recebíveis: representam contas a receber e outras contas a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. (iv) Ativos financeiros "Disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "Disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Outros passivos financeiros: incluindo fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do passivo financeiro. 2.2.7. Contratos de prestação de serviços de construção - A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida conforme a evolução da obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de aditivos contratuais. A receita do contrato é reconhecida no resultado quando o cliente obtém o controle dos serviços e de acordo com o percentual de conclusão do projeto para fazer frente aos custos reconhecidos como resultado no período em que são incorridos. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo na rubrica "Contas a receber de clientes". Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". 2.2.8. Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. 2.2.9. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo regime de lucro real anual considerando, respectivamente, alíquotas de 15%, com adicional de 10% quando exceder R$240, e de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e as incertezas relativas a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas demonstrações financeiras, que envolvem risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício estão a seguir apresentadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Adicionalmente, há o uso de estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos e perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros e desembolsos futuros tidos como prováveis. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e o impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	22	44
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	188	16.417
Total	210	16.461

(*) Referem-se a aplicações financeiras em certificado de depósito bancário – CDB, com remuneração média de 99% do CDI (99% em 2022) para as quais inexistem multas ou outras restrições para seu resgate imediato.

5. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Material de consumo	7.861	8.192
Provisão para perdas em estoques	(408)	(435)
Total	7.453	7.757

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda pessoa jurídica	1.694	1.580
Contribuição social sobre o lucro líquido	540	540
PIS a recuperar	13	13
COFINS a recuperar	58	58
Instituto nacional do seguro social	4	4
Outros	1	505
Total	2.310	2.700

7. DESPESAS ANTECIPADAS - Refere-se a gastos com seguros e gastos com equipamentos em comodato que estão sendo apropriados ao resultado conforme a vigência dos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros (Obras, Equipamentos e Veículos)	277	1.340
Gastos com desembaraços de equipamentos em uso	1.036	1.200
Total	1.313	2.540

8. IMOBILIZADO - O saldo e a movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2023	Líquido 2022
Equipamentos de produção	10%	38.593	(28.241)	10.352	17.413
Equipamentos de informática	20%	288	(215)	73	111
Ferramentas e utensílios	10%	246	(102)	144	167
Softwares	20%	31	(5)	26	-
Arrendamentos - direito de uso	*	-	-	-	774
Total		39.158	(28.563)	10.595	18.465

	Taxa anual (%)	2022	Adições	Baixa	2023
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	36.835	1.837	(79)	38.593
Equipamentos de informática	20%	268	20	-	288
Ferramentas e utensílios	10%	246	-	-	246
Softwares	20%	-	31	-	31
Arrendamentos - direito de uso	*	3.593	-	(3.593)	-
Total do Custo		40.942	1.888	(3.672)	39.158
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(19.422)	(8.854)	35	(28.241)
Equipamentos de informática	20%	(157)	(58)	-	(215)
Ferramentas e utensílios	10%	(79)	(23)	-	(102)
Softwares	20%	-	(5)	-	(5)
Arrendamentos - direito de uso	*	(2.819)	(361)	3.180	-
Total da depreciação		(22.477)	(9.301)	3.215	(28.563)
Imobilizado, líquido		18.465	(7.413)	(457)	10.595

O saldo e a movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2022	Líquido 2021
Equipamentos de produção	10%	36.835	(19.422)	17.413	25.074
Equipamentos de informática	20%	268	(157)	111	145
Ferramentas e utensílios	10%	246	(79)	167	192
Arrendamentos - direito de uso	*	3.593	(2.819)	774	275
Total		40.942	(22.477)	18.465	25.686

	Taxa anual (%)	2021	Adições	Baixa	2022
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	35.349	1.486	-	36.835
Equipamentos de informática	20%	254	20	(6)	268
Ferramentas e utensílios	10%	246	-	-	246
Arrendamentos - direito de uso	*	2.130	1.463	-	3.593
Total do Custo		37.979	2.969	(6)	40.942
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(10.275)	(9.147)	-	(19.422)
Equipamentos de informática	20%	(109)	(52)	4	(157)
Ferramentas e utensílios	10%	(54)	(25)	-	(79)
Arrendamentos - direito de uso	*	(1.855)	(964)	-	(2.819)
Total da depreciação		(12.293)	(10.188)	4	(22.477)
Imobilizado, líquido		25.686	(7.219)	(2)	18.465

*Os ativos de direito de uso (arrendamentos) são depreciados de maneira linear respeitando o tempo de vigência dos contratos de locação.

9. FORNECEDORES - Refere-se, substancialmente, a compras de materiais e serviços em obras.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de material	4.284	6.362
Fornecedores de serviços	2.175	3.650
Total	6.459	10.012

10. FINANCIAMENTOS

	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos	2.168	9.882
Total	2.168	9.882
Circulante	1.818	7.847
Não circulante	350	2.035

Composição dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados como segue:

	Taxa a.m.	2023	2024	2025	Total
Banco Caterpillar S.A.	0,94%	-	118	34	152
Banco Luso	1,02%	-	460	-	460
Banco Safra	1,09%	-	1.240	316	1.556
Total		-	1.818	350	2.168

	Taxa a.m.	2023	2024	2025	Total
Sandvik Credit	0,33%	5.708	-	-	5.708
Banco Caterpillar S.A.	0,94%	133	109	34	276
Banco Luso	1,02%	581	427	-	1.008
Banco Safra	1,09%	1.425	1.149	316	2.890
Total		7.847	1.685	350	9.882

11. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Valor
Saldo em 2022	825
Arrendamentos reconhecidos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(412)
Juros sobre os contratos de arrendamento	43
Pagamento de arrendamento	(456)
Saldo em 2023	-

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
INSS/Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS	3	1.071
Provisão para férias e encargos sociais	440	2.884
IRRF sobre assalariado a recolher	-	320
Outros	54	63
	497	4.338

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	211	226
COFINS a recolher	968	1.042
ISS a recolher	528	538
CIDE	808	884
CSLL a recolher	257	4
IRPJ a recolher	655	-
Outros	127	9
	3.554	2.703

Provisões para impostos a pagar, incluídas nos saldos acima e incidentes sobre importações efetuadas junto a partes relacionadas, a serem quitados quando da realização das remessas para o exterior, estão a seguir demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	173	169
COFINS a recolher	796	777
ISS a recolher	453	442
CIDE	905	884
Outros	33	58
	2.360	2.330

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - Refere-se a valores recebidos antes da realização dos correspondentes trabalhos refletidos na receita societária contabilizada conforme a evolução da obra.

15. PARTES RELACIONADAS - Em 31 de dezembro de 2023, os saldos no balanço patrimonial apresentam os seguintes valores:

Ativo

	2023				2022			
	Contas a receber (a)	Mútuo a receber (b)	Outras contas a receber (c)	Total	Contas a receber (a)	Mútuo a receber (b)	Outras contas a receber (c)	Total
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	3.560	-	3.560	-	3.560	-	3.560
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	-	-	803	-	803
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	23.626	32	23.658	-	8.388	-	8.388
TDGI FACILITES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO LTDA	-	1.082	-	1.082	-	1.561	-	1.561
	-	**28.268**	**32**	**28.300**	**-**	**14.312**	**-**	**14.312**
Circulante				**28.300**				**14.312**
Não circulante				-				-

(a) refere-se substancialmente a faturas de venda de ativos imobilizados entre empresas do grupo. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m. com vencimento até 2024. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

Passivo

	2023				2022			
	Contas a pagar (a)	Mútuo a pagar (b)	Outras contas a pagar (c)	Total	Contas a pagar (a)	Mútuo a pagar (b)	Outras contas a pagar (c)	Total
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA OBRAS SUBTERRÂNEAS, SA (PT)	9.984	-	111	10.095	-	-	13.479	13.479
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	-	-	-	78	78
TDSP - PARTICIPACOES LTDA	-	2	533	535	597	210	-	807
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	6.687	-	6.687	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	-	642	642	589	-	-	589
EPOS S/A – SUCURSAL COLÔMBIA	104	-	-	104	-	-	-	-
	10.088	**6.689**	**1.286**	**18.063**	**1.186**	**210**	**13.557**	**14.953**
Circulante				**17.952**				**14.875**
Não circulante				**111**				**78**

(a) refere-se substancialmente a faturas de serviços financeiros, administrativos e gerenciais rateados com as empresas Matrizes. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m.com prazo previsto de pagamento até 2024. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros e administrativos.

Transações nas demonstrações do resultado do exercício:

	31 de dezembro de 2023				
	Materiais	Serviços	Despesas com pessoal	Juros	Total
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	-	(208)	(591)	(799)
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA OBRAS SUBTERRÂNEAS, SA. (PT)	-	-	-	-	-
TDSP - PARTICIPACOES LTDA	-	(1.128)	-	(4)	(1.132)
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	4	4
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	(1.180)	-	3.323	2.143
TDGI FACILITES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO LTDA	-	-	-	168	168
Total	**-**	**(2.308)**	**(208)**	**2.900**	**384**

	31 de dezembro de 2022				
	Materiais	Serviços	Despesas com pessoal	Juros	Total
EMPA S/A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	-	-	-	(464)	(464)
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA OBRAS SUBTERRÂNEAS, SA. (PT)	(377)	722	(1.021)	-	(676)
TDSP - PARTICIPACOES LTDA	-	(757)	-	17	(740)
SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, LTDA	-	-	-	(45)	(45)
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. (SUC. BR)	-	(712)	-	(1.535)	(2.247)
TDGI FACILITES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO LTDA	(291)	(709)	-	(336)	(1.336)
Total	**(668)**	**(1.456)**	**(1.021)**	**(2.363)**	**(5.508)**

16. PROVISÕES CONTENCIOSAS - A Sociedade é ré em ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda avaliados com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023, as causas trabalhistas classificadas como prováveis de perda totalizam R$238 (R$34 em 2022) e estão registradas nas demonstrações financeiras. As causas trabalhistas e tributárias classificadas como possíveis totalizam R$1.569 (R$360 em 2022), e conforme as práticas adotadas no Brasil para as referidas causas não foram constituídas as provisões para riscos.

17. PROVISÕES TRABALHISTAS - Refere-se a provisão de multa sobre saldo FGTS incidente na demissão dos colaboradores.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é representado por 50.000 ações com valor nominal unitário de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritos e integralizados pela EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A sediada em Portugal.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita bruta de serviços	138.007	137.796
(-) impostos e deduções (PIS, COFINS e ISS)	(8.100)	(7.631)
Receita operacional líquida	129.907	130.165

20. CUSTOS E DEPESAS POR NATUREZA

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2023
Materiais	(13.730)	-	(13.730)
Serviços de terceiros	(1.637)	(1.595)	(3.232)
Mão-de-obra e pessoal	(41.249)	-	(41.249)
Aluguéis e condomínios	(492)	-	(492)
Depreciações	(8.412)	(889)	(9.301)
Equipamentos*	(41.666)	-	(41.666)
Despesas tributárias	(31)	(510)	(541)
Gastos gerais**	(10.408)	(307)	(10.715)
Provisões (reversões)	1.375	(205)	1.170
	(116.250)	**(3.506)**	**(119.756)**

	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas, gerais e tributárias	2022
Materiais	(31.232)	-	(31.232)
Serviços de terceiros	(4.017)	(951)	(4.968)
Mão-de-obra e pessoal	(51.746)	(481)	(52.227)
Aluguéis e condomínios	(368)	-	(368)
Depreciações	(9.283)	(905)	(10.188)
Equipamentos*	(19.514)	-	(19.514)
Despesas tributárias	(53)	(812)	(865)
Gastos gerais	(7.865)	(55)	(7.920)
Provisões	(577)	(35)	(612)
	(124.655)	**(3.239)**	**(127.894)**

* Refere-se à locação de equipamentos.

** No montante de R$ 307 apresentados na despesa administrativa, R$ 295 referem-se a honorários de consultoria advocatícia associados conforme mencionado na nota 21.

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2023	2022
Alienação de ativos fixos e investimentos	58	-
Recuperação de impostos*	1.966	-
Outras receitas/despesas	(35)	-
Total	**1.989**	**-**

* Correspondem a créditos apurados relativos a pagamentos que a Administração da Sociedade entende ter efetuado a maior, referentes a contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.). Esses créditos foram objeto de compensação, em 2023, com os valores de outros tributos federais que deveriam ser recolhidos, através da emissão de várias DCOMP - Declaração de Compensação. Essa redução de passivos tributários, em contrapartida de Outras Receitas Operacionais, baseou-se no fato de até aquele momento haviam sido bem-sucedidos os pedidos administrativos e ações judiciais impetrados por diversos contribuintes, nos quais foi defendida a Tese de que, legalmente, tais contribuições deveriam estar limitadas, em sua base de cálculo, ao teto de 20 (vinte) salários-mínimos. Relativamente a essa questão, em 25 de outubro de 2023 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou e suspendeu (devido ao pedido de vistas de um dos juízes) o julgamento do Tema Repetitivo n.º 1079, no qual justamente se discutia a existência ou não de limitação na base de cálculo a ser usada para recolhimento das mencionadas contribuições parafiscais. Apenas um voto havia sido proferido até o momento da suspensão, pela Ministra relatora, e contrário à Tese da limitação da base de cálculo daquelas contribuições. Dias antes do início desse Julgamento, a Sociedade havia impetrado Mandado de Segurança junto ao Delegado da Receita Federal em São Paulo, em caráter liminar, objetivando a suspensão da exigibilidade da contribuição a terceiros devida ao INCRA, SESI, SENAI, SENAC entre outras do Sistema S, pleiteando a limitação da sua base de cálculo a 20 (vinte) salários-mínimos. A Liminar, no entanto, ainda aguarda manifestação do MM Juízo, provavelmente por tratar de tema ainda sendo objeto de apreciação através do Tema Repetitivo no. 1079, no âmbito do STJ. Honorários de consultoria advocatícia associados a essas iniciativas montaram em R$ 295 e estão registrados na rubrica Gastos Gerais (Nota 20). A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão, pelo que nenhuma correspondente provisão foi constituída para os valores dos tributos federais e acréscimos não recolhidos, o que está de acordo com as regras do CPC 25 e IAS 37.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimento sobre aplicação financeira	63	69
Juros e atualização monetária	3.505	2.448
Variação cambial	1.420	4.395
	4.988	6.912
Despesas financeiras:		
Variação cambial	(162)	-
Juros e despesas bancárias	(703)	(144)
Outras despesas	(14)	-
	(879)	(144)
	4.109	**6.768**

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.249	9.039
Adições (exclusões) – líquido	(1.177)	(342)
Lucro tributável	15.072	8.697
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(5.101)	(2.932)
Imposto diferido:		
Despesas temporárias:		
Provisão sobre multa do FGTS	(1.375)	568
Perdas em estoques	(27)	57
Provisão de impostos sobre importações de serviços a pagar	29	190
Provisão de contingências fiscais	204	11
(Reversão) e outras provisões	-	(792)
Base de cálculo:	(1.169)	34
Imposto de renda e contribuição social – diferido – 34%	(397)	12

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo:

Até Exercício de 2022	1.514
Exercício de 2023	(397)
	1.117

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à fiscalização pelas autoridades tributárias por um prazo de cinco anos a partir do arquivamento, que deve ocorrer até o dia 31 de julho do exercício subsequente ao de referência. Várias outras declarações de impostos federais, estaduais e municipais, contribuição previdenciária e similares também estão sujeitas à fiscalização por prazos variáveis de tempo, conforme as legislações aplicáveis. Como o sistema tributário brasileiro é complexo, cujas normas, inclusive, às vezes admitem mais de uma interpretação, como as relacionadas, por exemplo, com as regras de preços de transferência e a tributação de remessas para o exterior, aí incluídas as despesas com compartilhamento de custos, não há garantia de que as práticas fiscais adotadas pelos contribuintes sejam sempre aceitas pelas autoridades fiscais quando de eventual fiscalização.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Em 31 de dez

Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

CNPJ nº 28.758.086/0001-35

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	**32.130**	34.900
Contas a receber	4	**72.196**	90.600
Instrumentos financeiros derivativos	16	**158.753**	340.850
Impostos e contribuições a recuperar		**1.337**	611
Partes relacionadas	5	**824**	15
Outros ativos		**170**	1.046
Total do circulante		**265.410**	**468.022**
Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		**252**	78
Instrumentos financeiros derivativos	16	**107.974**	110.403
Direito de uso	6	**148**	–
Imobilizado	7	**127**	163
Intangível		**11**	11
Total do não circulante		**108.512**	**110.655**
Total do ativo		**373.922**	**578.677**

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**57.963**	72.160
Obrigações sociais e trabalhistas		**6.283**	3.911
Imposto de renda e contribuição social a pagar		**–**	656
Outros tributos a pagar		**3.425**	3.010
Adiantamento de clientes		**514**	435
Partes relacionadas	5	**646**	1.016
Instrumentos financeiros derivativos	16	**155.812**	338.998
Passivo de arrendamento	6	**68**	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	9	**1.878**	3.676
Total do circulante		**226.589**	423.862
Não circulante			
Impostos e contribuições diferidos	15	**5.034**	1.765
Adiantamento de clientes		**117**	173
Passivo de arrendamento	6	**87**	–
Instrumentos financeiros derivativos	17	**86.362**	**101.013**
Total do não circulante		**91.600**	**102.951**
Patrimônio líquido			
Capital social		**35.000**	35.000
Reserva de capital		**4.583**	4.583
Reserva de lucros		**16.150**	12.281
Total patrimônio líquido		**55.733**	**51.864**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**373.922**	**578.677**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.000	4.583	(914)	(13.551)	25.118
Lucro líquido do exercício	–	–	–	26.746	26.746
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	13.195	(13.195)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.000	4.583	12.281	–	51.864
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**3.869**	**3.869**
Constituição de reservas de lucros	**–**	**–**	**3.869**	**(3.869)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**35.000**	**4.583**	**16.150**	**–**	**55.733**

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	11	**539.631**	674.989
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	16	**12.471**	25.036
Custos de vendas de energia e serviços prestados	12	**(524.335)**	(648.728)
Lucro bruto		**27.767**	51.297
Despesas administrativas, comerciais e gerais	13	**(15.384)**	(12.734)
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(8.651)**	174
Total das receitas/(despesas) operacionais		**(24.035)**	(12.560)
Despesas financeiras	14	**(1.058)**	(1.196)
Receitas financeiras	14	**3.193**	2.657
Resultado financeiro, líquido		**2.135**	1.461
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**5.867**	40.198
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	**–**	(5.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**(1.998)**	(7.791)
Lucro líquido do exercício		**3.869**	26.746

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**3.869**	26.746
Total do resultado abrangente do exercício	**3.869**	26.746

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**3.869**	**26.746**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**43**	214
Amortização de direito de uso	**68**	67
Juros sobre passivo de arrendamento	**18**	4
Demais juros (incluindo juros sobre mútuos)	**367**	357
Marcação de marcado de instrumentos financeiros derivativos	**(13.311)**	(25.504)
Resultado de contratos futuros de energia elétrica PIS e COFINS diferidos	**1.271**	1.098
Tributos diferidos	**1.998**	7.791
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber	**18.404**	3.965
Impostos e contribuições a recuperar	**(900)**	6.308
Outros ativos	**876**	(433)
Transações com partes relacionadas	**(1.179)**	929
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	**(14.197)**	(15.287)
Adiantamentos de clientes	**23**	337
Obrigações sociais e tributárias	**3.357**	5.387
Outros passivos	**–**	(248)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(655)**	(5.177)
Pagamento de provisão para demandas judiciais e administrativas	**(2.736)**	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das/(aplicados nas) atividades operacionais	**(2.684)**	**6.554**
Das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	**(7)**	**(8)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(7)**	**(8)**
Das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	**(79)**	(74)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(79)**	**(74)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.770)**	**6.472**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**34.900**	28.428
No fim do exercício	**32.130**	34.900
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.770)**	**6.472**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Empresa"), constituída em 29 de setembro de 2017, tem como objetivo a comercialização de energia elétrica no mercado atacadista (compra e venda). A Empresa é controlada pela Comerc Participações S.A. A Empresa é uma sociedade empresária limitada e domiciliada no Brasil, cujo escritório principal é domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909 - 21º andar - Torre Norte, no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as principais políticas contábeis: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa em dar continuidade às suas atividades, não possuindo conhecimento de nenhuma incerteza material que pudesse gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Os membros da Administração da Empresa examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 9 de abril de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Empresa. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis. As principais estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras: provisão para demandas judiciais e administrativas, valor justo de instrumentos financeiros; realização do imposto de renda e contribuição social diferido (disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados). **2.5. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis da Empresa, descritas em detalhes a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras. 2.5.1. Instrumentos financeiros: *Ativos financeiros:* Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo Financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir: *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias. De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os saldos de caixa equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. *Contas a receber:* Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizada com base no regime de competência. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registradas pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidas das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável perda. *Contratos futuros de energia (compra e venda):* A Empresa possui um portifólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Empresa possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco. Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido à vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço da Empresa pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo desses derivativos são estimados com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo. O efeito no resultado dos exercícios é reconhecido na margem por se tratar de operação principal do segmento de comercialização de energia. *Passivo financeiros: Fornecedores:* Incluem compra de energia elétrica faturada e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência, bem como saldos a pagar relativos às prestações de serviços e compra de materiais. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos. 2.5.2. Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Nos exercícios apresentados, a Empresa não identificou eventos que possam indicar que os ativos não serão recuperados através das atividades operacionais futuras. 2.5.3. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras. 2.5.4. Resultado do exercício: *Reconhecimento de receitas:* A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A receita é reconhecida no momento da satisfação da obrigação de performance do fornecimento de energia, que é a única obrigação de performance identificada pela Empresa. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou que a Empresa espera receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Empresa reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis. *Custos de compra de energia:* As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado. Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados: • Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e • Com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa. Os custos de vendas são reconhecidos e mensurados: Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável e com base na associação direta da receita. 2.5.5. Imposto de renda e contribuição social: a) *Imposto de renda e contribuição social correntes:* A Empresa é tributada pela sistemática do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. No final do exercício, a Empresa contabiliza líquido os valores feitos a título de adiantamento de impostos ao longo do exercício com o saldo a pagar, demonstrando somente o saldo remanescente que será liquidado no exercício subsequente. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo de 10 anos. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados na Empresa "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem. 2.5.6. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Empresa não identificou perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões às normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo as principais: Alterações no IAS 8 (CPC 23), IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IAS 12 (CPC 32): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Definição de estimativas contábeis; • Divulgação de políticas contábeis; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação; e • Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois. Definição de estimativas contábeis: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. Divulgação de políticas contábeis: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras) e o IFRS *Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**367**	791
Aplicações financeiras	**31.763**	34.109
	32.130	34.900

O caixa da Empresa está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa referem-se às aplicações financeiras e correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxa média de 99,42% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (taxa média de 109,06% da variação do DI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber de clientes: Compostas basicamente por valores a vencer decorrentes de comercialização e venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento dos valores relativos à comercialização de energia é de aproximadamente 6 dias úteis após o faturamento.

	31/12/2023	31/12/2022
Cliente de energia - faturados	**14.676**	16.918
Clientes de energia - medidos e não faturados (a)	**57.520**	73.682
	72.196	90.600

(a) Os saldos de clientes "não faturados" são compostos pelas vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até o final do período e o faturamento ocorreu no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente ao consumo. A composição das contas a receber por idade de vencimento estão demonstradas abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**71.782**	90.581
Vencidos até 30 dias	**414**	19
	72.196	90.600

A Empresa adota o reconhecimento das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação do risco associado as operações. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não havia registrado saldos de provisão para recuperabilidade dos saldos das contas a receber visto não haver histórico de inadimplência.

5. Partes relacionadas: A seguir são apresentadas as principais transações e saldos:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Comerc Power Trading Ltda.	**834**	100
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**–**	16.713
Comerc Participações S.A.	**13.795**	–
Contas a receber (b)	**14.629**	16.813
Comerc Participações S.A..	**824**	–
Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	**–**	8
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda.	**–**	7
Partes relacionadas - outros ativos circulantes (a)	**824**	15

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.		13.540
Comerc Participações S.A.	**4.882**	–
Fornecedores (b)	**4.882**	13.540
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**–**	392
Comerc Participações S.A.	**646**	624
Outros passivos (a)	**646**	1.016
Total passivo circulante com partes relacionadas	**5.528**	14.556
Resultado do exercício	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas		
Venda de energia (b)		
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**106.071**	87.330
Comerc Participações S.A.	**53.696**	–
Comerc Power Trading Ltda.	**9.816**	384
Compra de energia (b)		
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**(38.298)**	(58.322)
Comerc Participações S.A.	**(19.353)**	–
Efeito no resultado	**111.932**	29.392

(a) Despesas operacionais comuns a todas as empresas alocadas na Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. agora incorporada pela Comerc Participações S.A. e pendentes de ressarcimentos pelas demais empresas do Grupo. Por se tratar de compartilhamento de despesas, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam. Por esse motivo, não constam no resultado das Empresas como transações entre partes relacionadas. (b) Transações de compra e venda de energia. Em 13 de setembro de 2023, foi realizada Assembleia Extraordinária da Empresa, na qual foi aprovada a incorporação da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. pela Comerc Participações S.A. Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2023	2022
Remuneração fixa anual	**2.234**	1.088
Total	**2.234**	1.088

6. Direito de uso e passivo de arrendamento: A Empresa possui arrendamentos com a natureza de locação de imóveis e equipamentos e prestação de serviços, utilizando cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento. A taxa incremental de captação, aplicável à carteira de ativos arrendados. Por meio desta metodologia a Empresa obteve uma taxa média de 10,0% a.a. Os arrendamentos contratados pela Empresa são apresentados abaixo:

	Taxa média	Prazo máximo	Quantidade contrato	Direito de uso 31/12/2023	Direito de uso 31/12/2022	Arrendamento 31/12/2023	Arrendamento 31/12/2022
Aluguel	10%	fev/26	1	**148**	–	**155**	–
Total			1	**148**	**–**	**155**	**–**
Circulante						**68**	–
Não circulante						**87**	–
						155	**–**

	Direito de uso 31/12/2023	Direito de uso 31/12/2022	Arrendamento 31/12/2023	Arrendamento 31/12/2022
Saldo inicial	**–**	62	**–**	65
Depreciação	**(68)**	(67)	**–**	–
Juros	**–**	–	**18**	4
Pagamentos	**–**	–	**(79)**	(74)
Remensuração	**216**	5	**216**	5
Saldo final	**148**	**–**	**155**	**–**

Informações adicionais: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Principal	Juros	Total
até 1 ano	**82**	**(14)**	**68**
até 2 anos	**76**	**(2)**	**74**
até 3 anos	**13**	**–**	**13**
Total	**171**	**(16)**	**155**

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características de seus contratos.

7. Imobilizado: Composição do ativo imobilizado:

Descrição	Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Ativo imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	10%	**25**	**(8)**	**17**	18
Móveis e utensílios	10%	**58**	**(19)**	**39**	45
Equipamentos de processamento de dados	20%	**182**	**(111)**	**71**	100
Benfeitorias em imóveis	49%	**398**	**(398)**	**–**	–
Ativo imobilizado em andamento					
Imobilizado em andamento		**–**	**–**	**–**	–
		663	**(536)**	**127**	163

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Ativo imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	24	**–**	**1**	**25**
Móveis e utensílios	58	**–**	**–**	**58**
Equipamentos de processamento de dados	176	**–**	**6**	**182**
Benfeitorias em imóveis	398	**–**	**–**	**398**
(–) Depreciação acumulada	(493)	**(43)**	**–**	**(536)**
Ativo imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	**–**	**7**	**(7)**	**–**
	163	**(36)**	**–**	**127**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2021	Adições	Transferência	31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	24	–	–	24
Móveis e utensílios	58	–	–	58
Equipamentos de processamento de dados	166	–	10	176
Benfeitorias em imóveis	398	–	–	398
(-) Depreciação acumulada	(279)	(214)	–	(493)
Ativo imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	2	8	(10)	–
	369	(206)	–	163

8. Fornecedores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de energia	**57.946**	72.126
Demais fornecedores	**17**	34
	57.963	72.160

9. Provisão para demandas judiciais, administrativas e outras: A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Empresa revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Natureza	31/12/2022	Pagamentos	Atualizações	Transferências (b)	31/12/2023
Tributária - PIS e COFINS(a)	3.676	**(2.736)**	**367**	**571**	**1.878**
Total circulante	3.676	**(2.736)**	**367**	**571**	**1.878**
Natureza	**31/12/2021**		**Atualizações**		**31/12/2022**
Tributária - PIS e COFINS (a)	3.319		357		3.676
Total circulante	3.319		357		3.676

(a) A Empresa havia aderido ao regime especial de tributação do PIS e COFINS conforme estabelecido pelo artigo 47 da Lei nº 10.637, de 30.12.2002 ("Lei 10.637/02"). Como há incerteza quanto à base a ser utilizada, a Administração sempre acompanhou o risco com pareceres legais. Ao longo de 2021, foi identificado um aumento no risco, havendo a necessidade de recalcular o impacto retroativamente considerando a não cumulatividade para suas operações. Em novembro de 2023, a Empresa efetuou pagamento no montante de R$ 2.736, referente aos autos de infração dos períodos de 2020 e 2021. A Empresa continua aguardando o desfecho dos autos de infração de exercícios anteriores. Os saldos são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. (b) Valores reclassificados para a rubrica de impostos a recuperar com expectativa de compensação ao longo de 2024. Provisão para contingências - casos possíveis: Não existem casos possíveis referente a contingências a serem divulgados em 2023 e 2022.

10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Empresa era de R$ 35.000 composto por 35.000.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada. No exercício findo em

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Newcom Comercialização de Energia Elétrica Ltda. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Expectativa de realização do ativo fiscal registrado: As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Empresa e de suas controladas e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

	Ativo fiscal diferido
2024	4.680
2025	558
Total	**5.238**

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: Gerenciamento de riscos: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Adicionalmente a Empresa não incorreu em reclassificação de categoria de seus instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. Instrumentos financeiros por categoria valor de justo: O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos. O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Mensurados a valor justo por meio do resultado	Hierarquia	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	Nível 2	**266.727**	451.253
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	Nível 2	**242.174**	439.381
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa		**32.130**	34.900
Contas a receber		**72.196**	90.600
Partes relacionadas		**824**	15
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores		**57.963**	72.160
Passivo de arrendamento		**155**	–
Partes relacionadas		**646**	1.016

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Abertura dos instrumentos financeiros derivativos (mensurados a valor justo por meio do resultado):

	31/12/2023	31/12/2022
Contratos futuros de comercialização de energia	**25.614**	11.872
SWAP - outros	**(1.061)**	(630)
	24.553	11.242
Ativo circulante	**158.753**	340.850
Ativo não circulante	**107.974**	110.403
Passivo circulante	**(155.812)**	(338.998)
Passivo não circulante	**(86.362)**	(101.013)

Contratos futuros de comercialização de energia: A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Essas transações resultaram em ganho e perda com excedente de energia para Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, está demonstrada abaixo:

Valor justo contratos futuros de comercialização de energia	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	**158.753**	340.850
Ativo não circulante	**107.974**	110.403
Passivo circulante	**(155.268)**	(338.998)
Passivo não circulante	**(85.845)**	(100.383)
	25.614	11.872
(–) PIS e COFINS diferidos	**(2.369)**	(1.098)
Total do ativo líquido	**23.245**	10.774
Efeito no resultado do exercício	**12.471**	25.036

A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2038. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor justo dos contratos de compra e venda de energia da Empresa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Utilizamos os preços definidos internamente pela Empresa na última semana do mês de dezembro, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato. **16.1. Considerações sobre riscos:** As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: a) Risco de crédito: A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, sem concentração de investimentos em único grupo econômico. Com relação a contas a receber de clientes, A Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuo. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber. b) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) estão mencionadas na Nota nº 3. c) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado. A Empresa não possui operações em moeda estrangeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. d) Risco de estrutura de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna. e) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2023 passivos com risco de liquidez. A expectativa é que os passivos sejam liquidados em até 1 ano. **16.2. Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros:** A Empresa efetua análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do exercício, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia: O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado em 31 de dezembro de 2023, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Empresa entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Variação no preço	Base 31/12/2023	Cenários projetados Cenário 1 (25%)	Cenários projetados Cenário 2 (50%)
Ganhos não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	**25.614**	**(13.971)**	**(53.556)**
	Queda	**25.614**	**65.120**	**103.545**

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias: A Empresa desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. No caso da Empresa, somente o ativo de caixa e equivalentes de caixa está sujeito a tal risco. Para o cenário-base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31 de dezembro de 2023 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 9,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen. Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

Indexadores		Base 31/12/2023	Cenário I (50%) 4,50%	Cenário II (25%) 6,75%	Cenário Provável 9,00%	Cenário III 25% 11,25%	Cenário IV 50% 13,50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	**32.130**	**1.446**	**2.169**	**2.892**	**3.615**	**4.338**

Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Empresa consiste em passivos financeiros e caixa e equivalentes de caixa. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

17. Cobertura de seguros: A Empresa tem como política contratar cobertura de seguros para responsabilidade civil, seguros para determinados veículos e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. O resumo da apólice vigente em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Tipo	Valor do Principal	Vigência Início	Vigência Fim
Seguro garantia	**4.014**	01/01/2023	23/04/2024

18. Eventos subsequentes: Em 28 de março de 2024, a controladora Comerc Participações S.A. celebrou um Acordo de Associação e Outras Avenças" com a Copersucar S.A. ("Copersucar"), para formação de uma *Joint Venture*, para comercialização de energia elétrica no mercado livre de energia ("Operação"), por meio da Companhia. Após a conclusão da Operação, a Companhia atuará de forma independente e em modelo de plataforma aberta, com foco no mercado livre de energia, e terá seu capital e controle igualmente divididos entre Companhia e Copersucar. A conclusão da Operação ainda se encontra sujeita à implementação de determinadas condições precedentes usuais para esse tipo de negócio, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e órgãos regulatórios.

A Diretoria

Contador - Renato Resende Paes - 1SP308201/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da **Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

EY Building a better working world

VALID SOLUÇÕES S.A.
CNPJ Nº 33.113.309/0001-47

Edital de Segunda Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Valid Soluções S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em segunda convocação no dia 29 de abril de 2024, às 14:00, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia:** (i) A proposta de alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma da proposta divulgada pela administração da Companhia ("Proposta da Administração"). **Informações Gerais:** 1. A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE" ou "Assembleia") será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22 e do Manual para Participação, divulgado pela Companhia no endereço eletrônico www.ri.valid.com. 2. Em decorrência do disposto no parágrafo acima, a participação do acionista ocorrerá mediante o acesso da plataforma digital ("Plataforma Digital"), disponibilizada através do link (https://assembleia.ten.com.br/018149836) também disponível no site de relações com Investidores da Companhia www.ri.valid.com. 2.1. O acionista que desejar participar via Plataforma Digital, poderá: (a) participar da Assembleia, independentemente de ter enviado ou não o boletim de voto a distância ("Boletim"); ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que quanto ao Acionista que tenha enviado o Boletim e que, caso vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim serão desconsideradas pela mesa, seguindo o disposto no Art. 28, parágrafo 2º, inciso II, da Resolução CVM 81/22. 2.2. Com relação ao procedimento para participar via Plataforma Digital da Assembleia, o Acionista, ao acessar a página citada acima, deverá preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para habilitar sua participação e/ou voto na Assembleia, com no mínimo de 2 (dois) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, ou seja, 25 de abril de 2024. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por meio do e-mail utilizado para o seu cadastro, o login e senha individual para acessar a Plataforma Digital. 3. A Companhia esclarece que na forma do parágrafo único do art. 49 da Resolução CVM 81/22, as instruções de voto referentes à ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária recebidas pela Companhia por meio de boletim de voto à distância por ocasião da realização da referida Assembleia em primeira convocação serão validamente consideradas para a realização da AGE em segunda convocação. 4. Encontram-se à disposição dos acionistas, no site de Relações com Investidores (http://ri.valid.com/pt-br/), bem como no site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias previstas na Ordem do Dia acima. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Sidney Levy -** Presidente do Conselho de Administração.

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017
Companhia aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de setembro de 2021. 1. Data, Hora e Local: Realizada às 14:00 horas do dia 06 de setembro de 2021, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através de endereço disponibilizado aos membros do Conselho de Administração da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 10, §2º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Alberto Coppola Bove, Marcos Navajas e Fábio Navajas. **3. Composição da Mesa:** Sr. Marcos Navajas, Presidente da Mesa e Sr. José Carlos Rodrigues Rosa, Secretário. **4. Ordem do Dia: (i)** Apreciação da renúncia apresentada pelo Sr. Joedir Dilson do Lago ao cargo de Diretor Técnico; **(ii)** Eleição de novos membros da diretoria da Companhia; **(iii)** Consolidação da composição da nova Diretoria da Companhia; e **(iv)** Alteração da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ao Mercado. **5. Deliberações:** O Conselho de Administração deliberou e aprovou, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o quanto segue: **a)** Receber e aceitar a renúncia do Sr. Joedir Dilson do Lago ao cargo de Diretor Técnico, outorgando-lhe a mais plena, ampla e geral quitação em relação a todos os seus atos como diretor. Eleger os membros da Diretoria, sendo eleito: **(i)** o Sr. Fabio de Almeida Navajas, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 21.471.072, inscrito no CPF/MF sob n.º 294.890.518-45, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Honduras 174, Jardim Paulista, para ocupar, o cargo de Diretor Técnico, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data; **(ii)** o Sr. Marcos Navajas, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.471.071-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 273.130.558-46, com escritório na Rua Joaquim Floriano, 466, Ed. Corporate, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo, SP, para ocupar os cargos de Diretor Administrativo, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Operações, Diretor de Recursos Humanos e Diretor de Relacionamento com Investidores, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data; Os Diretores eleitos, presentes nessa reunião do Conselho de Administração aceitam, nesta data, os cargos para os quais foram eleitos, assinando o respectivo termo de posse. Declaram, ainda, para os devidos fins, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1°, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **c)** Ratificar e consolidar a nova composição da Diretoria da Companhia, que será composta da seguinte forma: **(i)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Administrativo; **(ii)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Econômico-Financeiro; **(iii)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Relacionamento com Investidores; **(iv)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Operações; **(v)** Marcos Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor de Recursos Humanos; e **(vi)** Fabio de Almeida Navajas, acima qualificado, ocupará o cargo de Diretor Técnico. **d)** Alterar a Política de Divulgação de Fato ou Ato Relevante ao Mercado, de modo a possibilitar a divulgação de fato ou ato relevante ao mercado através da publicação em portal de notícias com página na rede mundial de computadores no domínio www. http://capitalpartparticipacoes.mzweb.com.br/index_pt.htm, nos termos do inciso II, do §4º, do art. 3º, da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002. Para tanto, modificando o item 3.3. da Política de Divulgação de Fato ou Ato Relevante ao Mercado, que passará a conter a seguinte redação: *"3.3. Dever de divulgar informação relevante. O Diretor de Relações com investidores da **CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.**, deverá divulgar e comunicar à CVM, às bolsas de valores e á entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários sejam admitidos á negociação. Todas as informações sobre ato ou fato relevante serão centralizadas na Diretoria de Relações com Investidores, devendo os administradores, acionistas controladores, conselheiros fiscais, funcionários e membros dos demais órgão com funções técnicas ou consultivas comunicar ato ou fato relevante que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado no país ou no exterior. A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida, contendo os elementos mínimos necessários à sua compreensão e a indicação dos endereços na rede mundial de computadores – Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido á CVM, e se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da **CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.** sejam negociados."* **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas dos Membros do Conselho de Administração Presentes: Alberto Coppola Bove; Marcos Navajas; e Fábio Navajas.** São Paulo, 06 de setembro de 2021. *A presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* **José Carlos Rodrigues Rosa -** Secretário. JUCESP nº 219.307/22-2 em 02/05/2022.

R-Crio Criogenia S/A
CNPJ (MF) nº 19.208.189/0001-30

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Balanço Patrimonial	2022	2021
Ativo/Ativo circulante		
Disponível		
Caixa	3.801,82	3.834,96
Bancos conta movimento	109.671,66	87.820,46
Aplicações financeiras	–	–
Contas a receber		
Clientes	703.002,76	685.981,87
Adiantamentos		
Adiantamento a fornecedores	84.914,51	58.370,58
Adiantamento a funcionários	865,42	2.283,25
Estoques		
Estoques	1.257.217,82	647.148,76
Impostos a recuperar a compensar	127.038,76	88.340,27
Outros valores a receber	112.279,00	113.236,12
Despesas pagas antecipadamente	3.392,79	3.446,77
Total do ativo circulante	**2.402.184,54**	**1.690.463,04**
Ativo não circulante		
Empréstimos	**658,73**	**2.105,69**
Juros s/empréstimos BNDES	658,73	2.105,69
Imobilizado	**1.019.521,02**	**1.233.862,69**
Custo dos bens	4.033.348,17	3.971.582,00
(–) Depreciação/amortização acumulada	(3.013.827,15)	(2.737.719,31)
Intangível	**510.655,52**	**531.266,39**
Custo do intangível	696.769,45	675.153,45
(–) Depreciação/amortização acumulada	(186.113,93)	(143.887,06)
Total do ativo não circulante	**1.530.835,27**	**1.767.234,77**
Total do ativo	**3.933.019,81**	**3.457.697,81**

Balanço Patrimonial	2022	2021
Passivo/Passivo circulante		
Fornecedores nacionais	226.637,79	191.336,37
Obrigações trabalhistas	65.634,95	49.821,75
Obrigações tributárias	29.292,26	26.705,47
Adiantamento de clientes	1.839.588,80	1.538.599,42
Receitas diferidas	–	–
Outras contas a pagar	156.727,34	166.746,54
Total do passivo circulante	**2.317.881,14**	**1.973.209,55**
Passivo não circulante		
Empréstimo BNDES - LP	–	10.318,02
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.617.458,50	34.532.458,50
Total do passivo não circulante	**5.617.458,50**	**34.542.776,52**
Patrimônio líquido		
Capital social	44.600.000,00	10.100.000,00
Capital social	51.600.000,00	17.100.000,00
(–) Capital a integralizar	(7.000.000,00)	(7.000.000,00)
Prejuízos acumulados	(48.602.319,83)	(43.158.288,26)
Total do patrimônio líquido	**(4.002.319,83)**	**(33.058.288,26)**
Total do passivo	**3.933.019,81**	**3.457.697,81**

Demonstrativo do Resultado Líquido do Exercício

	2022	2021
Receita bruta de vendas	**2.152.764,16**	**1.730.983,97**
Prestação de serviços	2.152.764,16	1.730.983,97
Ajuste da receita de venda de serviço	–	12.832,53
(–) Deduções da receita bruta	**(258.281,55)**	**(223.844,99)**
(–) Impostos sobre vendas	**(272.898,81)**	**(223.844,99)**
ISS S/vendas	(107.638,17)	(86.549,20)
COFINS S/vendas	(135.788,08)	(112.809,60)
PIS S/vendas	(29.472,56)	(24.486,19)

Demonstrativo do Resultado Líquido do Exercício

	2022	2021
Ajuste ISS S/vendas	–	–
Ajuste COFINS S/vendas	–	–
Ajuste PIS S/vendas	–	–
(–) Devoluções/abatimentos	**14.617,26**	**–**
Cancelamento de serviços	14.617,26	–
Perda por cancel. contratual	–	–
Cancelamento de serviços Standard	–	–
Receita líquida de vendas	**1.894.482,61**	**1.519.971,51**
Custos dos serviços vendidos	**(101.717,77)**	**(90.270,00)**
Custos dos produtos/serviços vendidos	(101.717,77)	(90.270,00)
Ganhos/perdas inventário	–	–
Resultado bruto operacional	**1.792.764,84**	**1.429.701,51**
Despesas operacionais	**(7.205.884,98)**	**(6.333.254,86)**
Despesas com pessoal	(1.461.803,75)	(1.317.785,88)
Serviços contratados	(5.170.703,65)	(4.354.586,14)
Despesas gerais	(550.771,19)	(652.210,76)
Despesas tributárias	(22.606,39)	(8.672,08)
Resultado líquido operacional	**(5.413.120,14)**	**(4.903.553,35)**
Resultado financeiro	**42.344,46**	**(54.754,68)**
Receitas financeiras	(36.780,45)	44.827,47
Despesas financeiras	79.124,91	(99.582,15)
Outras receitas/despesas	**(73.255,89)**	**(73.255,89)**
Resultado antes da provisão P/IRPJ e CSLL	**(5.444.031,57)**	**(5.031.563,92)**
Provisão P/imposto de renda e contribuição social	–	–
Provisão para imposto de renda	–	–
Provisão para contribuição social	–	–
Resultado líquido do período	**(5.444.031,57)**	**(5.031.563,92)**

Diretoria: José Ricardo M. Ferreira - Administrador - CPF 003.545.747-36

Contador: Marcelo Augusto P. Ferreira - CRC 1SP327648O-5 - CPF 351.887.548-51

R-Crio Criogenia S/A
CNPJ (MF) nº 19.208.189/0001-30

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Ativo circulante		
Disponível		
Caixa	3.410,44	3.801,82
Bancos conta movimento	180.677,40	109.671,66
Aplicações financeiras	–	–
Contas a receber		
Clientes	750.365,06	703.002,76
Adiantamentos		
Adiantamento a fornecedores	124.005,65	84.914,51
Adiantamento a funcionários	2.273,22	865,42
Estoques		
Estoques	1.570.146,38	1.257.217,82
Impostos a recuperar a compensar	172.022,61	127.038,76
Outros valores a receber	112.279,00	112.279,00
Despesas pagas antecipadamente	237.004,38	3.392,79
Total do ativo circulante	**3.152.184,14**	**2.402.184,54**
Ativo não circulante		
Empréstimos	**–**	**658,73**
Juros S/empréstimos BNDES	–	658,73
Imobilizado	**626.354,96**	**1.019.521,02**
Custo dos bens	4.055.216,37	4.033.348,17
(–) Depreciação/amortização acumulada	(3.428.861,41)	(3.013.827,15)
Intangível	**532.991,62**	**510.655,52**
Custo do intangível	749.824,41	696.769,45
(–) Depreciação/amortização acumulada	(216.832,79)	(186.113,93)
Total do ativo não circulante	**1.159.346,58**	**1.530.835,27**
Total do ativo	**4.311.530,72**	**3.933.019,81**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo/Passivo circulante		
Fornecedores nacionais	275.625,42	226.637,79
Obrigações trabalhistas	85.058,35	65.634,95
Obrigações tributárias	39.959,11	29.292,26
Adiantamento de clientes	2.894.679,50	1.839.588,80
Receitas diferidas	–	–
Outras contas a pagar	752.746,16	156.727,34
Total do passivo circulante	**4.048.068,54**	**2.317.881,14**
Passivo não circulante		
Empréstimo BNDES - LP	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.641.458,50	5.617.458,50
Total do passivo não circulante	**12.641.458,50**	**5.617.458,50**
Patrimônio líquido		
Capital social	44.600.000,00	44.600.000,00
Capital social nacional	51.600.000,00	51.600.000,00
(–) Capital a integralizar	(7.000.000,00)	(7.000.000,00)
Prejuízos acumulados	(56.977.996,32)	(48.602.319,83)
Total do patrimônio líquido	**(12.377.996,32)**	**(4.002.319,83)**
Total do passivo	**4.311.530,72**	**3.933.019,81**

**Demonstrativo do Resultado

EMPA S.A. SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CNPJ 17.159.856/0001-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 062.012061.0034

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.219	48.402
Contas a receber de clientes	5	58.200	31.689
Estoques		119	131
Impostos a recuperar	6	7.448	10.440
Adiantamento a fornecedores		459	757
Partes relacionadas	8	83.613	64.218
Depósitos judiciais		-	2.403
Outros créditos	7	29.803	21.764
Total do ativo circulante		211.861	179.804
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	-	5.350
Impostos diferidos	20	2.627	5.562
Partes relacionadas	8	669	669
Outros créditos	7	7.627	2.008
Imobilizado e intangível	9	79.197	15.417
Total do ativo não circulante		90.120	29.006
TOTAL DO ATIVO		301.981	208.810

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	17.653	18.365
Empréstimos e financiamentos	11	55.952	29.451
Passivo de arrendamentos		608	584
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.015	5.822
Impostos e contribuições a recolher		2.853	3.720
Adiantamentos de clientes	12	12.784	16.450
Partes relacionadas	8	15.736	8.158
Outros passivos e provisão	14	22.129	8.823
Total do passivo circulante		134.730	91.373
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	19.271	1.356
Passivo de arrendamentos		910	493
Provisões contenciosas	13	4.433	3.836
Outros passivos e provisões	14	5.007	5.991
Total do passivo não circulante		29.621	11.676
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		120.000	120.000
Reservas de lucros		17.630	(14.239)
Total do patrimônio líquido		137.630	105.761
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.		301.981	208.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**120.000**	**-**	**-**	**(21.941)**	**98.059**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.702	7.702
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**120.000**	**-**	**-**	**(14.239)**	**105.761**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.869	31.869
Constituição de reserva legal	-	1.593	-	(1.593)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	16.037	(16.037)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**120.000**	**1.593**	**16.037**	**-**	**137.630**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Empa S.A. Serviços de Engenharia ("Companhia"), constituída em 31 de agosto de 1956 com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, Torre Norte – 2º Andar – Brooklin - São Paulo/SP, possui por objeto atuar na indústria da construção civil, implantação e pavimentação de rodovias e vias urbanas, construção de ferrovias, pontes, viadutos, túneis, barragens, aeroportos, portos, montagens mecânicas e industriais, aluguel de equipamentos, obras em concreto armado, obras metroviárias, hidrelétricas e termoelétricas, obras de saneamento, empreendimentos imobiliários, obras hidráulicas e de irrigação, edificações em geral, obras urbanas, concessão de serviços públicos, incluindo rodovias, energia, exploração de hidrocarbonetos, saneamento, distribuição de água, limpeza urbana, industrial, metrô, coleta de lixo, aterros sanitários, arrendamentos e explorações comerciais em geral, prestação de serviços nas áreas de gestão de projetos, planejamento, gestão global, análise, diagnóstico, condução e manutenção técnica em todo tipo de edifícios, empreendimentos e instalações, designadamente desportivas, imobiliárias e industriais, remodelações, instalações técnicas especiais, principalmente na área da eletricidade, eletromecânica, aquecimento, ventilação, refrigeração, ar condicionado, instalações técnicas associadas, energias renováveis e outras conexas, bem como quaisquer outras atividades privativas da engenharia civil, podendo fazer importações e exportações para uso próprio e participar de outras sociedades, consórcios, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Companhia é uma empresa do Grupo Teixeira Duarte, de Portugal, que é controlada pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e possui como controlador final a Teixeira Duarte, S.A. **1.1. Consórcios** - A Sociedade participa em diversos Consórcios, cujos montantes de seus ativos e passivos, bem como de suas receitas e despesas, estão linha a linha e proporcionalmente a participação da Sociedade, considerados nas demonstrações financeiras, como segue: • Consórcio Santa Rita, constituído em 01 de agosto de 2019, com participação de 23,57% na fase de I Mina, 33,33% na fase II Mina e fase III Barragem, e que teve por objetivo a prestação de serviço de perfuração e desmonte de rochas com explosivos, escavação, carga, transporte, descarga de minério e estéril, espalhamento e conformação do material transportado, serviços de infraestrutura geral e serviços eventuais por meio de utilização de máquinas e equipamentos, serviço de alteamento da barragem, além de serviços eventuais por meio de utilização de máquinas e equipamentos;(B100380 / B100383). • Consórcio Mota-EMPA-Concresolo - Rodovia BR-101/BA, constituído em 28 de agosto de 2014, com participação de 48,25%, e que tem por objetivo a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação e restauração com melhoramento, da rodovia BR-101/BA - lote 01 e 02; (B100323). • Consórcio Amorim Barreto-EMPA-Patrol-Basitec - Rodovia BR-116/BA - Feira de Santana, constituído em 19 de fevereiro de 2015, com participação de 48,50%, e que tem por objetivo a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de arte especiais, na rodovia BR- 116/BA - lote 06; (B100374). • Consórcio Fronteiras, constituído em 10 de dezembro de 2021, com participação de 45,95%, e que tem por objetivo a execução das obras remanescentes para a construção da Barragem Fronteiras no município de Crateús-CE; (B100386)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - 2.1 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no curso normal do negócio, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração avalia regularmente a capacidade da Sociedade em dar continuidade normal às suas atividades operacionais. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Moeda funcional e de apresentação - A moeda funcional da Sociedade é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.2 Resumo das principais práticas contábeis** - 2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 4. 2.2.2 Contas a receber de clientes - Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos faturados e ajustados pelo reconhecimento da receita em virtude da evolução de cada obra. São ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgada necessária, é registrada perda por redução ao valor recuperável, com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente, e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.2.3 Estoques - Os estoques de almoxarifado são apresentados pelo custo médio de aquisição. O custo médio de aquisição corresponde ao preço de compra deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável. A provisão para perdas nos estoques corresponde a estimativa de perda apurada pela Sociedade. 2.2.4 Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição ou construção e acrescido dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção de bens, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Custos posteriores à aquisição são capitalizados se aumentarem os futuros benefícios econômicos do ativo específico com que se relacionam. Outros gastos que não cumprirem com essa condição são reconhecidos no resultado conforme forem incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 2.2.5 Intangível - A avaliação da vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados de acordo com o prazo de vida útil estimado. Gastos subsequentes apenas são capitalizados quando aumentarem os futuros benefícios econômicos dos ativos a eles vinculados. Nos demais casos é feita apropriação direta ao resultado conforme os gastos forem incorridos. 2.2.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*) - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, em especial, o imobilizado e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados ajustes ao valor recuperável de ativos. 2.2.7 Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os outros ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. 2.2.8 Provisões - Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.9 Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, sob condições correntes de mercado, em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício. Ativos financeiros - A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou c) For um derivativo que não seja designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixo que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. (iii) Empréstimos e Recebíveis: representam contas a receber e outras contas a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. (iv) Ativos financeiros "Disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "Disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Outros passivos financeiros: incluindo fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do passivo financeiro. 2.2.10 Contratos de prestação de serviços de construção - A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de aditivos contratuais. A receita do contrato é reconhecida no resultado de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos para fazer frente aos custos reconhecidos como resultado no período em que são incorridos. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo na rubrica "Contas a receber de clientes". Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". 2.2.11 Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. 2.2.12 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados, respectivamente, às alíquotas de 15%, com adicional de 10% quando exceder R$240, e de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de imposto de renda e contribuição social e diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS - Julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e as incertezas relativas a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas demonstrações financeiras, que envolvem risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício estão a seguir apresentadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Adicionalmente, há o uso de estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos e perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros e desembolsos futuros tidos como prováveis. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e o impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	903	400
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	31.316	48.002
Total	32.219	48.402

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com remuneração média de 87,50% do CDI (102,50% do CDI em 2022) para as quais inexistem multas ou outras restrições para seu resgate imediato.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023	31/12/2022
Prestação de serviços faturados (a)	8.153	21.915
Prestação de serviços a faturar	44.836	19.288
Prestação de serviços - consórcios	5.045	415
Prestação de serviços - cauções	206	2.342
Provisão para perdas	(40)	(6.921)
Total	58.200	37.039

(a) Refere-se, basicamente, a faturas próprias da Sociedade bem como o percentual de recebíveis em cada Consórcio em que participa, com vencimentos em até 30 dias, cujos valores foram substancialmente recebidos em janeiro de 2024.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.654	4.750
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	920	2.431
Programa de Integração Social – PIS	247	262
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	923	991
Instituto Nacional Seguridade Social – INSS	702	1.543
Outros	2	463
Total	7.448	10.440

7. OUTROS CRÉDITOS - Refere-se a gastos com seguros e gastos com equipamentos em comodato que são apropriados ao resultado conforme o período de vigência dos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Cauções de aluguel	487	397
Despesas antecipadas	1.026	1.012
Contas a receber de consórcios	28.905	15.391
Aquisição de consórcios	988	6.555
Outros	6.024	417
Total	37.430	23.772
Circulante	29.803	21.764
Não circulante	7.627	2.008

8. PARTES RELACIONADAS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos no balanço patrimonial apresentam os seguintes valores:

Ativo	2023				2022			
	Contas a receber (a)	Mútuo a receber (b)	Outras contas a receber (c)	Total	Contas a receber (a)	Mútuo a receber (b)	Outras contas a receber (c)	Total
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A.	-	6.687	-	**6.687**	-	-	-	**-**
Gongoji Montante Energia S.A.	-	-	32	**32**	32	-	-	**32**
Paredão de Minas Energia S.A.	-	1.047	139	**1.186**	139	900	-	**1.039**
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	-	8	**8**	32	-	-	**32**
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	64	**64**	13	-	-	**13**
TDO - Investimento e Gestão S.A.	-	-	519	**519**	519	-	-	**519**
Alvorada Petróleo S.A.	-	-	4.643	**4.643**	-	-	-	**-**
TDSP - Fernandes Moreira Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	**-**	-	-	1	**1**
TDSP - Participações Ltda.	-	17.846	-	**17.846**	1	56.892	-	**56.893**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	627	2.058	-	**2.685**	-	2.066	627	**2.693**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	45.741	1.206	**46.947**	-	-	-	**-**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Co)	2.793	-	451	**3.244**	451	-	2.835	**3.286**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Sas Co)	42	-	-	**42**	-	-	-	**-**
TDGP II, S.A.	-	-	379	**379**	379	-	-	**379**
	3.462	**73.379**	**7.441**	**84.282**	**1.566**	**59.858**	**3.463**	**64.887**
Circulante				83.613				64.218
Não circulante				669				669

(a) refere-se substancialmente a faturas de venda de ativos imobilizados entre empresas do grupo. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m. com vencimento até 2026. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

Passivo	2023				2022			
	Contas a pagar (a)	Mútuo a pagar (b)	Outras contas a pagar (c)	Total	Contas a pagar (a)	Mútuo a pagar (b)	Outras contas a pagar (c)	Total
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A. (Suc Br)	-	3.560	-	**3.560**	2	3.569	-	**3.571**
Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias Ltda.	-	-	6	**6**	-	-	-	**-**
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	31	**31**	19	-	5	**24**
TDSP – Participações Ltda.	-	-	1.514	**1.514**	1.319	-	-	**1.319**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	27	-	37	**64**	-	-	700	**700**
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	-	4.499	**4.499**	1.439	-	-	**1.439**
Teixeira Duarte S.A (Matriz)	1.164	-	-	**1.164**	-	-	1.076	**1.076**
Alvorada Petróleo S/A	-	-	700	**700**	29	-	-	**29**
ALE Participações Societárias S.A.	-	-	4.198	**4.198**	-	-	-	**-**
	1.191	**3.560**	**10.985**	**15.736**	**2.808**	**3.569**	**1.781**	**8.158**
Circulante				15.736				8.158

(a) refere-se substancialmente a faturas de serviços financeiros, administrativos e gerenciais rateados com as empresas Matrizes. (b) os mútuos entre empresas vinculadas são corrigidos pela SELIC acrescidos de um spread de 0,15% a.m.com prazo previsto de pagamento até 2024. (c) refere-se substancialmente a transferências de custos entre empresas vinculadas e rateio dos serviços financeiros-administrativos e outros reembolsos de custos.

Transações nas demonstrações do resultado do exercício:

	31 de dezembro de 2023				
	Vendas	Serviços	Despesas e repasses	Juros	Total
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A. (Suc Br)	3	-	-	591	594
EMPA S/A Serviços de Engenharia	-	-	-	-	-
TDGI - Tecnologia e Gestão de Imóveis S.A.	1	-	-	-	1
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	-	-	-
TDSP - Participações Ltda.	-	(2.856)	-	9.594	6.738
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	141	-	-	(8)	133
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Co)	-	-	-	-	-
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	(3.353)	(1.470)	3.599	(1.224)
Teixeira Duarte S.A.	-	-	-	-	-
Alvorada Petróleo S/A	-	-	-	-	-
Total	**145**	**(6.209)**	**(1.470)**	**13.776**	**6.242**

	31 de dezembro de 2022				
	Vendas	Serviços	Despesas e repasses	Juros	Total
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas S.A. (Suc Br)	-	-	1	(462)	(461)
EMPA S/A Serviços de Engenharia	-	-	1	123	124
TDGI - Tecnologia e Gestão de Imóveis S.A.	-	-	9	-	9
TDGI Facilites e Manutenção de Instalação Ltda.	-	-	-	79	79
TDSP - Participações Ltda.	-	(2.247)	-	7.836	5.589
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Matriz)	-	-	-	-	-
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Co)	422	-	-	-	422
Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (Suc Br)	-	(2.109)	(8)	-	(2.117)
Teixeira Duarte S.A.	-	(13)	-	-	(13)
Alvorada Petróleo S/A	-	-	8	-	8
Total	**422**	**(4.369)**	**11**	**7.576**	**3.640**

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, com o parecer do Auditor Independente referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição para prestar-lhes os esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	321.565	283.672
Custos dos serviços prestados	17	(273.491)	(259.683)
LUCRO BRUTO		48.074	23.989
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas, gerais e tributárias	17	(18.576)	(19.672)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	1.486	3.074
		(17.090)	(16.598)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS		30.984	7.391
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	15.821	10.775
Despesas financeiras	19	(5.863)	(8.735)
		9.958	2.040
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		40.942	9.431
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	20	(6.138)	(1.999)
Diferido	20	(2.935)	270
		(9.073)	(1.729)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		31.869	7.702
LUCRO POR AÇÃO EM REAIS		0,27	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.869	7.702
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	31.869	7.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Equipamentos de produção	10%	110.963	(51.248)	59.715	6.641
Equipamentos de transporte	20%	44.352	(42.633)	1.719	4.724
Equipamentos de informática	20%	2.553	(1.582)	971	1.035
Equipamentos administrativos outros	10%	80	(65)	15	18
Ferramentas e utensílios	10%	13.989	(825)	13.164	88
Edificações	10%	627	(436)	191	56
Softwares	20%	792	(649)	143	66
Terrenos		1.678	-	1.678	1.678
Arrendamentos direito de uso	*	2.332	(731)	1.601	1.111
Total		177.366	(98.169)	79.197	15.417

	Taxa anual (%)	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	59.218	58.547	(6.802)	110.963
Equipamentos de transporte	20%	44.917	1.021	(1.586)	44.352
Equipamentos de informática	20%	2.314	260	(21)	2.553
Equipamentos administrativos outros	10%	80	-	-	80
Ferramentas e utensílios	10%	631	13.358	-	13.989
Edificações	10%	469	158	-	627
Softwares	20%	670	122	-	792
Terrenos		1.678	-	-	1.678
Arrendamentos direito de uso	*	3.794	1.792	(3.254)	2.332
Total do Custo		113.771	75.258	(11.663)	177.366
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(52.577)	(3.974)	5.303	(51.248)
Equipamentos de transporte	20%	(40.193)	(4.026)	1.586	(42.633)
Equipamentos de informática	20%	(1.279)	(318)	15	(1.582)
Equipamentos administrativos outros	10%	(62)	(3)	-	(65)
Ferramentas e utensílios	10%	(543)	(282)	-	(825)
Edificações	10%	(413)	(23)	-	(436)
Softwares	20%	(604)	(45)	-	(649)
Arrendamentos direito de uso	*	(2.683)	(1.024)	2.976	(731)
Total da depreciação		(98.354)	(9.695)	9.880	(98.169)
Imobilizado e intangível, líquidos		15.417	65.563	(1.783)	79.197

O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro 2022 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Equipamentos de produção	10%	59.218	(52.577)	6.641	12.312
Equipamentos de transporte	20%	44.917	(40.193)	4.724	9.770
Equipamentos de informática	20%	2.315	(1.279)	1.035	860
Equipamentos administrativos outros	10%	79	(62)	18	8
Ferramentas e utensílios	10%	631	(543)	88	150
Edificações	10%	469	(413)	56	100
Softwares	20%	670	(604)	66	85
Terrenos		1.678	-	1.678	1.679
Arrendamentos direito de uso	*	3.794	(2.683)	1.111	1.654
Total		113.771	(98.354)	15.417	26.618

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo:				
Equipamentos de produção	63.520	2.177	(6.479)	59.218
Equipamentos de transporte	45.160	101	(344)	44.917
Equipamentos de informática	1.975	451	(111)	2.315
Equipamentos administrativos outros	68	11	-	79
Ferramentas e utensílios	631	-	-	631
Edificações	469	-	-	469
Softwares	654	16	-	670
Terrenos	1.678	-	-	1.678
Arrendamentos direito de uso	3.412	945	(563)	3.794
Total do Custo	117.567	3.701	(7.497)	113.771
Depreciação:				
Equipamentos de produção	(50.487)	(4.321)	2.231	(52.577)
Equipamentos de transporte	(36.145)	(4.312)	264	(40.193)
Equipamentos de informática	(1.111)	(273)	105	(1.279)
Equipamentos administrativos outros	(62)	-	-	(62)
Ferramentas e utensílios	(281)	(262)	-	(543)
Edificações	(535)	(45)	167	(413)
Softwares	(570)	(34)	-	(604)
Arrendamentos direito de uso	(1.758)	(1.488)	563	(2.683)
Total da depreciação	(90.949)	(10.735)	3.330	(98.354)
Imobilizado e intangível, líquidos	26.618	(7.034)	(4.147)	15.417

* Os ativos de direito de uso (arrendamentos) são depreciados de maneira linear respeitando o tempo de vigência dos contratos de locação.

10. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores

EMPA S.A. SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CNPJ 17.159.856/0001-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 062.012061.0034

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

MOORE

MOORE MSLL LIMA LUCCHESI
Auditores e Contadores Ltda.
CRC 2SP019.874/O-3

Sérgio Lucchesi Filho
Contador CRC 1 SP 101.025/O-0

pág. 02/02

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n.º 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017 - COMPANHIA ABERTA

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2022. 1. Data, Horário e Local: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2022, às 11:00, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através do endereço na rede mundial de computadores (https://us06web.zoom.us/j/87932920412?pwd=eStSVEFkUjJ1eGQ1dE94RTR2dUNCUT09), identificação da reunião: 879 3292 0412, senha de acesso: 222293. **2. Convocação:** Realizada a convocação mediante Edital de Convocação publicado no dia 9, 11 e 12 do mês de abril de 2022, do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do Diário Comercial de São Paulo, nos termos dos artigos 124 e 289 da Lei n.º 6.404/76. **3. Presença:** Presentes os acionistas dispostos no anexo I desta, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, os quais representa 99,504% do capital social da Companhia. **4. Mesa:** PRESIDENTE: José Carlos Rodrigues Rosa; SECRETÁRIO: Caio Carvalho Alvarez. **5. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 2. Destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Proposta de Alteração de sede. **6. Deliberações:** Iniciada a Assembleia foi dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado, pela unanimidade dos acionistas presentes, que a ata a que se refere esta Assembleia seria lavrado sumário, facultado o direito de apresentação das manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Em seguida, os acionistas passaram ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Feitos os esclarecimentos e encerradas as discussões pertinentes, o Sr. Presidente colocou em votação o **item 1** da Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, tendo sido aprovados, sem reservas ou ressalvas e por unanimidade as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Passou-se, então, ao exame do **item 2** da Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a alocação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 à conta de Prejuízos Acumulados, sem destinação de qualquer quantia à reserva legal ou de distribuição de dividendos no presente exercício. Os membros do Conselho de Administração Marcos Navajas, Fabio Navajas e Alberto Coopola Bove apresentaram Carta de Renúncia dos seus respectivos mandatos, e a renúncia destes foi aceita e homologada pela Assembleia, bem como outorgaram Carta de Quitação em favor da Companhia. Passou-se, então, ao exame do **item 3** da Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a eleição do Srs. **Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 246.328, inscrito no CPF/ME sob o n.º 220.022.838-42, com endereço na Rua René Zamlutti 160, apartamento 12, Jardim Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04116-260; e **Sergio Spinelli Silva Junior**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade n.º 15.520.707-6, inscrito no CPF/ME sob o n.º 111.888.088-93, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.277, 18º andar, 1801/1802, CEP 01452-000; **Caio Carvalho Alvarez**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 214.461, e sob o CPF 131.467.297-50, como membros titulares do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos. Os acionistas aprovaram, ainda, também por unanimidade, a designação do Srs. Sergio Spinelli Silva Junior e Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves como Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente. Em seguida, colocou-se em votação o **item 1** da Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido aprovada, por unanimadade a alteração da sede da Companhia atualmente situada na Avenida Jamaris, 100, cj 1301, Planalto Paulista, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04080-922 para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 21 andar, conjunto 2101, Jardim Paulistano, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01452-000. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Foi autorizada a publicação desta ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes. **Assinaturas: Mesa:** José Carlos Rodrigues Rosa - Presidente; Caio Carvalho Alvarez - Secretário. **Acionistas Presentes: São Paulo, 30 de abril de 2022.** Caio Carvalho Alvarez - Secretário. **ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º** - Sob a denominação de **CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 21 andar, conjunto 2101, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria, independentemente da Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A companhia tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. **Artigo 4º** - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º -** O capital social é de R$5.159.755,03 (cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e três centavos), dividido em 143.243 (cento e quarenta e três, duzentas e quarenta e três) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral. **Parágrafo 2º -** As ações da Companhia poderão ser escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pelo Conselho de Administração,podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do art. 35 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º** - O Conselho de Administração poderá deliberar, dentro do limite do capital autorizado, que a emissão de ações preferenciais, inclusive com a criação de classe mais privilegiada, seja feita sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado sempre o limite legal de 2/3 (dois terços) para as ações preferenciais. **Parágrafo 4º -** As ações preferenciais não terão direito a voto, porém, terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da companhia e direito a um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do disposto no Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97. **Parágrafo 5º -** A Companhia poderá emitir ações preferenciais resgatáveis que terão (i) direito a um dividendo mínimo equivalente à variação da Taxa de Juros Longo Prazo - TJLP em cada exercício social, acrescido de 6% (seis por cento), incidente sobre o preço de subscrição dessas ações à época de sua emissão; (ii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade; e (iii) direito ao resgate no período compreendido entre o 5º ano e 2 meses e o 6º ano, contados da data da subscrição dessas ações preferenciais resgatáveis. **Parágrafo 6º** - Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela companhia, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei nº 6404/76. **Parágrafo 7º** - Na hipótese das ações virem a tornar-se escriturais, serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares em instituição credenciada, a ser designada pelo Conselho de Administração para prestar esse serviço. **Parágrafo 8º** - O pagamento dos dividendos e a distribuição de ações provenientes de aumento de capital, quando for o caso, realizar-se-ão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o primeiro, contado da sua declaração, a segunda, contada da publicação da ata respectiva na forma da lei, salvo se a assembléia geral, quanto ao dividendo, determinar que este seja pago em prazo superior, mas no curso do exercício social em que for declarado. **Artigo 6º** - A companhia está autorizada a aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear, até o limite de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie, classe e quantidade de ações a serem emitidas,o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e colocação. **CAPÍTULO III - Da Administração. Artigo 7º** - A administração normativa da companhia será exercida pelo Conselho de Administração e executada pela Diretoria, na forma da lei e deste estatuto social. **SEÇÃO I - Do Conselho de Administração. Artigo 8º** - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) Membros, todos acionistas e residentes no país, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Único** - Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos administradores que os substituam, nos termos da lei e deste estatuto. **Artigo 9º** - O Conselho de Administração terá, escolhido entre seus Membros: a) um Presidente, que convocará e presidirá suas reuniões; b) um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente, em seus impedimentos e ausências. **Artigo 10** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, com metade de seus Membros, no mínimo, convocado pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros. **Parágrafo 1º** - As reuniões serão convocadas, mediante comunicação por escrito, expedida com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, devendo dela constar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia. **Parágrafo 2º** - A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos Membros em exercício do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus Membros em exercício, dentre eles o Presidente do Conselho, sendo considerado como presente aquele que esteja, na ocasião, representado por seu substituto ou pessoa legalmente nomeada, ou que haja enviado seu voto por escrito, cabendo também ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, o voto de desempate. **Parágrafo 4º** - O Conselho de Administração deliberará por maioria dos votos, cabendo ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, o voto de desempate. **Parágrafo 5º** - A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente. **Artigo 11** - Em caso de vacância no cargo de Conselheiro, caberá ao Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral a se realizar. **Parágrafo 1º** - No caso de vaga da maioria dos Membros do Conselho de Administração será convocada uma assembleia geral dos acionistas para preenchimento dos cargos. **Parágrafo 2º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os Membros do Conselho de Administração, aquele que o representará. **Parágrafo 3º** - Nas hipóteses previstas neste artigo, de vaga, ausência ou impedimento temporário, o substituto ou representante agirá, inclusive para efeito de votação em reuniões do Conselho, por si e pelo substituído ou representado. **Artigo 12** - A remuneração dos Membros do Conselho de Administração será global e anualmente fixada pela Assembleia Geral, para ser satisfeita em duodécimos, que homologará, também, quando for o caso, o montante e o percentual da participação que lhes deva caber no lucro, observado o limite disposto no Parágrafo 1º do Artigo 152 da Lei nº 6.404/76. O Conselho de Administração, em reunião, distribuirá tal remuneração entre seus Membros. **Artigo 13** - Compete ao Conselho de Administração: (i) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembleia Geral Extraordinária; (iii) nomear e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes atribuições; (iv) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício; (v) fiscalizar a gestão dos Diretores; (vi) examinar atos, livros, documentos e contratos da Companhia; (vii) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (viii) deliberar a emissão de notas promissórias para subscrição pública, nos termos da Resolução nº 1.72390, do Conselho Monetário Nacional; (x) deliberar sobre a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas pelo artigo 172 da Lei nº 6.404/76; (xi) submeter à Assembléia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; (xii) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (xiii) escolher e destituir auditores independentes; e (xiv) autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor. **SEÇÃO II - Da Diretoria. Artigo 14 -** A Diretoria é composta de, no mínimo 2 (dois) diretores e no máximo 5 (cinco) Membros, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. É a seguinte a competência específica de cada um dos Membros da Diretoria: (a) Do Diretor Administrativo - a execução da política, das diretrizes e das atividades de administração de material e serviços da Sociedade, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (b) Do Diretor Econômico-Financeiro - a execução da política, das diretrizes e das atividades econômico-financeiras e contábeis da Sociedade, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (c) Do Diretor de Operações - a execução da política, diretrizes e atividades relacionadas com operações de investimentos, conforme especificado pelo Conselho de Administração; (d) Do Diretor de Recursos Humanos - a execução da política, das diretrizes e das atividades de administração de pessoal, conforme especificado pelo Conselho de Administração; e (e) Do Diretor Técnico - a execução da política, das diretrizes e das atividades de planejamento e coordenação da implantação e expansão dos estudos e análises, conforme especificado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** - O prazo de gestão de cada Diretor será de 2 (dois) anos, permitida a recondução. **Parágrafo 2º** - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 3º** - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração designar substituto, cujo mandato expirará com os demais Diretores. **Parágrafo 4º** - Os Membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos de Diretores, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo esta hipótese, ao conselheiro-diretor, "ad honorem", caberá optar pela remuneração que fizer jus, como Conselheiro ou administrador-executivo. **Parágrafo 5º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria. **Artigo 15** - Compete à Diretoria exercer a atribuições que a lei, o estatuto e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que em direitos permitidos, necessários ao regular funcionamento da Companhia. **Artigo 16** - A Diretoria, exercerá as seguintes atribuições: (i) executar os trabalhos que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração; (ii) elaborar, anualmente, o relatório de administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como balancetes, se solicitados pelo Conselho de Administração; (iii) preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização da Companhia; (iv) submeter ao Conselho de Administração o orçamento geral e os especiais da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que os Membros se referirem; (v) aprovar, para referendo do Conselho de Administração, a nomeação de titulares para cargos da Administração Superior; (vi) aprovar e modificar organogramas e regimentos internos. **Artigo 17** - A representação ativa e passiva da Companhia, em atos e operações que impliquem em responsabilidade societária é, como regra, privativa de dois diretores, em conjunto. A Diretoria, no entanto, poderá autorizar que a representação se cumpra por 1 (um) só Diretor, por designação do órgão, ou 1 (um) só procurador, este com mandato especial, outorgado em nome da Companhia por 2 (dois) diretores. **Parágrafo Único** - A Companhia será representada por qualquer Diretor, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais; representar-se-á, nos casos permitidos em lei, por prepostos nomeados, caso por caso, por via epistolar. **Artigo 18** - Nos limites de suas atribuições, 2 (dois) Diretores poderão constituir procuradores ou mandatários para, em conjunto ou separadamente, na forma estabelecida nos respectivos instrumentos, representar a Companhia na prática legítima de atos e operações. Os mandatos definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados. **Parágrafo Único** - Os mandatos "ad negotia" serão outorgados, sempre, por prazo determinado. **Artigo 19** - A remuneração dos Diretores será fixada global e anualmente pela Assembleia Geral, que também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no Parágrafo 1º do Artigo 152 da Lei 6.404/76. **Parágrafo 1º** - A verba para honorários "pro-labore" paga em duodécimos, assim como a de participação, será partilhada aos Diretores, por deliberação do Conselho de Administração, consignada, por termo, no livro próprio. **Parágrafo 2º** - O empregado de alto nível, eleito pelo Conselho de Administração para o cargo de Diretor, enquanto no exercício do cargo, terá seu contrato de trabalho suspenso, passando a receber honorários e eventual participação nos lucros na forma estabelecida neste estatuto, ficando-lhe assegurado o retorno ao cargo anteriormente ocupado, de acordo com a legislação social vigente. **Artigo 20** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as suas reuniões serão presididas pelo Diretor que na ocasião seja escolhido. **Parágrafo 1º** - As reuniões serão sempre convocadas por quaisquer 2 (dois) diretores. Para que possam ser instaladas e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois diretores, se só houverem dois diretores em exercício. **Parágrafo 2º** - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo também ao Presidente da reunião, em caso de empate, o voto de desempate. **Parágrafo 3º** - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto, ficando o ato sujeito à aprovação da Diretoria. O substituto aprovado exercerá todas as funções, com todos os poderes, inclusive o direito de voto e deveres do diretor substituído. **Parágrafo 4º** - O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo. **CAPÍTULO IV - Do Conselho Fiscal. Artigo 21** - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) Membros efetivos e igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **Parágrafo 1º** - Os Membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificados, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas que preencham os requisitos estipulados no parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º** - Os Membros do Conselho Fiscal somente farão jus a remuneração que lhe for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções, observado o parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76 com redação dada pela Lei nº 9.457/97. **Parágrafo 3º** - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus Membros. **CAPÍTULO V - Das Assembleias Gerais. Artigo 22** - A Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da lei, reunir-se-á: a) Ordinariamente nos quatro primeiros meses, depois de findo o exercício social para: I - tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - eleger o Conselho de Administração nas épocas próprias e o Conselho Fiscal, quando for o caso; III - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso; IV - fixar a remuneração dos administradores. b) Extraordinariamente sempre que, mediante convocação legal, os interesses sociais aconselharem ou exigirem a manifestação dos acionistas. **Artigo 23** - A Assembleia Geral será instalada e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada por outro Conselheiro e dirigida por um Presidente escolhido pelos Acionistas. O secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia. **Artigo 24** - Os anúncios de convocação, publicado na forma e nos termos da lei, conterão, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia explicitada e, no caso de reforma do estatuto,a indicação da matéria. **CAPÍTULO VI - Do Exercício Social. Artigo 25 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. **Artigo 26 -** Ao final de cada exercício social a diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei. **Artigo 27** - Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Artigo 28 -** Ao fim de cada exercício social, o Conselho de Adminstração apresentará à Assembleia Geral, para aprovação, proposta sobre a destinação total do lucro líquido do exercício, observando as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente e nessa ordem: a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício será aplicado na constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social; b) a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, determinará a importância a ser destinada à formação de Reservas para Contingências e reversão daquelas constituídas em exercícios anteriores, observando o Parágrafo 1º do Artigo 195 da Lei 6.404/76; e c) a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, determinará o montante a ser destinado à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. **Parágrafo 1º** - Os acionistas da Companhia receberão como dividendo obrigatório, em cada exercício, o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado na forma prevista neste Estatuto, sem prejuízo do pagamento aos acionistas preferencialistas de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do disposto no Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97. **Parágrafo 2º** - Na hipótese de ainda haver saldo, terá ele o destino que for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 3º -** As demonstrações financeiras demonstrarão a destinação da totalidade do lucro líquido, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 29** - A companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **CAPÍTULO VII - Da Liquidação, Dissolução e Extinção. Artigo 30** - A Companhia, a qualquer tempo, tendo em mira aperfeiçoar seus serviços e adaptar-se às novas técnicas de administração, poderá adotar processos mecânicos de emissão e autenticação de documentos de efeitos mercantis, obedecendo a padrões e sistemas consagrados em usos e praxes em vigor. JUCESP nº 292.271/22-0 em 08/06/2022.

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06 de setembro de 2021. 1. Data, Horário e Local: Aos 06 (seis) dias do mês de setembro de 2021, às 10:00 horas, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através do endereço na redemundial de computadores https://us06web.zoom.us/j/89886923111?pwd=NFNXRmU5ZjE1ZWxETml4aHJreTFlQT09, identificação da reunião: 898.8692.3111, senha de acesso: 427036. **2. Convocação:** Realizada a convocação mediante Edital de Convocação publicado nos dias 07, 10 e 11 do mês de agosto de 2021, do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do Diário Comercial de São Paulo, nos termos dos artigos 124 e 289 ambos da Lei n° 6.404/76. **3. Presença:** Presentes os acionistas dispostos no Anexo I desta, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, os quais representam aproximadamente 99,3% do capital socialda Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Marcos Navajas. Secretário: José Carlos Rodrigues Rosa. **5. Ordem do dia: 1.** Aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente; 2. Destinação dos resultados apurados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente; 3. A eleição dos administradores da Companhia. **6. Deliberações:** Iniciada a Assembleia foi dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado, pela unanimidade dos acionistas presentes, que a ata a que se refere esta Assembleia seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Em seguida, os acionistas passaram ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Feitos os esclarecimentos e encerradas as discussões pertinentes, o Sr. Presidente colocou em votação a primeira parte do item 1 da Ordem do dia, tendo sido aprovados, sem reservas ou ressalvas e por unanimidade as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em continuidade, os acionistas passaram ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Feitos os esclarecimentos e encerradas as discussões pertinentes, o Sr. Presidente colocou em votação a segunda parte do **item 1** da Ordem do dia, tendo sido aprovados, sem reservas ou ressalvas e por unanimidade as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Passou-se, então, ao exame da primeira parte do item 2 da Ordem do dia, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a alocação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 à conta de Prejuízos Acumulados, sem destinação de qualquer quantia à reserva legal ou de distribuição de dividendos no presente exercício. Na sequência teve lugar o exame da segunda parte do **item 2** da Ordem do dia, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a alocação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 à conta de Prejuízos Acumulados, sem destinação de qualquer quantia à reserva legal ou de distribuição de dividendos no presente exercício. Por fim, passou-se, então, ao exame do **item 3** da Ordem do dia, tendo sido aprovada, de forma unânime pelos acionistas presentes, a eleição dos Srs. **Alberto Coppola Bove**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.037.786-2 SSP/SP e inscrito no CPF MF sob nº 166.255.498-27; **Marcos Navajas**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.471.071-3 SSP/SP e inscrito no CPF MF sob nº 273.130.558- 46; e **Fábio Navajas**, brasileiro, divorciado, engenheiro, da portador da Cédula de Identidade RG nº 24.976.677 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 428.974.838-49, como membros titulares do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos. Os acionistas aprovaram, ainda, também por unanimidade, a designação do Srs. Marcos Navajas e Alberto Coppola Bove como Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Foi autorizada a publicação desta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Marcos Navajas - Presidente; e José Carlos Rodrigues Rosa - Secretário. **Acionista Presente:** Marcos Navajas. São Paulo, 06 de setembro de 2021. JUCESP nº 245.115/22-5 em 17/05/2022.

CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017
Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022. 1. Data, Hora e Local: Realizada às 11:00 horas do dia 03 de maio de 2022, por meio eletrônico, utilizando a plataforma digital Zoom, através de endereço disponibilizado aos membros do Conselho de Administração da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 10, §2º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves, Sergio Spinelli Silva Junior e Caio Carvalho Alvarez. **3. Composição da Mesa:** Sr. Sergio Spinelli Silva Junior, Presidente da Mesa e Sr. Caio Carvalho Alvarez, Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) Apreciação das renúncias apresentadas pelos Srs. Marcos Navajas e Fabio de Almeida Navajas, aos cargos de Diretores da Companhia; (ii) Eleição de novos membros da diretoria da Companhia; e (iii) Consolidação da composição da nova Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** O Conselho de Administração deliberou e aprovou, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o quanto segue: (i) Homologar as renúncias apresentadas pelos Srs. Marcos Navajas, CPF/ME n.º 273.130.558-46, e Fabio de Almeida Navajas, CPF/ME 294.890.518-45, aos cargos de Diretores da Companhia. (ii) Eleger os membros da Diretoria, sendo eleito: **(a)** o Sr. Sergio Spinelli Silva Junior, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade n.º 15.520.707-6, inscrito no CPF/ME sob o n.º 111.888.088-93, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 18º andar, 1801/1802, CEP 01452-000, os cargos de Diretor Administrativo, Diretor Econômico-Financeiro, e Diretor de Recursos Humanos, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data; **(b)** o Sr. José Carlos Rodrigues Rosa, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o n.º 106.774 e inscrito sob o CPF/ME sob o n.º 080.038.257-92, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4200, Bloco 7, Salas 107A a 110A, CEP 22640-102, o cargo de Diretor de Operações, Diretor Técnico e Diretor de Relacionamento com Investidores, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data. Os Diretores eleitos, presentes nessa reunião do Conselho de Administração aceitam, nesta data, os cargos para os quais foram eleitos, assinando o respectivo termo de posse. Declaram, ainda, para os devidos fins, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, §1°, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (iii) Ratificar e consolidar a nova composição da

TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.

TEIXEIRA DUARTE

CNPJ: 24.447.770/0001-45

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores, em cumprimento as disposições legais, submetemos a apreciação e aprovação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição de V.Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.532	8.499
Contas a receber de clientes	5	132.973	148.983
Estoques		2.293	2.484
Impostos a recuperar	6	9.248	7.742
Adiantamento a fornecedores de materiais		2.888	4.005
Despesas antecipadas	7	1.024	2.814
Partes relacionadas	15	19.289	12.851
Outros créditos		8.583	12.901
Total do ativo circulante		**182.830**	**200.279**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	24	20.673	10.691
Outros créditos		288	347
Imobilizado e intangível	8	5.467	18.208
Total do ativo não circulante		**26.428**	**29.246**
TOTAL DO ATIVO		**209.258**	**229.525**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	15.274	31.638
Passivo de arrendamentos	10	1.138	2.350
Financiamentos	11	8.144	13.513
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	11.816	10.519
Impostos e contribuições a recolher	13	2.998	4.525
Adiantamentos de clientes	14	10.764	13.454
Partes relacionadas	15	115.296	97.305
Outras contas a pagar	16	8.072	3.933
Provisão para garantia		1.727	2.091
Total do passivo circulante		**175.229**	**179.328**
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamentos	10	585	1.197
Financiamentos	11	341	303
Partes relacionadas	15	-	24
Provisões contenciosas	17	2.332	1.782
Provisões de contratos onerosos	18	3.935	1.154
Provisões trabalhistas		5.145	4.919
Total do passivo não circulante		**12.338**	**9.379**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital social		20.492	20.492
Reservas de lucros		1.199	20.326
Total do patrimônio líquido		**21.691**	**40.818**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**209.258**	**229.525**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	**277.053**	**381.122**
Custos dos serviços prestados	21	(297.292)	(343.431)
(PREJUÍZO) / LUCRO BRUTO		**(20.239)**	**37.691**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas, gerais e tributárias	21	(40.655)	(36.816)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	53.357	296
		12.702	**(36.520)**
(PREJUÍZO) / LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIROS		**(7.537)**	**1.171**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	1.330	1.128
Despesas financeiras	23	(22.902)	(18.914)
		(21.572)	**(17.786)**
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(29.109)**	**(16.615)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferido	24	9.982	5.750
		9.982	**5.750**
PREJUIZO DO EXERCÍCIO		**(19.127)**	**(10.865)**
Prejuízo por ação em Reais		(0,93)	(0,53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(19.127)	(10.865)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(19.127)	(10.865)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reservas de lucro Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021	**10.100**	**-**	**31.191**	**31.191**	**41.291**
Aumento de capital	10.392	-	-	**-**	(10.392)
Prejuízo do exercício	-	-	(10.865)	**(10.865)**	(10.865)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	20.326	(20.326)	**-**	-
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2022	**20.492**	**20.326**	**-**	**20.326**	**40.818**
Prejuízo do exercício	-	-	(19.127)	**(19.127)**	(19.127)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	(19.127)	19.127	**-**	-
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2023	**20.492**	**1.199**	**-**	**1.199**	**21.691**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(19.127)	(10.865)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	7.702	12.897
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	10.091	1.142
Juros sobre os contratos de arrendamento	756	831
Provisões de estoque	76	25
Provisão créditos com liquidez duvidosa	(33)	-
Provisões contenciosas	550	1.782
Provisões trabalhistas	226	(672)
Provisões oneroso	2.781	1.154
Impostos diferidos	(9.982)	(5.750)
Provisão para garantia	(364)	(4.224)
Variação cambial – com terceiros	(166)	450
Variação cambial – partes relacionadas	7	235
	(7.483)	(2.995)
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	16.043	(31.834)
Estoques	115	(1.835)
Impostos a recuperar	(1.506)	(2.845)
Adiantamento a fornecedores	1.117	(1.814)
Despesas antecipadas	1.790	397
Outros créditos	4.377	(9.753)
Fornecedores	(16.198)	9.557
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.297	2.469
Impostos e contribuições a recolher	(1.527)	(5.604)
Adiantamentos de clientes	(2.690)	(39.402)
Outros passivos	4.139	754
Partes relacionadas	(11.610)	13.951
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	966
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.136)	(67.988)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições do imobilizado e intangível	(5.053)	(6.465)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.053)	(6.465)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas	23.132	60.379
Financiamentos	(5.330)	13.212
Arrendamentos	(2.580)	(3.158)
Aumento de capital	-	10.392
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	15.222	80.825
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.967)	6.372
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	8.499	2.127
No fim do exercício	6.532	8.499
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.967)	6.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. ("Sucursal" ou "Sociedade") iniciou suas operações em 23 de março de 2016, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objeto a atividade de engenharia civil e da construção de obras públicas e particulares, em todos os seus domínios e atividades conexas, executando todo o tipo de edifícios e infraestruturas, incluindo trabalhos, estudos e projetos em quaisquer dessas áreas e outras específicas, nomeadamente da geotecnia, das fundações, da reabilitação, da metalomecânica, das obras subterrâneas, ferroviárias e marítimas, bem como a prestação de serviços de assistência, manutenção, reparação, operação, gestão e exploração dessas estruturas e de equipamentos nelas integrados, tais como infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e marítimas, aeroportuárias, mineiras, de produção e distribuição de energia, bem como de captação, tratamento e distribuição de água. A Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. é uma sucursal da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("TD-EC"), sediada em Portugal. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apresenta capital circulante positivo de R$ 7.601 (em 2022 R$ 20.951 positivo), patrimônio líquido de R$ 21.691 (em 2022 R$ 40.818) e reserva de lucros acumulados de R$ 1.199 (em 2022 R$ 20.326 de retenção de lucros acumulados). A Sociedade apresenta contratos firmados, em adjudicação e a angariar com clientes para os próximos exercícios no montante aproximado de R$ 2.464.047 (em 2022 R$ 430.556) e a Administração implementou controles sobre gestão de obras em 2023 com o objetivo de melhorar a rentabilidade. Com base nesse panorama, a Administração da Sociedade e da Matriz entendem estarem presentes os pressupostos para a continuidade normal e lucrativa das operações da Sociedade, o que também se baseia em orçamento de resultados preparado para os próximos sete anos e que evidencia a formação de lucros suficientes para a recuperação dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e despesas temporariamente indedutíveis. 1.1. Consórcios - A Sociedade participa em diversos Consórcios, cujos montantes de seus ativos e passivos, bem como de suas receitas e despesas, estão linha a linha e proporcionalmente a participação da Sociedade, considerados nas demonstrações financeiras, como segue: (a) Consórcio TAV, constituído em 26 de abril de 2018, com participação de 32,99%, e que teve por objetivo a execução de ampliação e reforma do aeroporto de Salvador. (b) Consórcio RMG, constituído em 15 de outubro de 2019, com participação de 82,00%, e que tem por objetivo a elaboração de projetos básicos e executivos de pontes metálicas a serem executadas utilizando material proveniente das estruturas auxiliares de sustentação da Ponte Hercílio Luz. (c) Consórcio FGS, constituído em 07 de janeiro de 2020, com participação de 100,00%, e que tem por objetivo a execução de obras em 25 pontos da rodovia SC/390. (d) Consórcio TDAR, constituído em 09 de fevereiro de 2021, com participação de 50,00%, e que tem por objetivo a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos complexos integrantes do Bloco Nordeste. (e) Consórcio Fronteiras, constituído em 10 de dezembro de 2021, com a participação de 55,05%, e que tem por objetivo a execução das obras remanescentes para a construção da Barragem de Fronteiras, no Município de Crateús, Estado do Ceará. (f) Consórcio TDAR Construtor Amazônia, constituído em 03 de outubro de 2022, com a participação de 50,00%,, e que tem por objetivo a execução do Projeto Executivo e Obras, na infraestrutura aeroportuária, que inclui a Reforma e Ampliação dos Terminais de Passageiros e de outras Edificações (adiante designado por "Construção Civil/Edificações") e vias terrestres, Sistemas de pistas, Pátio de aeronaves e vias de acesso e de serviço associadas (adiante designado por "Infraestruturas"). (g) Consórcio TAV de Despesas Amazônia, constituído em 03 de outubro de 2022, com a participação de 21,21%, e que tem por objetivo a execução do Projeto Executivo e Obras, na infraestrutura aeroportuária, que inclui a Reforma e Ampliação dos Terminais de Passageiros e de outras Edificações (adiante designado por "Construção Civil/Edificações") e vias terrestres, Sistemas de pistas, Pátio de aeronaves e vias de acesso e de serviço associadas (adiante designado por "Infraestruturas").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - 2.1 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no curso normal do negócio, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração avalia regularmente a capacidade da Sociedade em dar continuidade normal às suas atividades operacionais. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Moeda funcional e de apresentação - A moeda funcional da Sociedade é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.2 Resumo das principais práticas contábeis - 2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa - Incluem saldos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 4. 2.2.2 Contas a receber de clientes - Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos faturados e ajustados pelo reconhecimento da receita em virtude da evolução de cada obra. São ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgada necessária, é registrada perda por redução ao valor recuperável, com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente, e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.2.3 Estoques - Os estoques de almoxarifado são apresentados pelo custo médio de aquisição. O custo médio de aquisição corresponde ao preço de compra deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável. A provisão para perdas nos estoques corresponde a estimativa de perda apurada pela Sociedade. 2.2.4 Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição ou construção e acrescido dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção de bens, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8. Custos posteriores à aquisição são capitalizados se aumentarem os futuros benefícios econômicos do ativo específico com que se relacionam. Outros gastos que não cumprirem com essa condição são reconhecidos no resultado conforme forem incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 2.2.5 Intangível - A avaliação da vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados de acordo com o prazo de vida útil estimado. Gastos subsequentes apenas são capitalizados quando aumentarem os futuros benefícios econômicos dos ativos a eles vinculados. Nos demais casos é feita apropriação direta ao resultado conforme os gastos forem incorridos. 2.2.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*) - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, em especial, o imobilizado e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados ajustes ao valor recuperável de ativos. 2.2.7 Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os outros ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. 2.2.8 Provisões - Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.2.9 Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, sob condições correntes de mercado, em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício. Ativos financeiros - A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou c) For um derivativo que não seja designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (ii) Investimento mantido até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixo que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. (iii) Empréstimos e Recebíveis: representam contas a receber e outras contas a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. (iv) Ativos financeiros "Disponíveis para venda": correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "Disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Outros passivos financeiros: incluindo fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do passivo financeiro. 2.2.10 Contratos de prestação de serviços de construção - A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de aditivos contratuais. A receita do contrato é reconhecida no resultado de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos para fazer frente aos custos reconhecidos como resultado no período em que são incorridos. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo na rubrica "Contas a receber de clientes". Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". 2.2.11 Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. 2.2.12 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados, respectivamente, às alíquotas de 15%, com adicional de 10% quando exceder R$240, e de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de imposto de renda e contribuição social e diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS Julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e as incertezas relativas a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas demonstrações financeiras, que envolvem risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício estão a seguir apresentadas: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Adicionalmente, há o uso de estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos e perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros e desembolsos futuros tidos como prováveis. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e o impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	408	676
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	6.124	7.823
Total	6.532	8.499

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com remuneração média de 98% do CDI (100,25% do CDI em 2022) para as quais inexistem multas ou outras restrições para seu resgate imediato.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023	31/12/2022
Prestação de serviços faturados (a)	76.290	58.603
Prestação de serviços a faturar	56.857	90.521
Provisão para perdas	(174)	(141)
Total	132.973	148.983

(a) Inclui o valor de R$ 40.483 mil vencido desde 2022 e objeto de Execução de Título Extrajudicial, que a Administração, também com base na opinião dos seus Consultores Jurídicos, entende ser de provável realização. Com relação aos demais valores, referem- se, basicamente, a faturas próprias da Sociedade bem como o percentual de recebíveis em cada Consórcio em que participa, com vencimentos em até 30 dias e que foram substancialmente recebidos em janeiro de 2024.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	5.463	3.359
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	659	543
Programa de Integração Social – PIS	178	136
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	837	644
Instituto Nacional Seguridade Social – INSS	1.776	2.736
Outros	335	324
Total	9.248	7.742

7. DESPESAS ANTECIPADAS - Refere-se a gastos com seguros e gastos com equipamentos em comodato que são apropriados ao resultado conforme o período de vigência dos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros (Obras, equipamentos e veículos)	1.024	2.814
Total	1.024	2.814

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Líquido 2023	Líquido 2022
Equipamentos de produção	10%	1.073	(708)	365	9.644
Equipamentos de transporte	20%	48	(48)	-	108
Equipamentos de informática	20%	3.652	(1.994)	1.658	1.799
Equipamentos administrativos outros	10%	157	(52)	105	32
Ferramentas e utensílios	10%	423	(11)	412	2.359
Edificações	10%	-	-	-	4
Softwares	20%	1.259	(722)	537	330
Intangíveis em curso	*	543	-	543	-
Arrendamentos direito de uso	*	9.160	(7.313)	1.847	3.932
Total		16.314	(10.851)	5.463	18.208

	Taxa anual (%)	2022	Adições	Baixas	2023
Custo:					
Equipamentos de produção	10%	35.294	63	(34.284)	1.073
Equipamentos de transporte	20%	461	-	(413)	48
Equipamentos de informática	20%	3.460	466	(274)	3.652
Equipamentos administrativos outros	10%	66	91	-	157
Ferramentas e utensílios	10%	12.832	2.062	(14.471)	423
Edificações	10%	163	-	(163)	-
Softwares	20%	860	399	-	1.259
Intangíveis em curso	*	-	543	-	543
Arrendamentos direito de uso	*	15.114	1.429	(7.383)	9.160
Total do Custo		68.250	5.053	(56.988)	16.313
Depreciação:					
Equipamentos de produção	10%	(25.650)	(2.785)	27.727	(708)
Equipamentos de transporte	20%	(353)	(23)	328	(48)
Equipamentos de informática	20%	(1.661)	(598)	265	(1.994)
Equipamentos administrativos outros	10%	(34)	(18)	-	(52)
Ferramentas e utensílios	10%	(10.473)	(1.426)	11.888	(11)
Edificações	10%	(159)	(2)	161	-
Softwares	20%	(530)	(192)	-	(722)
Arrendamentos direito de uso	*	(11.182)	(2.658)	6.528	(7.313)
Total do Custo		(50.042)	(7.702)	46.897	(10.851)
Imobilizado e intangível, líquidos		18.208	(2.649)	(10.091)	5.467

O saldo e a movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro 2022 estão apresentados como segue:

	Taxa anual (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Líquido 2022	Líquido 2021
Equipamentos de produção	10%	35.294	(25.650)	9.644	13.140
Equipamentos de transporte	20%	461	(353)	108	7
Equipamentos de informática	20%	3.460	(1.661)	1.799	1.658
Equipamentos administrativos outros	10%	66	(34)	32	33
Ferramentas e utensílios	10%	12.832	(10.473)	2.359	4.251
Edificações	10%	163	(159)	4	20
Softwares	20%	860	(530)	330	331
Arrendamentos direito de uso	*	15.114	(11.182)	3.932	6.342
Total		68.250	(50.042)	18.208	25.782

Custo	Taxa anual (%)	2021	Adições	Baixas	2022
Equipamentos de produção	10%	33.325	1.969	-	35.294
Equipamentos de transporte	20%	348	113	-	461
Equipamentos de informática	20%	2.797	728	(65)	3.460
Equipamentos administrativos outros	10%	58	8	-	66
Ferramentas e utensílios	10%	12.539	293	-	12.832
Edificações	10%	163	-	-	163
Softwares	20%	713	147	-	860
Arrendamentos direito de uso	*	12.446	3.207	(539)	15.114
Total do Custo		62.389	6.465	(604)	68.250
Depreciação					
Equipamentos de produção	16%	(20.185)	(5.465)	-	(25.650)
Equipamentos de transporte	20%	(341)	(12)	-	(353)
Equipamentos de informática	20%	(1.139)	(565)	43	(1.661)
Equipamentos administrativos outros	10%	(25)	(9)	-	(34)
Ferramentas e utensílios	16%	(8.288)	(2.185)	-	(10.473)
Edificações	10%	(143)	(16)	-	(159)
Softwares	20%	(382)	(148)	-	(530)
Arrendamentos direito de uso	*	(6.104)	(4.497)	(581)	(11.182)
Total da depreciação		(36.607)	(12.897)	(538)	(50.042)
Imobilizado e intangível, líquidos		25.782	(6.432)	(1.142)	18.208

* Os ativos de direito de uso (arrendamentos) são depreciados de maneira linear respeitando o tempo de vigência dos contratos de locação. Por questões estratégicas operacionais a Administração da Companhia resolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, alienar os equipamentos utilizados no processo operacional para empresa pertencente ao grupo Teixeira Duarte, que atua no mesmo ramo operacional. Essa alienação não afeta a continuidade operacional da Companhia, que tem a possibilidade de alugar tais equipamentos para continuar em operação normal dos seus negócios. A seguir apresentamos um resumo da operação:

	31/12/2023
Equipamentos de produção	34.284
Depreciação acumulada de equipamentos de produção	(27.727)
Ferramentas e utensílios	14.471
Depreciação acumulada de ferramentas e utensílios	(11.888)
Outros ativos	851
Depreciação acumulada de outros ativos	(754)

Valor residual	9.237
Venda para parte relacionada (Nota 15) (*)	53.641
Vendas para terceiros	4.989
Outras	1.875
Total (Nota 22)	51.268

(*) O valor de venda dos equipamentos foi determinado com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada.

9. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores no exterior	615	361
Fornecedores no país	14.659	31.277
Total	15.274	31.638
Circulante	15.274	31.638

10. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Valor
Saldo em 31/12/2022	3.547
Arrendamentos reconhecidos CPC 06 (R2) / IFRS 16	575
Juros sobre os contratos de arrendamento	756
Pagamento de arrendamento	(3.155)
Saldo em 31/12/2023	1.723
Circulante	1.138
Não Circulante	585
	1.723

	Valor
Saldo em 31/12/2021	5.874
Arrendamentos reconhecidos CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.207
Juros sobre os contratos de arrendamento	831
Pagamento de arrendamento	(6.365)
Saldo em 31/12/2022	3.547
Circulante	2.350
Não Circulante	1.197
	3.547

11. FINANCIAMENTOS

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (a)	8.485	13.816
Total	8.485	13.816
Circulante	8.144	13.513
Não circulante	341	303

	Taxa a.m.	2024	2025	2026	2027	Total
Banco Daycoval	0,8739	190	128	-	-	318
Banco Daycoval	1,2900	81	93	107	13	294
Banco Bradesco	1,4200	7.873	-	-	-	7.873
Total		8.144	221	107	13	8.485

| | Taxa a.m. | 2023 | 2024 | 2025

TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.

TEIXEIRA DUARTE

CNPJ: 24.447.770/0001-45

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 100 ANOS CONSTRUINDO UM MUNDO MELHOR

Imposto Diferido

	2023	2022
Despesas temporárias:		
Provisão multa do FGTS	144	817
Provisão contrato oneroso	2.781	(616)
Provisão para contingências fiscais	565	(36)
Provisão créditos com liquidez duvidosa	33	-
Provisão garantia pós-obra	(364)	(4.224)
Perdas em estoques	78	25
Outros	(230)	16
Redução de despesas temporárias	3.007	(4.018)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-
Base da variação no ano para cálculo do imposto diferido	3.007	(4.018)
Imposto de renda e contribuição social – diferido no exercício	1.022	(1.366)

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R$ 20.673 (R$10.691 em 31 de dezembro de 2022), de impostos diferidos mantidos no ativo não circulante, é originário de diferenças temporárias entre o registro contábil de despesas e sua aceitação como despesas dedutíveis para fins de formação do lucro real, as quais serão compensadas contra lucros tributáveis futuros e também de prejuízos fiscais do ano de 2023. Esses ativos são de realização provável conforme a Administração da Sociedade, situação essa que é revisada ao final de cada exercício, sendo reduzidos em seu valor caso sua realização não seja mais provável. A seguir a composição da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo:

Até exercício de 2022	10.691
Exercício de 2023	9.982
	20.673

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à fiscalização pelas autoridades tributárias por um prazo de cinco anos a partir do arquivamento, que deve ocorrer até o dia 31 de julho do exercício subsequente ao de referência. Várias outras declarações de impostos federais, estaduais e municipais, contribuição previdenciária e similares também estão sujeitas à fiscalização por prazos variáveis de tempo, conforme as legislações aplicáveis.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade possui instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras de liquidez imediata, contas a receber pela prestação de serviços faturados, outras contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar que estão classificados como avaliados pelo custo amortizado. A Sociedade não transaciona instrumentos derivativos e não tem nenhum compromisso que não esteja registrado nas demonstrações financeiras nem divulgado em notas explicativas. A Administração da Sociedade é da opinião de que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo e está exposta a taxas de juros referenciais nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Gestão dos riscos de liquidez, capital e operacional - A Sociedade gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital tendo em vista o desenvolvimento de suas operações estando sujeita às condições do mercado, economia e indústria.

26. SEGUROS - A Sociedade mantém apólices de seguros de naturezas diversas, contratados com algumas das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa da Sucursal e levaram em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos nos negócios. A Administração entende que a cobertura é razoável considerando os padrões do setor.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

	2023	2022
Adição de contratos de arrendamentos	1.429	3.207

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de fevereiro de 2024.

Diretoria:
Fernando Ribeiro Antunes Martins José Jorge Lisboa Santos Rosa
Pedro José Amaral Pereira Salvador
Contador: Daniel de Souza Joaquim CRC: 1SP219226/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Aos Acionistas e Administradores da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. São Paulo - SP. Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Contribuições Parafiscais - Limite de Vinte Salários-Mínimos em sua Base de Cálculo** - Conforme explicado na Nota 24, a Sociedade entendeu possuir créditos tributários, devido a pagamentos efetuados (a maior) de contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (INCRA, SENAI, SESI, SENAC, etc.) sem que a base de cálculo das mesmas tivesse sido limitada a 20 (vinte) salários-mínimos. Como tal, utilizou esses créditos em 2023 para compensar os valores de outros tributos federais, no montante de R$ 2.335, os quais, portanto, deixaram de ser recolhidos em tempo hábil. A Administração da Sociedade, apoiada na opinião de seus Conselheiros Legais, entende como possível a ocorrência de perda com essa questão pelo que, de acordo com o CPC 25 e IAS 37, nenhuma correspondente provisão foi constituída para os tributos federais não recolhidos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

MOORE

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.
MOORE MSLL LIMA LUCCHESI
Auditores e Contadores Ltdas. CRC 2SP019.874/O-3
Sérgio Lucchesi Filho - Contador CRC 1 SP 101.025/O-0

pág. 02/02

Seripieri Participações S.A.

CNPJ/MF nº 08.773.147/000126 - NIRE 35300338987

Definições Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Relatórios de Administração (Referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2023 e 31/12/2022). Senhores Acionistas, a administração da Seripieri SP Participações S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos acionistas:** A Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social, mediante o desenvolvimento de projetos imobiliários no Estado de São Paulo. **Desempenho:** A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2023. As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia. **A Administração**

Balanços patrimoniais	2023	2022
Ativo Circulante	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–
Não Circulante	**7.611**	**7.921**
Realizável a longo prazo		
Imobilizado	7.611	7.921
Total do ativo	**7.611**	**7.921**

Balanços patrimoniais	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	–	–
Não circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	–	1.393
Patrimônio líquido	**7.611**	**6.528**
Capital social	14.758	12.977
Capital social a integralizar	(370)	–
Prejuízos acumulados	(6.777)	(6.449)
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.611**	**7.921**

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Prejuízo do exercício	(328)	(324)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(328)**	**(324)**
Total do resultado abrangente atribuído a:		
Acionistas da Companhia	(328)	(324)
Não controladores	–	–
	(328)	**(324)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**12.977**	**–**	**–**	**(6.125)**	**6.852**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(324)	**(324)**
Saldos em 31/12/2022	**12.977**	**–**	**–**	**(6.449)**	**6.528**
Aumento de capital	1.781	(370)	–	–	**1.411**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(328)	**(328)**
Saldos em 31/12/2023	**14.758**	**(370)**	**–**	**(6.777)**	**7.611**

Demonstrações do resultado	2023	2022
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas administrativas	(328)	(324)
Despesas com pessoal		
Outras receitas/(despesas) operacionais		
Despesas c/ indenização		
Resultado antes do resultado financeiro	**(328)**	**(324)**
Receitas financeiras		
Despesas financeiras		
Resultado financeiro líquido	**–**	**–**
Prejuízo antes do IR e CS	**(328)**	**(324)**
IR e CS correntes		
IR e CS diferidos		
Prejuízo do exercício	**(328)**	**(324)**

A Diretoria
Contadora - **Magda Zanata**
CRC: 1SP185587/O-8 - CPF: 105.152.448-21

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Prejuízo do exercício	(328)	(324)
	(328)	**(324)**
Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais	**(328)**	**(324)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido das atividades de investimentos	**–**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**–**	**–**
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	–	–
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(328)**	**(324)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**

Sindal S.A. - Sociedade Industrial de Artefatos Plásticos

CNPJ- 60.944.147/0001-61

Demonstrações Financeiras - Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento aos preceitos legais estatutários submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. Ficando esta Diretoria ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos a respeito. São Paulo, 31 de Dezembro de 2023.

Balanço Patrimonial

Ativo	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**3.786.198,35**	**4.131.210,09**	**Circulante**	**15.997.276,43**	**13.514.558,47**
Disponível	**3.116.163,21**	**3.067.345,64**	**Exigível**	**15.997.276,43**	**13.514.558,47**
Caixa e Banco	26.465,51	27.265,96	Fornecedores	51.680,85	8.649,43
Contas a Receber	3.089.697,70	3.040.079,68	Obrigações Tributárias	13.046.419,81	12.253.323,13
Realizável C.P.	**670.035,14**	**1.063.864,45**	Salários Obr. Sociais	1.238.882,12	1.245.701,93
Estoque	666.082,34	1.059.658,59	Contas Pagar Diversas	1.660.293,65	6.883,98
Prem. Seguro Apropr.	3.952,80	4.205,86	**Não Circulante**	**642.717,89**	**677.328,89**
Não Circulante	**615.441,77**	**601.805,11**	Parcelamento Tributário	86.670,18	121.281,18
Realizavel L.P.	**600.398,96**	**594.456,41**	Empr. Acionistas	556.047,71	556.047,71
Créditos a Receber			**Patrimônio Líquido**	**(12.238.354,20)**	**(9.458.872,16)**
Depósitos Judiciais	209.237,02	203.294,47	Capital Realizado	632.000,00	632.000,00
Empréstimos Aci. H.W	391.161,94	391.161,94	Lucro/Prej. Acumulado	(10.090.872,16)	(10.228.766,65)
Imobilizado	**15.042,81**	**7.348,70**	Resultado do Exercício	(2.779.482,04)	137.894,49
Imobilizado Produção	860.831,50	860.831,50	**Total do Passivo**	**4.401.640,12**	**4.733.015,20**
Imobilizado Adminstrat.	246.256,75	234.256,31			
(–)Depreciações	1.092.045,44	1.087.739,11			
Total do Ativo	**4.401.640,12**	**4.733.015,20**			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas Capital	Ajustes Ex. anter.	Luc/Prej. Ex. anter	Lucros Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31.12.2022	632.000,00	–	–	(10.418.278,55)	327.406,39	(9.458.872,16)
Lucros/Prejuízos	–	–	–	–	(2.779.482,04)	–
Ajustes Ex. Anteriores	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31.12.2023	632.000,00	–	–	(10.418.278,55)	(2.452.075,65)	(12.238.354,20)

Contas de Resultado

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Brutas de Venda	**8.045.681,53**	**7.613.202,19**
(–) Impostos sobre Vendas	2.394.761,06	2.470.201,81
Receita Líquida Vendas/Serv.	**5.650.920,47**	**5.143.000,38**
(–) Custo dos Produtos Vendidos	3.328.365,19	3.112.714,43
Lucro Bruto	**2.322.555,28**	**2.030.285,95**
(–) Despesas/Receitas Operacionais	**5.095.521,65**	**1.904.315,74**
Custo C/Mão Obra	2.739.319,77	2.177.027,39
Custos Indiretos de Produção	2.739.319,77	2.177.027,39
Despesas C/Pessoal Administrativo	590.935,81	577.855,58
Despesas Administrativas	2.754.357,08	453.572,48
Desp. Tributárias	43.782,10	43.071,99
Desp. C/Vendas	746.345,34	724.483,16
Financeiras	960.101,32	105.332,53
Outras Receitas	**9.120,26**	**69.388,62**
Receitas Financeiras	9.120,26	69.388,62
Resultado Operacional	**5.086.401,39**	**1.834.927,12**
Despesas não Operacional	**15.635,93**	**24.644,05**
Despesas Dedutíveis	15.635,93	24.644,05
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**(2.779.482,04)**	**170.714,78**
Deduções do Resultado	**–**	**32.820,29**
IRPJ - Imposto de Renda P. Jurídica	–	20.512,68
CSLL - Contribuição Social L. Líquido	–	12.307,61
Resultado Líquido	**(2.779.482,04)**	**137.894,49**

Notas Explicativas

1 - Diretrizes Contábeis: **a)** As demonstrações financeiras de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, Lei 6.404/76 e 9.249/95. **b)** O resultado pelo regime de competência do exercício, rendimentos e encargos, incidentes sobre Ativo e Passivo contabilizados aos custos das despesas comerciais e administrativas. **c)** Acertos de exercício anteriores. **2 -** Capital Social - Integralizado e constituído por 632.000 Ações no valor de R$ 1,00 cada uma. **3 -** Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 no valor de R$ 4.401.640,12 - (Quatro Milhões Quatrocentos e Um Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Doze Centavos). São Paulo, 31 de Dezembro de 2023.

Diretoria

Maria Lucia Placca - Diretora - Presidente - CPF 034.605.158-48
William Faustino Bernardes - Contador - CRC-1SP268558/0-5 - CPF - 255.552.258-14
Focus Group Contabilidade SS Ltda. - ME

DIGIMAIS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ/ME N.º 45.437.527/0001-16 - NIRE 3530058747-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local: 25.03.2024, às 9 horas, na sede, Rua Elvira Ferraz, 250 – Conjunto 1.102, São Paulo/SP. **Presença**: Acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Mesa**: Presidente: Cristiano Duarte Fraga, Secretário: João Alves de Campos. **Deliberações Aprovadas**: **1.** A alteração do endereço da sede social da Companhia para **Rua Cubatão, nº 320 – 4º andar – Sala Suíça - São Paulo/SP**. **2.** Alteração do *caput* do Artigo 3° do Estatuto Social: "**Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na Rua Cubatão, nº 320 – 4º andar – Sala Suíça - São Paulo/SP e, por deliberação da Diretoria, poderá abrir, transferir e extinguir filiais ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior." **3.** A reforma e consolidação do Estatuto Social. **4.** Autorizar os diretores a praticarem todas as providências que forem necessárias à efetivação das matérias aprovadas. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 25.03.2024. Mesa; Cristiano Duarte Fraga – Presidente; João Alves de Campos – Secretário. **Acionistas**: **Banco Digimais S.A**. - **João Alves Campos -** Diretor, **Fernanda de Sousa Grecco Alves** - Diretora, **João Luiz Urbaneja.** JUCESP nº 141.727/24-0 em 08.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Estatuto Social Consolidado - **Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º** - A Digimais Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é regida por este Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/76, bem como pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Resolução, nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26.01.2000. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto: (a) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de operações ativas praticadas por instituições financeiras e pelas demais entidades que compõem seu grupo econômico; 9b0 a distribuição, a recompra, a revenda, a amortização e o resgate de qualquer título e valor mobiliário, nos termos da legislação aplicável, junto ao mercado financeiro e de capitais de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites legais da legislação aplicável; (d) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastrados em aludidos créditos; (e) a gestão e a administração dos créditos financeiros acima mencionados; (f) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e (g) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **§ 1º** - Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos, observados os termos previstos na documentação dos títulos e valores mobiliários a serem emitidos e na Resolução nº 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional: (a) transferência do controle da Companhia; (b) redução do Capital Social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; e (c) cessão de créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligado9s), em condições distintas das previstas na documentação relativa à emissão dos títulos e valores mobiliários pela Companhia. **§ 2º** - O disposto no § 1º acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% ou mais do valor nominal dos referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es), sociedade(s) coligada(s) ou submetida(s) a controle comum da Companhia, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§ 3º** - Independentemente do disposto no § 2º acima, a cessão de créditos de que trata o §1º, poderá ocorrer se realizada por valor igual ou superior ao valor nominal dos créditos, deduzidos os juros ainda não incorridos e os encargos financeiros incorporados em seu valor nominal sob a forma desconto, calculados proporcionalmente ao número de dias a decorrer até a data de vencimento de tais créditos. **§ 4º** - No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia será permitida a recompra dos créditos financeiros pelos cedentes originais desde que a recompra seja efetuada à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição dos créditos financeiros. **Artigo 3º** - **Artigo 3º** A Companhia tem sede e foro na Rua Cubatão, nº 320 – 4º andar – Sala Suíça - Bairro Paraíso – São Paulo/SP – CEP. 04012-911 e, por deliberação da Diretoria, poderá abrir, transferir e extinguir filiais ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O Capital Social, totalmente subscrito, é de **R$ 173.007.097,00**, representado por **1.730.070** ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **§ 1º** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, não sendo reconhecido mais de um proprietário por ação. **§ 3º** - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes e espécies de ações. **Artigo 6º** - Por deliberação da Assembleia Geral, o Capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. **§ Único** – A capitalização poderá ser feita sem modificação no número de ações. **Artigo 7º** - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registros de Ações Nominativas". **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 8º** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que poderá ser ordinária ou extraordinária, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e deliberar sobre matérias de interesse da v. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, nos casos legais ou previstos neste Estatuto, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§ 1º** - A Assembleia Geral será convocada, na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **§ 2º** - Todas as convocações deverão indicar local de realização da Assembleia Geral e a ordem do dia, explicitando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto da alteração. **§ 3º** - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar entre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§ 4º** - Caso os créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de titularidade da Companhia não sejam suficientes para liquidar integralmente as obrigações por ela assumidas no âmbito da securitização dos créditos financeiros, a Companhia não será responsável perante os respectivos credores por qualquer pagamento adicional a qualquer título que não puderam ser liquidados por meio dos referidos créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de sua titularidade, estando qualquer ato de cobrança ou de execução contra a Companhia limitado a tais créditos financeiros (inclusive bens e direitos deles decorrentes) de sua titularidade. **§ 5º** - Tendo em vista o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do Artigo 2º acima, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as vedações previstas, sendo que qualquer operação realizada em desacordo com o disposto neste Estatuto será considerada nula de pleno direito. **Artigo 10º** - As seguintes matérias exigem voto favorável de pelo menos ¾ do Capital Social votante para serem adotadas: (a) qualquer alteração ao presente Estatuto Social; (b) a incorporação, a fusão, a cisão e a dissolução da Companhia, ou a cessação de seu estado de liquidação; (c) a nomeação ou a destituição dos Diretores; (d) a aprovação da proposta da administração de destinação do lucro da Companhia, a declaração e a fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio; (e) a aprovação das contas da administração; e (f) a nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas. **Capítulo IV - Administração: Artigo 11** – A administração da Companhia compete à Diretoria, que tem as atribuições conferidas pela lei e pelo Estatuto Social, estando os Diretores dispensados, observado as disposições legais inerentes, de prestar caução em garantia de sua gestão. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Ata lavrada no Livro de Reuniões da Diretoria. **§ 1º** - Os Diretores eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse e desimpedimento, lavrados no livro próprio e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus sucessores. **Artigo 12** – A Assembleia Geral deverá fixar, se aplicável, a remuneração dos Diretores da Companhia. A remuneração, se houver, pode ser fixada de forma individual para cada Diretor ou de forma global. **Capítulo V - Diretoria: Artigo 13** – A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e as deliberações adotadas na Assembleia Geral. **Artigo 14** – A Diretoria é composto por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros, sendo 1 Diretor Presidente, que deverá ser acionista e, os demais, Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º** - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para nova eleição. **§ 2º** - Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por qualquer outro Diretor. **Artigo 15** – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro de ata de reuniões da Diretoria. **Artigo 16** – Os Diretores possuem plenos poderes para representar, administrar e gerenciar os negócios sociais, e podem, conforme estabelecido no presente Estatuto Social, observado o disposto no Artigo 17 abaixo, validamente obrigar a Companhia, e praticar todos e quaisquer atos e operações necessários para cumprir o objeto social da Companhia, e devem ainda deliberar sobre todas as matérias que não foram descritas neste Estatuto Social e nem estão sob a competência exclusiva da Assembleia Geral. A Diretoria também é competente para conduzir as seguintes matérias: (a) garantir o cumprimento da lei, desse Estatuto e das decisões dos acionistas; e (b) submeter para a Assembleia Geral as demonstrações financeiras requeridas pela lei em cada ano fiscal. **Artigo 17** – Observado o disposto no § 2º deste artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) de qualquer Diretor, isoladamente; (b) de dois procuradores devidamente nomeados para representar a Companhia, quando assim for determinado nas respectivas procurações e apenas na extensão dos poderes ali concedidos. **§ 1º** - As procurações devem sempre ser outorgadas por, no mínimo 2 Diretores, agindo em conjunto, e devem estabelecer os poderes do procurador e, exceção feita às procurações concedidas com poderes "ad judicia", não devem possuir prazo de vigência superior a 2 anos. **§ 2º** - A representação da Companhia para a prática dos atos abaixo relacionados deverá ser feita, obrigatoriamente, 2 Diretores, agindo em conjunto: (a) a alienação, a compra, a venda, a locação, o arrendamento, a permissão, a cessão da propriedade, do uso ou de qualquer outro benefício, e a criação de quaisquer ônus ou gravames, sobre os bens imóveis, móveis, direitos e instalações da Companhia; (b) a tomada ou a concessão de empréstimos em valor superior a R$ 30.000,00, com a exceção da tomada de empréstimos sob uma linha de crédito previamente concedida à Companhia por instituição financeira; (c) a celebração de contratos de cooperação direta ou indireta a longo prazo com outra sociedade ou a rescisão, de qualquer forma, de um contrato de cooperação; (d) a aquisição, a alienação, o comodato ou a oneração de bens imóveis; (e) a assinatura de contratos de locação de bens imóveis; (f) a celebração de contratos através dos quais a Companhia se comprometa como fiadora, avalista, co-devedora solidária, ou de alguma outro forma preste garantias ou se comprometa a garantir dívidas de um terceiro; (g) a celebração de qualquer contrato tendo como valor total uma importância superior a R$ 30.000,00 ou com validade superior a 12 meses; e (h) a emissão e a colocação privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais de qualquer título ou valor mobiliário. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 18** -O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço geral e demais demonstrações financeiras previstas em lei. O balanço será auditado por auditores independentes registrados junto à Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 19** – Do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a reserva legal e o remanescente, depois de atendidas todas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 20** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 21** – A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **Capítulo VII - Liquidação: Artigo 22** – A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação fixando os poderes e remuneração. **Capítulo VIII - Disposições Finais: Artigo 23** – Todos os valores expressos em reais e indicados no presente Estatuto Social serão corrigidos pela variação positiva do Índice Geral de preços do mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas. **Artigo 24** – Este Estatuto Social é regido pelas Leis da República

Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 10.452.930/0001-30 - NIRE 3530044824-3

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Relatórios de Administração: Senhores Acionistas, a administração da Serimob Empreendimentos Imobiliários S.A. apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos acionistas:** Durante o exercício financeiro de 2023, a Companhia prosseguiu no desenvolvimento de seu objeto social, como previsto em seu Estatuto Social. **Desempenho:** A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2023. As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia. **A Administração**

Balanços patrimoniais	2023	2022
Ativo	**88.340**	**39.351**
Caixa e equivalentes de caixa	18.500	4.751
Outras contas a receber	13.915	3.954
Estoques	55.902	30.646
Tributos a Recuperar	23	–
Não circulante	**78.663**	**82.597**
Investimentos	48.020	82.597
Outras contas a receber	30.643	–
Total do ativo	**167.003**	**121.948**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Reservas legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**118.939**	**24**	**21.418**	**(33.242)**	**107.139**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.357	3.357
Redução de capital social	–	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial exercício anterior	–	–	–	–	
Reserva Legal	–	167	–	(167)	–
Saldos em 31/12/2022	**118.939**	**191**	**21.418**	**(30.052)**	**110.496**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	46.662	46.662
Reserva Legal	–	2.333	–	(2.333)	–
Redução de Capital (Absorção Prejuízo)	(32.249)	–	–	32.249	–
Distribuição de Dividendos	(4.200)	–	–	–	(4.200)
Saldos em 31/12/2023	**82.490**	**2.524**	**21.418**	**46.526**	**152.958**

Balanços patrimoniais	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**2.758**	**595**
Fornecedores	1.670	459
Obrigações tributárias	1.088	136
Não circulante	**11.287**	**10.857**
Obrigações tributárias	10.837	10.837
Fornecedores e outras contas a pagar	–	20
Cauções	450	–
Patrimônio Líquido	**152.958**	**110.496**
Capital social	82.490	118.939
Ajuste de avaliação patrimonial	21.418	21.418
Reserva legal	2.524	191
Lucros/Prejuízos acumulados	46.526	(30.052)
Total passivo patrimônio liquido	**167.003**	**121.948**

Demonstrações do resultado do exercício	2023	2022
Receita de Vendas, líquidas	63.944	9.246
Custo dos imóveis vendidos	(11.868)	(6.005)
Lucro bruto	**52.076**	**3.241**
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas administrativas	(4.566)	(1.586)
Outras receitas/(despesas) operacionais	239	2.882
Resultado operacional	**47.749**	**4.537**
Receitas financeiras	1.129	137
Despesas financeiras	(31)	–
Resultado financeiro, líquido	**1.098**	**137**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**48.847**	**4.674**
Imposto de Renda e contribuição social correntes	(2.185)	(343)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	–	(974)
	(2.185)	(1.317)
Lucro Líquido do exercício	**46.662**	**3.357**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	**46.662**	**3.357**
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Ajustes do valor justo	(318)	(2.864)
Imposto diferido		974
	46.344	**1.467**
Decréscimo/(Acréscimo) nos ativos e passivos operacionais		
Outras contas a receber	(9.961)	(3.347)
Estoques	(25.256)	
Tributos a Recuperar	(23)	
Outras contas a receber	(30.643)	
Fornecedores	1.191	153
Obrigações tributárias	952	(118)
Caução	450	
Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais	**(16.628)**	**(1.845)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de investimentos	34.895	6.004
Partes relacionadas		(17.600)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**34.895**	**(11.596)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(4.200)	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(4.200)**	
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**13.749**	**(13.441)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.751	18.192
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.500	4.751
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**13.749**	**(13.441)**

A Diretoria

Contadora

Magda Zanata - CRC: 1SP185587/O-8 - CPF: 105.152.448-21

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S.A.

CNPJ/MF nº 04.986.188/0001-40

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação do Resultado do Exercício e demais contas e documentos correspondentes ao exercício de 2023. Esta Diretoria permanece ao inteiro dispor para esclarecimentos. São Paulo, 31/01/2024 **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2023

Ativo	2023	2022
Circulante		
Banco Conta Movimento	–	–
Títulos Valores Merc. Aberto	218.872,87	198.049,75
Adiantamento Desp. Futuras	–	–
Outras Contas a Receber	6.976,10	5.040,56
Total	**225.848,97**	**203.090,31**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Outros Créditos	–	–
Imobilizado	127.900,00	127.900,00
(–) Depreciações	(127.900,00)	(123.389,44)
Sub Total	**–**	***4.510,56***
Total Ativo Não Circulante	**–**	**4.510,56**
Total do Ativo	**225.848,97**	**207.600,87**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Obrigações Tributárias	521,23	536,27
Credores Diversos	939.436,88	897.471,31
Receita a Apropriar	–	–
Total	**939.958,11**	**898.007,58**
Não Circulante		
Empréstimo Coligada	–	–
Parcelamentos a Pagar	–	–
Total	–	–
Patrimônio Líquido		
Capital Autorizado	1.869.452,00	1.869.452,00
Reserva de Capital	1.006.355,04	1.006.355,04
Prejuízo Acum. Exerc. Anter.	(3.588.063,26)	(3.556.317,83)
Prejuízo Exerc. Corrente	(23.702,43)	(31.745,43)
Ajuste Exerc. Anterior	21.849,51	21.849,51
Total	**(714.109,14)**	**(690.406,71)**
Total do Passivo	**225.848,97**	**207.600,87**

Demonstrações das Mutações Patrimoniais

	Capital Realizado	Reserva de Capital	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 01.01.2022	1.869.452,00	1.006.355,04	(3.588.063,26)	(690.406,71)
Reserva Especial Lucro	–	–	–	#N/D
Ajuste Exerc. Anterior	–	–	–	#N/D
Prejuízo do Exercício	–	–	(23.702,43)	#N/D
Total 31.12.2022	**1.869.452,00**	**1.006.355,04**	**(3.611.765,69)**	**#N/D**

São Paulo, 31 de dezembro de 2023

Valquíria Josália Contiero
Liquidante - CPF 052.783.048-80

Valquíria Josália Contiero
CRC 1SP148248/O-2 - CPF 052.783.048-80

Demonstração do Resultado do Exercício

	2023	2022
Receita Operac. Líquida	**–**	**–**
(–) Deduções Receita	–	–
(=) Receita Oper. Líquida	**–**	**–**
(–) Custo Produto Vendido	–	–
(=) Result. Operac. Bruto	**–**	**–**
(–) Despesas Operacionais	(40.691,29)	(41.030,09)
(–) Outras Desp. Operac.	(1.749,00)	(5.295,94)
(+) Outras Receitas Operac.	24.655,09	20.076,49
(=) Result. Operac. Líquido	**(17.785,20)**	**(26.249,54)**
(–) Desp. Não Operac.	–	–
(+) Receitas Não Operac.	–	–
(=) Result. Antes C.S.L.L.	**(17.785,20)**	**(26.249,54)**
(–) CSLL	(2.218,96)	(3.434,91)
(=) Result. Antes I.R.P.J.	**(20.004,16)**	**(29.684,45)**
(–) IRPJ	(3.698,27)	(2.060,98)
(=) Prejuízo Exercício	**(23.702,43)**	**(31.745,43)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Atividades Operacionais	2023	2022
Resultado Líq. do Exercício.	(23.702,43)	(31.745,43)
Ajuste por:		
Depreciação	4.510,56	5.122,08
Redução Result. Acumulado	–	(46.246,65)
(Aumento)/Redução Contas Ativo		
Outras Contas a Receber	(1.935,54)	(2.108,48)
Adiantamento Desp. Futuras	–	2.588,00
Aumento/(Redução) Contas Passivo		
Obrigações Tributárias	(15,04)	10,58
Títulos a Pagar	41.965,57	89.800,80
(=) Cx. Líq. Ativ. Operac.	**20.823,12**	**17.420,90**
Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimo Tomado	–	–
(=) Cx. Líq. Ativ. Financ.	**–**	**–**
(=) Aum./Redução Cx. Líquido	**–**	**–**
Caixa e Equivalente - Inicio Ano	198.049,75	180.628,85
Caixa e Equivalente - Final Ano	218.872,87	198.049,75
Aumento/Redução Líq. Caixa	**20.823,12**	**17.420,90**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e Administradores da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A - Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis . Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo cm os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a **Agrovera** encontra-se em processo de liquidação, aguardando o desfecho do processo cível ajuizado pelo **Incra** contra a **Agrovera** para que haja a realização da dissolução da Companhia mediante deliberação dos acionistas. As demonstrações contábeis referidas foram elaboradas com base em conceitos e práticas contábeis aplicáveis a entidades em situação de descontinuidade, contemplando, portanto, os ajustes às contas de passivo quanto aos valores que poderão ser necessários para saldar as obrigações, bem como desembolsos futuros ou surgimento de exigibilidades, no processo de liquidação. Chamamos a atenção também para a situação cadastral da empresa mediante a Receita Federal do Brasil, que se encontra como suspensa, pela inexistência de fato, a administração junto ao departamento jurídico está tomando as devidas providências. **Outro Assunto:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo Relatório de Auditores Independentes foi emitido em 31 de março de 2023 sem ressalva. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração da **Agrovera Agro Industrial Vera Cruz S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contáveis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contáveis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Piracicaba-SP, 30 de março de 2024
Moda Auditores Independentes S/S
CRC nº 2SP021705/O-8
CVM nº 8990
Luis Antonio Moda
Contador CRC nº 1SP143555/O-0

SILTOTAL HOLDING S.A.

CNPJ 26.664.058/0001-23

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultado, Demonstrações de Resultado Abrangentes, das Mutações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário. SP, 19/04/2024. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	18.652	15.662
Contas a receber de clientes	–	–	473.528	464.037
Estoques	–	–	362.023	323.393
Impostos a recuperar	–	–	30.646	50.395
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	829
Despesas antecipadas	3.238	3.130	35.630	61.582
Outros ativos	–	–	7.792	7.035
Total do ativo circulante	**3.238**	**3.131**	**928.271**	**922.933**
Não circulante				
Realizavel a longo prazo				
Impostos a recuperar	–	–	53.864	55.281
Despesas antecipadas	–	–	15.251	938
Depósitos judiciais	–	–	11.430	7.226
Aplicação financeira	–	–	19.186	17.393
Impostos diferido	–	–	17.510	15.325
	–	–	**117.241**	**96.163**
Investimentos	1.563.391	1.429.429	–	–
Imobilizado	–	–	148.071	143.142
Ativos de direito de uso	–	–	43.643	8.694
Intangível	–	–	859.388	857.450
Total do ativo não circulante	**1.563.391**	**1.429.429**	**1.168.343**	**1.105.449**
Total do ativo	**1.566.629**	**1.432.560**	**2.096.614**	**2.028.382**
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	–	–	243.756	245.533
Obrigações sociais	–	–	40.040	45.428
Impostos, taxas e contribuições	–	–	8.493	7.097
Empréstimos e financiamentos	–	–	137.643	137.157
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	1.240
Passivos de arrendamento	–	–	13.452	8.342
Outros passivos	–	–	15.257	22.796
Total do passivo circulante	**–**	**–**	**458.641**	**467.593**
Não circulante				
Débito com partes relacionadas	9.697	3.223	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	20.044	105.169
Empréstimo com partes relacionadas	–	105.929	–	105.929
Passivos de arrendamento	–	–	37.343	1.762
Outros passivos	–	–	400	400
Instrumento financeiro – opção de compra futura de participação de não controladores	712.171	621.780	712.171	621.780
Impostos, taxas e contribuições	–	–	7.392	8.490
Dividendos e JCP a pagar	22.845	7.614	22.845	7.614
Provisão para riscos	–	–	15.862	15.631
Total do passivo não circulante	**744.713**	**738.546**	**816.057**	**866.775**
Total do passivo	**744.713**	**738.546**	**1.274.698**	**1.334.368**
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	450.973	392.200	450.973	392.200
Reserva de capital	28.927	(16.301)	28.927	(16.301)
Reservas de lucros	342.016	318.115	342.016	318.115
Total patrimônio líquido	**821.916**	**694.014**	**821.916**	**694.014**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.566.629**	**1.432.560**	**2.096.614**	**2.028.382**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	–	–	2.087.186	2.062.592
Custo dos produtos vendidos	–	–	(1.201.358)	(1.156.133)
Lucro bruto	–	–	885.828	906.459
Receitas (despesas)				
Despesas com vendas	–	–	(550.552)	(536.655)
Despesas gerais e administrativas	–	–	(71.872)	(92.002)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	2.168	(8.217)
Resultado de equivalência patrimonial	175.244	185.740	–	–
	175.244	185.740	(620.256)	(636.874)
Lucro antes do resultado Financeiro	175.244	185.740	265.572	269.585
Resultado financeiro	(111.112)	(184.937)	(192.657)	(260.341)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.132	803	72.915	9.244
Imposto de renda e contribuição social Correntes	–	–	(10.032)	(24.627)
Diferidos	–	–	1.249	16.186
	–	–	(8.783)	(8.441)
Lucro líquido do exercício	**64.132**	**803**	**64.132**	**803**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro Líquido do Exercício	64.132	803	64.132	803
Resultado Abrangente Total do Exercício	**64.132**	**803**	**64.132**	**803**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO EM 31/12 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva para Expansão	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**392.200**	**(16.301)**	**19.996**	**297.330**	**–**	**693.225**
Lucro líquido do período:	–	–	–	–	803	803
Destinação do lucro líquido do exercício:						
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	41	748	(789)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(14)	(14)
Saldos em 31/12/2022	**392.200**	**(16.301)**	**20.037**	**298.078**	**–**	**694.014**
Aumento de capital social	58.773	45.228	–	–	–	104.001
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	64.132	64.132
Destinação do lucro líquido do exercício:						
(-) Constituição de reserva de lucros	–	–	3.208	45.693	(48.901)	–
(-) Dividendos distribuídos	–	–	–	(25.000)	(15.231)	(40.231)
Saldos em 31/12/2023	**450.973**	**28.927**	**23.245**	**318.771**	**–**	**821.916**

Diretor Presidente - Fernando Gabriel Itzaina Sanchez
Diretor VP Administrativo Financeiro - Fábio Alejandro Baimeluj
Contador - Renato de Oliveira Caetano CRC-RJ 092331/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	64.132	803	72.915	9.244
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	–	–	26.713	29.183
Depreciação arrendamento	–	–	10.464	9.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(90)	2.432
Custo residual de ativo imobilizado e intangível baixado	–	–	1.350	6.204
Custo residual arrendamento	–	–	1.281	–
Provisão para perda e obsolescência dos estoques	–	–	11.931	(4.515)
Provisão para riscos	–	–	231	4.636
Resultado de equivalência patrimonial	(175.244)	(185.740)	–	–
Provisão (reversão) para participação no resultado	–	–	(5.981)	10.883
Despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos	–	609	34.331	37.820
Despesas dividendos a pagar não controladores	16.282	36.702	16.282	36.702
Despesa (receita) financeira – atualização de dívida com opção de compra de ações de participação não controladores	90.391	147.534	90.391	147.534
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	–	–	(9.400)	(77.885)
Estoques	–	–	(50.561)	(19.569)
Impostos a recuperar	–	–	18.981	(11.424)
Despesas antecipadas	(107)	(3.130)	11.639	11.256
Depósitos judiciais	–	–	(4.204)	(1.734)
Outros ativos	–	–	70	5.193
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	–	–	(8.216)	38.468
Obrigações sociais	–	–	593	2.688
Impostos, taxas e contribuições	–	–	2.504	13.251
Passivo de arrendamento	–	–	55.376	11.288
Outras obrigações	4.546	3.223	(50.965)	(8.148)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**–**	**1**	**225.635**	**253.009**
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	–	–	(34.271)	(36.915)
Juros sobre arrendamentos pagos	–	–	(4.220)	(1.921)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(10.990)	(32.544)
Recebimento de dividendos	25.000	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**25.000**	**1**	**176.154**	**181.629**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Pagamento pela aquisição de imobilizado	–	–	(17.662)	(16.898)
Pagamento pela aquisição de intangível	–	–	(17.266)	(12.520)
Adiantamento – opção de compra futura de participação de não controladores	–	(105.320)	–	(105.320)
Caixa restrito	–	–	(1.792)	523
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**(105.320)**	**(36.720)**	**(134.215)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	105.320	100.000	153.215
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	–	–	(184.697)	(136.808)
Pagamento de arrendamento	–	–	(10.465)	(9.549)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(25.000)	–	(41.282)	(43.827)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(25.000)**	**105.320**	**(136.444)**	**(36.969)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1**	**2.990**	**10.445**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	–	15.662	5.217
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1	18.652	15.662
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**1**	**2.990**	**10.445**
Transações que não envolvem caixa				
Aquisição de ativos de arrendamento mercantil	–	–	(46.694)	(9.330)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras do ano de 2023, auditadas por Auditoria Independente, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Serra Negra Empreendimentos Turísticos S.A.

CNPJ 44.846.236/0001-19

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Srs. Acionistas da Cia a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10:00h. Na sede social sita à Praça João Pessoa, 143, Serra Negra-SP, a fim de discutirem e deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; b) Destinação do lucro líquido do exercício; c) Eleição do Conselho Fiscal; d) Outros Assuntos de interesses da companhia. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, no endereço da sede, todos os documentos e demonstrativos previstos em Lei. Serra Negra, 13/04/2023. (a) Sra. **Maria Elizabete Mendes de Toledo Bulk -** Diretora Presidente.

CONCRETO REDIMIX DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME 27.701.564/0001-08 - NIRE 33 3 0000911 6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem no dia 26 de abril de 2024, às 08:00 horas em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo constar nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **1.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **2.** Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. **3.** Instalação de conselho fiscal e eleição de seus membros.

São Paulo, 18 de Abril de 2024
Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

Combio Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.376.555/0001-96 - NIRE 35.300.358.813

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Combio Energia S.A. ("Companhia"), com sede social em SP/SP, R. Fradique Coutinho nº 30, 3º, Conjuntos 31 a 36, Pinheiros, ("Local da Assembleia"), convoca os acionistas representando a totalidade de seu capital social, para se reunirem em AGO, no dia **29/04/2024,** às 09h, em 1ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, e às 10:30hs, em 2ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, para deliberar sobre os assuntos da Ordem do Dia abaixo. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** aprovação do relatório da administração, das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas em 28/03/2024, nas págs. B156 e 207 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente, e erratas publicadas em 16/04/2024, nas págs. B23 e 41 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente; e **(ii)** destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Conselho de Administração -** Roberto Lombardi de Barros; Marcos Tobler Brant de Carvalho; Fabio Tobler Brant de Carvalho; Adilson Serrano da Silva; Gustavo Gava Verdelli Costa; Edson Gustavo Georgette Peli.

D'KING COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF 10.707.426/0001-33 - NIRE 35.223.129.568

ATA DA REUNIÃO DE ADMINISTRADORES REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024. Data, hora e local: Aos 15 dias do mês de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social da empresa D'KING COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jabaquara, 2958, conjunto 44, Mirandópolis, CEP 04046-500. **Convocação e Presença:** Administrador da empresa D'KING COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Secretária. **Mesa:** Fabricio Arouca De Nadai (Diretor de Operações), brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 18.724.770-5/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 179.280.158-03, e Julia Menezes da Silva Salerno, brasileira, casada, CPF/MF nº. 163.861.118-18 (secretária). **Ordem do dia:** aprovação de redução do capital social. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Aprovar a redução desproporcional do capital social da sociedade, atualmente no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R$ 200.100,00 (duzentos mil e cem reais), portanto, uma redução de R$ 799.900 (setecentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais), não integralizados, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 799.900 (setecentos e noventa e nove milhões, novecentas mil) quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$1,00 (um Real) cada uma, todas de titularidade do sócio CONVIDA ALIMENTAÇÃO EIRELI. **Encerramento e lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida e aprovada por todos os presentes e assinada. **Administrador presente:** Fabricio

SINERGIA

Sistema de alerta de desastres naturais será lançado até maio

Marcelo Camargo - Agência Brasil

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, falou sobre o Plano de Proteção e Defesa Civil

Um sistema de alerta, via mensagens de celular, que ajudará a população em situações de desastres naturais, como alagamentos e deslizamentos decorrentes de chuvas intensas, deverá ser colocado em prática pelo governo federal até o fim de maio.

Por meio do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, a ideia é aumentar a sinergia entre os entes federados, bem como organizar e definir planos de contingência mais eficientes para informar a população sobre ocorrências desse tipo. Por meio desses canais de comunicação, as pessoas vão saber o que fazer e para onde ir, nessas situações emergenciais.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, disse que faz parte dos objetivos do plano organizar e dar maior rapidez às respostas para situações de falta ou excesso de água. "Para tanto, vamos organizar melhor a sinergia entre governos federal, estadual e municipal", disse o ministro ao destacar que o plano prevê uma série de treinamentos e capacitações das defesas civis para estabelecer um "sistema de mensagem que vai direto ao celular", melhorando o tempo de resposta de autoridades e da população.

"Precisamos ter organização e plano de contingência, para as pessoas saberem o que fazer e para onde ir nessas situações extremas. O Brasil não tem uma cultura de planos de contingência, nem a experiência de viver eventos extremos, como outros países. E isso é algo, hoje, muito recorrente, devido aos eventos extremos", disse o ministro.

Waldez Góes explica que a ideia é gerar uma nova cultura, onde as pessoas possam, com a ajuda de sistemas de alerta e planos de contingência, ter acesso a previsões de incidências chuvas intensas, bem como sobre os riscos de deslizamentos e alagamentos que, por ventura, possam ocorrer. "Isso pode acontecer muito rápido. Às vezes, em menos de seis horas", complementou.

"Nós vamos começar a implementar o programa de alerta até o final do próximo mês. Está tudo pronto nos ministérios de Integração e Desenvolvimento Regional; das Comunicações; da Secretaria de Comunicação do governo; e na Anatel", adiantou o ministro.

Segundo Waldez Góes, o governo federal pretende, nos próximos anos, aumentar o bombeamento das águas que abastecem a transposição do Rio São Francisco. "Temos de aumentar o bombeamento e a captação para os canais de distribuição, para que essa água chegue a mais pessoas", informou.

Ele lembrou que os presidentes Lula e Dilma são responsáveis por quase 100% de todas as obras de transposição de São Francisco. "Essas obras estão prontas e é bom que a gente sempre diga isso", acrescentou em meio a comentários sobre os prejuízos que têm sido causados pela divulgação de notícias falsas (fakenews) relacionadas a este empreendimento.

"Estão pegando imagens de obras como a do Cinturão das Águas, no Ceará, que ainda não foi abastecido de água, e imagens de outro canal cheio de água e dizem que a água que ali estava não está mais", afirmou.

"Isso é um desserviço à população, para atacar o governo responsável pela política pública", acrescentou ao convocar moradores locais a gravarem e divulgarem vídeos mostrando a real situação das obras de transposição.

O ministro atualizou a situação das obras ainda em andamento. Segundo ele, a transposição está concluída. "Falta apenas aumentar o bombeamento no Eixo Leste. Mas já temos 50% dele instalado. Com a modelagem que estamos fazendo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vamos dobrar esse bombeamento e fechar em 100%", disse.

"E no Eixo Norte tem 25% instalado. São quatro conjuntos de bombas e falta instalar mais três. Um vai pelo PAC, diretamente pelo ministério, e os outros dois vão na modelagem que a gente está fazendo de gestão com o BNDES", acrescentou. O Eixo Norte leva água do São Francisco para cidades de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Sugoi S/A

CNPJ/MF 13.584.310/0001-42 NIRE 35.300.489.276 **("Companhia")**

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Sugoi S/A, convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, na modalidade exclusivamente presencial, que será realizada em sua sede, localizada à Avenida das Nações Unidas, nº 11633, 8º Andar, Sala Subarashi, no dia 29 de Abril de 2024, segunda-feira, às 13h00m, em primeira convocação, com a presença do quórum legal e, às 13h30m, em segunda convocação, com qualquer quórum, para tratar da seguinte **Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do Lucro líquido do Exercício e distribuição de dividendos; (iii) Deliberar acerca da renúncia do Conselheiro Alexandre Macedo; (iv) Deliberar acerca da eleição de membros do Conselho de Administração; (v) Deliberar acerca do montante global anual da remuneração dos administradores; e (vi) Deliberar acerca da aprovação e ratificação de todos os atos realizados pela Diretoria e Conselho de Administração no período compreendido entre de Janeiro de 2024 e 29/04/2024, data da AGOE. A Companhia informa que os documentos relacionados à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas conforme publicação do dia 12 de abril 2024, no Jornal Diário Comercial, bem como no endereço eletrônico:<Disponível em: https://sugoisa.com.br/ri/> , de autoria da Sugoi S/A. São Paulo, 18 de abril de 2024. Ronaldo Yoshio Akagui - Membro Efetivo do Conselho de Administração

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 15.561.610/0001-31 NIRE nº 3530043824-8

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação. Ficam os acionistas da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia") convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia a serem realizadas às 15h do dia 30 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Rua Helio Smidt, s/n, 3º andar, Aeroporto Internacional de São Paulo Guarulhos – Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100, para deliberarem **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** Tomada de contas da administração, exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2023; **(b)** Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2023; **(c)** Eleição de membros do Conselho de Administração; e **(ii)** Em Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** Eleição do Presidente do Conselho de Administração; e **(b)** Fixação da remuneração global anual dos administradores. Guarulhos, 18 de abril de 2024.**Marcus Vinicius Figur da Rosa -** Presidente do Conselho de Administração.

Comunicado

Prezado(a) Sr(a), **Ivone Fernandes Oliveira -** Matrícula: 113941. A **Rede D'Or São Luiz S.A.,** através desta e nos termos do disposto na legislação trabalhista vigente, comunica Vossa Senhoria, que a partir de 18/04/2024, deve considerar-se desligado(a) de nosso quadro de pessoal por abandono de emprego, visto que não comparece ao trabalho ou justifica suas ausências desde 12/03/2024. Comunicamos, deste modo, que deverá comparecer no prazo de 48 horas, a contar do recebimento deste, ao PA Unidade ITAIM, Avenida Santo Amaro, 722 - 6° andar - Vl. Nova Conceição - São Paulo para Agendamento de Homologação. Atenciosamente, Gente e Gestão.

Opencred Tecnologia e Serviços Ltda.

CNPJ/MF n° 47.658.509/0001-90 - NIRE 35.300.184.645

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Ficam os senhores sócios da **Opencred Tecnologia e Serviços Ltda.** ("Sociedade") convocados para se reunir em Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião de Sócios"), a ser realizada às 14:00 horas do dia 02 de maio de 2024, exclusivamente de forma digital, possibilitando a participação dos sócios por meio da plataforma eletrônica Google Meet, com base na Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, conforme alterada, e na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** dissolução da sociedade, na forma do artigo 1.033, III, do Código Civil, e eleição do liquidante, na forma do artigo 1.038 do mesmo diploma legal; **(ii)** alternativamente, alteração do quadro de administradores da Sociedade, diante da renúncia do Sr. Rafael Faleck Rejtman, ao cargo de Administrador da Sociedade, conforme Termo de Renúncia recebido pela Sociedade em 16 de abril de 2024; e **(iii)** ratificação e/ou eleição dos novos administradores e a consequente alteração das respectivas cláusulas do Contrato Social da Sociedade, conforme aplicável, inclusive para alterar o parágrafo segundo da cláusula terceira, com a finalidade de permitir a representação da sociedade por um único administrador; Da modalidade de reunião e orientações para participação: Em cumprimento ao Artigo 1º da IN DREI 79/2020, a reunião de sócios será realizada sob a modalidade digital, devendo os sócios participar e votar a distância, via atuação remota, mediante sistema eletrônico de videoconferência Google Meet, de acesso através do seguinte link a ser enviado oportunamente aos sócios por e-mail. A sala virtual será aberta 30 (trinta) minutos antes do horário da primeira convocação e será gravada pela própria ferramenta Google Meet. Dos documentos exigidos para a participação: Em cumprimento ao Artigo 3º da IN DREI 79/2020, os sócios deverão, em até 30 (trinta) minutos antes da abertura dos trabalhos da reunião de sócios da Sociedade, apresentar cópias de seus documentos de identidade com foto ou, conforme o caso, instrumentos de procuração e documentos de identidade com foto dos procuradores, sob pena de a presença não ser computada. Os referidos documentos deverão ser enviados no prazo para o seguinte e-mail: guilhermesilvestre@adv.oabsp.org.br.

São Paulo, 02 de maio de 2024

Cristian Van Westering de Lima - Administrador

Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da **Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.** ("**Companhia**"), cf. Art. 124 da Lei 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em **29 de abril de 2024, às 10:00 horas**, na sede da Companhia, localizada na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, conj. 401, Brooklin, CEP 04578-000, São Paulo/SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **(i)** ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento, sem redução do capital social, de suas próprias ações preferenciais das seguintes classes: **MP12, MP46, MP93, MP110, MP-AB02, JVPd84** e **JVPd101; (ii)** aprovar a criação das seguintes novas classes de ações preferenciais: **MP161** e **MP-AB23**, de acordo com o plano de expansão da Companhia; **(iii)** alterar a nomenclatura das classes de ações preferenciais "**JVPd84**" e "**JVPd101**" para **"JVPa84**" e "**JVPa101**", respectivamente; **(iv)** aprovar um novo aumento do capital social no valor de até **R$ 25.543.165,00,** mediante a emissão de *(a)* novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, e *(b)* novas ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade na distribuição de dividendos fixos; todas pelo preço de emissão de R$ 1,43244 por ação; **(v)** aprovar a alteração das respectivas cláusulas do Estatuto Social para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme o caso; **(vi)** aprovar a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração; e **(vii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social. Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador, na forma do Art. 126, §1º da Lei das S.A., deverá depositar a respectiva procuração na sede da Companhia em até 24 horas antes da realização da assembleia ora convocada. São Paulo, 18 de abril de 2024. **Mauro Guardabassi Martins -** Diretor.

Helicco Participações Ltda.

CNPJ nº 12.972.326/0001-60

24ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **(a) Ségisor,** sociedade regularmente constituída e validamente existente de acordo com as leis da França, com sede em 1, Cours Antoine Guichard, 42008, Saint-Etienne, França, inscrita no CNPJ sob o nº 05.710.423/0001-19, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **Natália Cibele Correia da Silva**, brasileira, solteira, nascida em 26 de julho de 1983, advogada, inscrita na OAB-SP sob o nº 290.416 e no CPF sob o nº 316.825.008-29, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, CEP 01.009-907; Única sócia da **Helicco Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21-C, sala 17, Centro, CEP 01.009-907, inscrita no CNPJ sob o nº 12.972.326/0001-60 ("**Sociedade**"), resolve alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme o disposto a seguir. **I - Da Incorporação da Sociedade pela Wilkes Participações S.A. 1.1.** A sócia, neste ato, aprova integralmente o "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da* ***Helicco Participações Ltda.*** *pela* ***Wilkes Participações S.A.***", celebrado em 31 de março de 2024 entre a administração da Sociedade e a administração da **Wilkes Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 3.172, 3º andar, Sala Wilkes, Jardim Paulista, CEP 01402-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.745.350/0001-38, o qual estabelece os termos e condições para a incorporação da Sociedade pela **Wilkes Participações S.A.**, acima qualificada, fazendo parte integrante do presente instrumento como **Anexo I**. **1.2.** Ato contínuo, a sócia da Sociedade ratifica a nomeação dos peritos avaliadores, **(i)** Sr. **Claudio Bueno da Silva**, brasileiro, casado, contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP221.662/0-7, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.941.583-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 029.296.288-63; **(ii)** Sra. **Katia Cristina Constantina Gonçalves**, brasileira, solteira, contadora, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob nº 1SP283321/0-9, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.742.636-2, inscrita no CPF nº 196.167.318-58; e **(iii)** Sra. **Monica Ferreira**, brasileira, solteira, contadora, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP232.678/0-5, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.758.365-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 140.913.988-39, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, CEP 01.009-907, presentes neste ato, para avaliação do patrimônio líquido da Sociedade, acima qualificada, e elaboração do competente laudo de avaliação, o qual, tendo sido por eles entregue, foi aprovado sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições, sendo o referido laudo de avaliação parte integrante do presente instrumento como **Anexo II**. **1.3.** Por fim, a sócia aprova a incorporação da Sociedade pela **Wilkes Participações S.A.**, acima qualificada, nos termos do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da* ***Helicco Participações Ltda.*** *Pela* ***Wilkes Participações S.A.***" referido no item 1.1 acima, com a consequente extinção da Sociedade, que é sucedida pela aludida incorporadora em todos os seus direitos e obrigações, ficando os administradores da incorporadora autorizados a tomar todas as providências necessárias perante as autoridades competentes para formalizar a extinção da Sociedade. E, por estar assim justa e contratada, a sócia assina a presente 24ª Alteração do Contrato Social da Sociedade em formato eletrônico/digital, o qual considera válido e vinculante para todos os fins legais. São Paulo, 31 de março de 2024. Sócia: **Ségisor -** Por: Natália Cibele Correia da Silva. **JUCESP** nº 143.509/24-0 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Wilkes Participações S.A.

CNPJ nº 04.745.350/0001-38

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Março de 2024

Em 31/03/2024, às 10h, na sede social, com a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Juan Javier Bordaberry Herran; Secretário: Sr. Carlos Eduardo Prado. **Deliberações Unânimes: (i)** Foi **aprovado** o "*Instrumento Particular de Protocolo de Incorporação e Justificação da* ***Helicco Participações Ltda.*** *pela* ***Wilkes Participações S.A.****"*, celebrado em 31/03/2024 entre a administração da Companhia e a administração da **Helicco Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de SP/SP, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21-C, sala 17, Centro, CEP 01009-907, inscrita no CNPJ sob nº 12.972.326/0001-60, com seus atos constitutivos e alterações posteriores devidamente arquivados na JUCESP, fazendo parte integrante da presente como **Anexo I**; **(ii)** Foi **ratificada** a nomeação dos peritos avaliadores, **(a)** Sr. **Claudio Bueno da Silva**, CRC/SP nº 1SP221.662/0-7, RG nº 7.941.583-0, SSP/SP, CPF nº 029.296.288-63; **(b)** Sra. **Katia Cristina Constantina Gonçalves**, CRC/SP nº 1SP283321/0-9, RG nº 24.742.636-2, CPF nº 196.167.318-58; e **(c)** Sra. **Monica Ferreira**, CRC/SP nº 1SP232.678/0-5, RG nº 21.758.365-9, SSP/SP, CPF nº 140.913.988-39, presentes neste ato, para avaliação do patrimônio líquido da **Helicco Participações Ltda.**, acima qualificada, e elaboração do competente laudo de avaliação, o qual, tendo sido por eles entregue, foi aprovado sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições, sendo o referido laudo de avaliação parte integrante do presente instrumento como **Anexo II**; **(iii)** Foi **aprovada** a incorporação da **Helicco Participações Ltda.**, acima qualificada, pela Companhia, nos termos do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da* ***Helicco Participações Ltda.*** *pela* ***Wilkes Participações S.A.***" referido no item (i) acima, com a versão do acervo líquido da sociedade incorporada à Companhia, resultando no aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 34.234.054,96, mediante a emissão de 135.864.333 novas ações ordinárias e sem valor nominal, sob a forma escritural, ao preço de emissão unitário de R$ 0,25, calculado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A., as quais são totalmente subscritas e integralizadas pela **Ségisor**, sociedade regularmente constituída e validamente existente de acordo com as leis da França, com sede em 1, Cours Antoine Guichard, 42008, Saint-Etienne, França, CNPJ nº 05.710.423/0001-19, em substituição aos seus direitos de sócia da sociedade incorporada, que são extintos, conforme Boletim de Subscrição que faz parte integrante da presente ata como **Anexo III**. Dessa forma, o capital social da Companhia passa a ser de R$ 65.610.929,97, dividido em 359.562.901 ações ordinárias e sem valor nominal, sob a forma escritural. Tendo em vista o disposto acima, o Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia é neste ato alterado, passando a vigorar com a seguinte e nova redação: "***Artigo 4º -*** *O capital social da Companhia é de R$ 65.610.929,97, dividido em 359.562.901 ações ordinárias e sem valor nominal. Todas as ações do capital social da Companhia terão a forma escritural e serão mantidas em conta depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada a operar como agente custodiante, sem a emissão de certificados.* ***§1º*** *- As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia.* ***§2º*** *- Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto na Assembleia Geral.*" Em razão das deliberações acima, ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários para a efetivação da incorporação ora aprovada. **(iv)** Tendo em vista as deliberações aprovadas acima, foi **aprovada** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passou a vigorar com a redação constante do **Anexo IV** da presente Ata. Nada mais. **Carlos Eduardo Prado -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 143.508/24-6 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Leverage Companhia Securitizadora

CNPJ: 48.415.978/0001-40

Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, A Administração da **Leverage Companhia Securitizadora**, em cumprimento às disposições legais e estatuárias, submete à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2023. Em atendimento a instrução nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Mazars Auditores Independentes Sociedade Simples foi contratada pela Companhia, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 15 de abril de 2024 **A Diretoria**

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	172.450	1.000
Contas a receber	6	14.033	–
Impostos a recuperar		2.034	–
		188.517	1.000
Não circulante			
Ativo mantido para venda	7	360	–
Investimentos	8	390	–
Imobilizado	9	4.139	5.219
		4.889	5.219
Total do ativo		193.406	6.219

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Contas a pagar	10	579	9.905
Impostos a recolher	11	33.547	–
Partes relacionadas	12	8.753	–
		42.879	9.905
Não circulante			
Partes relacionadas	12	84.752	–
		84.752	–
Patrimônio líquido	13		
Capital social subscrito		10.000	10.000
Capital social a integralizar		(9.000)	(9.000)
Reserva legal		3.239	–
Reserva de dividendos a distribuir		61.536	–
Prejuízos acumulados		–	(4.686)
		65.775	(3.686)
Total do passivo e do patrimônio líquido		193.406	6.219

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social realizado	(–) Capital social à integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 26 de outubro de 2022		10.000	(10.000)	–	–	–	–
Resultado do período	–	–	–	–	–	(4.686)	(4.686)
Integralização de capital	13	–	1.000	–	–	–	1.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.000	(9.000)	–	–	(4.686)	(3.686)
Resultado do exercício		–	–	–	–	69.460	69.460
Reserva legal		–	–	3.239	–	(3.239)	–
Dividendos mínimos obrigatório		–	–	–	15.384	(15.384)	–
Reserva de dividendos a distribuir		–	–	–	46.152	(61.536)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.000	(9.000)	3.239	61.536	–	65.775

Demonstração dos resultados

	Nota	31/12/23	Período de 26/10 a 31/12/22
Receita operacional líquida		206.112	–
Receita operacional líquida	14	206.112	–
Despesas operacionais		(113.804)	(4.686)
Despesas gerais	15	(85.841)	(4.686)
Despesas tributárias	16	(27.963)	–
Resultado financeiro	17	(913)	–
Receitas financeiras		703	–
Despesas financeiras		(1.616)	–
Resultado antes do IR e da CS		91.395	(4.686)
Imposto de renda		(13.709)	–
Contribuição social		(8.226)	–
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício/período		69.460	(4.686)
Quantidades total de ações		10.000	10.000
Lucro/ (Prejuízo) por ação no fim do exercício/período - R$		9,1395	(0,4686)

Demonstração do valor adicionado

	31/12/23	Período de 26/10 a 31/12/22
Receitas		
Receitas de serviços prestados	228.126	–
Insumos adquiridos de terceiros	(84.761)	(4.506)
Valor adicionado líquido gerado pela Securitizadora	143.365	(4.506)
Valor adicionado recebido em transferência	(1.993)	(180)
Resultado financeiro	(913)	–
Depreciações e amortizações	(1.080)	(180)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–
Valor adicionado total a distribuir	141.372	(4.686)
Tributos		
Despesas tributárias	27.963	–
PIS e COFINS	10.608	–
Imposto de renda e contribuição social	21.935	–
Imposto sobre serviços	11.406	–
Remuneração de capitais próprios		
Lucro(Prejuízo) do exercício	69.460	(4.686)
Distribuição do valor adicionado	141.372	(4.686)

Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/23	Período de 26/10 a 31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais	70.541	(4.506)
Resultado do exercício/período	69.460	(4.686)
Depreciação	1.081	180
Variação nos ativos e passivos	101.659	9.905
(Aumento)/diminuição em contas a receber	(14.033)	–
(Aumento)/diminuição em impostos a recuperar	(2.034)	–
Aumento/(Diminuição) em partes relacionadas	93.505	–
Aumento/(Diminuição) em contas a pagar	(9.326)	9.905
Aumento/(Diminuição) em impostos a recolher	33.547	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	172.200	5.399
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo mantido para venda	(360)	
Aquisições de investimentos	(390)	–
Aquisições de imobilizado	–	(5.399)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(750)	(5.399)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	–	1.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	–	1.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	171.450	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.000	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	172.450	1.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	171.450	1.000

Demonstrações Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2022

1. Contexto operacional: A Leverage Companhia Securitizadora ("Companhia"), constituída em 26 de outubro de 2022, tem como objeto social: (i) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditório originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimentos ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades empresariais, inclusive do agronegócio, imobiliárias, créditos financeiros, mercantis, industriais, energia, infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros, assim como quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo ativos com variação cambial, representativos de tais direitos creditórios ou lastreadas em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente ("Créditos"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitado os trâmites da legislação aplicável, tais como, mas não se limitando, Debêntures, Notas Comerciais, títulos de crédito em geral, Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Certificados de Recebíveis ("CR"), ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, inclusive ativos digitais e/ou tokenizados no mercado local ou exterior; (iii) a realização de negócios e prestação de serviços relacionado as operações e securitização e créditos supracitados; (iv) a gestão e administração dos Créditos, sendo permitida a contratação de terceiros para a apresentação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos; (v) a aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos; (vi) a emissão, recompra, revenda ou resgate dos valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais, com lastro nos Créditos; (vii) a prestação de serviços incluindo, mas não se limitando: (a) a estruturação de operações de securitização dos Créditos; (b) digitação, registro, colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário, bem como a administração e recuperação dos Créditos; (viii) a realização de operações de hedge e outros nos mercados derivativos visando cobertura de risco na sua carteira de créditos; (ix) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ele emitidos; (x) emissão de dívidas, tais como, mas não se limitando, a debêntures, notas comerciais; (xi) a participação em outras sociedades. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha R$ 102 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos (a valor nominal nas respectivas datas de emissão).

Data	Emissão/Série	Tipo Lastro	Montante total (na Data de Emissão)
23/10/23	1ª Emissão/Série Única	Nota Comercial	R$ 66 milhões
19/12/23	2ª Emissão/Série Única	CPR-F	R$ 36 milhões

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Autorização: A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2024. **2.2 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Visto que a Companhia está registrada na CVM como Companhia Securitizadora, na Categoria S1, suas emissões públicas de títulos de securitização estão sujeitas à instituição de regimes fiduciários, que resultam em patrimônios separados nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, cuja contabilidade é mantida de maneira apartada, por emissão pública de título de securitização. As demonstrações financeiras objeto deste relatório em 31 de dezembro de 2023, no entanto, incluem somente os saldos relativos ao patrimônio próprio da Leverage Companhia Securitizadora. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.2 Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir: (i) **Custo amortizado** - que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; (ii) **Valor justo por meio do resultado** - que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado; No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: - A Companhia não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou - A Companhia transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **3.3 Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela Companhia:** Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; • Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; • Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: - O valor da provisão para perdas; e - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com os princípios estabelecidos em política contábil. • Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros aba

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional
Estudo mostra força das Micro e Pequenas Empresas
MPEs criam 7 de cada 10 empregos
De janeiro a maio, o Brasil criou 865.360 empregos formais. Desses, 594.213 foram por MPE.
País deverá fechar o ano com safra recorde de 317,6 milhões de toneladas

Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F2E4-1246-C93A-F2AD.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F2E4-1246-C93A-F2AD ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F2E4-1246-C93A-F2AD

Hash do Documento

59D083028FB22C13A2D046054C492CF474C1B9AB456D0792E7E14AEF3A114A04

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/04/2024 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 19/04/2024 00:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03